



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

BRUNO AUGUSTO NOGUEIRA MONTEIRO PONTES

Desenvolvimento e governança ambiental: em busca de uma outra *práxis*
na dinâmica territorial da “reserva” do Paiva – PE

Recife
2017

BRUNO AUGUSTO NOGUEIRA MONTEIRO PONTES

Desenvolvimento e governança ambiental: em busca de uma outra *práxis* na dinâmica territorial da “reserva” do Paiva – PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Gestão e Políticas Ambientais.

Orientador: Prof.º Dr. Cláudio Jorge de Moura Castilho.

RECIFE

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

P814d Pontes, Bruno Augusto Nogueira Monteiro.
Desenvolvimento e governança ambiental : em busca de uma outra
práxis na dinâmica territorial da “reserva” do Paiva – PE / Bruno Augusto
Nogueira Monteiro Pontes. – 2017.
200 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Cláudio Jorge de Moura Castilho.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente,
Recife, 2017.
Inclui Referências.

1. Meio ambiente. 2. Sustentabilidade. 3. Justiça ambiental. 4.
Retórica. 5. Complexidade. I. Castilho, Cláudio Jorge de Moura
(Orientador). II. Título.

363.7 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2017-097)

BRUNO AUGUSTO NOGUEIRA MONTEIRO PONTES

Desenvolvimento e governança ambiental: em busca de uma outra *práxis* na dinâmica territorial da “reserva” do Paiva – PE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: **02 / 03 / 2017**.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. Cláudio Jorge de Moura Castilho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.ª Dr.ª Valéria Sandra de Oliveira Costa (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.º Dr. Adauto Gomes Barbosa (Examinador Externo)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

Prof.ª Dr.ª Maria do Carmo de Albuquerque Braga (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

À minha família, meus irmãos, minha companheira e aos meus pais, grandes responsáveis por minha formação. Seus esforços, o apoio, o amor e carinho incondicionais, me possibilitaram essa conquista que compartilho, é nossa. E ainda, pela inflexível crença em minha capacidade e pelas palavras de estímulo, “você pode ir além, filho”. Amo muito vocês, muito obrigado!

Ao professor e amigo Cláudio Castilho, pela confiança, pelo apoio e compreensão de sempre. Você muito nos inspira, como pessoa, como intelectual. Aos amigos do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da UFPE, em especial a Ítalo Soeiro, pelas reflexões e apreensões compartilhadas, a Diana Bautista e Manu Nascimento pelos incentivos, além dos demais membros por todas as discussões enriquecedoras, muito obrigado!

Aos amigos e amigas que o PRODEMA me proporcionou, principalmente aos mais próximos, Emily Cabral, Carol Neves, Dannilo Lima, Eduardo Jorge, Vanessa Barbosa, Bete Souza, Renata Farias, pelos momentos de descontração e pelas cervejas, vocês fizeram deste percurso mais aprazível. Muito obrigado!

A todos que me acolheram nas visitas de campo, que se dispuseram para os diálogos/entrevistas, suas contribuições para que eu compreendesse um pouco mais sobre o ambiente da praia do Paiva e o percebesse com maior sensibilidade foram imensuráveis. Muito obrigado!

Nesta trajetória pude perceber o quão intrínseca é a relação entre o sentimento e a construção do conhecimento, percepção mediada pelas contribuições de todos vocês. Embora eu tenha certeza de que a singeleza dos agradecimentos aqui não retratem o tamanho da minha gratidão, deixo a todos o meu mais sincero muito obrigado!

“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja a nossa própria substância.”

Simone de Beauvoir

“É impossível refletir sobre o tempo e sobre o mistério
da criação do mundo sem uma dolorosa tomada de
consciência dos limites da inteligência humana.”

A. N. Whitehead

“Se queremos conhecer a situação presente da humanidade
em geral e a crise da nossa cultura em particular,
devemos admitir que triunfamos e falhamos exatamente
pela mesma razão: nosso tipo de racionalidade.”

J. A. Wojciechowski

“A ciência é o reflexo do homem no espelho da natureza.”

Pauli

“Mais de um, como eu sem dúvida, escreveu para não ter fisionomia.
Não me pergunte quem sou eu e não me diga para permanecer o mesmo:
é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis.
Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.”

Michel Foucault

“Não é na resignação mas na rebeldia (*ideológica*) em face das injustiças que nos afirmamos”

Paulo Freire

“Contra o pessimismo da razão, o otimismo da prática”.

Gramsci

RESUMO

A abordagem de temáticas presentes em discursos e práticas que transformam o ambiente se deu no intento de denudar algumas intencionalidades relacionadas ao desenvolvimento, à governança ambiental, à sustentabilidade, trazendo à reflexão propostas de leitura de uma realidade dialética e complexa. O ambiente da praia do Paiva, situado no município do Cabo de Santo Agostinho, Região Metropolitana do Recife (RMR), é composto por uma diversidade de elementos naturais, estuário, manguezal, restinga, recife de corais e resquícios de Mata Atlântica, numa área de conexão entre a RMR e o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). Não obstante, este ambiente tem sido submetido à transformações que se dão em favor da dinamização econômica, resultado da consolidação do megaempreendimento Reserva do Paiva, em 2007, um “bairro planejado” privativo, de luxo. As novas dinâmicas neste território têm revelado como o megaempreendimento contraditoriamente vem sendo tecido sob o amparo de uma retórica desenvolvimentista, sustentável, travestido da legalidade conferida pelos atores públicos, para apaziguar possíveis conflitos. Sendo assim, embora analisada uma realidade local, as apreciações aqui refletem verticalidades que preponderam nas intervenções urbanas, ou seja, traduzem sistemas de ações, fluxos que compõem uma *práxis* ligada à lógica da competitividade global e do consumo do espaço, que subvertem o pretense equilíbrio na relação entre sociedade e natureza. Hipotetizamos que vimos erigindo ambientes cada vez mais fragmentados, excludentes e exclusivistas, tornando ainda mais tênue nossas liberdades. Porque, a dinâmica de reprodução do espaço tem reforçado uma lógica de consumo alienado, aprisionador. As análises consideraram, então, a apropriação privada da natureza e a instrumentalização do ambiente para acumulação de excedentes financeiros. Destarte, para construção da pesquisa assumimos uma postura metodológica dialética, e, ao mesmo tempo, dialógica, na tentativa de atribuir um movimento reflexivo, já que a temática conduz às contradições. Orientamo-nos pelas linhas de investigação do quadro teórico-conceitual e estudo empírico, utilizando, em certa medida, abordagens regressivo-progressivas para melhor analisar a complexidade dos processos e a coexistência de temporalidades. Isto, com o objetivo de desconstruir a fábula do desenvolvimento conexo à governança ambiental através da análise crítica de suas perspectivas conceituais e práticas, adotadas para dinamizar o território da praia do Paiva, tendo como base o direito a cidades saudáveis, socialmente justas. Deste modo, arrazoa-se que a praia do Paiva é mais um dentre tantos territórios integrados a uma teia de ambientes que mais des-envolvem do que o contrário. O que faz emergir contradições e aclara intencionalidades nos discursos de desenvolvimento, governança, sustentabilidade. Elucidam-se casos similares ao da praia do Paiva para demonstrar a interesclaridade entre as ações local; nacional – Jurerê Internacional, SC e Riviera São Lourenço, SP; e internacional – *Colony Park*, Argentina. Para ilustrar os conflitos de interesses, inerentes aos processos de (re)configuração dos territórios para dinamização econômica, apresentamos o caso da Festa da Lavadeira. Por fim, fica evidente a *práxis* posta, responsável por recrudesce os conflitos no ambiente. Logo, se propõe uma outra *práxis* considerando as complexas inter-relações socioambientais, apontando possibilidades para ações ligadas a posturas éticas e morais novas, no sentido de uma racionalidade ambiental.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Justiça ambiental. Retórica. Complexidade.

ABSTRACT

The approach of themes that are present in discourses and practices that transform the environment was in the attempt to denude some intentionalities related to development, environmental governance, sustainability, bringing to the reflection proposals for reading a complex and dialectical reality. The environment of Paiva beach, located in the municipality of Cabo de Santo Agostinho, Metropolitan Region of Recife (RMR), is composed of a diversity of natural elements, estuary, mangrove, restinga, coral reef and remnants of Atlantic Forest, in a area of connection between the RMR and the Suape Port Industrial Complex (CIPS). Nonetheless, this environment has undergone transformations in favor of economic dynamism, as a result of the consolidation of the mega project to Reserva do Paiva, in 2007, a "planned neighborhood" private, deluxe. The new dynamics in this territory have revealed how the mega project contradictorily has been woven under the protection of a developmentalist, sustainable rhetoric, transvestite of the legality conferred by the public actors, to appease possible conflicts. Thus, although a local reality is analyzed, the assessments here reflect verticalities that preponderate in urban interventions, that is, they translate systems of actions, flows that compose a praxis linked to the logic of global competitiveness and consumption of space, that subvert the supposed balance in the relationship between society and nature. We hypothesize that we have seen erecting environments that are increasingly fragmented, exclusive and exclusivist, making our freedoms even more tenuous. Because, the dynamics of space reproduction has reinforces a logic of alienated, confiner consumption. The analyzes then considered the private appropriation of nature and the instrumentalization of the environment for the accumulation of financial surpluses. Thus, for the construction of the research we assume a methodological dialectical, and at the same time, dialogical, in the attempt to attribute a reflexive movement, since the theme leads to the contradictions. We are guided by the lines of investigation of the theoretical-conceptual framework and the empirical study, using to a certain extent regressive-progressive approaches to better analyze the complexity of processes and the coexistence of temporalities. This, with the objective of deconstruct the fable of development related to environmental governance through a critical analysis of its conceptual and practical perspectives, adopted to boost the territory of Paiva beach, based on the right to healthy, socially just cities. In this way, it is argued that the beach of Paiva is one of many territories integrated into a web of environments that de-envelop more than the opposite. What makes emerge contradictions and clarify intentionalities in the discourses of development, governance, sustainability. Cases similar to Paiva beach were elucidated to demonstrate the interscalarity between local actions; national - Jurerê Internacional, SC and Riviera São Lourenço, SP; and international - Colony Park, Argentina. In order to illustrate the conflicts of interests inherent to the (re)configuration of the territories for economic dynamization, we present the case of the Washerwoman's Party. Finally, it is evident the praxis posta, responsible for intensifying the conflicts in the environment. Therefore, another praxis is proposed considering the complex socio-environmental interrelationships, pointing out possibilities for actions linked to new ethical and moral postures, in the sense of an environmental rationality.

Keywords: Sustainability. Environmental justice. Rhetoric. Complexity.

RESUMEN

La abordagem de temáticas presentes en los discursos y prácticas que transforman el ambiente se le ha dado con el fin de poner al descubierto algunas intencionalidad relacionados con el desarrollo, la gobernanza ambiental, la sostenibilidad, trayendo a la reflexión propuestas de lectura de una realidad dialéctica y compleja. El ambiente de la playa Paiva, situada en el municipio de Cabo de Santo Agostinho, región metropolitana de Recife (RMR), se compone de una variedad de elementos naturales, estuario, manglares, banco de arena, arrecifes de coral y restos de bosque atlántico, en una zona de conexión entre RMR y el Puerto de Suape y Complejo Industrial (CIPS). Sin embargo, este ambiente ha sido objeto de cambios que se producen en favor de dinamismo económico, como resultado de la consolidación del mega proyecto Reserva do Paiva, en el año 2007, un "planificado barrio" privado, de lujo. La nueva dinámica en este territorio han revelado como el mega proyecto está siendo contradictoriamente tejido bajo el apoyo de una retórica desarrollista, sostenible, travestido con el soporte de la legalidad que confiere actores públicos, para apaciguar los conflictos potenciales. Por lo tanto, aunque se considera una realidad local, las evaluaciones aquí reflejan verticalidades que prevalecen en las intervenciones urbanas, es decir, traducen los sistemas de acciones, flujos que componen una praxis vinculada a la lógica de la competitividad global y de el consumo de el espacio, que subvierten el supuesto equilibrio en la relación entre la sociedad y la naturaleza. La hipótesis es de que venimos construyendo ambientes cada vez más fragmentados, exclusivos y excluyentes, lo que hace aún más tenue nuestras libertades. Debido a la dinámica de la reproducción del espacio se ha fortalecido una lógica de consumo alienado, encarcerador. El análisis considerarán, entonces, la apropiación privada de la naturaleza y la instrumentalización del ambiente para la acumulación de excedentes. Por lo tanto, para la construcción de la investigación asumimos un enfoque metodológico dialéctico, y, al mismo tiempo, dialógico, en un intento para asignar un movimiento reflexive, una vez que la temática es orientada a partir de contradicciones. Nos guiamos por las líneas de investigación del marco teórico-conceptual y del estudio empírico, utilizando, en cierta medida, enfoques regresivas-progresiva para mejor analizar la complejidad de los procesos y la coexistencia de las temporalidades. Esto, con el fin de deconstruir la fábula del desarrollo conectado con la gobernanza ambiental a través del análisis crítico de sus perspectivas conceptuales y prácticas adoptadas para impulsar el territorio de la playa Paiva, con base en el derecho de ciudades saludables, socialmente justas. Por lo tanto, se razona que la playa Paiva es uno más entre muchos territorios integrados en la un web del ambientes que más des-envolven que otra cosa. Lo que pone de manifiesto las contradicciones y aclara las intenciones de el discurso del desarrollo, gobernabilidad, sostenibilidad. Fueron aclarados casos similares a la playa Paiva para demostrar la interesalaridade entre las acciones local; nacional – Jurerê Internacional, SC y Riviera São Lourenço, SP; e internacional - Colony Park, Argentina. Para ilustrar los conflictos de intereses inherentes en el proceso de (re)configuración de los territorios para el dinamismo económico, se presenta el caso de la Fiesta de la lavandera. Por último, es evidente la praxis puesta, responsable por recrudescer los conflictos en el ambiente. Así, se propone una otra praxis considerando las complejas interrelaciones socioambientales, señalando posibilidades de acciones vinculadas a nuevas actitudes éticas y morales, en el sentido de una racionalidad ambiental.

Palabras clave: Sostenibilidad. Justicia ambiental. Retórica. Complejidad.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da praia do Paiva	33
Figura 2 – Carta imagem do município do Cabo de Santo Agostinho	34
Figura 3 – Carta imagem do litoral do Cabo de Santo Agostinho	35
Figura 4 – Praia do Paiva, em 2006, sem intervenções expressivas, com destaque para a restinga e o estuário	37
Figura 5 – Praia do Paiva, em 2006, com destaque para os rios Pirapama e Jaboatão e as áreas de manguezal	37
Figura 6 – Praia do Paiva, em 2006, com destaque para a sua localização “estratégica” com relação à urbanização metropolitana	38
Figura 7 – Praia do Paiva, em 2006, com destaque para a extensa faixa de coqueirais	38
Figura 8 – Praia do Paiva, em 2006, com destaque para as marcações do loteamento e ao fundo a Mata de Camaçari	39
Figura 9 – Praia do Paiva, em 2006, com destaques para a Lagoa Encantada, a igreja São João do Paiva e algumas casas da antiga “Vila do Paiva”	41
Figura 10 – Divulgação do Loteamento Praia do Paiva, em 1986	42
Figura 11 – Estrutura viária principal da praia do Paiva	46
Figura 12 – Divulgação dos investimentos públicos e privados previstos na praia do Paiva, em 2005	47
Figura 13 – <i>Masterplan</i> do Megaempreendimento Reserva do Paiva, em 2015	48
Figura 14 – Zona de Expansão Urbana e Interesse Ambiental II, constante na Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2004	51
Figura 15 – Divulgação do ‘mais novo bairro planejado de Pernambuco’, em 2011	52
Figura 16 – Praia do Paiva, em 2009, com destaque para a construção do primeiro lançamento imobiliário	53
Figura 17 – Praia do Paiva, em 2009, com destaque para a construção do Condomínio Morada da Península	54

Figura 18 – Praia do Paiva, em 2010, com destaque para o Condomínio Morada da Península, primeiro lançamento imobiliário do MRP, com valores iniciais entre 2 e 4 milhões de reais	54
Figura 19 – Praia do Paiva, em 2014, com destaque para o processo intenso de urbanização	55
Figura 20 – Praia do Paiva, 2014, com destaque para 6 torres de empresariais, conjugados com um <i>shopping</i> tipo <i>open mall</i> , ao lado um hotel de luxo, considerado o primeiro triplo “A” do NO/NE, e um Centro de Convenções	55
Figura 21 – <i>Masterplan</i> do Megaempreendimento Reserva do Paiva, em 2016	56
Figura 22 – Praça de pedágio e núcleo de segurança localizados ao norte (A) e ao sul (B) da praia do Paiva	58
Figuras 23, 24, 25, 26 e 27 – Servidão de passagem para acesso da população à praia, pelo Megaempreendimento Reserva do Paiva	59-61
Figura 28 – Praia do Paiva e alguns de seus elementos naturais (visão norte)	64
Figura 29 – Praia do Paiva e alguns de seus elementos naturais (visão sul)	65
Figura 30 – Relações entre os instrumentos utilizados na pesquisa empírica	84
Figura 31 – Comparativo do ambiente da praia do Paiva antes de 2006 (A) e depois do Megaempreendimento Reserva do Paiva, em 2014 (B)	97
Figuras 32 e 33 – Informações divulgadas pelo site da Reserva do Paiva	98
Figura 34 – Metas globais para o desenvolvimento sustentável	106
Figura 35 – Igreja de São João do Paiva, na praia do Paiva, em 2012	116
Figura 36 – Empreendimento <i>Le Parc Boa Viagem Residential Resort</i>	127
Figura 37 – Principais itens da estrutura do <i>Le Parc Boa Viagem Residential Resort</i>	127
Figura 38 – Localização Jurerê Internacional e Jurerê Leste (Tradicional)	129
Figura 39 – Praia de Jurerê, em 1980	130
Figura 40 – Praia de Jurerê, em 2011	130
Figura 41 – Riviera de São Lourenço, em Bertiooga – SP	133-135
Figura 42 – Divulgação das características do <i>Colony Park</i>	137

Figura 43 – Divulgação do <i>Colony Park</i>	138
Figura 44 – Projeto <i>Colony Park</i>	139
Figura 45 – Anúncio da suspensão das vendas dos lotes do Colony Park em seu <i>site</i>	140
Figura 46 – Arranjos institucionais de governança no território da praia do Paiva	147
Figura 47 – Agenda 21 da Reserva do Paiva e comunidades vizinhas	153
Figura 48 – Festa da Lavadeira, na praia do Paiva (A e B), em 2008	156
Figura 49 – Tradicional banho de lama na Festa da Lavadeira, em 2009	158
Figura 50 – Ofício enviado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial à Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho para obter maiores esclarecimentos sobre a proibição de realização da XXVI Festa da Lavadeira na praia do Paiva, em 2010	159
Figura 51 – Matéria na Revista do Brasil denuncia a ameaça à Festa da Lavadeira, em 2010	160
Figura 52 – Despacho da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial por solicitação da ONU solicitando esclarecimentos quanto à proibição de realização da Festa da Lavadeira na praia do Paiva, em 2011	162-163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Atores e intenções nos diálogos/entrevistas	82
Quadro 2 – Previsão dos impactos pelo Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental do Megaempreendimento Reserva do Paiva	100
Quadro 3 – Padrões de crescimento até o desenvolvimento	118
Quadro 4 – Divulgação da disponibilização para consulta pública do RIMA do Megaempreendimento Reserva do Paiva, em 2006	148

SUMÁRIO:

	ADVERTÊNCIAS	15
1.	BREVE APRESENTAÇÃO DA IDEIA: por uma crítica transcendente	17
2.	INTRODUÇÃO	21
2.1	A Realidade vista através de um caleidoscópio: tentativa de nos situar no processo evolutivo da relação sociedade-natureza	23
2.2	Construção dos Caminhos para compreensão da Realidade estudada	30
3.	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E DO PROBLEMA DE ESTUDO	32
4.	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA E APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS	62
4.1	Métodos de Abordagem	73
4.2	Métodos de Procedimentos e Linhas de Investigação	76
4.2.1	Estudo Teórico-Conceitual	78
4.2.2	Estudo Empírico	80
5.	A CONTRADITÓRIA TRAMA QUE DES-ENVOLVE	85
5.1	A edificação conceitual do Desenvolvimento	86
5.2	Contextualização dos esforços para consolidar uma agenda para o desenvolvimento sustentável	103
5.3	Dinâmicas territoriais da praia do Paiva na direção do Des-envolvimento	109
5.4	Direito ao Ambiente X Empreendedorismo urbano	123
5.5	Governança Ambiental: realidade ou falácia?	141
5.6	O caso da Festa da Lavadeira	155
5.7	Sustentabilidade Urbana: um corolário?	165
5.8	A <i>Práxis</i> como instrumento de transformação.....	167

6.	TENTANDO INTERLIGAR	
	A TEIA DE RELAÇÕES NA PRAIA DO PAIVA	173
6.1	O pensar Complexo para suturar a trama que des-envolve:	
	uma perscrutação	174
7.	À GUIA DE UMA CONCLUSÃO	181
	REFERÊNCIAS	184

ADVERTÊNCIAS

A construção de uma pesquisa, qualquer que seja ela, retrata, primeiro, um esforço intelectual notável, porque envolve observar, absorver, interpretar e expressar um modo de perceber a realidade. Segundo, a coragem de defender nossa forma de enxergar essa realidade. Portanto, retrato aqui a forma com que percebo a realidade ambiental como processo dialético e dialógico, complexo, e tento aclarar suas contradições. Assim, a licença desta seção busca dissentar de formalismos “academicistas” tão criticados por Derrida (1995)¹, tergiversando as restrições técnicas que engessam a criatividade, a fim de oferecer ao leitor aproximações às inquietações do autor e ao processo de investigação.

Este período de conflitos mais intensos, entre ideias, tem me feito refletir sobre nossas posições no mundo e perante a realidade, e provocado um desvario em nossas construções intelectuais, trazendo embates ideológicos e gnosiológicos particulares, promovendo desconstruções para reconstruções. Essa celeuma tem me feito ter consciência de nossas frágeis “convicções” e a certeza da minha permanente incerteza. Espero que este excerto de páginas retratem um pouco do esforço reflexivo acerca do tema que nos propomos discutir, salientando que as imperfeições refletem fielmente minha fragilidade cognoscente, minha prudente interpretação da realidade junto à minha ignorância. Desculpem-me de antemão por erros e equívocos.

Particularmente, este tem sido um trabalho árduo, pois enseja a assimilação de ideias, informações, dados, num período de imediatismo, de liquidez, como afirma Bauman (2001) – que se tem posto imperativo diante da fugacidade da vida cotidiana –, que julgo muito ter nos custado. Porque, digerir lenta e cuidadosamente as informações e transformá-las em conhecimento é uma das tarefas mais importantes que se pode realizar atualmente. A construção do conhecimento tem se dado, analogamente, como a montagem de um quebra-cabeça, *stricto sensu*, enquanto reflexo da fragmentação dos saberes. Mas avançamos quando percebemos as conexões, ainda que alcançando míope e astigmaticamente a teia das relações de uma realidade cada vez mais complexa. Este é o caminho que tenho buscado. Não tem sido fácil. Mas a perscrutação tem me levado a perceber a realidade com cuidado, para tentar ter relativa “nitidez”.

¹ DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Trad.: Maria Beatriz M. Nizza da Silva. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

Bordejei petulantemente, mas com cautela respeitosa, algumas das bases filosóficas da construção do nosso conhecimento. O que já é uma grande conquista, compreender o que tem dado relativa coerência na construção de nossas visões de mundo.

Ao longo desta construção tive alguns estímulos – muitos desestímulos também – mas particularmente me deu ânimo a ascensão, com maior vigor do que o visto em anos recentes, de movimentos de resistência às intervenções no ambiente urbano, seja por movimentos sociais organizados, como o movimento Ocupe Estelita, ou através da arte, como o entusiasmante filme “Aquarius”. Estes, muito têm me inspirado e motivado a aprofundar as discussões acerca dos ambientes possíveis, do valor das pessoas, dos territórios, das nossas relações com o lugar, enfim, da relação entre sociedade e natureza. Deste modo, destaco aqui o papel preponderante que a arte (em todas as suas formas) tem para aproximarmo-nos da compreensão de situações complexas, pois a ludicidade trazida por suas diversas formas auxilia a acurar a criticidade e possibilita leituras profundas da realidade, de formas que fogem à convenção. Mas com uma densa capacidade de sensibilizar as pessoas sobre temas diversos. Ela tem-me dado sopros de inspiração, exercendo papel salutar para que eu concluísse este trabalho².

Nesta empreitada tentei me distanciar da ideia de aparentar ser mero complicador inócuo, apesar de achar que possa ser assim taxado. Mas me esforcei para evitar essa insígnia, pois, o que aqui exponho retrata tão só o vigor de minhas utopias, como percebo a realidade, como dito, e o que acredito verdadeiramente que pode ser capaz de fecundar novas possibilidades de superação dos nossos problemas – esses que tentam “reduzir tudo a dinheiro, esvaziando todos os valores humanos que não couberam num esquema de fixação de preços” (KONDER, 2008)³ –, pela via da compreensão do ambiente através de uma racionalidade ambiental. Talvez para alguns de maneira difusa, porém, retrata a dificuldade em ler a realidade com a profundidade que arrisquei, mesmo assim ousei. Espero ser compreendido e que essa compreensão frutifique.

Por fim, aviso-os: este trabalho é um grito silencioso – porque circunscrito a uma esfera, sobretudo, científica – mas que há de ressoar, somando-se aos muitos outros gritos produzidos por aqueles que, como eu, no âmbito da totalidade complexa, acreditam que um outro mundo é possível.

Recife, janeiro de 2017.

² Talvez o contexto histórico justifique estas elucubrações. Registre-se: Brasil, anos de 2016-2017.

³ Revista Espaço Acadêmico, número 90, 2008. Disponível em: <
<https://www.espacoacademico.com.br/090/90konder.htm>> Acesso em: 20 dez. 2016.

1. BREVE APRESENTAÇÃO DA IDEIA: por uma crítica transcendente

Trazer à reflexão nossa constituição enquanto sociedade, através de uma homeopática leitura da evolução do homem e de sua relação com a natureza pode-nos revelar as razões de algumas de nossas relações, práticas, e também, o porquê de nossas inações. A realidade é complexa, portanto, a sua leitura, forçosamente, nos levará a desencontros, descobertas, conflitos, contradições, enfim, perder-se no percurso deste tipo de reflexão é, digamos, ordinário. Talvez, por isso, tenhamos a intenção de desenvolver esta pesquisa, ou seja, por perceber uma necessidade pessoal de compreender melhor a realidade contraditória. Busca-se respostas a algumas de nossas inquietações.

Por isso, pretendemos escrutinar, na medida de nossas limitações, o Desenvolvimento e a Governança Ambiental. Pois, julga-se serem preponderantes na constituição das relações e na ação dos atores que protagonizam as mais relevantes intervenções no ambiente ora considerado. Diante de nossa cognição construída, que pretensamente julgamos crítica, observamos que é nos conflitos que reside grande possibilidade de clarificação, caso se tente conhecer mais aprofundadamente os problemas e tenhamos verdadeira persistência e propósito de revelar suas razões.

Na maior parte das vezes dissonamos da compreensão genérica, causando discordância, desconforto para o *establishment*, quando em verdade é esse mesmo papel do intelectual, como diz Milton Santos, ou do intelectual orgânico, como diz Gramsci. Por isso a necessidade da persistência, pelos conflitos com a realidade, que turva a nossa percepção, e com a difusão de formas de vê-la através de informações que mais confundem do que esclarecem. Imergir na realidade, buscar com mais acuidade as intencionalidades dos movimentos em direção ao progresso do homem têm nos assustado, na medida em que intuímos percalços que se revelam, em grande medida, conscientes. Deste modo, apreendemos que antiteticamente vimos construindo nossa história, numa dialética entre o saber e o fazer, numa incoerência prática.

Por isso a ideia de discutir tais temas no âmbito do quadro de referências utilizado. Nossa aspiração vem de uma necessidade de tentar explicitar as convergências e complementaridades dialéticas do Desenvolvimento com a Governança Ambiental. Daí por que a razão de revisitar a *práxis* e considerar o paradigma da complexidade para tentar compreender as dinâmicas ambientais no território da praia do Paiva-PE, numa tentativa interdisciplinar, a fim de buscar proposições aos problemas observados.

A praia do Paiva é mais um dentre tantos territórios que percebemos integrar uma teia de ambientes que têm des-envolvido as pessoas. Contraditoriamente tecido sob o amparo de uma

retórica desenvolvimentista e ambiental, sustentável. E travestidos com o respaldo da legalidade. Quando a empiria é que temos nos imiscuído dialeticamente em ambientes fragmentados, excludentes, que têm restringido cada vez mais nossa liberdade. Porque tudo tem se ligado ao reforço de uma lógica de consumo alienado, aprisionador. Essa tem sido a tônica para assegurarmos o mínimo de dignidade para morar, para nos alimentar, para nos movimentar (no sentido de nos deslocar no meio urbano), para estudar, para desfrutar o ócio, para o lazer, enfim, para viver e não apenas sobreviver. Tenta-se nos fazer crer que não existe vida para além do que é consumível, quando tudo tem se tornado mercadoria. Justo num momento que julgamos emergir grandes possibilidades de uma verdadeira, mas paulatina, mudança nas atitudes, tendo em vista o avanço das ideias ligadas às questões ambientais e diante do fato da atenção da sociedade ter se voltado, com maior cuidado e preocupação, para o meio natural do qual somos parte integrante.

Esta é uma das razões para tentar aqui somar mais uma contribuição, dentre tantas, à desconstrução de uma *práxis* que paradoxalmente tem se assumido enquanto favorável ao desenvolvimento, à governança, à sustentabilidade. Mas que, na realidade, desagrega, o consumo fragmenta forças para uma transformação de paradigma que tenha como cerne a questão ambiental. É nesse sentido que pretendemos apontar a dinâmica territorial estabelecida na praia do Paiva, assentada arditosamente sob as fábulas do desenvolvimento, da responsabilidade socioambiental, da governança, instituída por meio de uma política-espetáculo, como uma *práxis* avessa aos preceitos da sustentabilidade, apesar de fazer uso destes para legitimar-se. Buscando ainda, indicar que este tipo de ambiente nos distancia de relações mais humanas, devido à preponderância das relações comerciais. Distanciamos-nos de nós, pelos muros, grades, câmeras, pela “panóplia de tecnologias de vigilância”, como diz Acsehrad (2009), e da Natureza, pela reificação e artificialização das relações entre sociedade-natureza, e por uma metonimização dessa natureza.

À propósito destas alterações, enfatizamos nossa opção de utilizar a expressão “‘reserva’ (grafada em minúsculo e aspeada) do Paiva” no título do trabalho. O intento é de revelar, desde já, nosso posicionamento crítico quanto à reserva de valor que se constituiu o território da praia do Paiva, com fins especulativos desde o seu loteamento, além de ser qualificada como reserva ambiental, por suas peculiaridades físico-naturais e sua localização no espaço urbano da Região Metropolitana do Recife, aspectos estes que poderão ser melhor evidenciados adiante. Propositamente, a expressão confronta o megaempreendimento instalado neste ambiente, denominado Reserva do Paiva, o qual transformou o ambiente da praia do Paiva numa área

reservada, em sentido estritamente econômico. Por isso, denunciamos a contraditória trama que vem tecendo os ambientes e deturpado aspirações de maior justiça socioambiental.

Deste modo, acreditamos que os redirecionamentos possíveis para minimizar os imbróglis supracitados, se dão, em primeiro momento, através da percepção dos falaciosos discursos (cremos que neste ponto podemos contribuir, através deste trabalho); e num segundo momento, apropriando-nos de outras possibilidades para construção de nossas cidades, por meio de uma outra teoria levada à prática, por uma *práxis* ligada à racionalidade ambiental, utilizando-se das múltiplas ferramentas que dispomos como modo de efetivá-la.

Por fim, espera-se, diante de toda explanação, trazer reflexões sobre os ambientes que têm sido erigidos em nossas cidades, instigando os seguintes questionamentos: os ambientes (como o da praia do Paiva) que têm sido erigidos são para todos? Beneficiam quem? Contribuem para mitigar as desigualdades? Caso tenhamos resposta negativa, acreditamos estar nos distanciando dos ansiados ambientes humanos, inclusivos, desenvolvidos, saudáveis, sustentáveis. Portanto, identificar as fragilidades de nossas práticas e juntar-se à denúncia dos insidiosos discursos hodiernos se faz imperativo. Vamos tentar fazer a nossa parte!

2. INTRODUÇÃO

A histórica inter-relação da sociedade com a natureza nos revela as opções e os caminhos seguidos pelo homem, até chegar ao presente. Como as sociedades constroem visões do mundo, conceitos, que se ressignificam e se modificam no processo de busca incessante por traduzir a realidade da forma mais fiel possível, por meio do que o mundo ganha formas diversas ligadas aos construtos sociais. O mundo é visto e compreendido a partir do olhar do homem, segundo as formas de trabalho e de apropriação da matéria, de acordo com os modos de produção, de como o homem se relaciona com o meio e de como se estabelecem as relações sociais. Por isso, a realidade nos impõe constantes desafios para compreender e solucionar os conflitos resultantes destas relações.

A dinâmica evolutiva da vida nos desafia a construir e reconstruir a nossa cognição, interminavelmente. Na certeza de nossas incertezas, cabe-nos interrogar, refletir e agir, dialeticamente, autocriticando-nos, reconhecendo a singeleza e a superficialidade do nosso saber frente à complexidade do real. Esta realidade se acha tramada por temporalidades e espacialidades, que complexificam nosso entendimento. De tal modo, o ambiente urbano – espaço que passa a assumir papel central na organização ambiental das sociedades, sobretudo a partir do século XX, seja pelo vulto populacional, seja por concentrar as principais instâncias de decisão do mundo dito moderno – nos dá a possibilidade de imersão nas contradições da relação entre sociedade e natureza atualmente. Pois nele se acham, preponderantemente, os discursos-ação responsáveis por esta interação, como afirma Silva (1986, p. 38),

[...] as ideias, ao nível da técnica, da ciência ou da filosofia, em nosso mundo moderno, apresentam-se como elementos necessários à elucidação das contradições do real, num nível que questiona a própria produção intelectual, como trabalho individual ou coletivo. Esse nível pode ser referido ao mundo urbano, que representa hoje o lugar em que se condensam as contradições [...], das quais tomamos consciência intensamente, por meio das comunicações. O discurso tem, então, uma referência lógica específica, que representa a particularidade do presente, presente esse que contém o passado e o futuro, espacialmente dados.

Quanto a questionar-nos, inquietar-nos, destacamos que seria agora, definitivamente, o momento de termos ações-resposta(s) aos sem-número de problemas ligados à insustentabilidade do modo de vida que afligem o ambiente? Este é um questionamento contumaz. Debruçados sobre a contraditória realidade urbana temos a certeza de que o momento para a mudança é/foi este. De tal modo, é a partir da observação suscitada por Heráclito que nos pomos, inadvertidamente, percebendo a realidade como um eterno vir a ser, como algo não linear e eivado de possibilidades. Mas uma mudança em que sentido? Espera-se responder este questionamento no transcurso da pesquisa.

Assim, é apreendendo a aparência do real de acordo com o nosso filtro de observação e levando em consideração as múltiplas forças com suas possibilidades latentes que atuam sobre a realidade, que assumimo-la como instrumento para nossas reflexões. Aqui, as discussões se darão para elucidar como está posta uma realidade a partir das dinâmicas de determinado território, à luz de nosso aporte teórico-conceitual, como forma de identificar, ainda que preliminarmente, as possibilidades de mitigação dos conflitos e paradoxos presentes neste ambiente.

Antecipamos, no entanto, que serão envidados esforços para identificar uma *práxis* subversiva às relações mercantis entre sociedade e natureza – relação que se mostra evidente sob nosso olhar – em que vem prevalecendo de acordo com Marx, o “crescente valor do mundo das coisas” ao preço da “desvalorização do mundo dos homens” (MÉSZÁROS, 2006). Comungamos, portanto, com a ponderação trazida por Souza (2013, p. 128),

O que fazemos é construir reflexões, nos marcos dos esforços teóricos, que alimentem, e sejam retroalimentados por, esforços de pesquisa empírica. E, em se tratando da reflexão crítica, esse ‘empírico’ não é restrito a uma experiência prático-sensível descompromissada, mas diz respeito à *práxis*, da qual a meditação teórico-conceitual não deve ser jamais desconectada.

2.1 A Realidade vista através de um caleidoscópio: tentativa de nos situar no processo evolutivo da relação sociedade-natureza

A história da humanidade é, por vezes, curiosa e instigante. Curiosa porque, ao ponderarmos como o homem em sociedade evolui no tempo e no espaço, pode-se perceber que, por meio da análise da relação sociedade-natureza, podemos vislumbrar compreender o rumo dado para sua evolução. Através de passos frágeis – sem ter a apreensão do que as mudanças ocasionariam, do que seríamos capazes, ou aonde poderíamos chegar, e de que as transformações na natureza nos transforma, já que somos parte desta – assim como ainda é o nosso caminhar. Reconhecemo-nos enquanto limitados no conhecimento, mas concebemos a ciência evoluindo, como todas as coisas vivas e humanas, estabelecendo dialética e dialogicamente uma comunicação entre objeto(s) e sujeito(s). Porquanto, “[...] como Brecht, poderíamos afirmar: ‘Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana.’ (ALVES, 1981, p. 172).

Referenciamo-nos, inequivocamente, no conhecimento erigido, tendo como princípio o período grego, o cristianismo e o iluminismo até chegar ao positivismo, da imanência à transcendência. Heráclito, Parmênides, Platão, Aristóteles, Kant, Descartes, Hegel, e tantos

outros, mostram que buscamos respostas para decifrar a realidade, investigar os fenômenos, os processos, suas relações e causas. No entanto, o acúmulo das experiências ainda não nos trouxe respostas suficientes para uma série de questionamentos, os quais não param de surgir. Mas, há de haver respostas suficientes?

Quanto ao aspecto da instigação, esta refere-se à busca incessante pela descoberta, pela mais fiel tradução do real, salientando que é nesta busca que se constrói o aprimoramento, aumenta-se a lucidez e a nitidez com que enxergamos o que está à nossa volta.

De acordo com Demo (1995, p. 11), “[...] decorre ser mister aceitar que tudo em ciência é discutível, sobretudo nas ciências sociais [...] seja porque nunca esgotamos a realidade, seja porque as maneiras como a tratamos podem sempre ser questionadas.” Reconhece-se, portanto, que o real é processo, é dinâmico, espiral, dotado de um movimento constante e incessante. Como alega Lefebvre (1991), a pesquisa é a busca incessante das determinações, e encontrar as determinações é buscar as mediações.

Diante da percepção da(s) realidade(s) cada vez mais fragmentada(s), tanto pelas múltiplas forças atuantes sobre o ambiente, quanto pela nossa precária capacidade de exame do complexo, das tramas que formam o real, devido à compreensão do mundo cada vez mais especializada e tecnocrática, porquanto míope, cabe-nos interrogar nossa forma de pensar. Entender nossa parcialidade na apreciação do cotidiano, para aproximar da realidade empírica e prática, dos “dados” da vida e da consciência, como dissera Lefebvre (1991), e buscar superar, progressivamente, essa fragilidade.

O caleidoscópio é, logo, um símbolo de como percebemos o mundo à nossa volta. Refere-se a filtros diversos, para realidades diversas e difusas. Por isso, não teremos a pretensão de trazer respostas às perguntas que suscitaremos – até porque temos compreensão de nossa miopia –, mas apresentar subsídios para que construamos possíveis caminhos para respondê-las. Num constante movimento de desconstrução e reconstrução, por meio da dialética, erigindo perspectivas dialogicamente.

Desenvolvimento é um dos termos que pode ser utilizado para expressar a trajetória humana na história, sendo também utilizado para definir a evolução da sociedade, diretamente associada às relações que foram estabelecidas entre sociedade e natureza no tempo e no espaço. Mas, se a sociedade está na natureza, é natureza, qual seria o conceito de Natureza⁴?

⁴ Assumir uma discussão sobre o conceito de Natureza nos dá real dimensão do paradoxo em que foi construído. Aqui assumimos a difícil tarefa de mencioná-la com conotações diferentes em alguns momentos, adotando a visão da natureza contemporaneamente (grafada intencionalmente com ‘n’ minúsculo), “[...] que tem servido como um dos suportes para o modo como produzimos e vivemos, que tantos problemas nos tem causado [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2013, p. 24), enquanto recurso, mercadoria – ainda que saibamos a intencionalidade que reside

Deste modo, é a busca desmensurada pelo progresso, pelo “desenvolvimento”⁵, sobretudo na constituição de uma “sociedade urbana” ou “sociedade burocrática de consumo dirigido” segundo Lefebvre (2002), em nível global, recrudescida a partir do século XX, que há a priorização da dimensão econômico-política como forma de aumentar a produção, expandir as fronteiras dos negócios, criar produtos, mercadorias, para que sejam consumidos. Os ‘recursos’ naturais tornam-se privados, cada vez num ritmo mais acelerado e em maior quantidade, sendo instrumentalizados a serviço da acumulação de capital. Na mesma medida em que as pessoas deixam de ser vistas como cidadãos(ãs), assumindo o papel de usuários, consumidores, conforme afirma Santos (1993).

Tais dinâmicas suscitaram uma preocupação social-ambiental, elucidando o altruísmo a questões morais e éticas do modo de produção vigente. Esta preocupação institucionaliza-se, sendo assumida por meio de acordos entre os países, os quais criaram compromissos e responsabilidades para tentar “frear” a intensa exploração dos recursos naturais e a degradação do ambiente. Ainda que não julguemos de pronto as intencionalidades presentes em tais ações.

É neste sentido que nos espaços urbanos vêm sendo inseridas as dinâmicas da competitividade, da mercantilização, assumindo papel preponderante para a expansão das atividades produtivas. Novos atores globais são identificados, exercendo o papel de interlocutores dos interesses do capital na produção do espaço urbano. A cidade, por exemplo, tem se mostrado ambiente privilegiado para a disseminação das estratégias da globalização, do capitalismo, devido à confluência de atividades na área urbana, concentração de pessoas, pelo acesso aos mais variados serviços, ganhando importância como espaço concentrador de poder ao assumir boa parte do papel de centro da economia. Cria-se, assim, um pensamento que se quer único, assim como cidades do ambiente único, o ambiente dos negócios.

Ao desempenharem nova função diante da globalização, as cidades redefinem e ampliam as redes urbanas de que fazem parte, possuindo atualmente um papel preponderante no jogo

detrás desta concepção e tenhamos uma opinião crítica quanto a isso. E, adotando uma conotação da Natureza (grafada intencionalmente com ‘N’ maiúsculo) enquanto gênese de todas as coisas, como totalidade, da qual o homem é parte, considerando a complexidade das relações dos seres, que ao nosso ver é a que se põe pertinente e com a qual nos alinhamos. Conceituação essa assumida como um desafio para a sociedade atualmente.

⁵ Assim como na expressão “natureza”, a palavra “desenvolvimento” acha-se grafada intencionalmente em alguns momentos em letra maiúscula, quando conotando o significado que defendemos, que deve considerar dialeticamente as dimensões social, ambiental, econômica e política para assim ser caracterizado, e em outros momentos em letra minúscula, designando a conotação construída ao longo da história, assumindo a retórica do progresso e desconsiderando a complexidade do ambiente e as diversas dimensões para efetivá-lo, portanto, confundido com o mero crescimento econômico.

político e adquirindo uma suposta autonomia, que permite interações entre si em rede global (PONTES, 2014). Castells e Borja (1996, p. 12), assim sintetizam o novo papel das cidades:

La globalización exige a las grandes ciudades, a las ciudades metropolitanas, ofrecer plataformas competitivas a sus actividades económicas, cualificar sus recursos humanos, establecer un buen sistema de intercambios com ámbitos cada vez mayores (incluso continentales y mundiales), promocionar su imagen internacional y funcionar internamente de forma eficiente y con reglas y convenciones claras e estables.

Nesse contexto, os ambientes são tecidos de maneira a atender à lógica da acumulação flexível, a qual tem como escopo potencializar as possibilidades de acumular capital, na dialética em que tudo é acessado através do dinheiro. A maximização de excedentes torna-se, assim, a tônica das relações de produção, sociais, enfim, da relação sociedade-natureza. A partir desta lógica, ocasionam-se distúrbios socioespaciais, fragmentação, segregação, deterioração do ambiente, enfim, é negado o direito à cidade⁶ e uma justiça ambiental⁷. Revela-se, portanto, as perversidades dos padrões de consumo, seja de produtos, serviços ou do espaço, em que a Natureza é reificada e fetichizada, sendo mais uma das mercadorias. Corroboramos, desta forma, a afirmação de Santos (2001, p. 18),

De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização.

O paradigma da sustentabilidade emerge, então, de forma a difundir uma imagem apaziguadora da geração de desigualdades sociais e degradação ambiental trazidas pela lógica neoliberal imposta às cidades. Difunde-se, em verdade, uma sustentabilidade simbólica, pois esta tem sido essencialmente ligada ao pensamento único urbano que exige dos espaços urbanos ajustes para os propósitos da globalização financeira. Por isso, salientamos a necessária preocupação ambiental crítica às bases destas dinâmicas e tudo o que suscitem, distorcendo intenções e manipulando propósitos. Faz-se necessário dar sentido crítico a este tipo de desenvolvimento, tendo em vista os seus reflexos, daí por que o movimento ambientalista insurge para fomentar outra racionalidade a fim de combater as externalidades negativas, para o que afirma Leff (2009a, p. 01),

⁶ “[...] isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e uma democracia renovados.” (LEFEBVRE, 2001, p. 07).

⁷ “A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, *em que* ‘meio ambiente’ é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas.” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 16, grifo nosso).

Mais além da rejeição à mercantilização da natureza, é preciso desconstruir a economia realmente existente e construir outra, baseada em uma racionalidade ambiental. O que significa isto? A frase parte de uma constatação: a causa fundamental da crise ambiental, da degradação ecológica e do aquecimento global, é o processo econômico que atua como motor gerador de entropia, que acelera a morte do planeta. Além disso, não é possível decrescer mantendo a mesma estrutura da economia, que impulsiona esta a continuar crescendo, incrementando seu consumo entrópico da natureza e destruindo as bases de sustentabilidade da própria economia e da própria vida.

Assim sendo, a realidade de uma situação local, que será aqui analisada, deve ser entendida também sob uma perspectiva global, no âmbito de processos gerais a que estamos submetidos. É nesse sentido que buscaremos um fio condutor para a trama de relações que nos trouxeram até o presente momento, em um mundo globalizado⁸, mas fragmentado, em que espaço e tempo relativamente encurtaram e onde a tônica das relações entre os diversos atores e entre sociedade-natureza se dão através do capital. Os ambientes urbanos são os espaços privilegiados pelo capital, protagonizando as decisões da vida contemporânea por meio de práticas de gestão, numa retórica busca pela governança, utilizando-se da fábula do desenvolvimento. Mas, o que se entende por governança e desenvolvimento? São possíveis? Estas, são indagações que pretendemos esclarecer.

As transformações ocorridas com o processo de urbanização, no contexto de um cenário ambiental de mudanças econômicas, sociais e políticas por que passa o Estado e as sociedades contemporâneas, deram origem a novas concepções ao paradigma do desenvolvimento e a novos formatos de gestão e governança. Tem-se, assim, reforçado a defesa de práticas democráticas, participativas e colegiadas descentralizadas que induzem a concretização da interação de diversos atores: públicos, privados e sociedade organizada.

O processo decisório e de implementação de políticas ambientais, por meio de uma governança ambiental, tem passado pelo estímulo à participação dos diversos atores para que a preservação, conservação, enfim, o controle de uso dos meios naturais sejam garantidos e para que, paulatinamente, haja maior interesse e integração entre a sociedade para que os fins

⁸ Aqui, vemos a possibilidade de fazer, inclusive, um paralelo com a abordagem proposta por Santos (2001) quanto ao fenômeno da globalização como fábula, como perversidade e como possibilidade, com a ideia do desenvolvimento. Já que, este se encontra no centro dos discursos de uma necessidade de dinamização econômica e monetária mundial e que esta seria uma possibilidade para expansão dos mercados consumidores, de ampliação dos investimentos, o que alavancaria o ‘desenvolvimento’ econômico de todos os países através dessa globalização. Quando, na verdade, este desenvolvimento também se constitui como fábula, pois a preocupação mundial passa a centrar-se no mercado em detrimento das pessoas, pela adesão à competitividade; como perversidade pela homogeneização das práticas e relações sociais (consumo!), subsumindo culturas e aumentando as desigualdades; no entanto, também pode ser vista como possibilidade, caso considerem-se verdadeiramente (e não falaciosamente, como tem sido) ações voltadas a dar amparo à população e reduzir as mazelas sociais, tendo responsabilidade quanto à utilização dos recursos naturais, dando oportunidades de renda e trabalho a todos através de uma economia solidária e tendo políticas que garantam a efetividade destes propósitos, solidificando-os.

desejados da sustentabilidade sejam atingidos. A governança ambiental traz perspectivas de uma gestão democrática do ambiente, dos recursos naturais, para maior equilíbrio na absorção dos aspectos positivos e impactos negativos da exploração da Natureza. Porém, a banalização da sustentabilidade, resultante da busca incessante pelo acúmulo de capital, tem revelado o fosso entre o discurso e a prática na governança ambiental. A visão utilitarista e imediatista, típica do economicismo, prevalece sobre quaisquer práticas que venham a destoar dos interesses econômicos. Por isso, as críticas ao modelo de governança ambiental se fazem pertinentes, pois, com efeito, permanecem presentes os desequilíbrios nas relações de poder, as quais pouco favorecem a participação social nas instâncias de decisões, já que prevalecem os interesses de poucos, dos “detentores do poder”. Como afirma Acselrad (2009, p. 25), “[...] mesmo em nome do interesse de todos, é a política de algum grupo que será feita”.

Na realidade, é sintomático o choque de interesses entre os atores, tendo em vista a pluralidade de intenções por trás de cada uma das suas ações, percebendo-se que o discurso do desenvolvimento toma significações distintas para cada um e as diferenças nas intenções para uma governança ambiental. É nesse sentido que a praia do Paiva, em Pernambuco (PE), tem sido cenário da discrepância entre teoria e prática quanto ao desenvolvimento e à governança ambiental, não ligadas a uma racionalidade ambiental que se faz contumaz atualmente. Os atores hegemônicos detentores do poder, dos meios de produção e da terra, envolvidos na produção das cidades, procuram dar legitimidade às suas perspectivas buscando corroborá-las por meio de discursos como o do desenvolvimento, da sustentabilidade urbana, da responsabilidade socioambiental, da governança, sem que se tenha real apreço às considerações que devem ser feitas para suas efetivações.

Tais dissensos nos instigam à investigação da presente pesquisa. Sua construção tem a pretensão de expor, ainda que preliminarmente, proposições de ações que visem à consolidação do desenvolvimento, que considere as dimensões social, econômica e política/institucional, e da governança ambiental. A fim de prover sugestões relevantes para a efetivação do direito a cidades sustentáveis, saudáveis e socialmente justas, a partir da compreensão de uma dinâmica territorial local.

Sabemos da complexidade deste anseio, mas é através da busca pela inquirição das múltiplas forças que atuam no ambiente que se pretende avançar para atingir os objetivos. Reconhecemos, contudo, que nossa busca se trata de um convite à discussão. Salientamos, e nos referenciamos na afirmação de Demo (1995, p. 13), segundo a qual “[...] só pode ser

respeitado como científico aquilo que se mantiver discutível. Nada de dogmas. Nada de posições rígidas. Nada de proselitismo.”

Buscamos, desse modo, entender na unidade, a diversidade, por meio da compreensão das partes em relação ao todo e do todo em relação às suas partes, como afirma Morin (2005b). A multiplicidade de aspectos do espaço urbano e a forma como se (re)produz nos dá a possibilidade, mas ao mesmo tempo a encobre, tendo em vista a complexidade do entendimento das relações que se dão sobre esse espaço. Segundo Alves (1981, p. 09), o perigo “[...] é o de perder-se do todo, aumenta-se a capacidade de compreensão das partes, mas reduz-se a capacidade de compreensão do todo, em suas relações complexas”. Deve-se, para tentar evitar cair nestas insídias, considerar, no estudo, as singularidades, a localidade e a temporalidade, como formas de preservar as particularidades do lugar, seja natural (natureza) ou social (sociedade, cultura).

A tarefa de interligar os conhecimentos e saberes e de identificar a interdependência das ações – apreendendo os aspectos sociais, espaciais, políticos/institucionais e econômicos no ambiente da nossa sociedade – auxiliar-nos-á na busca pela compreensão dos problemas humanos essenciais. Torna-se, assim, mister conceber o caráter sistêmico das ações, dos fluxos e das tramas em um espaço mercantilizado, que reflete, sobretudo, a força do capital em detrimento da humanização dessas relações nos territórios do ambiente urbano.

Para a concretização das aspirações de confluência entre o desenvolvimento e a governança ambiental, hipotetizamos fazer-se necessário um sistema de cooperação e coordenação, amparados por uma racionalidade ambiental, como sugere Leff (2004), conscientização política e de assunção do papel de cidadão que cada um possui, exigindo e propondo intervenções que nos levem a uma *práxis* que favoreça, de maneira concreta, a tecer ambientes urbanos mais saudáveis, justos e que garantam qualidade de vida para todos.

Para a operacionalização da pesquisa, pretendemos fazer uma análise bibliográfica sobre o desenvolvimento tendo como perspectiva a relação entre sociedade-natureza, os modos de produção, a (re)produção do espaço⁹, as relações entre os atores; bem como sobre a governança,

⁹ Quanto a este termo, utilizamos para enfatizar a transição entre as formas de intervenção no ambiente no decorrer do tempo, isto é, a expressão ‘produção do espaço’ designa o período da cidade industrial, intensificada no Brasil na segunda metade do século XX “[...] produzida sob a hegemonia do capital industrial e fundada na relação capital-trabalho, das relações sociais definidas (*sobretudo*) no âmbito da fábrica e das lutas em torno da jornada de trabalho” (CARLOS, 2013, p. 105, grifo nosso), e a expressão ‘reprodução do espaço’ enquanto designação do período da cidade financeira sob a hegemonia do capital financeiro, característica do final do século XX no Brasil, “[...] da vida submetida ao cotidiano urbano, da constituição do homem como consumidor de signos e espetáculos que a vida (*citadina*) permite em escala cada vez mais ampliada” (*Ibidem*, grifo nosso). Ademais, utilizaremos, a partir de então, o termo ‘reprodução do espaço’, já que expressa a intencionalidade pretendida.

até chegar aos condicionantes para construção da atual compreensão do paradigma de desenvolvimento e governança ambiental. Será feito, paralelamente, um estudo empírico para compreender a conformação do território da praia do Paiva, como também um levantamento documental sobre a legislação, mecanismos de controle e regulação referentes às ações de produção e reprodução do espaço urbano, uso do solo e do meio ambiente, considerando a evolução histórica dos instrumentos legais e de intenções, como: Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, Estatuto da Cidade (âmbito nacional); Lei de Uso e Ocupação do Solo, Plano Diretor (âmbito local); Relatório Brundtland (âmbito internacional), Rio-92, Rio +20 (âmbito nacional) e Agenda 21 de PE e a lei da Política Ambiental do Cabo de Santo Agostinho (âmbito local).

As diretrizes teóricas dar-se-ão na esfera da histórica relação sociedade-natureza. Inicialmente será discutido o tema do desenvolvimento, envolvendo os atores e os processos de produção e reprodução do espaço, abordando questões sociais e políticas genéricas, as quais serão aprofundadas para uma visão regional e local do fenômeno, a fim de trazer à luz o atual entendimento do desenvolvimento e alternativas de compreensão. Posteriormente, versaremos sobre a governança ambiental, analisando seu surgimento, possibilidades e desafios de consolidação. Por fim, buscar-se-á atribuir um movimento reflexivo multidimensional, na tentativa de conexão teórica e prática, a partir de uma *práxis*, entre o desenvolvimento e a governança ambiental em torno do ambiente constituído.

Aspira-se, desta forma, conseguir o aprofundamento necessário para contribuir, ainda que introdutoriamente e de modo frugal, com a compreensão da complexa teia de relações e com os processos para construir uma ideia de desenvolvimento, como forma de assegurar a qualidade de vida e a justiça social, conforme sugere Souza (2010a, p. 19).

2.2 Construção dos Caminhos para compreensão da Realidade estudada

Diante das várias possibilidades e caminhos teórico-metodológicos, ressaltamos que a escolha do(s) caminho(s) trilhado(s) na pesquisa não tem amparo, apenas, neste ou naquele método ou instrumento metodológico, mas na confluência cautelosa entre eles, absorvendo em que contribuem para a formação crítico-reflexiva do estudo. Isto, para que evitemos cair na ilusão de dar conta da complexidade dos fenômenos socioambientais ou incidir em dogmatismos.

Alude-se, pois, às qualidades formal e política necessárias ao pesquisador, mencionada por Demo (1995), que nos alerta com isso sobre os cuidados com a “ditadura do método” o qual

pode se sobrepor à realidade. Quanto à qualidade formal, destaca-se a importância dos critérios formais correspondentes aos ritos acadêmicos, ao domínio instrumental metodológico e teórico, da necessária disciplina científica. Porém, “é imperativo reconhecer que critérios de qualidade formal não bastam”. Quanto à qualidade política, “aponta para a dimensão do cientista social como cidadão, como ator político, que inevitavelmente influencia e é influenciado” (*Ibidem*, p. 25). Advertindo que,

Qualidade política não substitui nem é maior que a qualidade formal. Tem apenas seu lugar, pois, havendo ideologia intrínseca nas ciências sociais, é de igual maneira essencial demarcar qual sua ideologia predominante, a quem servem, que tipo de sociedade favorecem ou coíbem. (DEMO, 1995, p. 25).

Deste modo, nossa edificação se dará através de uma compreensão dialética e dialógica. Integrando o aporte teórico-conceitual, o qual constitui o nosso objeto teórico, com a percepção da realidade específica da praia do Paiva – não deixando de considerar que influencia e é influenciada complexamente por dinâmicas em escala local, regional, nacional e global – a qual constitui o nosso objeto empírico.

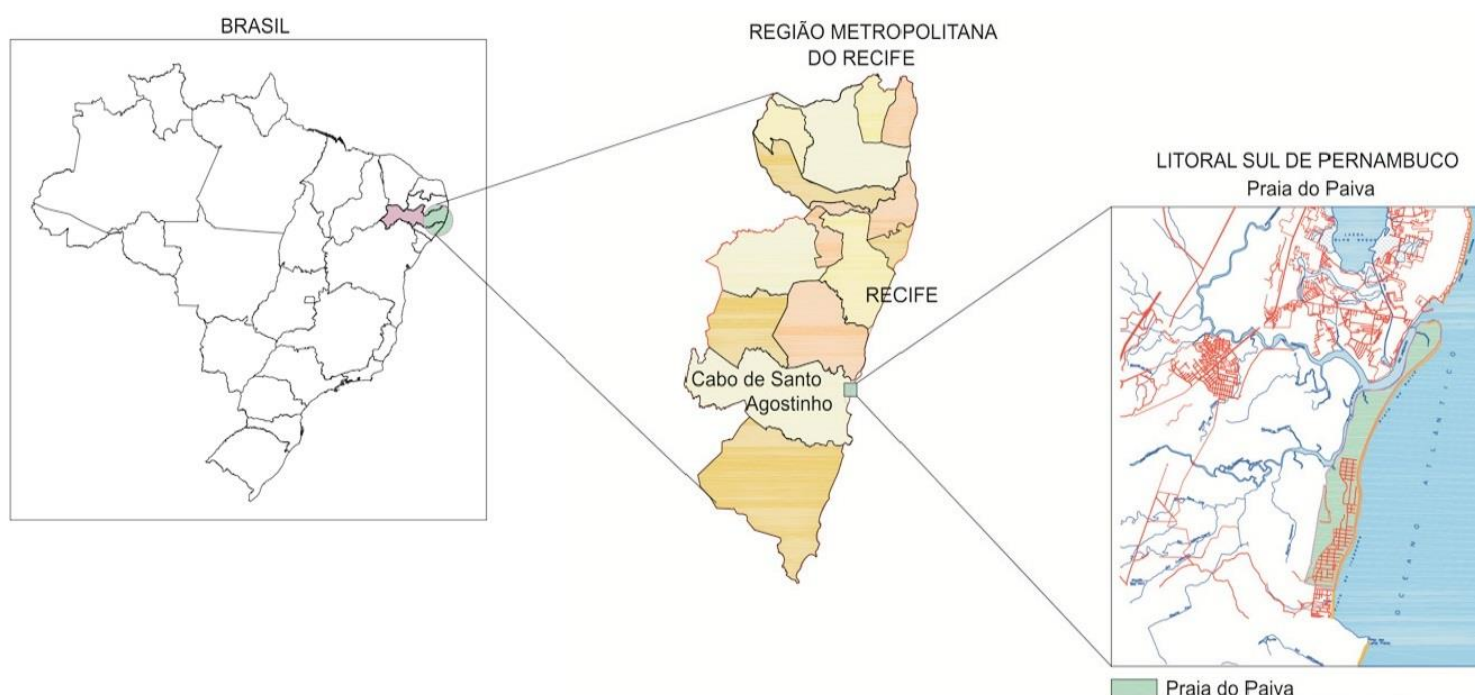
Buscaremos de tal modo fazê-la, reforçando a substancialidade de uma postura metodológica dialética, já que reconhecemos a crítica como imanente ato de conhecer, além de termos a premissa de que o conhecimento necessita de consenso, mas também de conflito, de discutibilidade.

Dito isto, são apresentadas, inicialmente, as características do nosso objeto empírico, para elucidar como se deram algumas transformações, evidenciando as dinâmicas e contradições presentes no ambiente em epígrafe (seção 3). Em seguida, expõe-se como está estruturada metodologicamente a pesquisa, exibindo as diretrizes para sua construção e os nossos objetivos (seção 4). Para que, posteriormente, entendamos a realidade dos fenômenos com o aporte teórico-conceitual, na tentativa de aclarar a realidade dialética. E ainda, trazendo evidências de uma *práxis* posta e algumas contribuições para uma outra *práxis*, proposta, a fim de consolidar nossas pretensões (seção 5). Por fim, far-se-á uma perscrutação sob a ótica da complexidade, do problema de pesquisa, a fim de tentar melhor compreendê-lo e ousar apresentar caminhos para mitigação da problemática ora destacada (seção 6).

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA E DO PROBLEMA DE ESTUDO

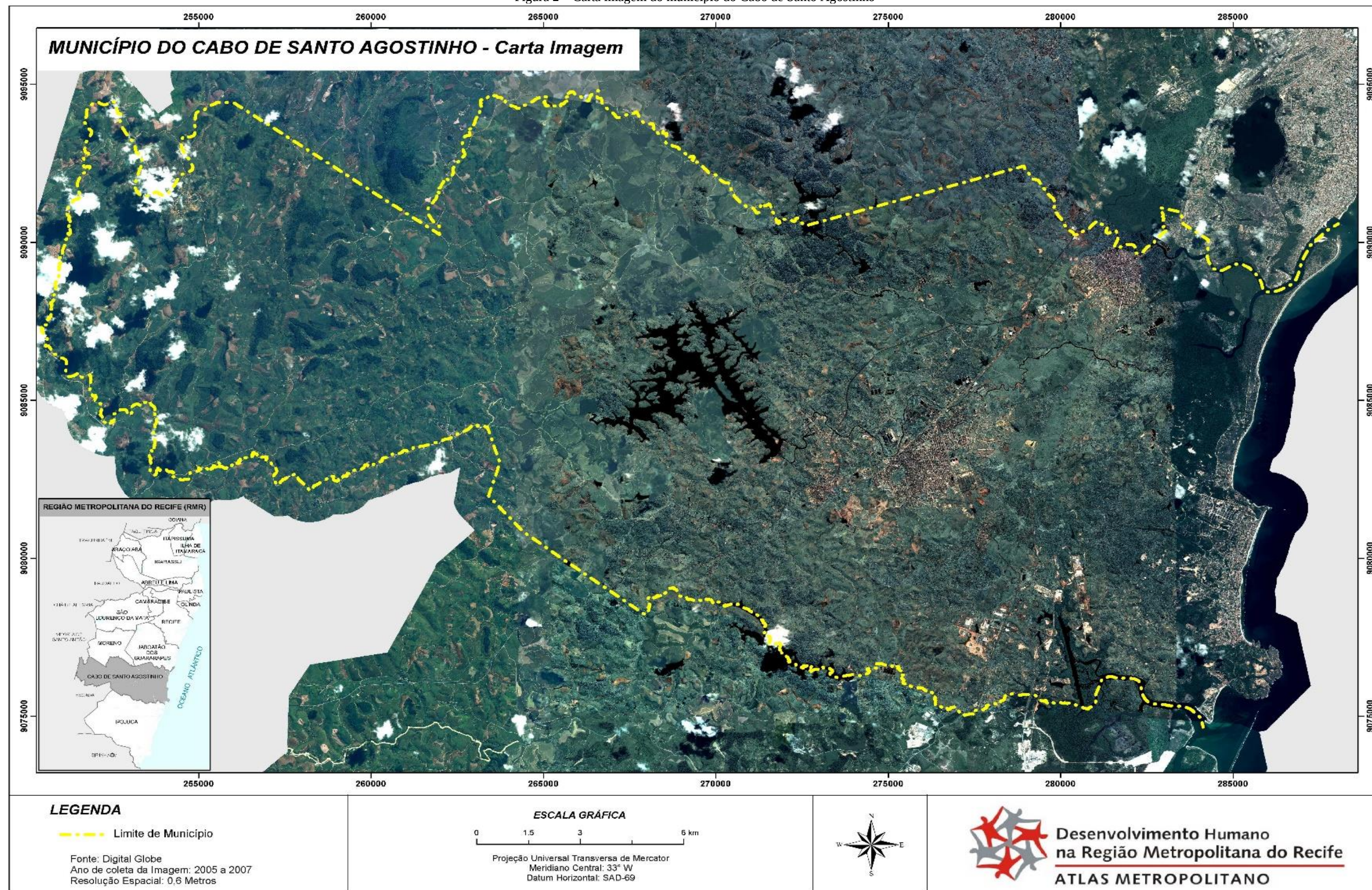
A praia do Paiva se encontra no município do Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife (RMR) (Figura 1), localizando-se no extremo norte litorâneo do município, o qual é composto por nove praias (Paiva, Itapuama, Xaréu, Enseadas, Gaibu, Calhetas, Paraíso, Suape e a praia do Cabo de Santo Agostinho), totalizando 24,1 km de litoral (Figura 2). A área total da praia do Paiva possui cerca de 1.050 hectares, com 8,6 km de praia (portanto, cerca de 35% do litoral do município) (Figura 3), 5 km de rios e 500 hectares de mata atlântica e mangue. Esta área se destaca por ser de significativa diversidade ambiental, onde se localizam: o estuário dos rios Pirapama e Jaboatão; ecossistema de manguezal, que cobre a margem dos rios; a restinga, que se localiza entre a faixa de praia e um remanescente de Mata Atlântica ao fundo; e os recifes de corais que formam piscinas naturais na baixa-mar. Ademais, na porção sul da Praia localiza-se a Mata de Camaçari, definida segundo o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) como Reserva de Floresta Urbana (FURB), portanto, importante área de captação de águas subterrâneas, o que contribui para a manutenção dos mananciais que abastecem parcialmente a porção sul da RMR. Possui localização privilegiada, tanto pelos aspectos naturais, quanto pela proximidade de importantes equipamentos urbanos da RMR: Aeroporto Internacional dos Guararapes (a 14 km), Complexo Industrial Portuário de Suape (a 17 km), Centro Histórico do Recife (a 26 Km).

Figura 1 – Localização da praia do Paiva



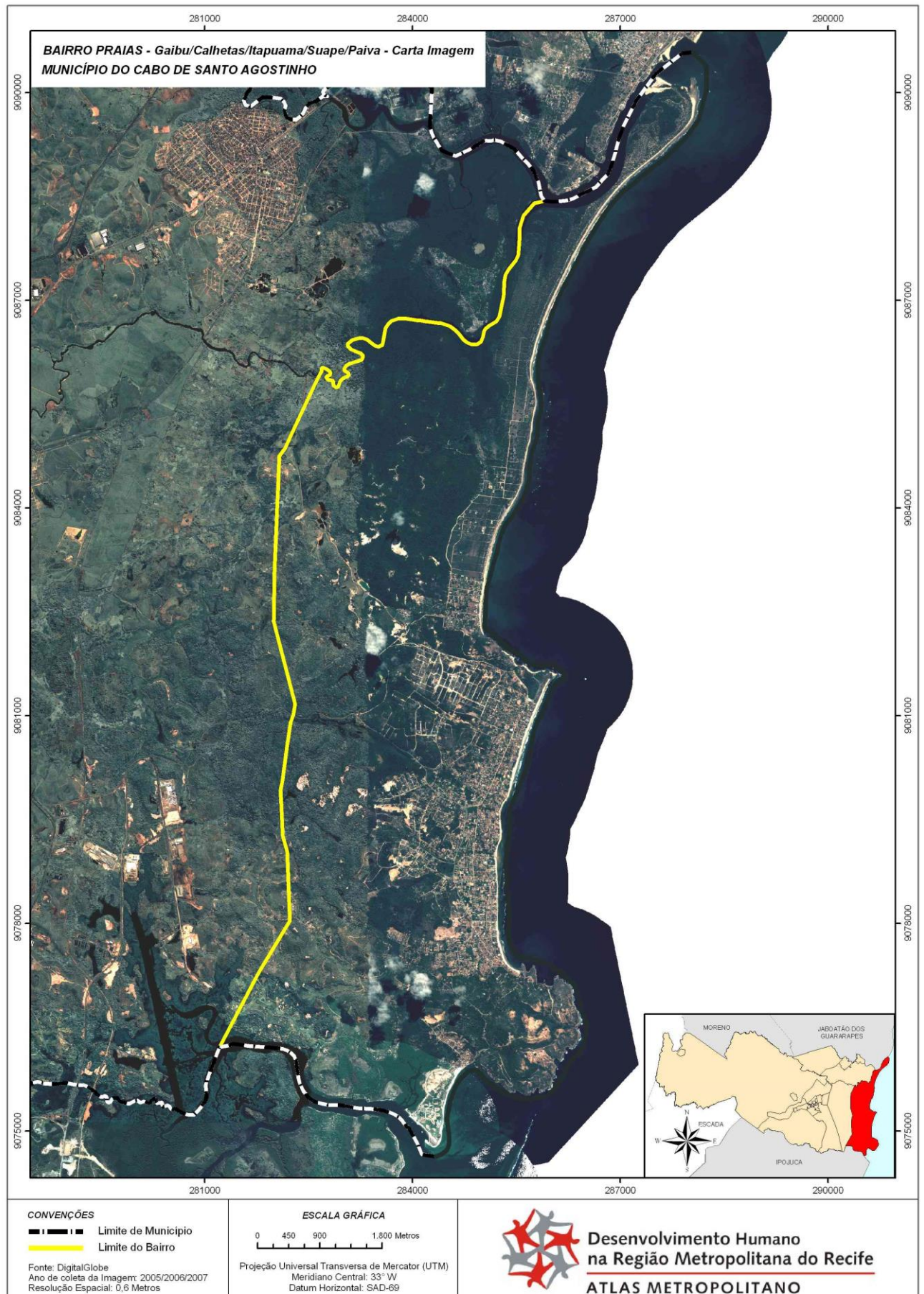
Fonte: RIMA Reserva do Paiva (2006), com modificações.

Figura 2 – Carta imagem do município do Cabo de Santo Agostinho



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife (2005).

Figura 3 – Carta imagem do litoral do Cabo de Santo Agostinho



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano na Região Metropolitana do Recife (2005).

A despeito de os elementos naturais não configurarem, especificamente, o foco desta pesquisa, entendemos que as características naturais do ambiente são fator preponderante para o uso que lhe é dado no decorrer da história. Numa consideração que se apoia nas ideias de Santos (2006), os elementos fixos¹⁰ da praia do Paiva favoreceram ações que modificaram o lugar e desencadearam novos fluxos¹¹, os quais recriaram as condições sociais, redefiniram o ambiente, modificaram a significação e o valor dos fixos, assim como alteraram a intensidade dos fluxos. Por isso, faremos uma breve descrição geográfica e histórica, na tentativa de revelar como os fixos, valorados de acordo com cada período histórico, e os fluxos, foram sendo modificados pela dinâmica da RMR. Retrataremos alguns atributos físicos e de ocupação do solo da praia do Paiva¹², sem esgotá-los, mas tentando transmitir a imagem das peculiaridades que contribuíram para o seu tecido ambiental.

A praia do Paiva retrata a riqueza natural presente no litoral sul da RMR, revelando um ambiente diverso e repleto de beleza (Figuras 4, 5, 6 e 7). De modo geral, o ambiente natural local apresenta área de várzea e terraço aluvial a oeste; área de recarga de aquífero e um remanescente de mata atlântica que se trata de reserva ecológica, além de recifes de corais, na porção sul; área de manguezal, estuário e restinga, ao norte; e a faixa de praia que percorre toda a sua extensão.

Andrade e Lins (1984)¹³ explanam que a praia do Paiva se trata de uma praia holocênica, marcada por recifes de arenito calcífero, fossilífero e areias quartzosas marinhas, com os solos dos mangues provindos de sedimentos argilosos e argilo-siltosos ou ainda de misturas de material de natureza orgânica com sedimentos arenosos. Caracteriza-se portanto, pela presença de solos halomórficos – ou seja, condicionados pela salinidade da água no estuário afogado e sujeito aos fluxos e refluxos das marés oceânicas. A vegetação natural é a mata perenifólia das restingas e terraços litorâneos, oriundos de sedimentos costeiros, com solos excessivamente drenados e com baixa fertilidade natural. Apresenta culturas de coqueiros, coco-da-baía,

¹⁰ Entenda-se como fixos os objetos construídos e os elementos naturais presentes no ambiente da praia do Paiva.

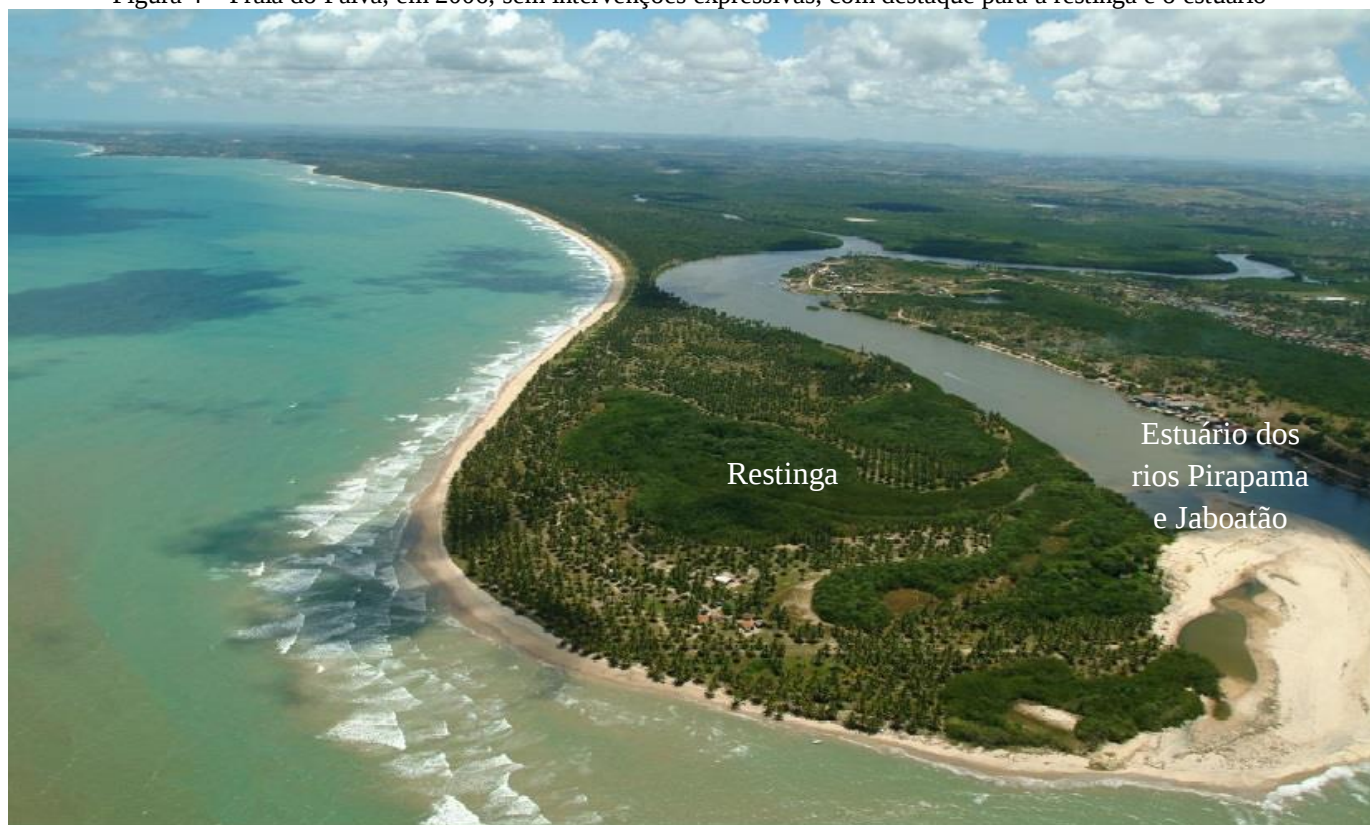
¹¹ Entenda-se como fluxos as ações e dinâmicas surgidas a partir do uso e das atividades desenvolvidas neste ambiente.

¹² Adotamos a terminologia “praia” do Paiva por entender que tal expressão é mais “palatável” à compreensão do público leitor, pela possibilidade de maior abrangência compreensiva. Deste modo, ao utilizá-la buscamos retratar **o conjunto, o ambiente** em que se dão os fenômenos e as dinâmicas ora estudados. Ainda que saibamos que a designação “praia” expressa, de forma literal, um fenômeno geomorfológico caracterizado pela acumulação de sedimentos não consolidados periférica a um corpo hídrico. No contexto aqui empregado, ela também abarca elementos e processos da dinâmica social de ocupação desse espaço.

¹³ Destaca-se que tais autores foram responsáveis por um profundo estudo das características naturais e de ocupação de todo o curso do rio Pirapama, que compõe o ambiente da Praia do Paiva. Ver: ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. **Pirapama**: um estudo geográfico e histórico. Recife: Massangana, 1984.

cajeueiros, mangueiras, fruta-pão, cará e mandioca, muitas destas degradadas devido à implantação do Megaempreendimento Reserva do Paiva (MRP).

Figura 4 – Praia do Paiva, em 2006, sem intervenções expressivas, com destaque para a restinga e o estuário



Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2006), com modificações.

Figura 5 – Praia do Paiva, em 2006, com destaque para os rios Pirapama e Jaboatão e as áreas de manguezal



Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2006), com modificações.

Figura 6 – Praia do Paiva, em 2006, com destaque para a sua localização “estratégica” com relação à urbanização metropolitana



Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2006), com modificações.

Figura 7 – Praia do Paiva, em 2006, com destaque para a extensa faixa de coqueirais



Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2006), com modificações.

Na enseada do Paiva havia espessas camadas de sedimentos caulínicos, cuja exploração ainda é realizada para o fabrico de porcelanas, “[...] as argilas, areias e cascalhos eram matéria-prima para a indústria cerâmica, utilizadas para fabricação de tijolos, telhas, manilhas, cerâmica branca e refratários” (*Ibidem*, p. 29). Até hoje estas matérias-primas são utilizadas pela Oficina Brennand, onde há exposição e venda das peças em cerâmica feitas pelo artista plástico Francisco Brennand (que pertence à família dos proprietários fundiários, Ricardo e Cornélio Brennand). Destarte, as atividades produtivas predominantes na área eram extrativa e de plantio, configurando baixo adensamento populacional.

Mais ao sudoeste da praia do Paiva acha-se a Mata de Camaçari (Figura 8), que se encontra numa área de tabuleiro costeiro; trata-se de uma mata tropical subperenifólia, recoberta por diversas espécies, mas predominantemente, por espécies de Mata Atlântica, sendo importante área para manter mananciais hídricos, onde se encontra algumas Fontes de água que servem para o abastecimento da região.

Figura 8 – Praia do Paiva, em 2006, com destaque para as marcações do loteamento e ao fundo a Mata de Camaçari



FONTE: Odebrecht Realizações Imobiliárias, 2006 (com modificações).

Historicamente, a ocupação das terras do Cabo de Santo Agostinho e especificamente da praia do Paiva foram realizadas por sesmarias pelo donatário aos colonos que pudessem

explorá-las. Tiveram como base fundiária propriedades rurais e como base produtiva desde Engenhos, como o Camaçari – que detinha toda a “Propriedade Paiva” ou “São José do Paiva” – às usinas canavieiras, no início do século XX (ANDRADE e LINS, 1984). Por volta de 1956 toda a extensão da praia foi adquirida pela empresa Terrenos e Construções S.A¹⁴, pertencente à família Brennand, a qual ainda detém a propriedade fundiária do Paiva, por meio das empresas Terrenos e Construções S.A, do Grupo Cornélio Brennand (detentor da ala sul do terreno) e Terrenos e Construções RG Ltda., do Grupo Ricardo Brennand (detentor da ala norte do terreno), de acordo com o Estatuto Social da Associação Geral da Reserva do Paiva. (ASSOCIAÇÃO GERAL DA RESERVA DO PAIVA, 2008).

A aquisição destas terras serviu em primeiro momento, sobretudo, à produção da indústria cerâmica, além da plantação de vastas faixas de coqueirais, que conveio, supõe-se, para manter o baixo adensamento populacional, e como reserva de valor. Até que houvesse a concepção, por volta de 1979, e a aprovação do Loteamento Praia do Paiva, em 1984, avalizado pela prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, conforme consta do Memorial Descritivo da Reserva do Paiva (2008).

A ocupação também foi marcada pela presença de habitantes que viviam nos terrenos concedidos pelos patrões da família Brennand e trabalhavam prestando serviços à família. Eram vigilantes, tratoristas, coletores de coco, ajudantes gerais, empregadas domésticas, cozinheiras, residentes na chamada vila do Paiva, nome que nunca foi oficial, que ficava próxima à igreja de São João do Paiva, construída no século XVII, e à Lagoa Encantada (Figura 9). Além dos que desenvolviam atividades como a pesca e a coleta de mariscos, para abastecer a propriedade dos patrões e comercializar nas comunidades do entorno. Pôde-se perceber (em visita de campo em março/2016) que atualmente poucos destes habitantes ainda permanecem no local, restam cerca de 12 casas. Porém, em diálogos/entrevistas realizadas com os moradores (em abril/2016), relatam que embora não tenham certeza, acreditam que precisarão sair de lá, pois o local não vai ser mais “lugar de pobre”, percebem que não fazem mais parte daquele território. Eles contam que há rumores de que serão transferidos para Enseada dos Corais, praia após Itapuama, ao sul. Lá já teriam casas à espera deles.

¹⁴ Registrado no Cartório de Registro Geral de Imóveis – 1º Ofício, do Cabo de Santo Agostinho – PE.

Figura 9 – Praia do Paiva, em 2006, com destaques para a Lagoa Encantada, a igreja São João do Paiva e algumas casas da antiga “Vila do Paiva”



Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2006), com modificações.

Os moradores veem com nostalgia as modificações no estilo de vida a que estão submetidos na praia do Paiva, após a consolidação do Megaempreendimento Reserva do Paiva (MRP). Dizem que aqueles que possuem automóvel, também precisam pagar pedágio para entrar no Paiva, as visitas só são permitidas com registro na portaria e caso queiram realizar alguma festa precisam pedir autorização da administração do empreendimento. Também foram restringidos de comercializar o que produziam ou coletavam, como faziam antigamente nas comunidades do entorno, e a utilização dos recursos naturais é permitida apenas para usufruto próprio. Até a criação de animais foi proibida, sendo permitidas tão-somente galinhas, cães ou gatos. Diante deste panorama, destacamos a reflexão, “O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes” (SANTOS, 2006, p. 39). E ainda, afirma

“[...] o mesmo objeto, ao longo do tempo, varia de significação. Se as suas proporções internas podem ser as mesmas, as relações externas estão sempre mudando. Há uma alteração no valor do objeto, ainda que materialmente seja o mesmo, porque a teia de relações em que está inserido opera a sua metamorfose, fazendo com que seja substancialmente outro. Está sempre criando-se uma nova geografia” (SANTOS, 2006, p. 62).

A forma como foi sendo ocupado o solo na praia do Paiva, por meio da sua divisão em lotes para venda a partir da aprovação do denominado Loteamento Praia do Paiva, muito pode elucidar a dinâmica territorial atual. A Figura 10, revela as intencionalidades presentes no Loteamento Praia do Paiva, já em 1986, e no uso que seria dado à área desde o princípio, o que é ratificado pelo Memorial Descritivo da Reserva do Paiva (2008),

Em 2003, a Terrenos e Construções S.A. firmou parceria com a Odebrecht Empreendimentos Imobiliários Ltda., tendo por objetivo estudar as modificações pertinentes e necessárias, de modo a tornar a viabilizar os conceitos originais previstos no projeto. Dentre estes conceitos, pode-se destacar o ensejo por um modelo de ocupação diferenciado, caracterizado pela qualidade dos espaços [...]

Figura 10 – Divulgação do Loteamento Praia do Paiva, em 1986.

**QUANTO MAIS RECIFE
CRESCER, MAIS A PRAIA
DO PAIVA VALORIZA.**

A qualidade de vida que você compra na Praia do Paiva, com garantia de preservação dos recursos naturais, da melhor insolação, de infra-estrutura, de acesso, já bastaria para justificar o seu investimento. Mas, ainda tem mais.

Essa é das últimas áreas intocadas próximas ao Recife, ao sul, na continuação natural da expansão urbana dos seus bairros mais valorizados. É, também, a única área protegida por uma Legislação de Uso do Solo, que assegura a você a imutabilidade do projeto e a certeza da sua completa implantação.

Na verdade, os metros quadrados que você compra agora, aparentemente de um lote, são de fato a fração milionária de um projeto urbanístico sem concorrência no mercado.

Hoje você compra um terreno, constrói uma casa e curte o sol, o mar e os coqueiros. Amanhã, o mesmo terreno, a mesma casa, o mesmo sol, o mesmo mar, os mesmos coqueiros e mais o conforto de um bairro planejado.

Fonte: Blog da Praia do Paiva (2011).

Nota: destaca-se a ideia do “crescer” no título do anúncio, vinculada a uma concepção de expandir as fronteiras dos negócios, e ainda pelas frases “A qualidade de vida que você compra [...] já bastaria para justificar o seu investimento” (1º parágrafo) e “[...] os metros quadrados que você compra agora, [...] são de fato uma fração milionária de um projeto urbanístico” (3º parágrafo).

A conjuntura favorável à tessitura de um ambiente útil à dinâmica do capital e de intensificação da apropriação privada da natureza, foi constituindo o ambiente da Praia do Paiva como reserva de valor – alinha-se portanto à construção teórico-conceitual do desenvolvimento em sua terceira (3ª) fase, como será adiante evidenciado. Ainda que houvessem projetos de infraestruturação para dinamizar a área desde 1986 – os quais foram pressupostos para o projeto original de loteamento –, em especial a implantação de uma via que cortaria o trecho oeste da propriedade e interligaria o Cabo ao município vizinho de Jaboatão dos Guararapes através de uma ponte sobre o rio Jaboatão e através desta ao Recife, a não concretização destes projetos resultou num baixo interesse pela área e poucos lotes foram adquiridos. Sendo assim, as vendas foram paralisadas e boa parte dos lotes foi readquirida, conforme Memorial Descritivo da Reserva do Paiva (2008, p. 02),

[...] por volta de 1990, o empreendedor decidiu paralisar a comercialização dos mesmos [*dos lotes*], tendo em vista as condições do mercado e a percepção, ainda incipiente, de que o projeto requeria modificações, de modo a melhor inserir-se no contexto urbano que então se apresentava e garantir a manutenção de um modelo de ocupação qualificado na propriedade. (grifo nosso)

A impulsão do crescimento econômico do Brasil, reiniciado por volta de 2003, favoreceu a entrada de grande vulto de capitais nacionais e internacionais, contribuindo para a ascensão dos investimentos no CIPS. Tal dinâmica estimulou a retomada dos projetos para a praia do Paiva, levando à formação de parceria entre as empresas Terrenos e Construções S.A com a Odebrecht Empreendimentos Imobiliários Ltda., para examinar as mudanças no Loteamento Praia do Paiva de forma a atender os seus interesses e adequar-se à situação. O resultado foi a aprovação e o licenciamento do Projeto Modificativo do Loteamento Praia do Paiva, em 2005, pela Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), e a criação da Zona Especial de Turismo, Lazer e Moradia (ZETLM), em 2007, pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Cabo de Santo Agostinho.

Associa-se a este contexto o espraiamento da urbanização para áreas periféricas, devido à saturação dos centros e sub-centros da cidade do Recife e RMR, mormente nos bairros de alta renda, como bairro de Boa Viagem, por exemplo, já que estes bairros possuem melhores provisões infraestruturais. A saturação imobiliária nos bairros centrais tem como reflexos a excessiva verticalização, o comprometimento da infraestrutura, da mobilidade, portanto, da qualidade de vida de seus habitantes. Para a Odebrecht, construtora do Megaempreendimento

Reserva do Paiva (MRP)¹⁵, a utilização da área é vista como uma expansão urbana natural, que estimula o ‘desenvolvimento’ urbano e imobiliário da região.

Diante deste cenário – que será apontado adiante quando se configura a quarta (4ª) fase do processo de construção teórica do desenvolvimento –, então, foi concebido e aprovado o Megaempreendimento Reserva do Paiva, ou um Complexo Imobiliário, Residencial e de Serviços (CIRS) como bem caracteriza Barbosa (2014). De acordo com um(a) técnico(a) da Odebrecht (em 2012, fruto de pesquisas anteriores) os conceitos-chave do empreendimento são ‘sustentabilidade, inclusão social, exclusividade e segurança’. Ressalta-se que o termo “Reserva” foi habilmente escolhido como estratégia de *marketing*, fazendo, também, analogia ao vinho, como algo sofisticado, exclusivo, reservado. Assim como, devido às características do seu meio natural, é utilizado para fazer a categorização de áreas de preservação (Reservas Ecológicas, Reservas da Biosfera), conforme destacou: “ali se vê atributos naturais difíceis de se encontrar em um ambiente urbano”. O que deixa expressa a intencionalidade de uma inclusão exclusiva às camadas sociais de maior poder aquisitivo e de uma instrumentalização da natureza em favor dos interesses dos atores imobiliários. A criação de domínios discursivos ilusórios é assim mencionada por Freud (1920, *apud* SANTOS, 1998, p. 08),

[...] a criação do domínio mental da fantasia tem reprodução na criação de ‘reservas’ e ‘parques naturais’ em lugares onde as incursões da agricultura, do trânsito ou da indústria (*como também pelos atores imobiliários, atualmente*) ameaçam transformar rapidamente a terra em alguma coisa irreconhecível. A ‘reserva’ se destina a manter o velho estado de coisas que foram lamentavelmente sacrificadas à necessidade em todos os outros lugares; ali, tudo pode crescer e expandir-se à vontade, inclusive o que é inútil e até o que é prejudicial [...].

O(A) técnico(a) da Odebrecht relatou que o empreendimento tinha como público-alvo especialmente o público externo (nacional e internacional) e a oferta de imóveis para segunda residência, para vilegiatura. Contudo, confessou ter havido surpresa por parte dos desenvolvedores pela boa recepção do mercado local, confidenciando que o perfil dos adquirentes dos imóveis é majoritariamente local. Esta procura, inclusive, ocasionou alterações no projeto do empreendimento para atender aos investidores locais. Como também, devido à crise financeira internacional, que afetou sobremaneira as economias europeias do Mediterrâneo, vistas como clientes-alvo da Reserva do Paiva. Um exemplo da readequação do projeto às características locais foi a concepção das casas do condomínio Morada da Península

¹⁵ O que conceituamos como Megaempreendimentos são grandes complexos imobiliários, caracterizados por um sistema de infraestrutura urbana completo associado às áreas de lazer, comerciais e comuns, além da oferta dos mais variados serviços.

(primeiro imóvel lançado pelo empreendimento, um condomínio de casas, vendidas inicialmente com valores entre dois e quatro milhões de reais, como poderá ser visto mais adiante (nas Figuras 16, 17 e 18), que foram baseados nos projetos dos melhores apartamentos localizados na avenida Boa Viagem, bairro Boa Viagem, afirmou.

Por tais fatores, a área da praia do Paiva passou a ter uma posição ainda mais estratégica de ligação entre a malha urbana da RMR com o CIPS. O que deixa claro que a localização, a qual é minuciosamente estudada, é um dos

[...] fator[es] prioritário[s] para a escolha do lugar de instalação. As vantagens de localização conferidas pela existência de ligações fáceis com equipamentos e serviços de todo tipo (portos, aeroportos, telecomunicações), ou seja, o conjunto das infraestruturas urbanas [...] (LOJKINE, 1981, p. 162, grifo nosso).

Para o que podemos acrescentar às estratégias atuais, a escolha de ambientes em que haja a presença de especificidades naturais, necessárias a dar substância ao apelo à sustentabilidade, à exclusividade, e para uma capciosa supervalorização dos empreendimentos.

Quanto ao conjunto da infraestrutura necessária à instalação do empreendimento, destacamos as obras para acesso ao Paiva. Para realizar a conexão viária, a qual era um dos grandes entraves para a inserção da praia do Paiva na dinâmica urbana da RMR, pois seu acesso era feito por uma via mal sinalizada e sem conservação, foram construídas a Via Parque, uma ponte sobre o rio Jaboatão e duas praças de pedágio (Figura 11). A Via Parque possui aproximadamente 6,2 km., tratando-se de uma extensão da rua 17 de Itapuama que segue até a rodovia PE-28, em Gaibu, conectando o empreendimento aos bairros localizados no entorno. Além de haver a previsão de requalificação da estrada da Curcurana, que auxilia na ligação entre o bairro Barra de Jangada, em Jaboatão dos Guararapes, e a praia do Paiva.

Figura 11 – Estrutura viária principal da praia do Paiva



Fonte: SEPLAG (2007).

O acesso viário foi realizado através da primeira Parceria Público-Privada (PPP) de via pública do Brasil, como contrapartida do Estado para a viabilização do empreendimento (Figura 12). Não podemos deixar de destacar, portanto, que a acessibilidade à praia do Paiva é uma das mais evidentes características de sua relativa privatização. Os pedágios revelam a estratégia de restringir amplo acesso e selecionar, servindo também para inibir a utilização da via, pelo custo para acessá-la. Além disto, a instalação de dois núcleos de segurança, um do sexto (06º) Batalhão de Polícia Militar de Pernambuco (BPM/PE), de Jaboatão dos Guararapes (situado na ala norte da praia do Paiva), e outro do 18º BPM/PE, do Cabo de Santo Agostinho (situado na ala sul da praia do Paiva), demonstram o caráter de um ambiente privado que impõe uma diferenciação social, segregado do ambiente urbano da RMR e, portanto, fragmentador. Fica, deste modo, patente a atuação do Estado para atender os interesses dos agentes privados, consolidando as estratégias de empresariamento urbano (HARVEY, 1996).

Figura 12 – Divulgação dos investimentos públicos e privados previstos na praia do Paiva, em 2005.



Fonte: Diário de Pernambuco (2005).

Dos aproximados 1.050 ha da praia do Paiva, o Empreendimento Reserva do Paiva (ERP) ocupa 526 ha, com previsão de construção de 7.925 unidades imobiliárias, ao longo de cerca de 30 anos para conclusão de todas as etapas previstas. O empreendimento foi idealizado para prover toda estrutura urbana necessária para receber um público de alto nível social, oferecendo-lhe toda gama de serviços-suporte como restaurantes, bares, *shopping center*, empresarial, centro de convenções, hotel, supermercado, escola, hospital, parques. A configuração urbana do MRP se dará por espaços residenciais com lotes unifamiliares, condomínios unifamiliares, condomínios multifamiliares e de uso misto, estruturas públicas (áreas institucionais) – destinadas para equipamentos de uso público de educação, cultura, saúde e lazer – e estruturas de suporte, que são as áreas de comércio e serviços e as âncoras de lazer e turismo, além de um estruturado sistema viário (PONTES, 2014) (Figura 13).

Figura 13 – *Masterplan* do Megaempreendimento Reserva do Paiva, em 2015.



Fonte: Reserva do Paiva (2015).

O MRP oferece serviços condominiais básicos e opcionais através do sistema *pay-per-use* (o contratante solicita serviços de acordo com sua necessidade e disponibilidade e paga apenas pelo que for executado) para as residências, de saúde e lazer, de apoio ao dia a dia e de apoio a festas. Entre os serviços condominiais básicos estão: administração condominial, clube *concièrge* (funcionários à disposição para realizar tarefas diversas), limpeza, conservação e manutenção de áreas comuns, coleta seletiva de lixo; serviço de praia: montagem/desmontagem de cadeiras e guarda-sol e recolhimento de lixo; tecnologia de comunicação *wireless*; sistema de segurança por câmeras, portarias com guarita e ronda de segurança/vigilância 24 horas, além de monitoramento eletrônico.

A infraestrutura da Reserva conta com planejamento do subsolo (rede de água, energia elétrica, telefonia, gás e esgoto), fibra ótica para transmissão de voz, dados e imagens, utilização de pavimentos permeáveis, acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, reuso de água para irrigação. As estruturas residenciais contam com pista de *cooper*, ciclovia, via para carrinho de golfe, sanitários comuns, piscinas com sauna, *spa*, sala de ginástica, brinquedoteca, *home* cinema, estúdio de música, quadra poliesportiva, quadra de tênis, campo de futebol

society, clubes de praia – para apoio aos banhistas – além de um campo de golfe, um centro hípico, um centro de esportes de aventura e um apoio náutico (marina) (ODEBRECHT REALIZAÇÕES IMOBILIÁRIAS, 2011).

Todos os condomínios do MRP possuem estatutos próprios, independentes, porém vinculam-se à Associação Geral da Reserva do Paiva. Esta Associação tem personalidade jurídica e patrimônio financeiro próprio – provido pelo pagamento das taxas de condomínio dos empreendimentos que compõem a Reserva. Todas as atribuições da Associação Geral foram fixadas e formalizadas através de Estatuto Social. Entre as suas atribuições, estão a fiscalização no atendimento às normas do empreendimento e no uso do solo, atuação na articulação junto ao poder público, além de ser responsável pela gestão dos programas ambientais, da coleta seletiva de resíduos, da conservação da praia, da segurança dos condôminos, orientação aos visitantes e a promoção de ações sociais com a comunidade e o entorno. Enfim, é responsável pela governança do MRP, o que revela, destarte, uma fragmentação da gestão pública pela completa autonomia do MRP sobre a gestão deste território no município do Cabo de Santo Agostinho.

Não obstante, destacamos a atuação conjunta e a articulação política entre o Estado e os atores privados para concretização de intervenções urbanas desse vulto, por meio da confecção ou modificação de instrumentos legais. As modificações realizadas nas leis do município do Cabo de Santo Agostinho, para dar legalidade à construção do MRP, ratificam intervenções no ambiente deste tipo, as quais recrudescem a fragmentação socioespacial, privam o acesso aos ambientes de acordo com o poder aquisitivo e privatiza-os. Transformam o território aumentando a desigualdade e a possibilidade de crescimento da tensão social e do conflito, além de corroborarem com a supressão da natureza na área da praia do Paiva.

Quanto a isto, Santos (2006, p. 39), nos alertara que “cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da Natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada”. E ainda, de acordo com Souza (2013, p. 143),

[...] a reprodução [...] de um padrão de organização caracterizado por grandes disparidades de acesso à infraestrutura (*urbana*) [...], por estigmatização social e espacial e por práticas espaciais de ‘afastamento, separação, segregamento’, a frustração, o rancor e a resistência não tenderão a desaparecer (grifo nosso).

Quanto aos instrumentos legais, as atividades sobre a área submetiam-se à Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) – Lei nº 2.179 de abril de 2004 (CABO DE SANTO AGOSTINHO,

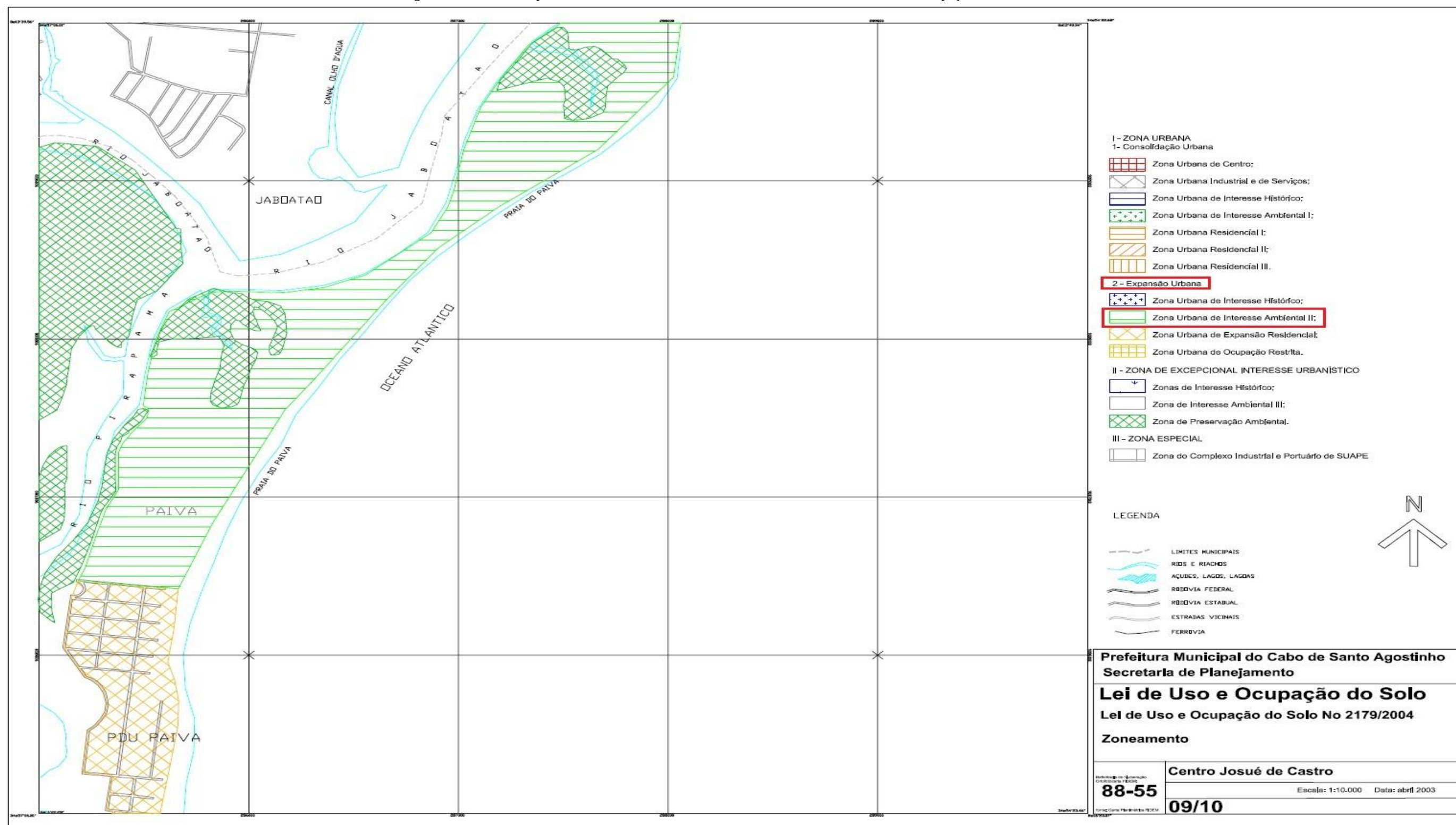
2004), a qual impunha parâmetros urbanísticos de acordo com a zona de ocupação e suas características ambientais. O ambiente da praia do Paiva, segundo o macrozoneamento da LUOS, foi classificado àquela época como Zona de Expansão Urbana de Interesse Ambiental II (Figura 14), prevendo restrições quanto ao uso e à ocupação do solo, tais como: taxa de ocupação máxima de 10%, gabarito máximo de 9 m, número máximo de 2 pavimentos, taxa mínima de solo natural de 80% da área, lote mínimo de 10.000 m².

Ainda de acordo com a referida lei, em seu art. 18, “a Zona de Expansão Urbana de Interesse Ambiental II configura-se por uma ocupação de baixa densidade construtiva, de modo a conservar suas características ambientais, sendo permitida a ocupação com granjas, chácaras e atividades de lazer”. Na seção II, Art. 67, inciso primeiro, considerou-se como áreas “*non aedificandi*” (para não construir): “I – as margens dos rios, canais, lagoas e açudes existentes no município, conforme foi disciplinado na legislação em vigor”. Por suas características naturais e por se tratar de uma área de grande diversidade ambiental – como já exposto – a praia do Paiva foi outrora considerada como tal (CASTILHO; SOEIRO; PONTES, 2016). Entretanto, atualmente quem dá guarida às intervenções no ambiente urbano do Cabo é a lei nº2.926/2006, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, a qual revogou a LUOS.

Não obstante, presumidamente em favor de interesses rentistas visando geração de valores tanto para o lucro – por parte dos proprietários fundiários e promotores imobiliários – quanto para a auferição de receitas advindas de impostos e tributos – por parte do Estado – que o ambiente da praia do Paiva, então, passou a ser considerado como Zona Especial de Turismo, Lazer e Moradia da Reserva do Paiva (ZETLM-RP) (a IX Zona Especial do município), por meio da lei nº2.387/2007. A propósito, esta lei alterou o parágrafo 1º do art. 46 (que criou a IX Zona Especial) e acresceu o artigo 56-A (que definiu os parâmetros urbanísticos desta nova Zona Especial) no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. E ainda, através da lei nº2.926/2012 alterou-se o artigo 56-A do Plano Diretor, a fim de dar novos padrões urbanísticos à ZETLM-RP. O que mostra um arranjo institucional que garante o atendimento de interesses específicos.

Vale realçar que o parágrafo 2º do art. 46 do Plano Diretor deixa claro, “Fica autorizado o Poder Executivo a declarar outras áreas, como especiais, sempre que a dinâmica territorial assim o exigir ou para atender a diretrizes de planos específicos” (CABO, 2006). Assim, percebe-se uma propensa flexibilização da legislação urbana em atendimento aos interesses empreendedoristas. O que também mostra o poder exercido pelos atores privados sobre o ator público nesta relação, diante de um cenário de competitividade para a atração de investimentos.

Figura 14 – Zona de Expansão Urbana e Interesse Ambiental II, constante na Lei de Uso e Ocupação do Solo de 2004.



Fonte: Cabo de Santo Agostinho (2004), com modificações.

Nota: destaque circunscrito em vermelho na descrição do mapa, na Zona Urbana de Interesse Ambiental II, evidenciado na imagem pelas linhas horizontais na cor verde.

O que nos fez levantar os seguintes questionamentos, quando do diálogo/entrevista com um(a) dos(as) representantes do município do Cabo: será que esta flexibilidade também se dá no sentido de melhor atender às necessidades da população para acesso aos serviços básicos (educação, saúde, saneamento, etc.) que devem ser oferecidos pelo município? E, para garantir maior conservação e preservação do meio natural? Para o que obtivemos as respostas,

Não tenho como lhe precisar se ocorre mas acho que pode ocorrer, porém, garanto que as modificações na legislação urbana para atender projetos relevantes como este (se referindo ao MRP) são tão importantes quanto essas outras que você falou, pois elas podem garantir à população acesso ao trabalho e à renda. Quanto ao meio ambiente há essa flexibilidade, pois defendemos um desenvolvimento sustentável (grifo nosso).

Tais situações revelam uma convivência do Estado com este modelo de estruturação e reprodução do ambiente, assim como dá indícios das prioridades nas suas ações, que se voltam a um esforço na inserção da lógica competitiva entre as cidades, em favor do dito desenvolvimento. Há, deste modo, a incorporação das estratégias de *marketing* imobiliárias em termos de estetização da mercadoria (HAUG, 1997) também pelo poder público, utilizando o ambiente territorialmente tecido. Além da cumplicidade com o discurso de que este tipo de intervenção propicia um modelo de ocupação ‘diferenciada’, que garante a ‘qualidade’ dos espaços e a ‘preservação ambiental’, assentindo a mudança nos padrões urbanos que vem se consolidando numa transformação dos condomínios privados em bairros planejados (Figura 15). Pelo que se constata, uma confirmação das verticalidades impostas por uma lógica global, como afirma Santos (1998), comprovando a evolução e a ampliação escalar das estratégias neoliberais de empreendedorismo urbano.

Figura 15 - Divulgação do ‘mais novo bairro planejado de Pernambuco’, em 2011



Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2011).

A transformação da paisagem da praia do Paiva ratifica, de maneira perspicaz, o modelo homogeneizador de cidade que se quer global, porque incorpora os discursos em voga da necessidade da sustentabilidade, da responsabilidade social, os quais são percebidos, de acordo com o que se tem analisado neste caso, como paralogismo. Isso porque a mercantilização do espaço precariza os territórios, estabelecendo meras relações de consumo no urbano. Deixam-se de existir espaços voltados a tecer ambientes vividos, para constituírem-se em espaços para o reforço de ambientes ao consumo, consumidos. Conquanto, tal estratégia é absorvida localmente pela ânsia por investimentos dos governos locais a serviço dos interesses privados pautados pelo economicismo. As Figuras 16 a 20 ilustram transformações neste território, que se ligam à lógica perversa denunciada. Já a Figura 21 retrata o *masterplan* do MRP, com alguns dos empreendimentos a serem instalados. É importante ressaltar que a previsão para conclusão de todo o empreendimento é de aproximadamente 30 (trinta) anos, portanto, provavelmente até 2040.

Figura 16 – Praia do Paiva, em 2009, com destaque para a construção do primeiro lançamento imobiliário



Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2009).

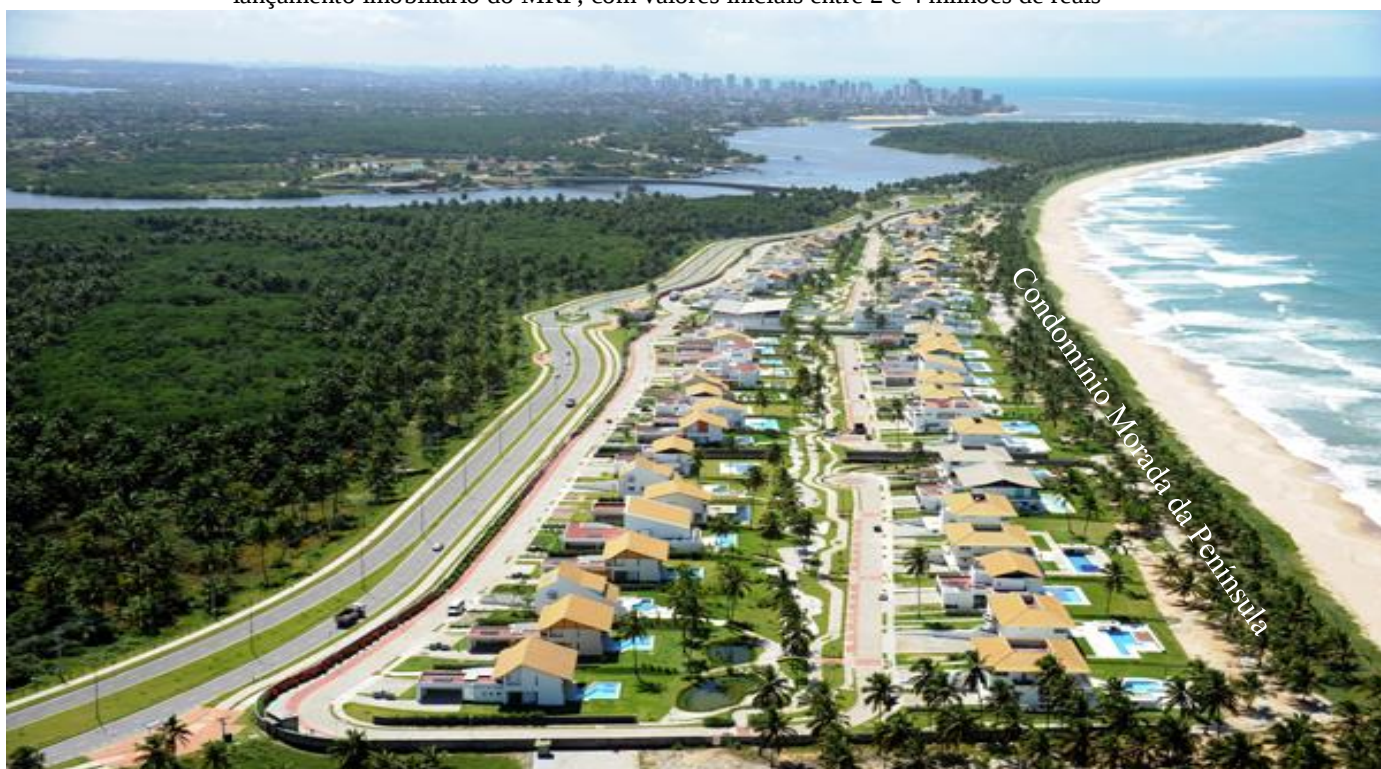
Nota: vê-se parte da natureza já suprimida, quando se compara esta Figura com as 6 e 7.

Figura 17 – Praia do Paiva, em 2009, com destaque para a construção do Condomínio Morada da Península



Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2009).

Figura 18 – Praia do Paiva, em 2010, com destaque para o Condomínio Morada da Península, primeiro lançamento imobiliário do MRP, com valores iniciais entre 2 e 4 milhões de reais



Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2010).

Figura 19 – Praia do Paiva, em 2014, com destaque para o processo intenso de urbanização



Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2014).

Nota: Percebe-se que o processo de urbanização já destruiu parte da Natureza, no sentido de, contraditoriamente, apropriar-se dela como natureza para engendrar valores; o que representa uma ameaça para a área do entorno.

Figura 20 – Praia do Paiva, em 2014, com destaque para 6 torres de empresariais, conjugados com um *shopping* tipo *open mall*, ao lado um hotel de luxo, considerado o primeiro triplo “A” do NO/NE, e um Centro de Convenções



Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2014).

Figura 21 - Masterplan do Megaempreendimento Reserva do Paiva, em 2016.



Imagem meramente ilustrativa. Os empreendimentos ainda não lançados estarão sujeitos à aprovação pelos órgãos competentes, viabilização de investimentos e demanda de mercado. Poderão ser alterados pelo empreendedor ao longo do desenvolvimento da Reserva do Paiva.

- | | | |
|------------------------|---|--------------------------------------|
| MORADA DA PENÍNSULA | ACQUA MARINE | PARQUE DA LAGOA |
| VILA DOS CORAIS | SHERATON RESERVA DO PAIVA HOTEL & CONVENTION CENTER | IGREJA |
| NOVO MUNDO EMPRESARIAL | BEACH CLUB BY SHERATON | MARINA FUTURO EMPREENDIMENTO |
| TERRAÇO LAGUNA | OPEN MALL | ASSOCIAÇÃO GERAL DA RESERVA DO PAIVA |
| VARANDA DO PARQUE | ESCOLA | ESTANDE DE VENDAS |
| JARDIM DO MAR | EMPÓRIO GOURMET | PONTE DO PAIVA |
| VERANO | SUPERMERCADO FUTURO EMPREENDIMENTO | GOLFE FUTURO EMPREENDIMENTO |
| PARADISO | PARQUE DO PAIVA | VIA PARQUE |

Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2016), com modificações.

Nota: forma de habitação completamente oposta às que predominam no entorno.

Pode-se destacar então, a conformação de um ambiente de exclusivismo, que se quer privativo às camadas sociais mais abastadas. À propósito, avultamos a utilização de maneira proposital do sufixo “ismo”, como forma de dar à configuração exclusiva do MRP toda a carga pejorativa que o sufixo traz, no sentido de ideologia, doutrina. Como bem ressalta Barbosa (2014, p. 260), quando comenta sobre as práticas socioespaciais que este tipo de concepção imobiliária sustenta e dá guarida, “mantendo o arcaísmo de uma raridade espacial que se coloca como ‘novo’ em meio ao que há de mais atrasado na nossa formação histórica ilustremente representada pelo par dialético constituído pela casa grande e a senzala.”

As praças de pedágio para o acesso viário e os núcleos de segurança, ambas nas extremidades norte e sul da praia do Paiva (Figuras 22 e 23), assim como as servidões de passagem para acesso à praia pela população, são estruturas emblemáticas para uma ocupação que se quer específica e direcionada, revelando a pretensa realidade socioespacial deste fragmento da RMR. As Figuras 24, 25, 26, 27 e 28 retratam o percurso que deve ser feito pelos pedestres desde a Via Parque, dentro do MRP, até chegar à praia.

O Empreendimento Reserva do Paiva é um auspício do modelo falido de fragmentação e privatização do ambiente urbano. Porque se constitui em bases insidiosas e discursos falaciosos, utilizando-se de expressões em voga para metaforizar a privação ao ambiente e o recrudescimento do acesso desigual.

Assim, a praia do Paiva, transformada num Complexo Imobiliário, Residencial e de Serviços, ou seja, no que, para alguns é um “bairro planejado”¹⁶, torna-se mais um ambiente privativo daqueles que podem pagar para acessá-lo. O que revela uma paulatina transformação da área em um ambiente hostil, profanado pela lógica da mercantilização do espaço e de uma vida urbana pautada pelo consumo. Logo, só dela fará parte quem detiver capital e abrigar passivamente este tipo de movimento, que nada mais é que a ampliação escalar dos condomínios residenciais privados. Por isso, faz-se necessário ter um olhar crítico às intervenções no ambiente – e é também a isto que serve a nossa pesquisa, tendo a pretensão de

¹⁶ Atentamos o leitor para o uso de tal expressão, que induz a interpretação apenas para os aspectos positivos da atividade de planejamento. No entanto, “[...] aquilo que parece, à primeira vista, totalmente espontâneo, se revela, olhando mais detidamente, fruto de uma plethora de ações dispersas, muitíssimas delas deliberadas e não poucas formalmente programadas, que criam uma sinergia” (SOUZA, 2010a, p. 52), para o consumo. Além disso, sabe-se que, “[...] na esteira do empresariamento, cada vez mais o Estado abre mão de seu papel regulatório, substituindo largamente o planejamento por um imediatismo mercadofílico [...]” (*ibidem*, p. 55), a parcialidade e a desconsideração das complexas relações socioambientais presentes em muitas atividades de planejamento estão intimamente ligadas à racionalidade empresarial, que visa mormente o lucro, gerando, assim, por meio dos espaços planejados, mais desigualdades e o aumento da fragmentação do espaço.

desvelar inconsistências – como forma de esclarecer as contradições e ampliar a “contraconsciência”, de acordo com Mészáros (2006).

Figura 22 – Praça de pedágio e núcleo de segurança localizados ao norte (A) e ao sul (B) da praia do Paiva



Foto: Bruno Pontes, 02/03/2016.

Figura 23 – Servidão de passagem para acesso da população à praia, pelo MRP

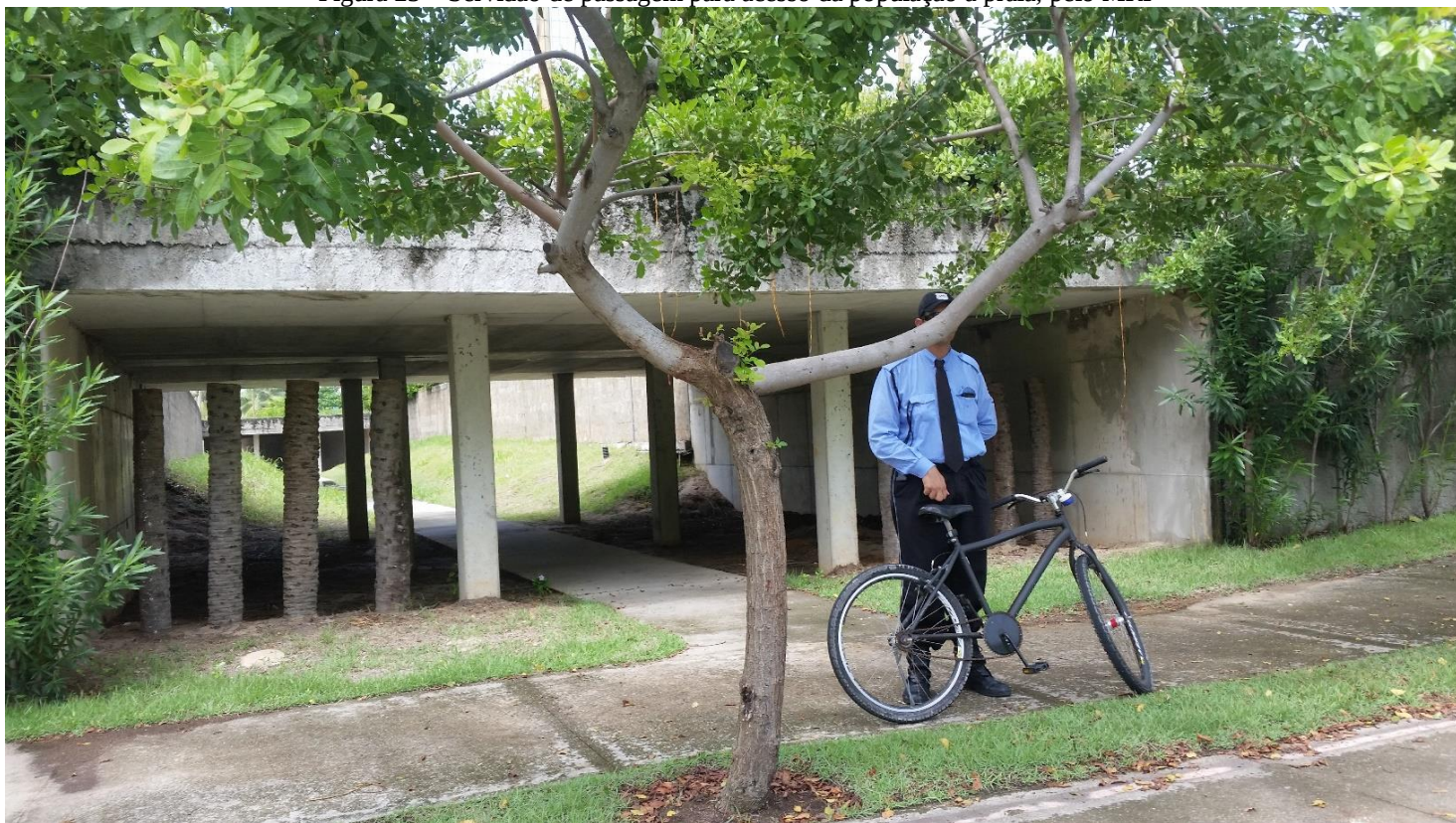


Foto: Bruno Pontes, 11/05/2016.

Nota: presença de segurança em algumas áreas de acesso.

Figura 24 – Servidão de passagem para acesso da população à praia, pelo MRP



Foto: Bruno Pontes, 11/05/2016.

Nota: percebe-se a hostilidade devido aos muros e pelo caminho estreito.

Figura 25 – Servidão de passagem para acesso da população à praia, pelo MRP



Foto: Bruno Pontes, 11/05/2016.

Figura 26 – Servidão de passagem para acesso da população à praia, pelo MRP

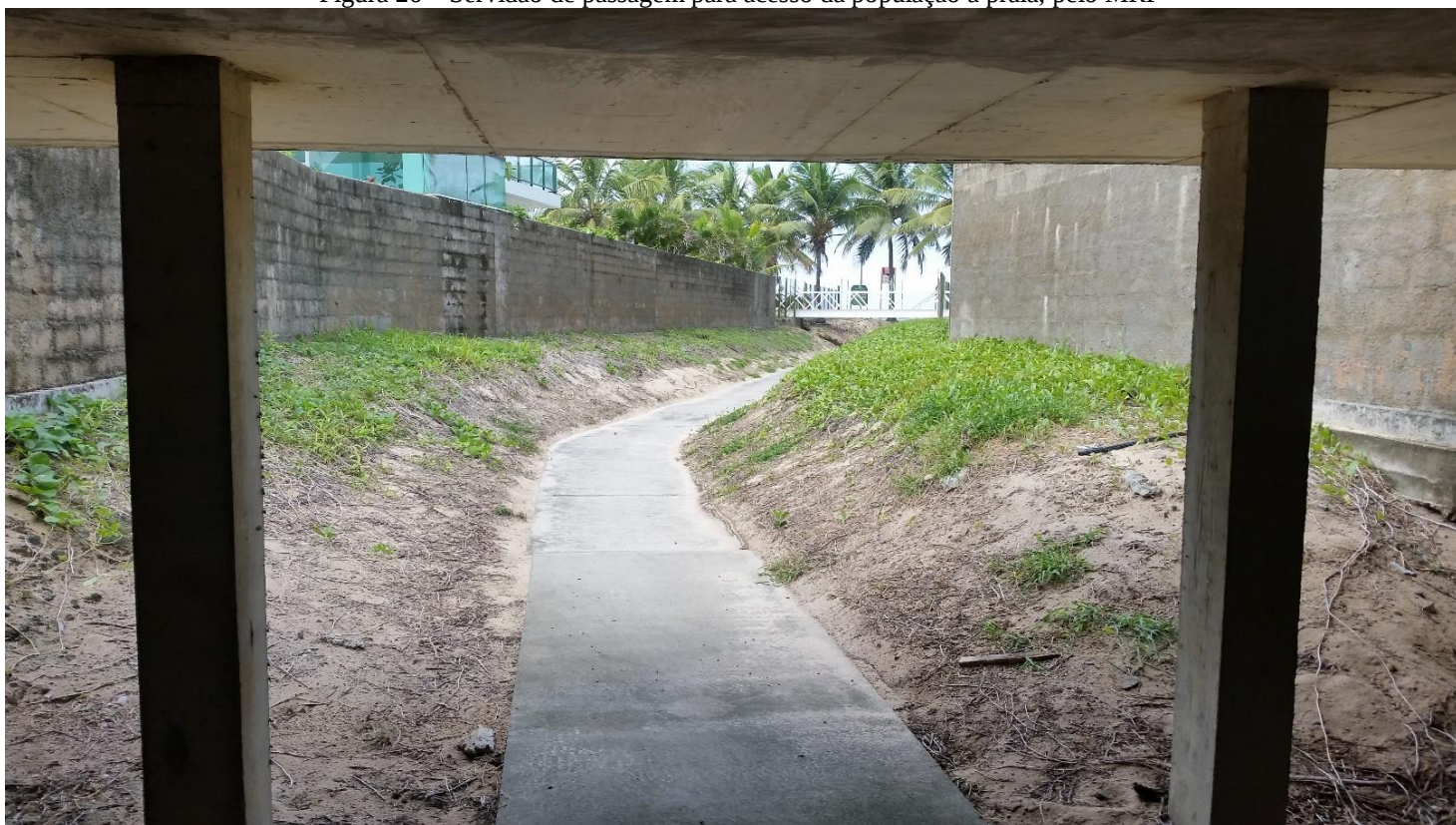


Foto: Bruno Pontes, 11/05/2016.

Figura 27 – Servidão de passagem para acesso da população à praia, pelo MRP



Foto: Bruno Pontes, 11/05/2016.

Nota: próximo à chegada na praia há pontes de ligação entre os imóveis do MRP passando sobre as passagens de acesso à praia.

Tem-se, assim, representados pelas últimas Figuras, algumas evidências da conformação controversa de um ambiente que fabula sustentabilidade e demonstra um esforço de difusão da imagem ligada ao desenvolvimento e à responsabilidade socioambiental. Quando, na realidade, compõe o ideário retórico de uma reprodução das desigualdades no ambiente dos espaços urbanos e de uma fetichização do meio natural como raridade, afirmando-o como diferencial, exclusivamente em favor da geração de excedentes financeiros. Essa é a *práxis* empreendedora vinculada ao capitalismo neoliberal que se estabelece no território da praia do Paiva. É forçoso ainda destacar que se tenta causar impressão de que todos ganham com este tipo de intervenção, quando, fatidicamente, a maioria perde. Pois, vê-se mais um espaço físico e simbolicamente reservado para usufruto de poucos, o que revela um sintoma da insustentabilidade dos ambientes urbanos, cada vez mais fragmentados.

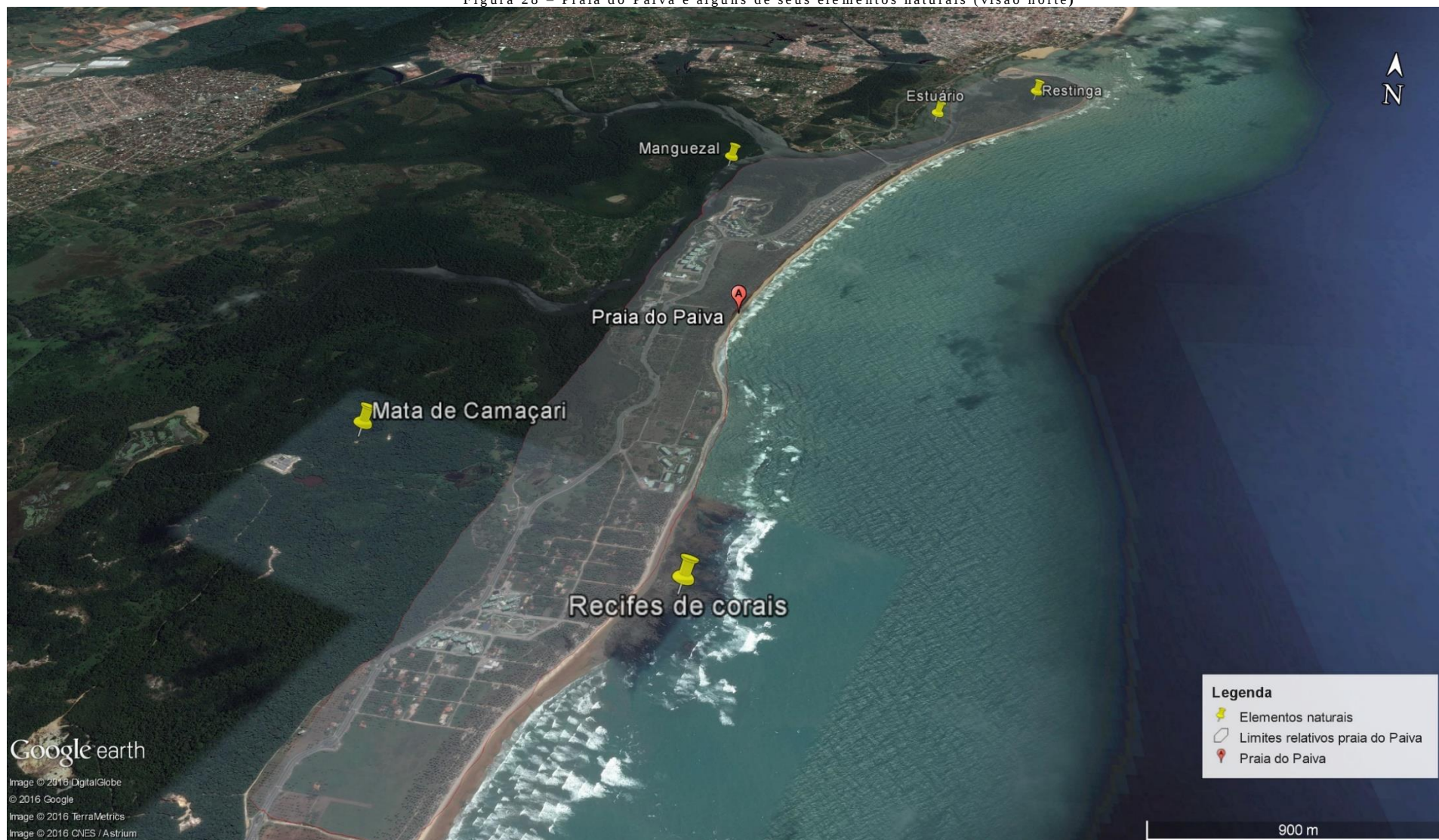
4. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA E APROXIMAÇÕES METODOLÓGICAS

A praia do Paiva, como já se viu antes, é um ambiente de considerável diversidade natural, composta por elementos como estuário, manguezal, restinga, recife de corais e resquícios de Mata Atlântica (Figuras 28 e 29). Em uma área de conexão entre a Região Metropolitana do Recife (RMR) e o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). Características que, numa realidade de avanço da urbanização, das estratégias de empreendedorismo urbano (HARVEY, 2005) e de supressão da natureza, tornaram-na território estratégico aos interesses capitalistas, mais especificamente ao setor imobiliário. À propósito, este tem sido o *modos operandi* de apropriação dos ambientes pelos produtores hegemônicos do espaço urbano (os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, detentores do capital terra e capital financeiro, respectivamente), atuantes com a conivência legitimadora do Estado, o qual molda as balizas regulatórias de intervenção no meio urbano seguindo, em grande medida, os interesses destes atores. Quanto a este aspecto ressaltamos a afirmação de Corrêa (1995, p. 12),

[...] a ação destes (*atores*) se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante (*que os favorece*), e constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses dos (*atores*) dominantes. (grifo nosso).

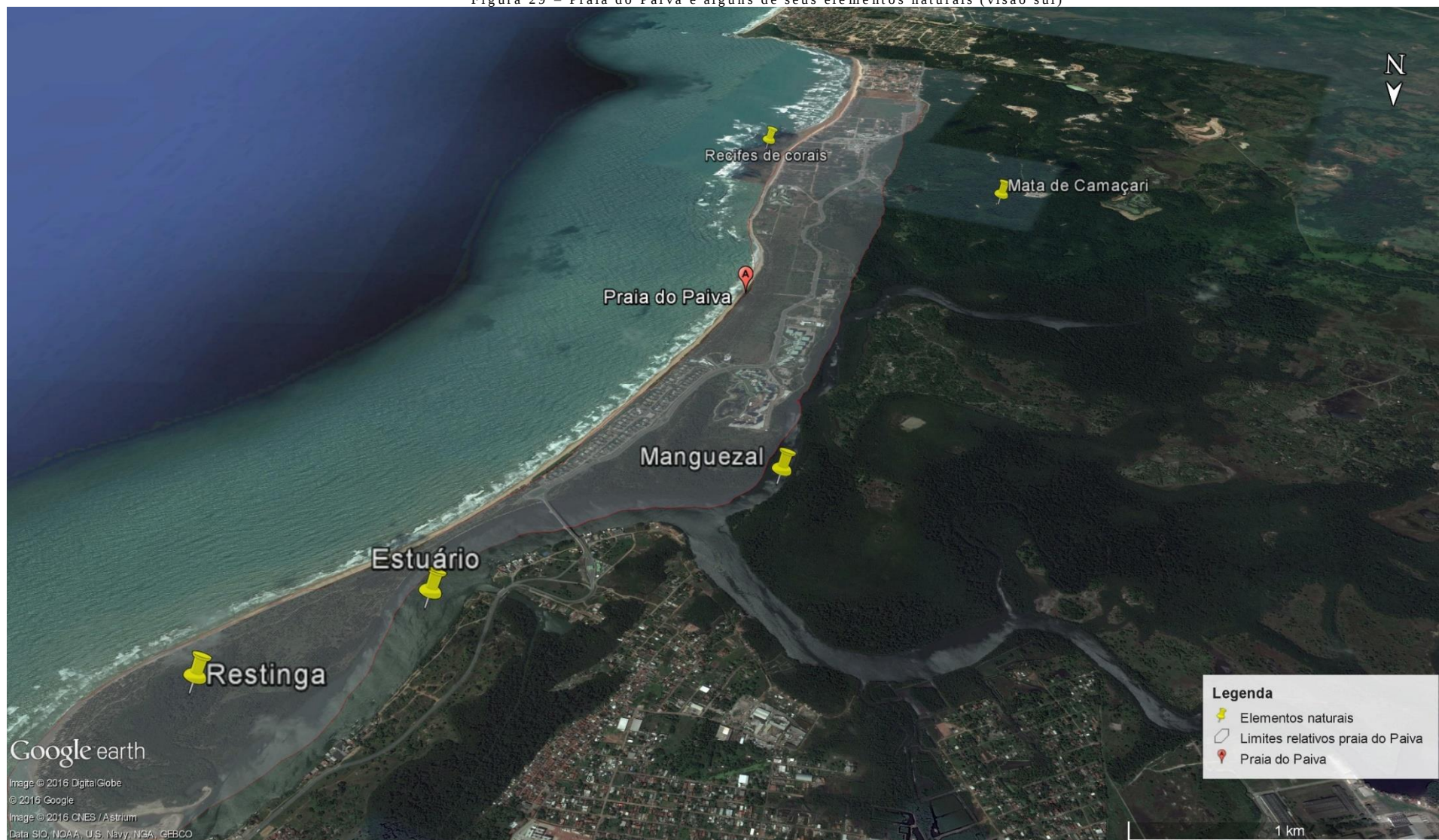
Esta localização privilegiada foi prerrogativa para a transformação a que está sendo submetido o ambiente da praia do Paiva, o qual aporta, desde 2007, a construção de um megaempreendimento, denominado Reserva do Paiva, que se insere diante do avanço da lógica de reprodução capitalista do espaço (HARVEY, 2005a). Salta à nossa percepção alguns dos argumentos basilares utilizados na concepção deste megaempreendimento: sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, inclusão social, desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, governança, conservação ambiental, qualidade de vida, segurança, inovação, sofisticação, exclusividade, moradia de alto padrão. Tais pressupostos puderam ser extraídos dos materiais publicitários produzidos pela Odebrecht Realizações Imobiliárias (promotor imobiliário do megaempreendimento), disponibilizados no site da Reserva do Paiva (www.reservadopaiva.com.br), e utilizados para a promoção deste empreendimento, o qual, de acordo com o Memorial Descritivo da Reserva do Paiva (2008, p. 03), busca “conquistar nichos de mercado de alto padrão tanto na hotelaria e turismo, quanto no imobiliário residencial com foco no mercado local e internacional, ou seja, para primeira moradia ou para o turismo residencial”.

Figura 28 – Praia do Paiva e alguns de seus elementos naturais (visão norte)



Fonte: Google Earth Pro (2016).

Figura 29 – Praia do Paiva e alguns de seus elementos naturais (visão sul)



Fonte: Google Earth Pro (2016).

Portanto, presume-se, a partir de então, uma dinâmica territorial lastreada, antes de tudo, sobre paradoxos. As contendas aqui, em grande medida, estarão sob o contexto de uma exposição das fragilidades do desenvolvimento e da governança ambiental anunciados para o território da praia do Paiva.

A presença dos discursos da geração de emprego e renda para as comunidades locais, da integração social, da promoção da cidadania e do desenvolvimento humano, conduziram ao firmamento de parcerias dos promotores imobiliários com empresas e organizações para assumirem as atribuições relacionadas à responsabilidade social. Pode-se exemplificar, inclusive, um dos casos emblemáticos das ações neste sentido, a previsão de contratação de uma Organização Não-Governamental (ONG) denominada Instituto Hospitalidade, a qual tinha como missão promover a educação e a cultura da hospitalidade para os habitantes do local e das comunidades do entorno da praia do Paiva. O que pra nós deixa claro a tentativa de amenizar a inserção impactante de uma realidade, de relações sociais e de produção, trazida pelo MRP tão díspar do território encontrado.

Revela-se deste modo, preliminarmente, como foi sendo composta uma retórica sofista na promoção do MRP. Argutamente munidos das estratégias do setor imobiliário, os seus desenvolvedores promovem o lugar destacando e explorando seus atributos naturais, materiais e simbólicos, deturpando o do valor de uso pelo valor de troca, mercadificando o ambiente e promovendo-o enquanto excepcional, raro e exclusivo. Utilizando-se, para tanto, das ferramentas do *marketing* de lugares, o qual “significa projetar um lugar de modo que satisfaça as necessidades de seus mercados-alvos. Ele é bem sucedido quando os cidadãos e as empresas estão satisfeitos com suas comunidades e quando as expectativas dos visitantes e dos investidores são atingidas”, de acordo com Kotler et al. (2006, p. 148) (CASTILHO; SOEIRO; PONTES, 2016). Associados a isso, salientamos a crescente reificação da Natureza e dos territórios, como forma de potencializar as possibilidades rentistas e para atração de investimentos, consumidores, para a geração de valores, etc. Para o que, destacamos:

Desde já o espaço se reorganiza em função da pesquisa dos recursos em vias de se rarefazerem: as energias, a água, a luz, certas matérias-primas vegetais e animais. Isto reabilita (virtualmente) o uso contra a troca, no curso de um vasto conflito. A produção do espaço acompanha a importância nova da “natureza” como fonte de valores de uso (materialidade das coisas). A produção do espaço, muito tempo consumidora de uma parte dos excedentes da troca (do sobreproduto social) torna-se predominante ao mesmo tempo em que a restituição do valor de uso, restituição em grande escala que atravessa a política, mas não se resolve em estratégias políticas. A natureza, para Marx, é a riqueza verdadeira (que ele distingue da fortuna avaliável em valor de troca, portanto quantificável em dinheiro, em moeda). Esta ideia permanece profunda e verdadeira, à condição de não separar arbitrariamente, como sede de significações particulares, o

espaço segundo (produto) do espaço primeiro, aquele da natureza, matéria e matriz da produção (LEFEBVRE, 2006, p. 474).

Nesse sentido, pode-se destacar a dinâmica espacial que vem ocorrendo particularmente, mas não exclusivamente, na RMR, quanto à crescente inserção de “condomínios/bairros/cidades planejadas”. Quanto a este fenômeno, ressaltamos a afirmação de Braga e Araújo (2015, p. 87),

Em Pernambuco, o uso do termo ‘bairro planejado’ surgiu a partir das decisões do governo para suprir o déficit habitacional para trabalhadores da construção civil no Complexo Industrial Portuário de Suape (*CIPS*), inicialmente por meio de alojamentos temporários e, posteriormente, ‘bairros planejados’. Estes, segundo Braga, Paes Barreto e Freitas (2009, p. 4), surgiram como solução à preocupação do Governo do Estado diante da possibilidade do crescimento desordenado das cidades[...] (grifo nosso).

Oportunamente exporemos exemplos em escalas local, nacional e internacional (seção 1.3), como forma de abarcar transescalarmente, e trazer de maneira inequívoca, a conformação do fenômeno de expansão dos condomínios/bairros/cidades planejadas, a fim de destacar seus reflexos no recrudescimento das más condições socioambientais urbanas.

Diante disto, de uma realidade territorial complexa e contraditória, de instrumentalização do ambiente, da natureza, concebendo-os como tão-somente peças a serem dominadas, a serviço da ideia de progresso, desconsiderando e suprimindo as complexas inter-relações existentes, se deu a conformação atual da praia do Paiva. Neste ambiente, onde se acham intentos de um ‘progresso’ fundamentado em ideias deturpadas de desenvolvimento e governança ambiental, pode-se perceber a insipiência destes propósitos e o enraizamento de uma relação sociedade-natureza alienada. Quanto à ideia de progresso historicamente construída e ainda presente em pleno século XXI, nos aclara Arendt (2004, pp. 20-21),

O progresso é, certamente, mercadoria mais séria e mais complexa em oferta na feira de superstições de nossa época. A crença irracional do século XIX no progresso ilimitado encontrou aceitação universal principalmente por causa do impressionante desenvolvimento das ciências naturais as quais [...] poderiam aguardar a perspectiva interessante da infundável exploração da imensidade do universo. Que a ciência, ainda que não mais limitada pela finitude da terra e de sua natureza, seja objeto de infundável progresso não está de maneira alguma assegurado [...] O progresso, em outras palavras, não mais serve como padrão por onde avaliar o processo de transformação desastrosamente rápido que liberamos.

Quanto à relação sociedade-natureza, entende-se pertinente estabelecer, brevemente, alguns marcos evolutivos do mundo ocidental para compreender a concepção hodierna, a qual se dá a partir de axiomas e ‘obviedades’ que sustentam o nosso modo de pensar.

Talvez um dos primeiros filósofos considerados determinantes, pela influência que exerceu na construção da base ideológica e filosófica do pensamento ocidental, para um entendimento de separação entre homem-natureza (sociedade-natureza) tenha sido Platão, através do seu “Mito da Caverna”, presente em uma de suas grandes obras “A República”. Quanto a isto, afirma Latour (2004, p. 27), “[...] no ocidente, nos tornamos, ao longo dos tempos, os herdeiros de uma alegoria que definiu as relações da ciência e da sociedade: a da Caverna, contada por Platão. E ainda,

É a tirania do social, da vida pública, da política, dos sentimentos subjetivos, da agitação vulgar, em suma, da Caverna obscura, que a Filosofia – e mais tarde o Sábio – devem afastar de si, se quiserem aceder à verdade. Tal é, a partir deste mito, a primeira ruptura. Não existe nenhuma continuidade possível entre o mundo dos humanos e o acesso às verdades “não feitas pela mão do homem”. A alegoria da Caverna permite criar, pelo mesmo gesto, uma certa ideia da Ciência e uma certa ideia do mundo social que vai lhe servir de ferramenta (*idem*).

Numa evolução de sucessivas significações, a relação sociedade-natureza se constituiu através de aproximações, distanciamentos e reaproximações, do homem com a natureza, distinguindo-se também de acordo com os grupos sociais dos diferentes lugares. Momentos de mistificação da Natureza, devido ao desconhecimento de suas funcionalidades pelo homem; de sacralização; de subserviência; e instrumentalização, se deram na evolução ocidental, passando por considerações de Santo Agostinho, Descartes, Kant, por exemplo, os quais deram um sentido de dualismo, de separação e de uma ideia de superioridade do homem sobre a natureza. Isaac Newton e Francis Bacon ratificaram, também, através de suas visões científicas, a consideração de separação entre a Natureza e o mundo social, acreditando que “[...] através da ciência e do domínio da natureza, os seres humanos poderiam restaurar a harmonia da Natureza [...]” (SMITH, 1988, p. 32).

Hegel e Marx também contribuíram para as discussões da relação sociedade-natureza, no entanto, dando-lhe um teor mais orgânico “[...] a mediação recíproca entre natureza e sociedade ocorre dentro da realidade total da Natureza. O sujeito social, por cujo filtro passa toda a objetividade, é e segue sendo uma parte espaço-temporal integrante desta objetividade”. Porém, a visão preponderante se deu por um “domínio do homem sobre a natureza como necessários ao desenvolvimento humano e ao equilíbrio da própria Natureza. Isso porque através de tal visão, o homem faria parte dela e, pela posse da razão, deveria assumir o seu controle.” (PONTES; CASTILHO, 2016, p. 727). No percurso histórico ocidental, percebe-se, assim, que a percepção de Natureza muda constantemente, porém, de acordo com sua utilização pela

sociedade, como assevera Santos (2006). Assim, perpetua-se uma visão instrumentalista da natureza e agora recrudescida pela racionalidade técnica instrumental do sistema capitalista.

É neste contexto que o território da praia do Paiva tem sido reconfigurado. Portanto, destaca-se enquanto baldrame norteador da nossa pesquisa a fábula de um desenvolvimento associado à governança ambiental na dinâmica territorial da praia do Paiva – PE. Tendo, deste modo, como premissa e enquanto problema desconstruir essa fábula de um desenvolvimento garantidor associado a uma governança ambiental – considerando as ações dos atores envolvidos e a legislação, mecanismos de controle e regulação – de acordo com o processo instituído no território. Nesse sentido, Lefebvre (2006, p. 38) muito nos clarifica quanto às possibilidades de interpretar as ações realizadas no ambiente,

Em qual medida um espaço se lê? Se decodifica? A interrogação não receberá uma resposta satisfatória tão cedo. Com efeito, se as noções de mensagem, de código, de informação etc., não permitem seguir a gênese de um espaço [...], um espaço produzido se decifra, se lê. Ele implica um processo significante. E mesmo se não existe um código geral do espaço, inerente à linguagem ou às línguas, talvez códigos particulares tenham se estabelecido ao longo da história, provocando efeitos diversos; de modo que os ‘sujeitos’ interessados, membros desta ou daquela sociedade, acedam ao mesmo tempo a seu espaço e à sua qualidade de ‘sujeitos’ atuando nesse espaço, o compreendendo (no sentido mais forte desse termo).

Há de se advertir, também, a interestescalaridade das ações que conjecturam uma rede decisória verticalizada quanto às estratégias para reprodução do espaço e sua dinamização, como poderá ser visto através dos exemplos trazidos. Por suas similaridades infere-se um movimento que tem transformado o ambiente desde a escala local, como na praia do Paiva, nacional, como o caso de Jurerê, e internacional, como um caso na Argentina. Como afirma Santos (2008, p. 123), “a partir da internacionalização da economia, todos os países desejosos de obter créditos ou investimentos estrangeiros tiveram que adotar um mesmo modelo fornecido pelo exterior”, ou seja, o poder de decisão, em geral, desloca-se indo além da escala local, pois, é em âmbito global, por meio da influência das empresas multinacionais, que são dadas as diretrizes para o aporte financeiro que propiciará as transformações no ambiente.

Santos (*ibidem*, p. 124) ainda afirma, “O que na realidade existe é um sistema mundial de relações comandado pelos interesses privatizados, que por natureza se opõem brutalmente a todo esforço de integração local e contribuem assim para bloquear os esforços de desenvolvimento nacional (*e local*)” (grifo nosso), assim, a sobreposição dos interesses privados perverte qualquer intenção de “desenvolvimento” e de governança ambiental, já que a decisão se sabe que, fatalmente, favorecerá poucos em detrimento de qualquer preocupação com o ambiente, com as pessoas.

Acerca disto, Barbosa (2014) evidencia a dialética relação escalar global-local de forças que incitam a dinâmica territorial na praia do Paiva, com a instalação do MRP, além da dificuldade em perceber o limiar entre interesses locais e globais. Porém que respondem a uma ordem única.

Este empreendimento exprime, ao mesmo tempo e de forma contraditória, o global e o local, não havendo nisto visão hierárquica que qualifique um nível escalar melhor ou pior do que o outro. Este traço ambíguo é, sem dúvida, um caráter marcante da realização da Reserva do Paiva, pois de forma simultânea está ‘fincada’ no solo da RMR, mas também traduz um pouco das tendências urbanísticas de lugares distantes. Portanto, nesse complexo jogo de escalas, a Reserva do Paiva é um misto do global e do local, e sua espacialidade tanto confunde quanto ajuda a compreender as transformações que ocorrem no espaço metropolitano. Entre o próximo e o distante, há opacidade e ofuscamento que dificultam ver a realidade com múltiplas facetas, já que são portadoras dos interesses contraditórios dos vários agentes que participam da sua realização. Eis o espaço como instância social cada vez mais desafiadora e inestimável para o entendimento do que ocorre à nossa volta (BARBOSA, 2014, pp. 79-80).

Por conseguinte, faz-se imperativo definir o que consideramos como ambiente¹⁷ em nossa pesquisa. O ambiente é aqui ponderado como um complexo de inter-relações entre o meio natural, o espaço construído e a sociedade, a partir dos interesses dos diversos atores. Tecido por estas relações e interesses plurais e difusos, compõe espaços que servem como meio e condição para a sociedade, num dado tempo e espaço, portanto, onde se dá a relação sociedade-natureza. O ambiente da pesquisa é, portanto, assumido em sua complexidade, tecido por relações e interesses plurais e difusos, porém com a prevalência da ideia de mercantilização do espaço, a partir da inter-relação entre o ator público, o ator privado, e pouco privilegiando a participação da sociedade, na construção deste espaço, o que traz um dos entraves para a governança e deturpa a ideia do desenvolvimento.

Hipotetiza-se, destarte, que a dinâmica territorial da reprodução do espaço na praia do Paiva - PE vem se dando dissociada de práticas que garantam o desenvolvimento em sentido literal (com a observação das dimensões social, econômica e política/institucional) e dissonante da governança ambiental, devido à utilização de estratégias de empreendedorismo urbano que mercantilizam o ambiente. Tendo o capital como aglutinador das ações, em favor de minorias e em detrimento dos anseios e das necessidades coletivas, desrespeitando as pessoas e os seus ambientes de existência.

O [...] ‘neoliberalismo urbano’, marcado por um estilo de gestão e de planejamento que ficou conhecido como ‘empresarialista’ ou ‘empreendedorista’, se caracteriza, maciçamente, pelo deslocamento e *displacement* de populações pobres, na esteira de

¹⁷ Acerca das diversas acepções das noções de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais, destacamos o esforço de Dullely (2004) em dirimir algumas das diferenças na utilização destes termos, para melhor entendimento.

processos ditos de ‘gentrificação’ que buscam revalorizar determinadas partes do espaço urbano [...] (SOUZA, 2013, pp. 130-131).

Temos, então, à luz das reflexões e observações realizadas, a opinião de que a conturbada vida nas cidades é alimentada por uma lógica que intensifica as mazelas socioambientais para aqueles que vivem nestes espaços, que concentram, cada vez mais, um maior número de pessoas, as quais estão submetidas a condições indignas de vida. Isso, devido à absorção da controversa e ardil ideia de um desenvolvimento advindo da dinâmica urbana de reprodução do espaço, de instrumentalização da natureza, e de uma suposta governança ambiental, como se os atores tivessem a mesma possibilidade de participação e influência nas decisões. Por isso, Souza (2010) comenta que a questão do desenvolvimento se apresenta sob a forma de pequenos e grandes desafios, cotidianamente e nas mais diferentes escalas. E que, um processo de constituição do desenvolvimento associado necessariamente à governança ambiental necessita ser,

[...] encarado como o processo de auto instituição da sociedade rumo a mais liberdade e menos desigualdade; um processo, não raro doloroso, mas fértil, de discussão livre e ‘racional’ por parte de cada um dos membros da coletividade acerca do sentido e dos fins do viver em sociedade, dos erros e acertos do passado, das metas materiais e espirituais, da verdade e da justiça (SOUZA, 2010a, p. 105).

Esperamos, assim, desvelar algumas intencionalidades nas ações dos atores que protagonizam as transformações no ambiente de pesquisa, para destacar seus propósitos e discuti-los criticamente. Trazendo à luz das possibilidades teórico-conceituais e das observações empíricas a relação entre um desenvolvimento que considere as dimensões social, ambiental, econômica e política/institucional, com uma verdadeira participação de todos os atores para concretização de uma governança ambiental. Como fio condutor para tentar demonstrar a convergência do desenvolvimento com a governança ambiental, conjecturamos ser a *práxis* – uma outra *práxis* – uma possibilidade para abrandar os conflitos dialéticos deste território inserido num ambiente reificado.

Por se tratar de um território de importância estratégica, por suas especificidades ambientais (reserva de mata atlântica, estuário, área de manguezal, concentração de recife de corais e área de restinga) e localização de ligação entre o CIPS com bairros importantes da RMR, a praia do Paiva necessita receber grande atenção da sociedade para as ações que lá são realizadas. Deste modo, a nossa contribuição pretende se dar no sentido de cooperar para outro uso da natureza através de ações mais responsáveis social e ambientalmente.

Ademais, destacamos que esta dinâmica de utilizar-se da ideia do desenvolvimento, e mais recentemente da sustentabilidade, da governança ambiental, para as intervenções no espaço urbano é contemporânea e faz parte dos desdobramentos perversos do fenômeno da globalização, como nos alertara Santos (2001). Em um contexto de avanço da ordem capitalista e de suas sucessivas (e cada vez mais constantes) crises, e a capacidade de transformação e reinvenção através da retórica do “novo” pelos detentores do poder e dos privilégios, recrudescem-se as estratégias de mercantilização do ambiente, de comoditização dos “recursos” naturais, de privatização do espaço e de transformação dos cidadãos em meros consumidores. Com fins de acumulação de capital, conforme evidenciado por Castells (1983), Corrêa (1989), Harvey (1996; 2005a) e Lefebvre (2002; 2006).

Os reflexos negativos dos processos discutidos por estes autores, assim como o destaque quanto aos impactos negativos sobre o meio natural desencadeados pela crescente apropriação e instrumentalização da natureza, por Reclus (1908), Brundtland (1991), Capra (1996), Latour (2004), Leff (2004), Porto-Gonçalves (2006) predisseram o que hodiernamente ocorre – sobretudo nos países periféricos ou de capitalismo tardio, mais vulneráveis às forças do capital –, uma devastação do meio natural sem precedentes em favor da acumulação de excedentes, de lucro. À revelia das más condições de habitação, de saneamento, de qualidade de vida da maior parte da população dos ambientes urbanos, associadas a um crescimento da desigualdade social.

A praia do Paiva, pois, inscreve-se também nesta dinâmica perversa, como pretende-se explicar, constituindo assim o cerne de nossas pretensões desvelar os processos que desencadeiam este tipo de ações que materializam fábulas do desenvolvimento, da governança ambiental, apropriando-se de discursos de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

É para tanto, que temos como **objetivo geral** do estudo desconstruir a fábula do desenvolvimento conexo à governança ambiental através da análise crítica de suas perspectivas conceituais e práticas, adotadas para dinamizar o território da praia do Paiva, tendo como base o direito a cidades saudáveis, socialmente justas. Isso, em consecução aos objetivos específicos:

I. discutir, numa perspectiva histórica, os conceitos de desenvolvimento, governança ambiental, sustentabilidade e as práticas incitadas, apontando suas fragilidades e pontos fortes para uma compreensão crítica da dinâmica territorial relacionada à praia do Paiva;

II. analisar as contradições da lógica do capital voltada para a criação de exclusivismos na relação sociedade-natureza no contexto da praia do Paiva;

III. fornecer proposições para uma compreensão integrada e sistêmica do ambiente, apontando possibilidades de uma outra *práxis* para o desenvolvimento e a governança ambiental.

4.1 Métodos de Abordagem

A tarefa de estabelecer o caminho e os instrumentos para analisar um fenômeno, a fim de atingir os objetivos pretendidos, é essencial na ciência. A escolha do método é, desse modo, um dos fatores que dá respaldo aos procedimentos adotados.

[...] o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 83).

Para a confecção da pesquisa, estruturamo-la adotando uma postura dialética¹⁸ e, ao mesmo tempo dialógica, na tentativa de atribuir um movimento reflexivo do todo às partes e reciprocamente, já que a temática é orientada a partir de contradições, considerando a concepção dos conceitos de ambiente, natureza, desenvolvimento, governança, dinâmicas territoriais. Tais contradições se apropriam das construções conceituais através das relações sociais e de produção estabelecidas historicamente, mostrando que os elementos condicionam-se mutuamente. Corroboramos este pensamento com a seguinte afirmação,

O pensamento dialético é obrigado a um paciente trabalho: é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o ‘tecido’ de cada totalidade, que dão ‘vida’ a cada totalidade. A dialética – observa Carlos Nelson Coutinho – não pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Ela pensa tanto as contradições entre as partes como a união entre elas (KONDER, 2004, p. 46).

E ainda, de acordo com Lefebvre (1991, p. 237), “Entre o universal e o concreto, é impossível suprimir a mediação do particular. Para descobrir as leis particulares, portanto, será necessário, no quadro das leis universais, investigar nas realidades particulares, sua essência, seu conceito, suas relações”.

Deste modo, assume-se preponderantemente a postura metodológica dialética, por meio da análise do objeto teórico-conceitual e empírico, e em certa medida utilizando abordagens regressivo-progressivas (LEFEBVRE, 2002). Como forma de melhor analisar os processos

¹⁸ Utiliza-se como ponto de partida a obra, Konder, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2004. E para aprofundamento a obra, Lefebvre, H. **Lógica formal, lógica dialética**. 5ª ed. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

atuais também como reflexo do passado, já que a coexistência de temporalidades é parte indissolúvel da relação dialética da realidade. A construção metodológica terá como fontes principais, as discussões em Demo (1995), Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2008), para dar concretude à utilização dos métodos e técnicas, e tentar perceber em que medida cada instrumento considerado poderá nos auxiliar na interpretação da realidade complexa. “Tanto a natureza quanto a sociedade são compostas de objetos e fenômenos organicamente ligados entre si, dependendo uns dos outros e, ao mesmo tempo, condicionando-se reciprocamente” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 101).

Buscamos compreender a realidade através da observação das transformações no tempo-espaço, enquanto reflexos das experiências históricas. Como uma realidade composta por temporalidades relacionais e coexistentes, em que passado e presente se fundem e resultam no agora. Fundamentamo-nos na seguinte afirmação de Demo (1995, p. 89), “[...] é correto o horizonte da historicidade, que é o *locus* próprio da dialética. Só é tratável dialeticamente o fenômeno tipicamente histórico”. Por isso entende-se fundamental apreender as experiências, pois muito podem nos explicar sobre a situação atual. Quanto a estas reflexões, sugere Santos (1998, p. 19),

Começamos por fixar rapidamente os conceitos. Por *tempo*, vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama. Por *espaço* vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. E por *mundo* entendamos a soma, que é também síntese, de eventos e lugares. A cada momento, mudam juntos o tempo, o espaço e o mundo. De tal modo, nossa grande tarefa é a de apreender e definir o Presente, segundo essa ótica.

A perspectiva conceitual histórica, assim, denota um trabalho crítico necessário à compreensão da evolução do homem e de suas relações. Michel Foucault, em sua trajetória intelectual, corrobora a necessidade de se fazer uma apreciação conceitual dos problemas tratados, o que implica ter um pensamento em constante verificação. Isto ele denomina de “necessidades conceituais”. No entanto, considera que a conceituação não deve estar fundada numa teoria do objeto, já que a conceituação não é o único critério de conhecimento do objeto. Ele reconhece que as condições históricas que motivam a conceituação deve ser conhecida, necessitando ter uma consciência histórica da situação presente (FOUCAULT, 1995). Como também Kant (2014, pp. 80-81) quando afirma que “É, por conseguinte, o conhecimento do entendimento, pelo menos o do homem, um conhecimento por conceitos, quer dizer, não intuitivo, mas discursivo” (p. 80), e ainda, “O pensamento é o conhecimento por conceitos. Mas os conceitos se relacionam como predicados de juízos possíveis” (p. 81). Sendo assim,

apoiamo-nos, também, nas reflexões foucaultianas e kantianas para a estruturação das contendas teórico-conceituais, as quais precedem de conceituações para que tenhamos clara a acepção utilizada nas discussões.

Partiremos da observação das circunstâncias em que se dá o problema da pesquisa, em que há uma disposição à reprodução do espaço ligada ao planejamento estratégico empresarial, o que resulta na conformação de cidades como mercadoria e de ambientes exclusivos. Como também, percebe-se que há uma desconsideração ou pouco se considera, sobretudo, as dimensões social e ambiental nas ações ditas para o desenvolvimento, relegando ainda os preceitos da governança ambiental. Portanto, a flagrante presença de uma lógica de empreendedorismo urbano, como sugere Harvey (2005a), a qual tanto distorce a razão de ser das cidades. Diante disto, criam-se ambientes em que não se pode concretizar um verdadeiro desenvolvimento e uma governança ambiental, apenas retoricamente.

Acresceremos visões opostas da realidade, como forma de diálogo e proposição, considerando a multidimensionalidade necessária à sua compreensão, confrontando a realidade sob diferentes perspectivas tal como proposto pelo paradigma da complexidade. Para compreensão das complexas relações entre os atores, suas inter-relações, e, para trazer proposições na compreensão da realidade a fim de efetivar os objetivos, serão utilizados – mormente na seção conclusiva deste trabalho – algumas aproximações com a teoria da complexidade¹⁹, de Edgar Morin. Desse modo, advertimos que apesar de não ser um “método” declaradamente assumido para feitura deste trabalho, esta teoria auxiliou-nos a ir além nas reflexões, numa tentativa de observar a realidade através de um espectro mais amplo.

A pesquisa, para tanto, será orientada pelas linhas de investigação do quadro teórico-conceitual e do estudo empírico. Este, será realizado com o propósito de compreender a reprodução do espaço através da instrumentalização da natureza por meio da apropriação de territórios para tecer ambientes alheios ao lugar. No caso concreto aqui analisado, observar-se-ão as dinâmicas trazidas pela inserção do megaempreendimento denominado Reserva do Paiva, um “bairro planejado”, e as infraestruturas criadas para lhe dar suporte, no território da praia do Paiva, contextualizando-o no âmbito dos interesses ligados à dinâmica do município do Cabo de Santo Agostinho na RMR.

¹⁹ Logo, deixamos claro que a dialética é o método em que nos apoiamos, mas, o paradigma da complexidade trará, tão só, uma tentativa de apresentar algumas conclusões e proposições que considerem as complexas inter-relações presentes no ambiente objeto da pesquisa. Consideramos, portanto, a dialética no âmbito do paradigma.

4.2 Métodos de Procedimentos e Linhas de Investigação

Procedemos para o estudo teórico-conceitual, com a investigação relacionada aos temas transversais que nos propusemos a discutir, através de levantamento e revisão bibliográfica em livros e artigos em periódicos científicos. Para análise da legislação urbana e ambiental fizemos breves apreciações de suas evoluções e como se dão atualmente, para o que será utilizada a técnica hermenêutica. Temos como foco os instrumentos que regulam as intervenções no ambiente local, como a lei de uso e ocupação do solo e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do município do Cabo de Santo Agostinho, porém relacionando-os com os instrumentos a nível estadual, nacional e internacional, que deveriam estar em consonância, com os artigos 182 e 183 da nossa Carta Magna, o Estatuto da Cidade, a Agenda 21 de Pernambuco e os protocolos ambientais internacionais como a Rio +20. Analisamos as alterações realizadas nos instrumentos locais, para que houvesse possibilidades de intervenções na praia do Paiva, alterando sua conformação territorial e ambiental.

Para o estudo empírico foram realizadas: visitas de campo para perceber como vem se dando a construção do ambiente na área delimitada da pesquisa; pesquisa documental; diálogos/entrevistas com os atores envolvidos na dinâmica territorial da praia do Paiva (frequentadores, comerciantes, pescadores, representantes da Associação Geral da Reserva do Paiva, representantes da prefeitura do Cabo de Santo Agostinho), além de fazer breves paralelos com alguns exemplos de intervenções urbanas que se aproximam da experiência da praia do Paiva, localmente (em Recife–PE), nacionalmente (em Jurerê–SC e Bertioga–SP) e internacionalmente (em Buenos Aires – Argentina), para ilustrar a complexidade da dimensão escalar do global ao local deste tipo de ingerência nos ambientes.

Mencionam-se casos como o do *Colony Park*, uma ilha privada em um dos deltas do rio Paraná, na cidade de Buenos Aires, Argentina; assim como o caso de Jurerê Internacional, em Santa Catarina, no Brasil – caso este que inclusive foi utilizado como um dos modelos para o projeto do MRP ora em estudo; e ainda, um empreendimento na cidade do Recife, o *Le Parc Boa Viagem Residential Resort*. Estes serão aludidos como exemplos para demonstrar em que medida há similaridades destes fenômenos de deturpação do desenvolvimento, da sustentabilidade e da governança ambiental, através de discursos persuasivos, com uso de preceitos consensualmente aceitos. Quando em verdade se percebe a instrumentalização da natureza em favor de uma lógica de reprodução do espaço que se mostra, à nossa percepção, entrópica.

Para absorção da realidade através dos diálogos/entrevistas, utilizamos as proposições de Yi-Fu Tuan (1980), quanto à Topofilia, a qual pode ser caracterizada como “[...] o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico, considerando, ao mesmo tempo, as práticas de rompimento deste elo. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal.” (TUAN, 1980, p. 05). E ainda,

A Topofilia é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mais permanentes e mais difíceis de expressar, são os sentimento que temos para com um lugar, por ser o lar, o *lócus* de reminiscências e o meio de se ganhar a vida (TUAN, 1980, p. 107).

A respeito da percepção do lugar, do seu ambiente, pelas pessoas e de suas relações na conformação do território, destacamos que como pesquisadores, observadores críticos do ambiente e de sua realidade, percebemos os espaços com visões dialogicamente estabelecidas. A partir de uma percepção sensual, através da visão, audição, do olfato, do tato, pelas emoções e sensações; e concomitantemente por nosso arcabouço intelectual, com os filtros de nossa racionalidade, cognição e maneira de enxergar a realidade, a qual não nos deixa cair na tentação tão-só de uma análise parcial. Tenta-se, pois, dar completude, na medida de nossas limitações, à análise da realidade concreta diante destas apreensões. Portanto, deixa-se claro, assim como assinala Tuan (1980, pp. 16-17), que “os objetos que percebemos são proporcionais ao tamanho do nosso corpo, à acuidade e amplitude do nosso aparelho perceptivo e ao propósito”.

O cientista e o teórico [...], tendem a descuidar a diversidade e a subjetividade humanas porque a tarefa de estabelecer ligações do mundo não-humano já é enormemente complexa. Entretanto, numa visão mais ampla sabemos que as atitudes e crenças não podem ser excluídas nem mesmo da abordagem prática, pois é prático reconhecer as paixões humanas em qualquer cálculo ambiental; elas não podem ser excluídas da abordagem teórica porque o homem é, de fato, o dominante ecológico e o seu comportamento deve ser compreendido em profundidade, e não simplesmente mapeado (*Ibidem*, p. 02).

Faz-se necessário ressaltar que, ainda que tragamos a perspectiva do espaço vivido para apreensão da relação dos atores com o território, temos consciência da parcialidade de nosso filtro perceptivo, devido às nossas limitações, como dito, assim como por não estabelecermos diálogos com a profundidade desejada, por nossas limitações quanto ao tempo e disponibilidade de estar presencialmente neste território, “vivendo-o”. Destarte, cremos que as atividades realizadas para constituição da nossa percepção empírica e a vivência neste ambiente foram

suficientes para apresentar os resultados pretendidos, ainda que não permitam uma análise do vivido em sua plenitude.

A partir dos subsídios supramencionados, acredita-se, portanto, ter as informações e ferramentas necessárias para construir as discussões e fornecer proposições aos problemas investigados nesta pesquisa.

4.2.1 Estudo teórico-conceitual

Buscamos, não só, mas especialmente, utilizar as ideias de alguns teóricos que se constituem como basilares. A despeito de provocar contribuições, críticas, sugestões, além de dar subsídios àqueles que têm a pretensão de aprofundar os estudos nas temáticas aqui discutidas, entendemos necessário explicitar com detalhes nosso referencial teórico, as contribuições de alguns autores e as principais reflexões que compõem os alicerces para a estruturação teórica e a feitura do trabalho.

A fim dar solidez às discussões relacionadas à histórica relação sociedade-natureza, quanto ao desenvolvimento, produção do espaço, relações entre os atores e os modos de produção, utilizamos reflexões de Karl Marx, através dos seus apontamentos de uma relação alienada entre homem e natureza e entre homem e homem, tendo como fundamento a estrutura, dinâmica e contradições da economia capitalista; György Lukács, e suas contribuições à interpretação das opiniões de Marx para compreensão do mundo, do desenvolvimento social, das necessárias ponderações e lutas contemporâneas, no sentido político e das ideias. E István Mészáros também contribuindo para o pertinente olhar frígido do capitalismo, fornecendo-nos uma visão da humanidade para além do capital e da alienação. De Hanna Arendt, apropriamo-nos de suas reflexões críticas acerca da condição humana, como animal social e político, sobre nossas fragilidades e sobre a sociedade de consumidores.

De Élisée Reclus tentar-se-á absorver ideias sobre a preocupação das relações entre homem e natureza e sociedade e natureza, diante do que estava se considerando como progresso na formação de uma ordem capitalista. Para ele a Natureza e o homem formam um conjunto harmônico de influências mútuas, portanto, deveria ser buscado um equilíbrio nesta relação, olhar este que julgamos bastante pertinente ao nosso objeto de pesquisa. Tal pensamento também é observado em John Passmore quando sugere atitudes morais novas em relação à natureza. Bruno Latour nos deu, mormente, aportes relacionados à ecologia política.

Henri Lefebvre trouxe contribuições sobre a constituição do mundo urbano, da produção do espaço e da contradição do real sobre um ambiente difuso e complexo, revelando para nós uma profunda teoria da vida cotidiana. Roberto Lobato Corrêa nos deu uma concisão do fenômeno urbano em escala mais próxima à realidade brasileira. Milton Santos é responsável por nossas discussões críticas quanto ao movimento global de conformação de um pensamento que se quer único, de produção das cidades, do ambiente, sobre teorias de formação e estruturação da sociedade urbana e sobre as ações necessárias ao combate às desigualdades sociais e em favor da justiça social para formação de ambientes de plena cidadania. Apreende-se também as contribuições de Neil Smith, nesse sentido. Tenta-se apropriar também das ponderações de Manuel Castells sobre a questão urbana e a conformação das cidades num período de compressão do espaço-tempo através das relações em rede. E, David Harvey nos dá, neste contexto, embasamento sobre a produção capitalista do espaço, desvelando as intencionalidades das ações hegemônicas que tem o capital como razão motora em detrimento das pessoas.

Quanto às discussões relacionadas à governança ambiental observou-se as contribuições de Enrique Leff, quanto às análises dos processos socioambientais, em seu projeto teórico com base em estratégias conceituais e esforços epistêmicos para constituição de uma racionalidade ambiental e um saber ambiental. Carlos Walter Porto-Gonçalves auxilia-nos com uma visão ambientalista dos conflitos políticos contemporâneos, trazendo evidências de um necessário empoderamento da sociedade exigindo e construindo ambientes mais saudáveis. Henri Acselrad e Marcel Bursztyrn perfilam-se às reflexões para construção de uma governança ambiental, de afirmação das ações com vistas a uma sustentabilidade não retórica. Bem como Ladislau Dowbor e Clóvis Cavalcanti que trazem uma reflexão crítica à ciência econômica tradicional, legislando sobre a necessidade de incorporar às ponderações econômicas a variável ambiental, dando ao paradigma da sustentabilidade o papel de uma possível mediação das contradições. Além disso, serão destacados os conceitos trazidos pelo Banco Mundial, pela Organização das Nações Unidas e os debates incitados por órgãos nacionais como o IPEA sobre a temática.

Buscou-se, ainda, em Marx e Kant, a compreensão de uma filosofia da *práxis*, reforçando a dialética entre teoria e prática para superar as contradições sociais, que propõem a unidade do saber e do fazer. Assim como Antonio Gramsci, para quem não seria possível separar o *homo faber* do *homo sapiens*, destaca o papel político necessário aos intelectuais em favor de pedagogias com interesses específicos e ligadas a ideologias que possam servir para construção ou contraposição do pensamento hegemônico.

E, em relação às legislações urbana e ambiental, serão consideradas, sobretudo, as leis de Uso e Ocupação do Solo (lei nº 2.174/2004) e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (lei nº 2.360/2006) do município do Cabo de Santo Agostinho. A última, inclusive, será revisada conforme exigência do Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001) e sofrerá modificações, já que o Estatuto prevê a atualização dos Plano Diretores a cada decênio. Destacamos que a revisão do Plano Diretor do Cabo de Santo Agostinho está em andamento, prevendo-se sua conclusão para 2017. Devido a isto, consideramos em nosso trabalho a versão em vigor do Plano Diretor (a lei nº 2.360/2006).

Assim como foram apreciadas a Agenda 21 de PE, os documentos gerados pela Rio-92 e Rio + 20 (Conferências das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável) e o próprio Estatuto das Cidades, apenas para verificar se as diretrizes estabelecidas nestes instrumentos são consideradas e estão alinhadas com as regulamentações locais.

No intento de buscar uma compreensão holista dos fenômenos discutidos, tem-se, portanto, no paradigma da complexidade proposto por Edgar Morin os aportes que julgamos necessários para compreender as complexas inter-relações a que estamos submetidos, juntando-as, visão essa que aumenta as possibilidades de conhecimento da Natureza. Do mesmo modo, também nos referenciamos em Fritjof Capra para melhor entender as tramas das relações entre os elementos que compõem a realidade ambiental.

4.2.2 Estudo Empírico

As principais ações realizadas para embasar nosso estudo empírico se deram por meio de:

1. Visitas de campo para observação *in loco* e registro de imagens (realizadas entre março de 2016 e julho de 2016).

2. Diálogos/entrevistas com os atores (frequentadores, comerciantes, pescadores, representantes da Associação Geral da Reserva do Paiva, representantes da prefeitura do Cabo de Santo Agostinho), a fim de absorver as visões, sentimentos e posicionamentos mais espontâneos e reflexivos dos entrevistados, sem limitá-los a questões fechadas que poderiam restringir suas disposições em expor opiniões, de acordo com o que abaliza Gil (2008) (realizados entre março de 2016 e julho de 2016). Utilizou-se como diretriz nos diálogos/entrevistas, abordagens de assuntos de interesse central para absorver as informações de cada um dos grupos de atores.

Gil (2008, p. 111) assim define a coleta de dados através deste tipo de diálogo/entrevista, “[...] é o menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. O que se pretende com entrevistas deste tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado”. E ainda, recomenda este tipo de coleta de dados para uma visão aproximativa do problema pesquisado.

Para isso, foram realizados diálogos/entrevistas semiestruturadas com 15 pessoas do grupo 1 dos atores (cinco frequentadores da praia do Paiva, três moradores da praia do Paiva, tanto do MRP quanto da comunidade local; quatro comerciantes/ambulantes²⁰; e três pescadores); um representante da Associação Geral da Reserva do Paiva (AGRP) e um funcionário(a) técnico(a) da empresa Odebrecht (entrevista realizada em pesquisas anteriores, em 2012), que constituirão o grupo 2 dos atores. Ressalta-se que tal Associação é responsável pela gestão e governança do MRP; e, dois representantes do município do Cabo de Santo Agostinho-PE, ligados às secretarias executivas, superintendências ou secretarias municipais de Desenvolvimento Econômico e Turismo, e de Planejamento e Meio Ambiente, que compõem o grupo 3 dos atores.

Como os diálogos/entrevistas se deram em certo grau de informalidade, pelas razões já descritas anteriormente, o registro das informações foi feito através de anotações no momento em que se dava o diálogo e logo após este diálogo. Em alguns casos preservou-se a identidade dos entrevistados, conforme solicitações, por isso, não estão definidas as desinências nominais de gênero propositalmente, para evitar a identificação. Foram realizados os diálogos/entrevistas em diferentes dias da semana – terça, quarta e sexta-feira, sábado e domingo – para tentar absorver as visões dos mais diversos perfis de frequentadores.

Para apreensão do olhar dos atores do grupo 1, utilizou-se a inserção de questões para apreender como percebem as mudanças na praia do Paiva (ambiental, social e econômica, isso porque eles as separam), suas opiniões quanto ao megaempreendimento instalado e as vivências com o território antes e após a firmação do megaempreendimento. Para os atores do grupo 2, as principais diretrizes se deram no sentido de perceber como se dão o planejamento e a gestão do megaempreendimento e da praia, a relação com o governo municipal e as comunidades do entorno.

²⁰ Adverte-se que estes atuam na orla da praia do Paiva. Os comerciantes que atuam nos espaços próprios da Reserva do Paiva e outros investidores não foram entrevistados devido às suas indisponibilidades e à dificuldade em acessá-los. Lamenta-se, pois se sabe que a concepção de desenvolvimento e governança ambiental certamente os moveu a investir no MRP.

E, nos diálogos/entrevistas com os atores do grupo 3, procurou-se levantar assuntos que subsidiassem na captação das razões de suas ações em busca do desenvolvimento na praia do Paiva, suas possibilidades de intervenção neste ambiente após a concretização do MRP, e, em que medida são consideradas as garantias de participação social nas instâncias de decisão para este território. Buscando, por fim, entender quais prioridades podem ser explicitadas através de suas ações. Apresenta-se sinteticamente a composição dos diálogos/entrevistas no Quadro 1.

Quadro 1 – Atores e intenções nos diálogos/entrevistas

Subgrupos dos Atores	Quantidade	Intenções
1. frequentadores, moradores, comerciantes/ambulantes, pescadores	15	- Identificar como percebem as mudanças da praia do Paiva; - Juízos sobre o megaempreendimento instalado; - Vivências com o território após consolidação do megaempreendimento.
2. representante da AGRP; funcionário técnico da Odebrecht	2	- Perceber como se dão o planejamento e a gestão do MRP e da praia; - Perceber a relação destes atores com o governo do município; - Perceber como se dão as relações com a comunidade do entorno.
3. representantes do município do Cabo de Santo Agostinho	2	- Captar quais razões para as ações que ensejaram na aprovação do MRP e teor do discurso do ‘desenvolvimento’; - Atuação do município na praia do Paiva após a concretização do MRP; - Identificar se há garantias de participação social nas instâncias de decisão neste território.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Destacamos que, apesar da delimitação de nossos propósitos para absorver as diversas visões dos atores, os diálogos/entrevistas trazem-nos muito mais riquezas e detalhes que os pretendidos. Por isso, achamo-nos em alguns momentos do texto reproduzindo as falas dos atores que não tratam diretamente destas intenções, mas auxilia-nos a apreender o universo de percepção deles, proporcionando-nos entender seus sentimentos para com o lugar, o ambiente, como indica Tuan (1980).

Adota-se, para a definição do universo de entrevistados, a técnica da amostragem na pesquisa social, de acordo com as acepções de Gil (2008). Para garantir a representatividade do universo de entrevistados possíveis, asseguramo-nos na lei da regularidade estatística para definir os subconjuntos do universo e a quantidade necessária de cada um destes para dar fidedignidade à amostra. Desta forma, utilizamos os procedimentos da amostragem

probabilística do tipo estratificada proporcional para estabelecer o universo amostral dos entrevistados. Diante disto, os procedimentos adotados foram:

a) Estabelecer os subgrupos do universo amostral – Sociedade (subgrupo 1), Atores privados (subgrupo 2), Atores públicos (subgrupo 3);

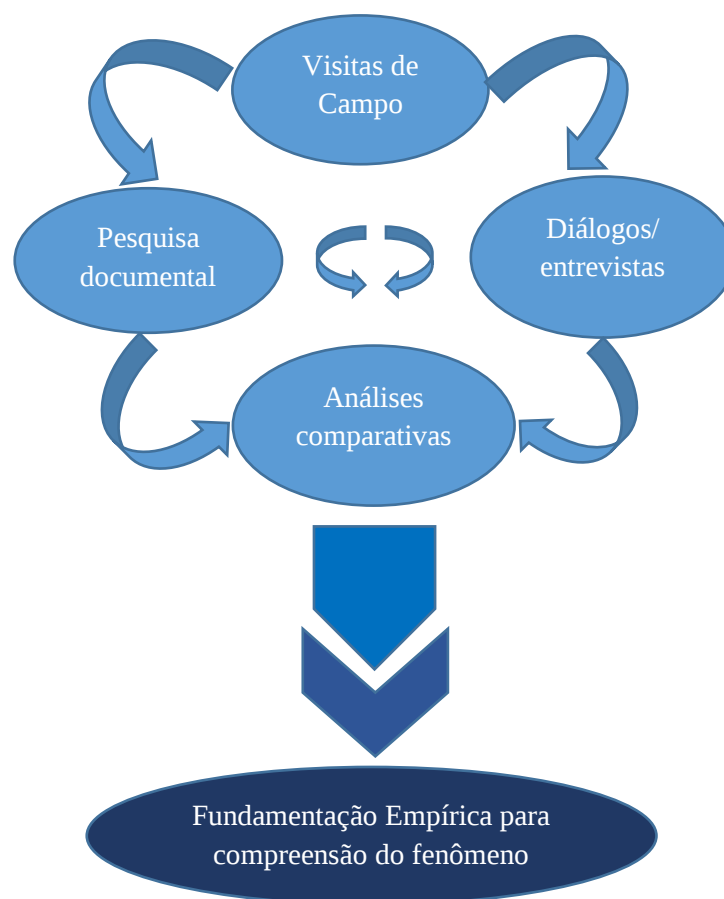
b) Determinar a quantidade de entrevistados de cada subgrupo, de acordo com os critérios definidos e em consonância com o tipo amostral. Subgrupo 1: quinze entrevistados, sendo cinco frequentadores(as) da praia do Paiva, três moradores(as) – um do MRP e dois da comunidade que ainda permanece no território –, quatro comerciantes e três pescadores(as) – Colônia de Pescadores Z-8. Tais números foram determinados devido à quantidade proporcional do universo a ser analisado, a fim de garantir representatividade, ainda que minimamente. Além disso, as entrevistas foram realizadas, como dito, considerando cinco dias da semana (terça, quarta, sexta, sábado e domingo), de acordo com a observação do fluxo de circulação em cada dia determinado: terça-feira, dois entrevistados; quarta-feira, dois entrevistados, sexta-feira, quatro entrevistados; sábado, quatro entrevistados e domingo, três entrevistados. Subgrupo 2 – dois entrevistados, sendo um representante da gestão do empreendimento (Associação Geral da Reserva do Paiva–AGRP) e um representante da construtora do empreendimento (Odebrecht). Subgrupo 3 – dois entrevistados, sendo um representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo e um representante da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, do município do Cabo de Santo Agostinho. Foram definidas tais secretarias porque são as que se envolvem diretamente com a “reserva” do Paiva.

3. Realização de pesquisa documental, tanto por meio do acervo publicitário produzido pelos promotores imobiliários, quanto por informações sobre a praia do Paiva noticiadas pelo poder público e pela imprensa.

4. Análises comparativas com casos similares à dinâmica territorial da praia do Paiva, fazendo paralelos em escala local (*Le Parc Boa Viagem Residential Resort* – Recife, PE); nacional (Jurerê Internacional – SC, e Riviera de São Lourenço – SP) e internacional (*Colony Park* – Buenos Aires, Argentina).

Através destas quatro atividades para apreensão empírica do problema, espera-se ter as contribuições necessárias para responder aos objetivos propostos. Já que seus dados se acham analisados em suas inter-relações e dentro do nosso propósito de compreensão dialética da realidade estudada (Figura 30).

Figura 30 – Relações entre os instrumentos utilizados na pesquisa empírica.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Através da exploração de cada uma das etapas acima apresentadas constituiu-se, paulatinamente, uma percepção com acuidade da realidade que nos propusemos estudar. Dotando-nos dos instrumentos necessários para dar fundamentação à observação do vivido para, assim, atingir nossos objetivos. Ainda que tenhamos convicção de que, apesar dos esforços empreendidos, não há como esgotar a percepção do real, tem-se, destarte, um produto que reflete uma aproximação cautelosa com a realidade, buscando evidenciar as contraditórias relações sociais que erigem e transformam o ambiente a partir dos interesses que preponderam.

5. A CONTRADITÓRIA TRAMA QUE DES-ENVOLVE

5.1 A edificação conceitual do Desenvolvimento

Pode-se dizer que a relação sociedade-natureza se dá num movimento em direção ao progresso, à evolução do homem, que busca o aprimoramento das suas condições de vida, ainda que inicialmente não julguemos a forma como se deu e como se dá essa busca. O comportamento humano é, desta forma, ligado a um ideal de desenvolvimento, o qual se constitui relativamente de acordo com o tempo-espço em que se dá. Como um construto historicamente erigido e em permanente transformação, as ideias de desenvolvimento muito nos elucidam sobre os juízos de valores a que se ligam, anuídas por uma racionalidade utilitária. Quanto a isto, Foucault (2008, p. 63) nos elucidam,

Mas o que [...] vai reger o aparecimento e a recorrência dos conceitos, para toda a história natural, é a disposição geral dos enunciados e sua seriação em conjuntos determinados; é a maneira de transcrever o que se observa e de reconstituir, no fio dos enunciados, um percurso perceptivo; é a relação e o jogo de subordinações entre descrever, articular em traços distintivos, caracterizar e classificar; é a posição recíproca das observações particulares e dos princípios gerais; é o sistema de dependência entre o que se aprendeu, o que se viu, o que se deduz, o que se admite como provável, o que se postula.

Observa-se, ainda, o ponto em que o mesmo autor alega,

[...] a história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração. (Foucault, 2008, p. 05).

Adiante, demonstra-se, de maneira esparsa e concisa, uma leitura da evolução da ideia do desenvolvimento, numa perspectiva histórica, apoiando-nos por meio da abordagem regressivo-progressiva (LEFEBVRE, 2002) e nas discussões de Bursztyn e Bursztyn (2012). Tendo como propósito destacar em que medida essa construção refletiu na relação sociedade-natureza e na constituição da realidade territorial atual da praia do Paiva. Nesse sentido, citamos o seguinte ponto de vista de Santos (1998, p. 04), “É sempre perigoso buscar reduzir a história a um esquema. Mas aqui a simplificação se impõe, com todos os seus riscos, para apontar o início de um processo e o seu estágio atual.”

O conceito filosófico da palavra desenvolvimento tem precedentes no conceito aristotélico de movimento, como indica Abbagnano (2007). A princípio sua utilização se dá por meio da ciência biológica, para caracterizar o processo evolutivo dos seres vivos (SANTOS et

al, 2012), e posteriormente associa-se à vida em sociedade com o advento do darwinismo social²¹.

Ainda de acordo com Abbagnano (2007), a concepção do desenvolvimento ganha vigor no século XIX, mormente através de Hegel, que a transformou numa das categorias fundamentais de sua filosofia e a exemplificou, sobretudo, na história. No entanto, é a partir da revolução industrial, ocorrida no século XVIII, que desenvolvimento passa a ligar-se aos negócios, à produção, à intensificação do trabalho e, conseqüentemente, à maior necessidade de utilização da matéria, dos “recursos naturais”, para atingir os seus objetivos: “[...] o ser social — em seu conjunto e em cada um dos seus processos singulares — pressupõe o ser da natureza inorgânica e orgânica. Não se pode considerar o ser social como independente do ser da natureza, como antíteses que se excluem [...]”. (LUKÁCS, 1979, p. 17)

A partir de então, a utopia do desenvolvimento, como progresso, segundo o espírito capitalista²², com o intento de maximizar os lucros, “se sobrepõem às idealizações idílicas de sociedades frugais e fraternas” segundo Bursztyn e Bursztyn (2012, p. 36). É nesse sentido que a visão de desenvolvimento, por quase três séculos, é marcada por sucessivas redefinições. Ainda de acordo com Bursztyn (*ibidem*), “[...] se há uma palavra que expressa a visão de utopia, de um mundo desejável que evolui com a revolução industrial, essa palavra é ‘desenvolvimento’”.

Desta forma, a constituição de uma realidade voltada à instrumentalização da natureza esteve ligada às relações sociais e de produção estabelecidas para satisfação de interesses alicerçados sobre a lógica da acumulação de capital, da exploração dos recursos naturais e do homem através do trabalho, como bem elucidou Marx em sua obra seminal “O Capital”. Assim, percebe-se que a mediação do desenvolvimento enquanto conjunto de práticas sociais assume-se indissociável na relação entre sociedade e natureza.

²¹ Esta corrente de pensamento associou a teoria da evolução das espécies de Darwin às sociedades, levando à crença de que havia sociedades mais evoluídas, mais aptas e adaptadas do que outras. Essa crença numa superioridade social serviu para dar legitimidade a um movimento neocolonialista por parte dos países europeus no início da expansão do capitalismo e da globalização. Custando, sobretudo, às culturas e sociedades afro-asiáticas. Visão consentida por Latour (2004, p. 66), “[...] para tomar um exemplo entre mil, os estragos do darwinismo social, que emprestou suas metáforas a política, em seguida as projetou sobre a própria natureza, e depois as reimportou na política a fim de agregar, junto a dominação dos ricos, o selo de uma ordem natural irrefragável.”

²² Para maior aprofundamento no sentido dado ao “espírito capitalista”, ver: Weber, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. Trad. José Marcos M. de Macedo. Revisão técnica, edição de textos: Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Isto, pela constituição de base material da transformação da vida social pelo processo de produção do que se pode chamar da siconatureza, como alega Swyngedouw (2009). Nesse sentido afirma, “as relações sociais operam metabolizando o meio ambiente ‘natural’, por meio do qual tanto a sociedade quanto a natureza são transformadas e novas formas siconaturais são produzidas. Enquanto a Natureza fornece o fundamento, as relações sociais produzem a história da natureza e da sociedade” (*ibidem*, p. 102). Para o que, as concepções de desenvolvimento atuaram preponderantemente como força motriz, objetivamente através de ações concretas e subjetivamente pela força que exercem na forma como os atores passam a compreender a realidade e transformar a siconatureza. Segundo Swyngedouw (2009, p. 103),

Sem dúvida, o processo de produção da siconatureza inclui processos materiais (edifícios e novos materiais genéticos), bem como múltiplas representações simbólicas e discursivas da natureza. Como insistiu Lefebvre (1991), a produção da natureza (espaço) transcende condições e processos meramente materiais, mas está relacionada à produção de discursos sobre a natureza (principalmente por cientistas, engenheiros, e profissionais afins), por um lado, e, por outro, de poderosos símbolos inscritos nessa coisa chamada ‘natureza’ (pureza, um código moral, originalidade, ‘sobrevivência do mais apto’, ambiente selvagem, etc.).

Diante da afirmação do modo de produção capitalista, instituído numa incessante exigência de aumento da produção pela intensa exploração do meio natural, constrói-se uma concepção de desenvolvimento como capacidade de exploração dos recursos naturais para o avanço da produção. Buscando o aumento da renda, por meio da intensificação do trabalho, para maior consumo de mercadorias. Esta pode ser considerada a **1ª fase** da concepção do desenvolvimento, caracterizando-se, na realidade, enquanto crescimento econômico. Nas palavras de Marx (1996, p. 165), “A riqueza das sociedades [...] aparece como uma imensa coleção de mercadorias”.

Na esteira das especificidades das transformações nas relações sociais – de acordo com as particularidades locais, regionais, nacionais –, a intensidade das mudanças na relação entre sociedade e natureza seguiu o grau de perenidade das estratégias para o crescimento econômico assumidas pelos atores públicos, privados e pela sociedade. Para o que, os ditos ‘países centrais’ (considerados desenvolvidos) tiveram grande poder de influência política na disseminação deste processo que foi se constituindo global. Talvez os primeiros *insights* da constituição de uma globalização perversa (SANTOS, 2001).

A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. Em cada fração da superfície da terra, o caminho que vai de uma situação a outra se dá de maneira particular; e a parte do ‘natural’ e do ‘artificial’ também varia, assim como mudam as modalidades do seu arranjo (SANTOS, 2006, p. 156).

É nesse sentido que ascende a concorrência e a competição, e junto a isto, a importância do aprimoramento das técnicas e da tecnologia, as quais se tornam meios para atingir os fins de aumento da geração de excedentes. O progresso técnico-científico assumiu em grande medida, em nome da racionalidade técnico-instrumental capitalista, o vetor das transformações na relação sociedade-natureza, engendrada pelas relações sociais e de produção.

O aumento das forças produtivas institucionalizado pelo progresso técnico-científico faz explodir todas as proporções históricas. Daí tira o enquadramento institucional as suas oportunidades de legitimação. O pensamento de que as relações de produção pudessem medir-se pelo potencial das forças produtivas desenvolvidas fica cerceado pelo fato de que as relações de produção existentes se apresentam como a forma de organização tecnicamente necessária de uma sociedade racionalizada. A ‘racionalidade’, no sentido de Max Weber, mostra aqui a sua dupla face: já não é só a instância crítica do estado das forças produtivas, perante o qual possa desmascarar-se a repressividade objetivamente supérflua própria das formas de produção historicamente caducas, mas e ao mesmo tempo o critério apologético em que essas mesmas relações de produção se podem também justificar como um enquadramento institucional funcionalmente necessário. À medida que aumenta a sua eficiência apologética, a ‘racionalidade’ neutraliza-se como instrumento de crítica e rebaixa-se a mero corretivo dentro do sistema; a única coisa que assim ainda se pode dizer é que, no melhor dos casos, a sociedade está mal programada. Por conseguinte, ao nível do desenvolvimento técnico-científico, as forças produtivas parecem entrar numa nova constelação com as relações de produção: já não funcionam em prol de um esclarecimento político como fundamento da crítica das legitimações vigentes, mas elas próprias se convertem em base da legitimação (HABERMAS, 1968, p. 48).

Com a intensificação da industrialização, que por sua vez teve como reflexo o crescimento da urbanização, as fragilidades da instrumentalização do conhecimento e das ações voltadas à produção de mercadorias e ao consumo, revelaram-se inerentes ao processo do desenvolvimento como crescimento econômico. “Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes”. (LEFEBVRE, 2001, p. 16)

A legitimação do desenvolvimento sob uma ótica economicista amparada pelo Estado, paulatinamente interveio criando regras para delimitar os espaços territoriais, para proteção de suas economias, seus mercados e sua moeda. Portanto, esta racionalidade técnica e instrumental (para otimização da produção visando o acúmulo de capital) serviu como instrumento para legitimar o modo de produção vigente, que seria o vetor de um ‘desenvolvimento’ desigual. “O

desenvolvimento desigual, característica do capitalismo desde seus inícios, tende a ter como pontos de sustentação os Estados-nações dos quais precisamente ele fundamenta a relação.” (POULANTZAS, 2000, p. 93).

Da compreensão destas fragilidades, as quais já vinham sendo anunciadas por teóricos que apreenderam as inconsistências desse modo de produção, ascendem as críticas mais veementes ao teor economicista dado ao desenvolvimento, à busca por este ‘progresso’.

[...] (*Marx*) descobre nesse âmbito um processo ontológico, ainda que contraditório, no qual resulta claro que a essência do desenvolvimento ontológico reside no progresso econômico (que envolve, em última instância, o destino do gênero humano) e que as contradições são formas fenomênicas – ontologicamente necessárias e objetivas – desse progresso. (LUKÁCS, 1979, p. 56) (grifo nosso).

A contradição inerente ao processo de desenvolvimento no modo capitalista de produção, o qual tem sido ligado aprioristicamente ao crescimento econômico em detrimento das demais dimensões necessárias ao real desenvolvimento (social, ambiental e política/institucional) remete-nos a assertiva que:

No limite, a modernização da sociedade, em sentido capitalista e ocidental, é o que se entende por desenvolvimento. Considerações sobre problemas ecológicos e sociais, via de regra, não tem servido para outra coisa que meramente relativizar ou suavizar o primado da ideologia modernizadora capitalista, sem destroná-la e mesmo sem tentar questioná-la radicalmente (SOUZA, 2010, p. 60).

A flagrante assimetria social gerada pela lógica produtiva fundada na priorização da acumulação sem atenção às questões sociais culminou, por conseguinte, numa crise das condições dos trabalhadores. O que revelou uma “necessidade” de incorporar a dimensão social à concepção do desenvolvimento – a qual se considera como a **2ª fase** constitutiva da ideia do desenvolvimento –, em meados do século XIX. Em verdade, com o propósito de controlar as turbulências relacionadas às insatisfações da classe trabalhadora devido à intensa exploração a longas jornadas de trabalho e baixa remuneração, para, com isso, dar consistência à base produtiva. Portanto, a fase seguinte de um desenvolvimento estritamente relacionado à economia se deu com a incorporação de valores sociais (desenvolvimento socioeconômico, *welfare state*) indispensáveis à manutenção do trabalhador nas linhas de produção. Nomeadamente para que exercessem suas atividades laborais com o mínimo de dignidade e acompanhassem também a evolução técnica e tecnológica da indústria, através de maior acesso à educação, como também à saúde, aos direitos previdenciários, entre outros.

A atuação do Estado na promoção dos direitos sociais se fez determinante para que houvesse uma tentativa de equilíbrio entre os interesses dos agentes privados e da sociedade.

Decorre daí a concepção intervencionista do Estado, como regulador dos interesses, intermediando as reivindicações dos atores e implantando políticas sociais para a promoção de um relativo estado de bem-estar social e de maior democracia, o que caracterizou tal período como da doutrina social-democrata, como aponta Bursztyn e Bursztyn (2012).

Por volta de 1970, as crescentes e sucessivas crises econômicas – reflexo do aprofundamento das contradições inerentes ao modelo capitalista de desenvolvimento pautado, sobretudo, pelo crescimento da economia – decorrentes do aumento no valor das matérias-primas, a crise do petróleo e a ampliação das dívidas públicas, levou diversos países à recessão e a altos índices de desemprego. A propósito, pode-se destacar “No capitalismo, o crescimento econômico é, como Marx o nomeia usualmente, um processo de contradições internas, que, frequentemente, irrompe sob a forma de crises” (HARVEY, 2005a, p. 44).

Tal período ocasiona a consideração de uma menor participação do Estado, desconfigurando o cenário de valorização da promoção do bem-estar social para uma crença na livre atuação do mercado, sendo este o regulador maior das ações. Esta fase denomina-se como neoliberal, devido à preponderância de uma posição de abertura e de menor restrição, por parte do Estado, ao livre jogo das forças de mercado. Também se caracteriza pelo intenso movimento de globalização²³, solidificando-o na medida em que são absorvidas as estratégias de dinamização econômica. Pode-se determinar esta como a **3ª fase** da construção conceitual do desenvolvimento.

Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas. Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado. Fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil (*ibidem*, p. 19).

Como também afirma,

Neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado de coisas. A competitividade comanda nossas formas de ação. O consumo comanda nossas formas de inação. E a confusão dos espíritos impede o nosso entendimento do mundo, do país, do lugar, da sociedade e de cada um de nós mesmos (SANTOS, 2001, p. 46).

É neste período que há um grande avanço da urbanização e um incremento em sua lógica, através da tática crescente da apropriação do espaço (idealizado sugestivamente como “o capital

²³ A realidade da globalização muito pode ser elucidada através das ponderações precisas de Santos (2001).

terra”) com fins de acumulação e especulativo. Tendo em vista as difíceis condições financeiras de muitas cidades, a penetração do capital e da dinâmica dos negócios toma força como “solução” para tal dificuldade. A modificação na paisagem física e social urbana passa a ser realizada mormente de acordo com os critérios capitalistas neoliberais, sob um discurso geral de que consistem em ações necessárias ao ‘desenvolvimento’ das cidades. Essa leitura se dá, sobretudo, diante da realidade de uma urbanização latino-americana que herda as experiências dos países capitalistas centrais, operada inicialmente por agências multilaterais transnacionais.

Nas palavras de Lefebvre (2002), há uma verdadeira explosão-implosão das cidades, o que caracteriza um ambiente dialeticamente construído-desconstruído. Ascende, desta forma – num mundo em que tudo passa a se ‘mercadificar’ e a ser consumível –, um mercado imobiliário, conformando atores em grande medida responsáveis pelas dinâmicas paradoxais que se pretende destacar. Os discursos do novo, da requalificação e da “revitalização” urbana, do planejamento estratégico urbano são produzidos, dando às cidades a “necessidade” de um gerenciamento empresarialista, favoráveis à construção de ambientes facilitadores. Neste contexto, Arantes (2000, p. 13) afirma que ascende

[...] uma espécie de teorema-padrão: que as cidades só se tornarão protagonistas privilegiadas, como a Idade da Informação lhes promete, se, e somente se, forem devidamente dotadas de um Plano Estratégico capaz de gerar respostas competitivas aos desafios da globalização (sempre na língua geral dos prospectos), e isto a cada oportunidade (ainda na língua dos negócios) de renovação urbana que porventura se apresente na forma de uma possível vantagem comparativa a ser criada.

A ocasião, destarte, dá aos atores ligados à atividade imobiliária protagonismo nas intervenções no ambiente e no ordenamento dos territórios pelo poder que passaram a exercer sobre os demais atores²⁴. Principalmente, devido às alianças com empresários e banqueiros pela confluência dos interesses de acumular capital através de ações que seguiram a máxima “A cidade como máquina de crescimento”²⁵. É nesse sentido que se alcunha, por uma grande quantidade de teóricos, este como o período de constituição da ‘cidade do pensamento único’.

²⁴ Quanto aos atores sociais que produzem e reproduzem, organizam o território, as cidades, enfim o ambiente, e nele intervêm, destacam-se: os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais (CORRÊA, 1989). Vale destacar que, cada um assume escalas de poder distintas, justamente pela capacidade de intervir no ambiente, para modificá-lo de acordo com seus interesses. E cada qual absorve as externalidades das ações realizadas no ambiente, sejam elas positivas ou negativas, numa intensidade inversamente proporcional ao poder que exerce – aí se encontra mais uma contraditoriedade da lógica capitalista de produção do espaço. Isso, num primeiro momento, pois em se considerando a teia das inter-relações e sua complexidade, tais ações refletir-se-ão, numa escala de tempo que não se pode determinar, em externalidades para todos os atores.

²⁵ Expressão publicada por Harvey Molotch, em 1976, no *American Journal of Sociology*.

As atividades realizadas propiciadas pelo ambiente urbano empresarial passam, destarte, a se sobrepor a quaisquer propósitos de construção de cidades mais inclusivas, humanas e que considerassem os anseios da justiça social, da qualidade de vida a todos e de ambientes saudáveis. Revelando características de sistemas de relações entre sociedade e natureza que se foram solidificando na evolução histórica, entre o que se julga, contraditoriamente, sujeito e objeto.

Enfatiza-se, então, o processo desencadeado pelo avanço do mercado (fortalecendo com isso um mercado imobiliário) sobre um dos elementos fundamentais onde se estabelecem as relações sociais e a experiência do ser humano no ambiente urbano, espaço privilegiado onde se dão as inter-relações, o solo urbano. Consolidando uma reestruturação radical nas distribuições geográficas da atividade humana e na dinâmica socio-político-econômica, além de desempenhar, sobremaneira, força para ações voltadas ao crescimento econômico, travestidas pelo discurso do “desenvolvimento”. Afirma-se, deste modo, um cenário em que o equilíbrio das relações acha-se aviltado pelo crescente protagonismo do capital e das ações para a acumulação, em detrimento da preocupação com as pessoas, com a natureza.

Com a presença do Homem sobre a Terra, a Natureza está, sempre, sendo redescoberta, desde o fim de sua História Natural e a criação da Natureza Social, ao desencantamento do mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional. Mas agora, quando o natural cede lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, esta, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural (*como uma ‘raridade’*) (SANTOS, 1998, p. 04) (grifo nosso).

O caso da praia do Paiva é um exemplo de como a natureza tem se tornado meio, produto e condição – logo, instrumento, objeto – para o avanço da dinâmica de reprodução do espaço e avanço da urbanização de acordo com os ditames neoliberais, já presentes nessa fase conceitual. No decurso da intensificação dos debates sobre as possibilidades de gestão local do desenvolvimento, por volta da década de 1980. Pode-se destacar as ações realizadas na praia do Paiva numa perspectiva da gestão do desenvolvimento local, quando da aprovação do Loteamento Praia do Paiva.

Tal circunstância revela, no anúncio veiculado para a venda dos lotes (como exposto na Figura 10, p. 41), as intencionalidades dos proprietários fundiários na medida em que sugerem as razões para a compra dos lotes, desvelando a assunção da lógica de consumo do espaço, de apropriação da natureza e, portanto, de reificação do ambiente, em nome de um suposto desenvolvimento.

[...] o consumo já não se restringe às necessidades da vida humana mas ao contrário visa principalmente as superfluidades da vida, não altera o caráter desta sociedade; acarreta o grave perigo de que chegará o momento em que nenhum objeto do mundo estará a salvo do consumo e da aniquilação do consumo (ARENDT, 2007, p. 146).

É no fim do século XX e início do século XXI que ganha força a consideração da dimensão ambiental incorporada à ideia do desenvolvimento. A ascensão da preocupação com os limites do modo de produção capitalista, do consumo e da insuficiente estratégia assumida pelo desenvolvimento até então, pautado quase exclusivamente em questões econômicas para solução dos problemas da humanidade sem a necessária atenção à perspectiva ambiental, já havia sido alardeada desde as décadas de 1960, com a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson, e no final da década de 1970, por meio da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU. No entanto, a construção do paradigma de um desenvolvimento sustentável passou a assumir destaque nos discursos dos atores governamentais por volta do final da década de 1990. Esta é a **4ª e atual fase** da construção conceitual do desenvolvimento.

Ao longo de quase três séculos, a utopia industrial foi marcada por sucessivas redefinições da visão de desenvolvimento, começando com a valorização dos atributos estritamente econômicos, para depois agregar também os aspectos humanos e, finalmente, ambientais (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 36).

Ressalva-se, também a ponderação de Acsehrad (2009, p. 22),

Se examinarmos concretamente como a sociedade formula a questão ambiental ao longo dos últimos quarenta anos, quando os Estados pretenderam começar a desenvolver políticas ditas ambientais, perceberemos uma duplicidade genética, com ao menos duas formulações absolutamente distintas da mesma questão. Uma, provém de um movimento contracultural, do questionamento do consumismo [...], enfim, uma contestação dos sentidos para os quais se veio dando a acumulação de riqueza [...] Outra visão, quase concomitante, resulta em uma formulação absolutamente distinta, originária do Clube de Roma, mais preocupada com a continuidade da acumulação capitalista, com as possibilidades de que algum tipo de ruptura nas fontes de aprovisionamento de insumos pusesse em risco a continuidade do próprio capital.

Neste período tenta-se fortalecer a premência de uma consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural, como afirma Sachs (2009). Tal consideração ganha força em meio à sociedade, pela crescente percepção dos reflexos de um desenvolvimento assumido a qualquer custo, tendo em vista os efeitos gerados no ambiente e o prenúncio da escassez de alguns recursos fundamentais à vida como a água e o solo, apontado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92). Poluição, salinização, desertificação, miséria e fome são alguns dos exemplos dos efeitos nefastos do modelo de desenvolvimento que até então se segue.

Por isso, Sachs (*ibidem*) assegura que as ações para o desenvolvimento devem atender simultaneamente aos critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento sustentável, “[...] o progresso nesta direção pode auxiliar os países em desenvolvimento na invenção de seus padrões endógenos de desenvolvimento mais justos e, ao mesmo tempo, com maior respeito pela natureza” (p. 42).

Ascende a expressão da sustentabilidade, ligada às práticas com maior responsabilidade socioambiental e por um discurso de conscientização da preservação e conservação do meio (dos recursos) natural(is) para as futuras gerações²⁶. No entanto, trazido para o ambiente urbano onde prepondera continuamente a lógica do empresariamento, da inserção competitiva, da produção de diferenciais competitivos para atração do capital, inclusive, e em grande medida, com a apropriação do meio natural, percebe-se que o discurso sobre a necessidade de uma consciência ambiental mundial, de um desenvolvimento sustentável, é incompatível e conflitante com as ações realizadas. Desta forma, a sustentabilidade urbana, de acordo com Acsegrad (2009, p. 24), assume dupla acepção,

[...] uma *prática*, que trataria das mudanças concretas desejadas na forma de apropriação e gestão da cidade material [...] constituída pela vontade de tornar a cidade mais funcional para o capital. E uma segunda [...], que podemos chamar de *retórica*, considera que fazer a cidade sustentável é fazer da incorporação da variável ambiental um meio de neutralizar a crítica ambientalista, de atribuir legitimidade ampliada aos responsáveis pelas políticas urbanas, particularmente no contexto da competição global.

Há que se ressaltar as bases para concepção do “desenvolvimento sustentável”, o qual se deu num contexto de dar visibilidade aos limites de exploração dos recursos naturais pelos modos de produção vigentes com vistas à acumulação de capital. Portanto, a incorporação de uma pretensa “consciência ambiental” tem se revelado – diante do paradoxal aumento dos efeitos negativos desta exploração desmesurada – como cortina de fumaça para camuflar os fins próprios das atividades produtivas, utilizando, como ressaltara Lefebvre (2004, pp. 210-211), “a relação significante-significado”, ou seja, constata-se o nítido uso de uma polissemia que tenta dissimular os propósitos, deixá-los opacos ou até indecifráveis. Isso, nas mais diversas escalas, do local ao global, o que revela uso semiológico de uma perversa deturpação de desígnios.

²⁶ A expressão “desenvolvimento sustentável” surge no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU), intitulado “Nosso Futuro Comum”. Foi publicado em 1987, considerando um desenvolvimento sustentável “aquele que é capaz de atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (ONU, 1991, p. 9).

Invoca-se muito mais a sustentabilidade dos negócios, do lucro do que a do ambiente. É utilizada uma retórica genérica da “sustentabilidade” para convalidar os meios utilizados para atingir o fim capital – o lucro a qualquer custo –, que terminam por deturpar os princípios para um “desenvolvimento sustentável”. Por isso, conjecturamos a necessidade de reflexões no sentido de não fetichizar a sustentabilidade, destacando as intencionalidades constantemente conflituosas dos atores hegemônicos.

Com efeito, analogamente, pode ser demonstrada a situação ocorrida no ambiente da praia do Paiva (pp. 40-43) no início do séc. XXI. Em que o simulacro da sustentabilidade assume papel central quando da aprovação do Projeto Modificativo Loteamento Praia do Paiva, culminando na construção do “sustentável” MRP. O que se percebe com este tipo de intervenção é o recrudescimento de um processo que suprime os territórios, reconfigurando as cidades, tornando-as ambiente propício aos negócios. Em nome da sustentabilidade, os espaços têm se tornado cada vez mais centrais para o acúmulo de capital e, ao mesmo tempo, transversos, paradoxais e subversivos ao ideário da sustentabilidade. Efeitos de uma dialética ambiental complexa. A mercadificação irrestrita propiciada pela flexibilização da acumulação, é responsável pela crescente privatização do espaço e privação ao amplo acesso a ambientes naturais, também pela absurda especulação imobiliária que tanto custa aos espaços urbanos devido ao déficit habitacional existente. Pode-se corroborar esta situação pela afirmação de Harvey (2005a, p. 165) “[...] o significado das cidades é uma arena de perene controvérsias [...]”. Assim como pela constatação de Lefebvre (2006, p. 06),

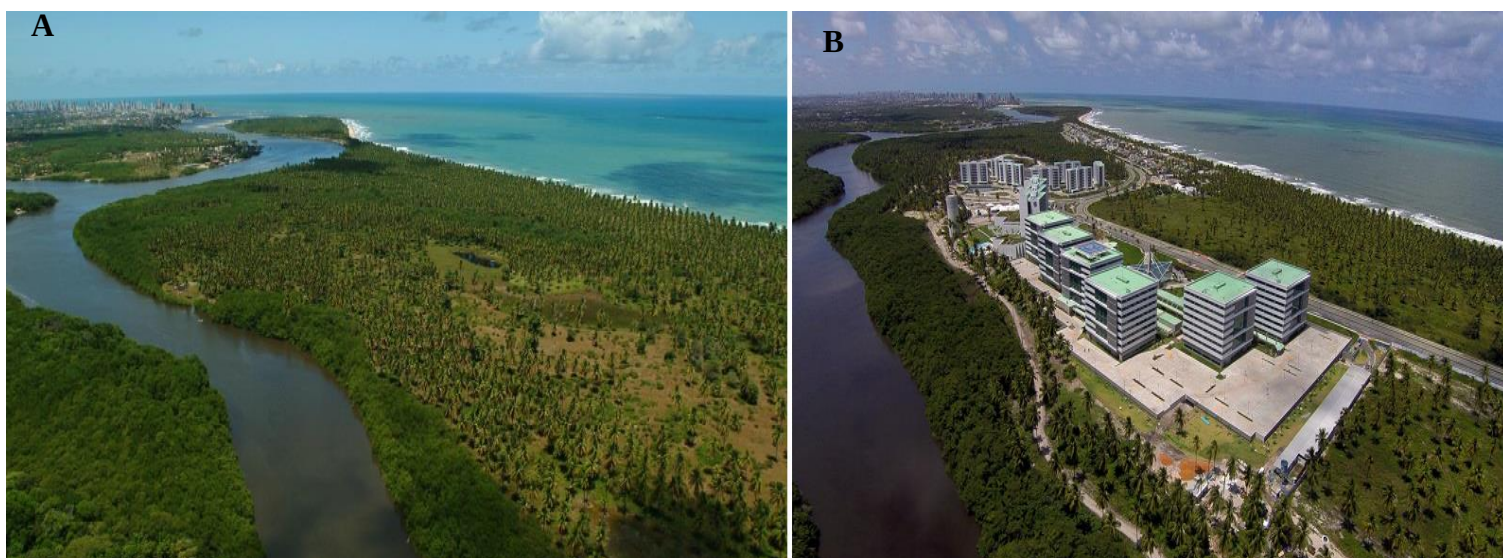
Impossível pensar a cidade e o urbano modernos, enquanto obras (no sentido amplo e forte da obra de arte que transforma seus materiais) sem de início concebê-los como produtos. E isso num modo de produção definido, que ao mesmo tempo enfraquece, mostra suas consequências extremas, por vezes deixa passar ‘outra coisa’, ao menos como alerta (expectativa), exigência, apelo. Decerto, os ecologistas já tinham advertido e opinado: território, meio ambiente, ar e água poluídos, a natureza, essa ‘matéria primeira’, material da Cidade, devastada sem escrúpulos.

O viés dado à confecção do projeto do MRP e a sua aprovação pelo Estado, que ensejam numa nova dinâmica ambiental na praia do Paiva, ratifica, portanto, o atual modelo de desenvolvimento. Em que pesam o imperativo da inserção competitiva das cidades, dos ambientes, inclusive pela via da afirmação dos atributos naturais associados ao discurso da sustentabilidade, para atrair investimentos em favor do “desenvolvimento”. Este desenvolvimento que nada mais é do que crescimento econômico, foi muito bem explicitado por Celso Furtado em sua obra “O mito do desenvolvimento econômico”, que, apesar de datar de 1974, traz ponderações que permanecem atuais, como na afirmação,

A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de *valor econômico* provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico. O economista limita o seu campo de observação a processos parciais, pretendendo ignorar que esses processos provocam crescentes modificações no mundo físico. [...] A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do processo tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los. Não se trata de especular se *teoricamente* a ciência e a técnica capacitam o homem para solucionar este ou aquele problema criado por nossa civilização. Trata-se apenas de reconhecer que o que chamamos de criação de valor econômico tem como contrapartida processos irreversíveis no mundo físico, cujas consequência tratamos de ignorar (FURTADO, 2001, pp. 12-13).

Note-se, novamente, que tal entendimento do desenvolvimento engendra dinâmicas que perpetuam uma relação instrumental entre sociedade e natureza. As Figuras 31, 32 e 33 retratam um pouco da conformação desta nova realidade do ambiente da praia do Paiva.

Figura 31 – Comparativo do ambiente da praia do Paiva antes de 2006 (A) e depois do Megaempreendimento Reserva do Paiva, em 2014 (B).



Fonte: Odebrecht Realizações Imobiliárias (2014), com modificações.

Figura 32 – Informações divulgadas pelo site da Reserva do Paiva



ODEBRECHT
Realizações Imobiliárias

RESERVA DO PAIVA
PERNAMBUCO - BRASIL

UMA NOVA REALIDADE JÁ ESPERA POR VOCÊ

Sendo um marco de planejamento urbano na Região Metropolitana do Recife, a Reserva do Paiva está integrada ao exuberante cenário do litoral sul de Estado. Valorizando o contexto natural da região e a qualidade urbana com baixo adensamento, os residenciais do bairro se integram de maneira harmoniosa ao ambiente por meio de construções que privilegiam amplas áreas verdes entre as edificações, aproveitam ventilação e iluminação natural, utilizam racionalmente água e energia. Com o já reconhecido Padrão Reserva do Paiva, os residenciais possuem boa acessibilidade e estruturas de lazer amplas e completamente equipadas, que preservam a privacidade e promovem conforto ambiental e visual diferenciados. Todo o bairro é coordenado pela Associação Geral da Reserva do Paiva (AGRP), que atua em formato de governança.

Fonte: Reserva do Paiva (2016), com modificações.

Nota: Revela-se uma instrumentalização da natureza, com o destaque no anúncio ao ambiente natural como diferencial do megaprojeto.

Figura 33 – Informações divulgadas pelo site da Reserva do Paiva



ODEBRECHT
Realizações Imobiliárias

RESERVA DO PAIVA
PERNAMBUCO - BRASIL

UM MUNDO CONECTADO COM O DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO

Além de infraestrutura empresarial completa integrada ao Sheraton Reserva do Paiva Hotel & Convention Center e mall com diversas opções de serviços, na Reserva do Paiva o ambiente de trabalho preza pelo harmônico convívio com a natureza. Dessa forma, é possível descansar a vista contemplando a praia, o rio ou mesmo a mata, pelas janelas das salas corporativas. Cenário único que reflete em maior qualidade de vida no trabalho.

Fonte: Reserva do Paiva (2016), com modificações.

Nota: Revela-se o teor do 'desenvolvimento', destacando no anúncio um ambiente de trabalho com 'harmônico convívio com a natureza'.

Ainda se pode destacar algumas das falas dos atores imobiliários, dos representantes do município do cabo de Santo Agostinho, e de um dos moradores da Reserva do Paiva, colhidas através dos diálogos/entrevistas, cujas opiniões demonstram concordância com a ideia de que este tipo de intervenção traz desenvolvimento e crescimento econômico à região e ainda destacam o modelo de sustentabilidade trazido. “A construção deste empreendimento traz não só novas oportunidades para o município e seus habitantes, mas para todo o estado de Pernambuco pela sua proporção e capacidade de impacto na economia”, disse um(a) representante da secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Cabo de Santo Agostinho (junho/2016). Já um(a) dos(as) consultores(as) de vendas dos empreendimentos da Reserva do Paiva comenta, “a grande vantagem de adquirir imóveis aqui é a proximidade com pontos importantes da RMR, o contato com a natureza e a certeza de estar inserido em um ambiente sustentável e que tem compromisso social” (abril/2016). E ainda, um(a) morador(a) do MRP (57 anos) afirma, “é um grande privilégio morar aqui, temos mais tranquilidade e qualidade de vida” (abril/2016).

Como contraponto, trazemos a fala de um(a) frequentador(a) (44 anos, morador(a) de Piedade) que frequenta o Paiva há muitos anos, “a praia tá mais organizada, mas tá menos convidativa, mudou muito desde essa construção, antes a gente tinha mais liberdade pra chegar e aproveitar a praia” (março/2016).

Resta claro o que o poder persuasivo dos atuais discursos da sustentabilidade permeiam a opinião de grande parte dos atores sociais, por não haver uma clarificação dos propósitos além de seus discursos e ações, as quais implicitamente vão intensificando as desigualdades sociais, a desigualdade de acesso e a privação aos ambientes (Quadro 2). Nesse sentido, Mészáros (2006, pp. 40-41) assevera que “assim, o público, devido à manipulação, consome uma realidade artificialmente inventada. Fazem-nos ver o mundo como querem que vejamos, não como ele é. A manipulação da realidade é deliberada e tem o propósito do lucro, porém, além do objetivo econômico, a manipulação também tem fatores de ordem política.” E ainda Acselrad (2009, p. 25) assim sintetiza nosso pensamento,

Não erraremos muito se dissermos que estamos, em parte, envolvidos em uma política-espetáculo: fragmentadas pela acumulação flexível, que necessita de consensos, mesmo fictícios, para competir (vide toda a literatura sobre planejamento estratégico, cidade-pátria, etc.), para ‘soldar’ as fraturas, as cidades neoliberais (leia-se, sua coalizão de promotores e ‘empreendedoristas’ urbanos) pretendem-se apresentar consensuais e competitivas, procurando, no mínimo, persistir e não implodir em suas contradições.

Quadro 2 – Previsão dos impactos pelo Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental do Megaempreendimento Reserva do Paiva

Impactos na fase de implantação			Impactos na fase de operação		
Meio físico	Meio biológico	Meio antrópico	Meio físico	Meio biológico	Meio antrópico
- emissão de efluentes gasosos; - geração de ruídos; - processos erosivos; - impactos no solo/subsolo e recursos hídricos subterrâneos; - processo erosivo da restinga; - a instalação de marinas causará alterações no sistema estuarino e aumento do tráfego de embarcações.	- supressão de vegetação (mata atlântica e mangue) e de espécies cultivadas; - fauna que dependem do solo.	- alteração da paisagem local; - alteração na rotina da população; - impactos na saúde causados pelos níveis de ruído e da poluição do ar; - alteração nas formas tradicionais de uso do espaço;	- geração de ruídos; - impactos referentes aos efluentes sanitários; - geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos; - impactos no meio aquático associados às marinas e navegação recreativa.	- impactos na biota aquática em função das embarcações; - as ações de turismo e lazer trarão impactos na vegetação e fauna terrestre.	- alteração da dinâmica populacional; - alteração da dinâmica do comércio, serviços e lazer; - pressão sobre as áreas de preservação; - intensificação da circulação de veículos e poluição decorrente; - prejuízos às atividades de pesca na área do estuário devido ao tráfego aquático.

Fonte: Pires Advogados Associados (2005).

Para análise da concreção dos impactos previstos pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA)/Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do MRP, acima expostos, utilizaremos a Agenda 21 Local da Reserva do Paiva, documento confeccionado pela AGRP (Associação Geral da Praia do Paiva) juntamente com o IADH (Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano), o qual atua como apoio técnico às ações de responsabilidade social e governança na praia do Paiva. Segundo seus desenvolvedores, o documento foi feito com o intuito de orientar as ações para construção de um território sustentável, promovendo o desenvolvimento econômico com valorização da diversidade cultural e conservação dos recursos naturais.

Os principais problemas apontados no diagnóstico socioambiental da Agenda 21, que são convergentes aos impactos previstos na fase do EIA/RIMA do MRP, e ainda vão além, são: a supressão da reserva de Mata Atlântica e da vegetação endêmica, empobrecendo a fauna, flora e o solo; a excessiva geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos sem oferta do serviço de coleta regular de lixo que abranja de maneira qualitativa e quantitativa todas as localidades que integram a região da praia do Paiva (além do Paiva as praias de Itapuama, Xaréu, Enseadas dos Corais e Gaibu); ausência de rede de esgoto na maior parte das comunidades que abrangem a

região do Paiva, o que impacta na qualidade das praias; precário e insuficiente abastecimento de água, o que compromete sobremaneira a saúde das comunidades do entorno; comprometimento da atividade pesqueira e da fauna estuarina pelo fluxo de embarcações e poluição decorrente; novas formas de uso do espaço que intensificam as desigualdades, gerando aumento da violência, criminalidade, consumo de drogas, além do aumento no índice de exploração sexual de crianças e adolescentes; precário acesso aos serviços de saúde e educação pelas comunidades do entorno.

Impactos estes que refletem o descompromisso dos atores hegemônicos em abrandar os problemas que já existiam e ainda foram intensificados com a instalação do MRP, algo que já era previsto. Porém, ainda assim, pouco tem sido feito para saná-los. Movimentos ambientalistas e conselhos municipais, ainda que busquem articulação para fazer frente às intervenções e sensibilizar a população, não conseguem atuar consistentemente devido à força política dos atores privados e a velocidade com que atuam, com a aquiescência dos atores públicos promovendo mudanças na legislação para permitir a dinamização estritamente econômica do território.

É diante deste cenário que o desenvolvimento sustentável tem assumido a tônica dos discursos principalmente para a ação dos atores privados e também do Estado, os quais desta forma buscam legitimar suas ações perante a sociedade. Numa clara retórica, devido à disjunção de seus discursos com as práticas assumidas, que apesar de anunciadas, as ações voltadas para uma ‘sustentabilidade’ pouco diferem da fase anterior de consideração do desenvolvimento. Logo, ficam cada vez mais veladas as intencionalidades, devido, justamente, ao discurso ambiental que tem turvado a visão da maior parte da sociedade, e por isso, se apresentando perniciosamente para manutenção do *status quo*.

Dada a atual situação do desenvolvimento, com seus grandes problemas intrínsecos que reclamam uma solução duradoura, somente uma resposta universalmente válida pode funcionar. Mas, não obstante sua globalização imposta, o sistema irreversivelmente perverso do capital é estruturalmente incompatível com a universalidade, em cada sentido do termo (MÉSZÁROS, 2011, p. 06).

Por isso, se faz necessário, de acordo com Leff (2009, p. 100), seguir

[...] questiona[ndo] os comportamentos associados às práticas de consumo derivadas da sociedade pós-industrial e os interesses disciplinares que obstaculizam a produção de estudos integrados do processo de desenvolvimento; da mesma forma, problematiza[ndo] as ideologias que orientam as demandas das classes trabalhadoras e dos movimentos populares para satisfazer suas necessidades básicas através do acesso ao mercado de trabalho e à distribuição de renda (LEFF, 2009, p. 100).

Reforça-se que, no processo evolutivo, notadamente no período em exame entre os séculos XVIII e XXI, as diversas considerações de desenvolvimento fundem-se pela apropriação dos fundamentos do passado com o presente, apresentando-se enquanto “novo”, porém, numa relação dialética de construção. Contudo, a preponderância do teor economicista dado à sua consideração perpassa por todas as fases mencionadas. O que revela uma sociedade em constante desequilíbrio, com o recrudescimento dos conflitos de interesse e a ciclicidade das crises. Consta-se tal ideia na consideração,

Em geral, as crises periódicas devem ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação adicional. Podemos conceber cada crise como uma mudança do processo de acumulação para um nível novo e superior. Provavelmente, esse ‘novo nível’ apresentará certas características combinadas [...] (HARVEY, 2005b, p. 49).

Evidencia-se, de tal modo, que o próprio percurso da construção conceitual do desenvolvimento, em suas fases apontadas, revela as fragilidades de uma visão preponderantemente economicista, voltada ao crescimento econômico. Em verdade auspiciosamente construído para convalidar, para evitar o conflito e a dissidência pela afirmação de consensos através dos discursos envolventes, que mais des-envolvem do que o contrário. Na estreiteza de uma visão economicista não se percebe que são justamente a participação e a dissensão política partes constitutivas do próprio desenvolvimento, como demonstra Sen (2010).

Como é possível, hoje, em meio a uma conjuntura política e ideológica internacional tão avessa a utopias de liberdade, e em um mundo que assiste a uma avassaladora globalização da economia e da cultura, com seu corolário de fortalecimento das grandes empresas e desenraizamento cultural [...], redefinir a questão do desenvolvimento [...], de forma incisiva, que não seja patética ou quixotesca? Compreender (ou tentar compreender) os limites da liberdade e da justiça social efetivas, enfim, do desenvolvimento social e espacial efetivo em uma sociedade heterônoma, e procurar delinear uma alternativa essencial a essa sociedade, são tarefas necessárias, pois esboçam um projeto, um horizonte de pensamento/ação. Sem um projeto ‘radical’ (isto é, que vá à raiz das coisas), o que resta é a capitulação ou o cinismo pseudopragmáticos (SOUZA, 2010a, pp. 108-109).

Destarte, estabelece-se a necessidade de fortalecer a consideração das dimensões social, ambiental e política/institucional, esta última com o propósito de concatenar as anteriores para dar-lhes maior consistência, na busca pelo desenvolvimento concreto. Com isso, pode-se dar às ações fundamentos necessários para que possamos considerar o desenvolvimento *lato sensu*, e, nos aproximemos de uma sustentabilidade não retórica, não essa que persiste querer que a assimilamos, como acontece na praia do Paiva, embasada numa *práxis* voltada à racionalidade instrumental, que transforma o real numa totalidade mercantil.

5.2 Contextualização dos esforços para consolidar uma agenda para o desenvolvimento sustentável

O modo de vida da civilização constitui um fato histórico primordial para a compreensão da situação em que se encontra a sociedade, político-ideológica e estruturalmente. A evolução dos modos de produção, do trabalho, suscitaram discussões sobre maior conscientização e mobilização quanto às garantias sociais e ambientais, as quais se deram em meio à evolução do conhecimento científico no decorrer da história, pela tomada de consciência sobre a gravidade crescente dos problemas ambientais e pela ascensão do modo de produção capitalista, com um viés para a quantificação, a maximização da produção, do consumo, do lucro, representado pelo capital, sem pensar cuidadosamente em como se produzia e em quem produzia. Ou seja, a atenção aos aspectos sociais, às condições de vida dos trabalhadores e aos aspectos ambientais eram precariamente considerados.

A questão ambiental começou a ganhar destaque nos meios de comunicação por volta de 1960. Países “em desenvolvimento”, como o Brasil, entendiam ser inviável incluir grandes programas de conservação ambiental em seus programas nacionais, pois acreditavam que poluição e deterioração ambiental eram consequências inevitáveis do necessário desenvolvimento industrial. Atitude, inclusive, conveniente para os países desenvolvidos, pois desta forma viam a possibilidade de restringir a implantação de indústrias poluidoras em seus territórios, para instalá-las nos países que buscavam intensificar a industrialização.

No fim da década de 1960, com a realização das missões espaciais para a implantação de um sistema de satélites para sensoriamento remoto da Terra, deu-se nova perspectiva para a visão do planeta e para os impactos das atividades antrópicas no meio, explicitando-os.

A partir de então se seguiram a criação de uma agenda mundial voltada às questões ambientais, sobretudo por meio da Organização das Nações Unidas (ONU). Passou-se a tratar com maior atenção as questões relacionadas ao desenvolvimento e ao uso dos recursos naturais, com o reconhecimento da necessidade de aliar a conservação ambiental ao desenvolvimento industrial. E, fazer com que tal desenvolvimento favorecesse a redução das desigualdades, por meio de estratégias de distribuição.

No final da década de 1980, através de uma comissão criada pela ONU, para estudo dos problemas globais ambientais e o desenvolvimento, foi apresentado um relatório que ficou conhecido como Relatório Brundtland, já citado aqui – pois teve como presidente da Comissão

Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU e principal entusiasta do documento, Gro Harlem Brundtland – intitulado “Nosso Futuro Comum”. Neste documento foi introduzido, como dito, o conceito de desenvolvimento sustentável, o qual preconiza um sistema de desenvolvimento socioeconômico com justiça social e em harmonia com os sistemas de suporte da vida no planeta. Reconhece-se, portanto, institucionalmente em âmbito mundial, a necessidade de buscar o equilíbrio ambiental e a justiça social.

Em 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio 92. Procurava-se maior efetividade de ações em escala mundial, as quais auxiliassem na mitigação dos impactos ambientais decorrentes da busca pelo desenvolvimento. Como resultado da Conferência, foi elaborada a Agenda 21, que representa um compromisso político das nações, através de ações em cooperação para o desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 tem como uma de suas metas desenvolver programas específicos regionais e locais para o desenvolvimento, integrados à conservação do meio ambiente com apoio nacional e internacional.

Porém, a ordem econômica que se intensificou e disseminou em todo o mundo nas últimas décadas do século XX, frustrou as aspirações. Há, ainda, poucos avanços quanto às pretensões de institucionalização mundial da Agenda 21.

O movimento de globalização, nova ordem econômica e social, trouxe mudanças no paradigma clássico das ciências sociais baseado nas sociedades nacionais, pela necessidade de levar em conta a realidade de uma sociedade global, com a intensificação das relações sociais e de produção em escala mundial. As ações locais passaram a ter potencial capacidade de interferência em escala mundial.

A globalização, destarte, trouxe reflexos às pretensões pela sustentabilidade, já que os paradigmas associados à qualidade de vida passaram a ser aqueles da sociedade de consumo, recrudescendo injustiças sociais, além da intensa degradação ambiental.

A partir deste cenário, juntamente com o surgimento da revolução informacional – a internet, as redes sociais, o telefone móvel – e os impasses ambientais – mudanças climáticas, acidentes nucleares e ambientais, poluição urbana, contaminação dos cursos d’água – aumentava-se a percepção global para a necessidade de salientar ações para garantir maior qualidade de vida e ambientes saudáveis.

É neste contexto que a ideia de um novo projeto de construção de sociedade ganha força, incorporando com maior vigor o conceito da sustentabilidade. O desenvolvimento passa a ser discursivamente associado aos aspectos socioeconômicos e ambientais, é almejado um ‘desenvolvimento sustentável’, nele, esses aspectos devem ser indissociáveis. Busca-se o equilíbrio entre a produção de conhecimento e tecnologia – que são as maiores representações do poder na geopolítica mundial – a atenção social – garantia de qualidade de vida à população – e ambientes saudáveis – respeito à natureza, fauna, flora, solo, atmosfera e recursos hídricos, manutenção da vida.

A necessária incorporação dessas concepções, e, ir além da institucionalização do desenvolvimento sustentável pelo Estado – e não apenas pelo governo – pelo mercado e pela sociedade, são desafios postos ao século XXI. No entanto, a relativa sensibilização mundial e a difusão de esforços conjuntos, ainda não passam de utopia para a concretização do desenvolvimento sustentável, entendido de acordo com o Relatório Nosso Futuro Comum (ONU, 1991, p. 10),

[...] não como um estado de equilíbrio, mas como um processo de mudança em que os recursos, a direção de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais concretizam o potencial de atendimento das necessidades humanas do presente e do futuro.

As dificuldades são inúmeras, como se pode perceber no caso da praia do Paiva, onde as ações têm recrudescido os desequilíbrios sociais e ainda tornado a natureza mercadoria, demonstrando o estado de alienação dos atores hegemônicos em favor da lógica que se quer total do capitalismo. Por isso, tem-se que ter em vista as peculiaridades de cada país, cada lugar, a fase em que se encontra, o nível de maturidade política, social, ambiental e econômica, esses entraves são sobremaneira difíceis de serem transpostos. “Passar da busca de ‘mais’ (em termos de produção e consumo, e conseqüentemente de apropriação de recursos naturais) para o paradigma do ‘melhor’, ou seja, melhorar a qualidade de vida sem aumentar o consumo, representa uma mudança radical” (BURSZTYN, 2012). Portanto, superar o paradoxo entre produtivismo e sustentabilidade.

É, reiteramos, premente a integração entre o desenvolvimento e o meio ambiente, tendo em vista os padrões de consumo insustentáveis e o intenso processo de degradação ambiental. Os processos democráticos de participação social para a discussão do desenvolvimento desejável são extremamente relevantes para a formulação de políticas. A participação – não a que falaciosamente é percebida na praia do Paiva, justo por isso a constituição de um ambiente tão contraditório e alheio ao território – a harmonização das divergências, a transparência

devem estar na base da formulação das políticas sustentáveis. Um dos desafios é a formulação de políticas públicas integradas, compreendendo as dimensões da sustentabilidade – econômica, social, ambiental, institucional – e buscando algo já intensamente reiterado: o equilíbrio entre crescimento econômico, igualdade social, conservação ambiental e maior responsabilidade no manejo dos recursos naturais.

A busca pela sustentabilidade, assim, vem sendo intensificada desde o final do século XX e se constitui entre os grandes desafios globais, pois, para que haja substancialidade deve existir uma cooperação sinérgica, desde a escala local à global (Figura 34), a fim de atingir índices de sustentabilidade, instituídos a partir de novos valores e de uma racionalidade ambiental, como afirma Leff (2004).

Figura 34 - Metas globais para o desenvolvimento sustentável



Fonte: Metas Globais para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) (2015).

Acerca da dimensão política para um desenvolvimento sustentável, destacamos as formulações de Frey (2001) quanto às perspectivas teóricas nesse sentido. Constituído como um dos grandes desafios da humanidade, dar ao desenvolvimento um caráter sustentável passa pela forçosa compreensão da interdependente relação entre sociedade e natureza, a qual tem sido fatalmente negligenciada pelo projeto da modernidade (FREY, 2001). Mas também, aponta, “[...] o desafio do desenvolvimento sustentável é, antes de mais nada, um problema político e de exercício de poder, que coloca em pauta a questão das instituições político-

administrativas, da participação e do processo político” (*ibidem*, p. 02). Tal afirmativa corrobora com o nosso juízo quanto à necessidade da discussão – especialmente com as pessoas, as quais devem(riam) dar a direção às políticas públicas, seguindo o que prega o artigo 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos quando afirma que “a vontade do povo é a base da autoridade dos poderes públicos” e nossa Constituição quando assevera a observância da ‘supremacia do interesse público’ – de maneiras para sustentar um desenvolvimento mais inclusivo e ambientalmente responsável. Conhecer verdadeiramente as necessidades e os anseios sociais deve, portanto, ser o passo inicial. Seguidamente, deve-se fornecer meios (para o que se faz necessário a política) para alcançar fins que venham a impactar positivamente na maioria da população. As metas acima propostas pela ONU ilustram este esforço, elencando as prioridades políticas em nível global.

Diríamos que esta é a tese, todavia, a antítese que constitui a realidade dialética e complexa impõe os desafios que aqui temos evidenciado, e, para o que vimos nos debruçando a fim de contribuir em solucioná-los. Neste caminho, Frey (*ibidem*) aponta as possibilidades de se pensar um modelo democratizante de gestão para o desenvolvimento sustentável das cidades, trazendo três acepções existentes na bibliografia técnica para as transformações em direção ao pretenso desenvolvimento sustentável: abordagem econômico-liberal de mercado; abordagem ecológica tecnocrata de planejamento; abordagem política de participação democrática. Tais abordagens podem ser sintetizadas da seguinte forma,

A abordagem econômico-liberal de mercado parte do pressuposto de uma necessidade primordial de crescimento econômico, o que seria a melhor garantia para a redução da pobreza e um desenvolvimento mais compatível com as exigências ambientais; a abordagem ecológico-tecnocrata de planejamento norteia qualquer forma de agir no primado da sustentabilidade ecológica, o que exige instituições com amplas forças de imposição e de intervenção; por fim, a abordagem política de participação democrática - particularmente no contexto dos problemas dos países em desenvolvimento - almeja antes de tudo a defesa da humanidade ou uma vida digna para todos, o que, como consequência, deveria propiciar também uma harmonia maior com a natureza (FREY, 2001, p. 22).

Tem-se diante da explanação de Frey a constatação da necessidade de ampliação dos debates e tomada de decisões compartilhadas com a sociedade, tornando-a ator efetivamente participativo no processo da gestão. Preceituando também a transparência nas ações e nas inações. Este modo de gestão democrática, participativa, tem um valor intrínseco, um valor em si, e ainda, segundo Frey (*ibidem*, p. 14),

[...] está sendo visto como um elemento com alto potencial para impor as reformas fundamentais consideradas necessárias. Essa esperança baseia-se na avaliação de que a solução dos problemas socioambientais não depende (como defende a abordagem

econômico-liberal de mercado), em primeiro lugar, do alcance de um crescimento econômico, nem (como defende a abordagem ecológico tecnocrata de planejamento) de uma melhor compreensão científica e um planejamento eficiente, mas sim da superação de conflitos de distribuição e de criação de justiça social. Logo, trata-se de uma questão eminentemente política.

Em que pese a realidade ambiental dinâmica, diversa, enfim, complexa, sobre os territórios e os seus âmbitos políticos, o poder de participação e mobilização social, a força dos atores privados (*lobby*) sobre as instâncias decisórias e a maior permeabilidade do poder público aos anseios destes ou daqueles, compõem a panaceia política que deve ser considerada para a obstaculização dos objetivos. Além disso, a distinção de sensibilização local, nacional e internacional, como dito, dos atores para assumir as posições de um pretenso desenvolvimento sustentável e compreender a interdependência dos problemas ambientais locais e globais são demasiadas. Tudo isto termina por refletir numa atuação política desconexa, que tem desapaziguado a assunção de responsabilidades conjuntas para solucionar dificuldades que estão interconectadas.

Nesse sentido assevera ainda Frey (2001) ser imperativo a assimilação das particularidades locais, da cultura, buscando múltiplas formas de ajustes em cada território. Para tanto, o poder público, sobretudo, municipal – por estar, em tese, mais próximo da realidade dos cidadãos – deve constituir-se como ator preponderante neste processo.

Cabe em particular aos municípios estimular a participação e o engajamento cívico, sendo este imprescindível para avançar no fortalecimento da consciência ecológica, e promover desta forma os fundamentos para implementação de um outro modelo de desenvolvimento consentâneo com as necessidades de uma sociedade sustentável (FREY, *ibidem*, p. 28).

Conjuminamos tais ideias com o que traz Acsehrad (2009, p. 65) quando afirma que,

Requer questionar a ideia de que o espaço e os recursos ambientais possam ter um único modo sustentável de uso, inscrito na própria natureza do território. A perspectiva não determinística, portanto, pressupõe diferenciar socialmente a temporalidade dos elementos da base material do desenvolvimento. Ou seja, reconhecer que há várias maneiras de as coisas durarem, sejam elas ecossistemas, recursos naturais ou cidades.

Observa-se por fim – fugindo de uma visão ingênua – que há ainda o risco de, assumidas as medidas protagonistas para um dito desenvolvimento sustentável, estas tornarem-se meros instrumentos discursivos persuasivos para uma expansão da base de legitimação das políticas urbanas com viés economicista. Já que, a busca por um consenso ampliado pode se justificar “pela necessidade de prevenção dos riscos de ruptura sociopolítica em cidades crescentemente fragmentadas pelos processos de globalização e acumulação flexível” (*ibidem*, p. 68). Como o

que se pode perceber na atual dinâmica territorial da praia do Paiva, onde pouco se pode ter como perspectiva a consolidação da agenda acima proposta pela ONU, e ainda de acordo com o que será explanado na seção a seguir. Estas constatações expõem a complexidade que envolve o tema do “desenvolvimento sustentável” e o quão desafiante é torná-lo em realidade concreta. Por isso, a premente necessidade de fortalecer as pesquisas interdisciplinares, ambientais, por sua transversalidade temática e para que melhor compreendamos a abrangência e complexidade dos enormes desafios a serem transpostos.

5.3 Dinâmicas territoriais da praia do Paiva na direção do desenvolvimento

O processo evolutivo do desenvolvimento, como demonstrado, tem sido utilizado para ratificar a forma como ocorrem as intervenções no território para construção do ambiente mercadológico. Com clara assunção dos preceitos herdados do neoliberalismo e incorporados às ações dos atores hegemônicos de reprodução do espaço (os promotores imobiliários, os proprietários fundiários e o Estado), suprimindo os territórios e se sobrepondo às verdadeiras preocupações socioambientais.

As transformações da praia do Paiva seguiram, portanto, estas concepções tendo o seu ambiente sido modificado de acordo com interesses empresarialistas e assumidos em favor de um desenvolvimento que tem instrumentalizado a natureza para auferição de lucros.

Perceba-se que a crítica aqui não trata meramente das mudanças no padrão de gerenciamento das atividades do Estado, mas da forma como vem atuando o poder público, assumidamente associado aos empresários e aos negócios, priorizando ações voltadas à dinamização da economia, em detrimento do atendimento aos anseios populares, relegando ao povo uma fraca absorção da dinamização da economia e em grande medida as externalidades negativas deste processo. Contraditoriamente, os maiores beneficiados (no curto prazo) por estas ações são os atores das classes sociais mais altas, que possuem maior renda. Assim, a supremacia do interesse público é deixada em segundo plano, para realizar ações que discursivamente dizem beneficiar a todos, através da geração de renda e trabalho, quando as aspirações da sociedade vão muito além disso. O anseio é de viver em ambientes mais saudáveis, socialmente justos, com equilíbrio na absorção dos ônus e bônus desta vida urbana confusa, num processo que deve presar pela expansão das liberdades humanas, no sentido dado por Sen (2010).

A sustentabilidade, característica do discurso do desenvolvimento no período atual também tem feito parte da retórica na conformação da praia do Paiva. Como forma de adquirir maior credibilidade. Numa intervenção de tamanha proporção, de grande vulto quanto ao impacto ambiental e que “relativamente” privatiza a praia do Paiva – vide destaque à estrutura de acesso ao MRP e também à praia –, o discurso de uma sustentabilidade tenta forjar uma espécie de consenso ampliado de que este tipo de intervenção é benéfico.

[...] o ‘fazer cidade’ (objetivo dito principal da política urbana) só é possível se a cidade se dota de um projeto de desenvolvimento econômico que combine a competitividade com a sustentabilidade no que diz respeito aos recursos não renováveis e ao meio ambiente e com a coesão social, ou seja, o emprego, a moradia, o acesso aos serviços, a participação cívica e a integração cultural (COMPANS, 2009, p. 130).

Entende-se, ainda, que o uso de recursos públicos destinados à infraestrutura em benefícios das grandes corporações nacionais e transnacionais sobrepõe o atendimento aos problemas sociais e locais (SANTOS, 2006). São tais tipos de intervenções que nos distanciam, ainda mais, de relações mais humanas sociedade-natureza e homem-homem. Logo, há um distanciamento das pretensões de construção de ambientes mais saudáveis e justos.

Não se constroem ambientes urbanos saudáveis com muros imagéticos, espaços dotados de simbolismos de uma natureza cada vez mais metonimizada. Assim como restringindo e segmentando o acesso a certos espaços. A realidade é que este tipo de empreendimento (“bairro planejado”), trata-se de uma versão ampliada dos condomínios residenciais fechados, despontando um distanciamento de cidades mais justas e o crescente conflito nas relações sociais em nossos ambientes urbanos. Conflitos estes que se dão justamente pelas desigualdades, e pelas divergências de interesses entre os diversos atores. Reflexos da omissão ou falta de disposição do Estado para intermediar os interesses e minorar os problemas. A fala de um(a) pescador(a) pode apoiar nossa ideia,

A gente fica preocupado com estas obras, estes negócios [*empreendimentos na Praia do Paiva*], porque pode afetar mais ainda na nossa pesca, Suape já deixou uma marca ruim pra gente, a gente não consegue pescar a mesma quantidade do que há 10 anos atrás. (março/2016).

É neste sentido que se evidencia a ação do poder público em favor de poucos, pois não promove a escuta da população e de seus anseios, não fornecendo informações suficientes para que se possa opinar a contento. Em muitos casos, quando age nesse sentido apenas cumpre mera formalidade legal, como na promoção das audiências públicas (afirma-se por algumas experiências pessoais do autor). Pois já há o interesse em concretizar o que se está discutindo,

por isso apresenta-se principalmente os aspectos positivos das intervenções com discursos envolventes que maquiavam ou encobrem os impactos negativos. Neste contexto, destaca-se, por exemplo, a etapa do processo de licenciamento ambiental do MRP, em que não houve audiência pública. “Segundo o órgão ambiental licenciador e a consultoria (*contratada pelos promotores imobiliários para realizar o licenciamento*), esse procedimento não é ilegal. A explicação dada foi que ninguém solicitou a sua realização”, afirma Rabelo (2012, p. 17, grifo nosso).

É assim que a força dos discursos, ao nível da subjetividade, tem levado ao apaziguamento de tensões territoriais, apagando possibilidades de outras leituras e atitudes com relação ao vigente: ‘Esse processo recoloca a sistemática da participação restritiva: sem debates efetivos, reforça a ‘engenharia do consenso’ e garante a legitimidade do discurso, aparentando ter cumprido a disposição constitucional da participação no processo de planejamento e gestão’ (MOURA, 2001, p. 229), fazendo permanecer a lógica da insustentabilidade das e nas cidades (CASTILHO, 2012, p. 190).

E ainda, destacamos a afirmação de Osmont (2002, p. 19),

[...] somente iniciativas que emanem de uma forte vontade política, tomadas nos diferentes escalões territoriais, podem autorizar a esperança de uma reversão de tendência, e dar vida novamente ao desafio maior de uma gestão social da cidade, com base num desenvolvimento mais solidário. Isto só pode se instaurar se esta vontade política for o fruto de análises rigorosas e não de discursos ideológicos que privam a maioria da capacidade de decidir em total lucidez.

Por isso, aspirações de uma contribuição ampla, nas diversas dimensões do desenvolvimento sustentável, incitadas e discutidas pela sociedade é o que se deve pretender, para que possamos mudar o quadro das nossas cidades. A valorização do cidadão e da cidadania, assim, é o cerne do movimento para uma mudança estrutural. Nesse aspecto, conjectura Sen (2010, p. 66),

[...] tem crescido o interesse em explorar o papel da cidadania na conquista do desenvolvimento sustentável. Assim como instituições são necessárias para estabelecer regulamentos obrigatórios e prover incentivos financeiros, um compromisso mais forte com as responsabilidades da cidadania pode ajudar a aumentar o cuidado com o meio ambiente.

E ainda, segundo Reclus (1985, p. 40),

O equilíbrio das sociedades só é instável por causa do distúrbio imposto aos indivíduos em sua franca expansão. A sociedade livre se estabelece pela liberdade alcançada, no seu desenvolvimento completo, a cada pessoa humana, primeira célula fundamental, que se agrega em seguida e se associa, como lhe agrada, às outras células da mutável humanidade. É na proporção direta dessa liberdade e desse desenvolvimento inicial do indivíduo que as sociedades ganham valor e nobreza: é do homem que nasce a vontade criadora que constrói e reconstrói o mundo.

É a partir da individualidade de cada um que a mudança é gestada, paulatinamente, através da manifestação dos interesses da sociedade em prol dela própria e não em favor de poucos. Por isso, sem uma compreensão da cidade e de suas dinâmicas interligadas, as intervenções espacialmente pontuais realizadas através destes tipos de projetos urbanos, consideram somente uma parte da cidade, introduzindo evidentes desigualdades de desenvolvimento. Desta maneira, Osmont (2002, p. 14) diz que se deve resistir às privações de participação ampla e efetiva nos projetos realizados nas cidades, comentando que

[...] nesse tipo de abordagem, constata-se que se a população é convidada a participar, trata-se apenas daquela que se supõe beneficiária do projeto. Critica-se, nesse caso, os responsáveis pelos projetos de tornarem instrumental a participação e, por isso, de se apoiarem cada vez mais nas ONGs nacionais e internacionais. Mas há coisa mais grave: de uma maneira geral, a lógica de projeto conduz cada vez mais a se restringir o interesse somente à ‘cidade útil’. A consequência é a desconsideração de um conjunto heterogêneo de situações [...]

Portanto, há ambientes que mais des-envolvem do que integram, que aumentam os desequilíbrios sociais e ocasionam tensões, que assumem um desenvolvimento deficiente por respaldar-se sobremaneira nos aspectos econômicos e deixa em segundo plano os aspectos sociais e ambientais. Pode-se dizer que,

[...] cidade produtiva e função social da cidade (cidade inclusiva) foram raramente conciliáveis. Na realidade histórica, as políticas urbanas foram, na sua maior parte, dominadas pela preocupação de sustentar um grande crescimento econômico (OSMONT, 2002, p. 09).

Faz-se um paralelo com a situação de “estagnação” da praia do Paiva antes de seu loteamento (no sentido dado por aqueles que julgam o espaço como ativo financeiro), já que a proposta de loteamento se deu a partir da promessa do Estado de realizar investimentos em infraestrutura na área, que trariam maior dinâmica e interesse à sua ocupação. Portanto, buscavam possibilidades de intensificar a arrecadação de receitas para o poder público, assim como geração de lucro para os proprietários fundiários. Deste modo, percebemos que,

O controle de localizações estratégicas ou complexos de recursos essenciais é uma importante arma (*para aqueles que o detém*). Em alguns casos, o poder monopolista é potente o bastante para inibir o dinamismo da geografia do capitalismo, introduzindo fortes tendências de inércia e estagnação geográficas. A tendência ao dinamismo espacial advinda da busca competitiva de lucros é combatida pela reunião de poderes monopolistas no espaço (*Ibidem*, pp. 84-85) (grifo nosso).

É importante destacar que o Estado não é passivo em relação a esses processos, ele pode – e fica evidente que no caso em tela é o que ocorre – influenciar a dinâmica de reprodução do espaço por meio de suas políticas, ações e arranjos institucionais. Para o que, do mesmo modo

Harvey (2005b, pp. 91-92) afirma, “o Estado pode [...] usar seus poderes para orquestrar a diferenciação e a dinâmica regionais (*assim como locais*) não só por meio de seu domínio sobre os investimentos infraestruturais, mas também mediante sua própria imposição de leis de planejamento e aparatos administrativos” (grifo nosso).

Fica claro, assim, que os paradoxos presentes nas ações (ou seja, na produção e reprodução do espaço de acordo com a dinâmica do capital) ou na inércia (que podem caracterizar uma especulação imobiliária) são inerentes à atividade capitalista associada à acumulação pela apropriação, transformação e privatização do espaço. O ambiente ora tecido se torna perpetuamente instável e eivado de tensões e pressões. As ações realizadas pelos promotores imobiliários juntamente com os proprietários fundiários, os quais se associam ao Estado, ameaçam os territórios e aqueles que dele fazem parte. Tornam seus habitantes meros coadjuvantes neste processo que percebe o espaço como um ativo financeiro.

Estas tensões se veem instauradas pela lógica que se constitui dominante nas ações dos atores no ambiente da praia do Paiva. É desta maneira que a imagem da localização estratégica é implantada pela lógica do mercado. Na praia do Paiva tem-se como determinante para sua inserção na dinâmica imobiliária – a qual se fortalece pela fábula do desenvolvimento – a concretização dos vultosos investimentos no CIPS e o avanço da urbanização na RMR. Trazendo, assim, nova dinâmica à área e transformando este território num ambiente atrativo aos investimentos pela associação de seus valores materiais e simbólicos. Aliás, esta tem sido uma das estratégias do modelo neoliberal de expansão da cidade corporativa, ou seja, determinar a organização socioespacial na sociedade de consumo, fazendo das pessoas além de consumidores de produtos, consumidores do espaço.

O custo imobiliário para a habitação tornou-se um dos mecanismos centrais de distribuição da população no território da cidade, o que tem significado o reforço das desigualdades sociais de renda que influem na organização dos ambientes urbanos. Por esta razão, alinhando-nos com Carlos (2013, p. 95), afirmamos que a segregação, ou melhor, a fragmentação socioespacial²⁷, é o negativo da cidade e da vida urbana. O que deixa claro a

²⁷ Algumas formas e processos socioespaciais podem vir a ser confundidos com o conceito de “segregação”. Por isso, há ampla análise crítica quanto à utilização da palavra “segregação” quando na tentativa de explicar todas as formas de diferenciação e desigualdade, pois, nem todas as formas associadas a estes fenômenos são necessariamente formas de segregação. Por isso, preferimos a expressão “fragmentação” por retratar uma visão compreensiva, representando o conjunto da cidade, como está organizada socioespacialmente como uma soma de segregações e autosegregações. Sobre tal discussão sugere-se ver: VASCONCELOS, Pedro de A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. Em: **A cidade contemporânea: segregação espacial**. VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2013, pp. 17-37.

contradição entre a produção social da cidade e sua apropriação privada, na (re)produção do espaço urbano.

Nesse sentido, também explanamos a praia do Paiva enquanto um território com considerável sentimento de identidade e pertencimento pela população local, apesar de se tratar de uma área privativa e por ter poucos moradores. Sua grande vulnerabilidade se dá justamente pela parca ocupação, além, claro, da desigual relação de poder entre os proprietários fundiários junto aos promotores imobiliários e as comunidades locais para a resistência às intervenções em tela.

Como se pode verificar na fala de uma moradora que ainda reside no território da praia do Paiva (mas não no MRP), 55 anos, “aqui nesse lugar fiz minha vida, minha família, simples e humilde, mas cheia de alegria porque sempre tive tudo, o rio, o mar, meus bichos. Mas agora não sei como vai ser, ou vamos pra outro lugar ou a gente fica mas não pode fazer o que fazia antes, porque os senhores não deixam” (março/2016). E ainda, um(a) morador(a) de Itapuama (praia vizinha), 69 anos, ex-pescador(a) da localidade,

A gente tinha essa praia (*do Paiva*) como um pedaço do céu, tinha muito peixe, marisco, mas depois de Suape e isso daí (*apontando para o MRP*) mudou tudo. Dizem que isso daí (*MRP*) é de sustento, uma palavra dessas (*fazendo alusão à ‘sustentável’*), que é uma coisa boa pra todo mundo, só não vi muita coisa pra gente, aliás, meu menino até arranhou trabalho aí, mas queria mesmo era pescar como antes e levar ele comigo (*nos relatou ter sido proibido pela médica de pescar por problemas de saúde*) (grifos nosso) (março/2016).

Quanto à importância da consideração do território e suas implicações para compreensão do valor dos ambientes de vivência para as pessoas, o que muito tem sido desconsiderado nas estratégias de um desenvolvimento que por mais este fator torna-se frágil e inconsistente, como na praia do Paiva, podemos destacar que

[...] a reflexão teórica (e estratégica) sobre o desenvolvimento, que é um dos mais complexos, apaixonantes e polêmicos campos da teoria social *lato sensu*, é simultaneamente uma das áreas onde se mostra com mais nitidez a contribuição do conceito de território para a ciência social (SOUZA, 2010a, p. 113).

Territorializarmo-nos é necessário, ter a consciência de que somos parte de um lugar, do espaço, do ambiente, é fundamental componente para assumirmos um protagonismo enquanto atores. Isto é algo que nos é imanente (ainda que muitos não tenham a consciência disso). A identificação com o lugar em que se vive, com as pessoas, nos torna potenciais cidadãos com capacidade para intervir na realidade de maneira assertiva, com mais sensibilidade e com olhar

mais abrangente. Portanto, é o território a instância primeira da ação dos atores sociais, dos movimentos. Retirar-lhes do lugar com que se identificam é tirar-lhes o chão.

Diante disto, destacamos a declaração “O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2010b, p. 78). Ou seja, relações entre o homem/mulher e seu meio, incluídas as relações entre os homens/mulheres. Questões como quais as características do ambiente, os aspectos naturais, quem e quais os usos deste espaço, quais ligações afetivas e de identidade se estabelecem entre as pessoas e este espaço, ajudam a compreender a composição de um território, mas, em essência, deve-se identificar quem domina ou influencia quem, e como domina ou influencia nesse espaço (*Idem*), para ter a real apreensão do território em questão. Desta forma, deixamos claro que o(s) território(s) envolve(m) as relações de poder abalizadas e atuando sobre um espaço²⁸. O território constitui-se, assim, num espaço definido e delimitado por a partir de relações de poder (*Ibidem*, p. 111); através de uma relação complexa entre processos sociais (valores materiais, simbólicos, éticos, espirituais, afetivos) – em que as relações de poder estão sempre presentes – e o espaço material, indissociavelmente. Por isso, entendemos imprescindível discutir o território numa interação entre as múltiplas dimensões sociais para um efetivo (des)envolvimento de todos neste processo.

Com efeito, percebe-se que o des-envolvimento – como bem caracterizado por Porto-Gonçalves (2006) – dos atores sociais com relação ao seu próprio meio, seu território, e, por conseguinte, seu ambiente, são intensificadas através deste modo de intervenção, para o que se utiliza como “álibi” discursos de desenvolvimento, geração de renda e ainda uma “sustentabilidade” como meio para atingir fins divergentes à verdadeira sustentabilidade. Como constata Porto-Gonçalves (2006, p. 288), “o fundamento da relação da sociedade com a natureza sob o capitalismo está baseado na separação, a mais radical possível, entre os homens/mulheres de um lado e a natureza, de outro”. Assim, a separação homem/mulher e natureza não é apenas uma questão de paradigma, pois se dá no centro das relações sociais e de poder nas sociedades capitalistas. Por isso, enfrentar a questão ambiental é mais do que uma mudança de paradigmas.

²⁸ Não deixando de considerar que há extrapolações das relações de poder sobre o(s) território(s). Essas relações não se circunscrevem apenas a um substrato espacial delimitado cartesianamente. No entanto, a consideração do território deve estar ligada, como dito, substancialmente ao espaço. Destacamos isso, pois, dentro de uma lógica de interações globais, o território, hoje, é multiescalar, um território-rede, como afirma Haesbaert (2007, p. 68).

É necessário, então, buscar olhar ainda mais analiticamente para perceber a realidade não através do que é dito, mas por meio do que não é dito, como sugere Eco (2015). A narrativa da intervenção de maneira sustentável e socialmente responsável, através de mais uma apropriação material e simbólica do espaço para acesso e utilização de poucos, ratifica assim, a fragmentação do tecido socioespacial e fortalece a imagem do ambiente como mercadoria. Podemos, inclusive, associar este tipo de ingerência como uma forma de “colonização”. Pois, marca a chegada de interesses diversos que não das comunidades, do povo que pertence àquele território, apropriando-o para auferir lucro por meio de “novo” uso.

No entanto, destacamos que, apesar de haver uma supressão da história do lugar e do seu ambiente, esse cerceamento não se dá em sua totalidade, pois os aspectos históricos do lugar também dão valor à nova configuração do território, frente aos que o consumirão, agregando uma valoração resignificada por fetichizações. O fetichismo para Marx é a relação alienada entre a pessoa e a mercadoria. Antes do preço (valor de troca), há um valor (valor de uso), que é constantemente resignificado, um exemplo disso, é a conservação da igreja de São João do Paiva no MRP, construída no século XVII (Figura 35).

Figura 35 – Igreja de São João do Paiva, na praia do Paiva, em 2012



Fonte: Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho (2012).

No bojo das discussões relacionadas ao desenvolvimento, buscamos algumas abordagens alternativas à concepção corriqueira. Uma das diretrizes assumidas para discutir o tema, está

ancorada na perspectiva trazida pelo economista Amartya Sen²⁹, o qual propõe a ideia do desenvolvimento como liberdade. Neste sentido comenta que

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância e interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria. (SEN, 2010, pp. 16-17)

Quanto às liberdades necessárias ao desenvolvimento, estas são classificadas em duas categorias, as liberdades substantivas – ter condições de evitar privações como a fome (oportunidades de trabalho digno), a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura (saúde), bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos (educação), ter participação política e liberdade de expressão, etc.– e as liberdades instrumentais – liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Por isso a necessidade de integrar ações – para o que a temática ambiental auxilia sobremaneira, por sua horizontalidade –, já que é através de uma visão holista das externalidades positivas e negativas quanto aos aspectos sociais, naturais/ecológicos, econômicos e políticos/institucionais que as atividades tendem a ter maior possibilidade de sucesso, além de fazer com que a população seja partícipe da construção destas atividades. Nesse sentido, Sen (2010, p. 11) assevera que há

[...] a necessidade de uma análise integrada das atividades econômicas, sociais, políticas, envolvendo uma multiplicidade de instituições e muitas condições de agente relacionadas de forma interativa (*para estabelecer a liberdade como perspectiva norteadora do processo de desenvolvimento*). Concentra[ndo]-se particularmente nos papéis e inter-relações entre certas liberdades instrumentais cruciais, incluindo oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. As disposições sociais, envolvendo muitas instituições (o Estado, o mercado, o sistema legal, os partidos políticos, a mídia, os grupos de interesse público e os foros de discussão pública, entre outras), (devem ser) investigadas segundo sua contribuição para a expansão e a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos, vistos como agentes ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios (SEN, 2010, p. 11) (grifo nosso).

Sachs (2009) também nos traz uma perspectiva abrangente quando sopesa o processo de desenvolvimento, considerando, como dito, as dimensões econômicas, sociais e ecológico/ambientais para que alcancemos um padrão verdadeiro de desenvolvimento (Quadro 3).

²⁹ Nobel de Economia, em 1998, por seu trabalho sobre a economia do bem-estar social, professor da Universidade de Harvard.

Quadro 3 – Padrões de crescimento até o desenvolvimento

<i>Padrões</i>	<i>Impactos no Ambiente</i>		
	Econômicos	Sociais	Ecológicos
1. Crescimento desordenado	+	–	–
2. Crescimento social benigno	+	+	–
3. Crescimento ambientalmente sustentável	+	–	+
4. Desenvolvimento	+	+	+

Fonte: SACHS (2009).

O que Sachs tem afirmado com clareza é que as bases do progresso material, atual em nossa dinâmica econômica, são responsáveis pelo choque entre a natureza e a sociedade, já que esta tem agredido a si mesma – por ser parte indissociável daquela – através de excessos na exploração dos recursos naturais, inconscientes, talvez, de que tal demasia compromete sua própria existência. A consideração da limitação do “capital da natureza” e a finitude dos recursos devem ser suficientes para que novos rumos sejam dados ao desenvolvimento humano, tão distorcido pela geração de excedentes e a acumulação de capital. Sachs acredita que é através de uma gradual compreensão das dependências entre desenvolvimento e meio ambiente e da percepção da falsa crença das virtudes ilimitadas do progresso técnico, que se pode chegar numa equacionalização de interesses, os quais devem ter consequências éticas e epistemológicas – culminando numa necessária reflexão ontológica – de nossas ações. Nesse sentido, afirma

À ética imperativa da solidariedade sincrônica com a geração atual somou-se a solidariedade diacrônica com as gerações futuras e, para alguns, o postulado ético de responsabilidade para com o futuro de todas as espécies vivas na Terra. Em outras palavras, o contrato social no qual se baseia a governabilidade de nossa sociedade deve ser complementado por um contrato natural (Michel Serres) (SACHS, 2009, p. 49).

A “ecologização do pensamento”, como afirma Edgar Morin, deve nos forçar, portanto, a expandir nosso horizonte de tempo, ampliando a percepção dos nossos impactos numa escala ampliada para séculos e milênios. Assim como nossa escala espacial, observando os reflexos de nossas ações além do âmbito local, dilatando-as a uma escala global. Assim, é possível compreender aos poucos as inter-relações e as interdependências entre os homens, e, com a natureza. Para, finalmente, envolvermo-nos na razão de que além de sermos uma socionatureza, somos, antes de tudo, natureza.

As dinâmicas presentes na praia do Paiva, ainda que publicizadas em favor de uma “sustentabilidade”, trazem-nos alguns direcionamentos de suas fragilidades, tanto dos discursos quanto das práticas que as têm estimulado. Para isso, utilizamo-nos da análise das falas de alguns atores.

Em diálogo/entrevista um(a) frequentador(a) (34 anos, residente no bairro Boa Viagem – Recife) demonstrou sua percepção das mudanças na praia do Paiva, seu juízo sobre o megaempreendimento e sua vivência com o território,

A gente sabe muitas das coisas que envolvem as mudanças nesses espaços, que são bastante requisitados pelo mercado, apesar de sermos contra é difícil a resistência. Parece que querem homogeneizar tudo, transformar tudo em negócio. No fim, perdem muitos e ganham poucos. Espero que ao menos cumpram com algumas coisas que prometem, pra ajudar as comunidades do entorno que são bem humildes, porque mais na frente, e os que conhecem um pouco mais destes processos sabem, que os ônus vão ser de todos. Aliás, acho que agora mesmo a maioria já perde porque pra acessar a praia (*por meio viário*) precisa pagar pedágio. Isso já reduz a possibilidade de vir, desestimula. Sempre vivi aqui na praia do Paiva, é a minha praia preferida porque cresci frequentando, mas agora já não tenho a mesma ligação com ela e não venho com tanta frequência, parece que ela está igual a tantas outras, tá meio sem graça (abril/2016) (grifo nosso).

Tais comentários nos faz despertar para a intensidade simbólica das modificações em um território, quando não percebidas as necessidades da população local e do entorno e o quão negativas podem ser intervenções que suprimem a história e a cultura locais. O ambiente relegado apenas como ativo financeiro pode-se tornar isso, um espaço homogêneo de distorções, contradições, frio e sem o vigor das raízes culturais. Longe da “sustentabilidade” que atribui a si, através de uma análise mais crítica – como a vista na fala do(a) entrevistado(a) acima – as afirmações dos desenvolvedores do MRP e dos atores público do Cabo de Santo Agostinho nesse sentido só se fazem pertinentes se estiverem relacionadas à manutenção das condições para o negócio, para o lucro dos investidores e para auferição de receitas tributárias pelo município.

No entanto, há também aqueles que percebem de uma outra forma as transformações na praia do Paiva, como o(a) frequentador(a) (26 anos, morador(a) do bairro dos Aflitos – Recife) que comenta,

A praia do Paiva era uma praia esquecida, que pouca gente frequentava e conhecia, com a vinda desse empreendimento ela está sendo transformada e agora tem ganhado uma estrutura de praia turística, tem que explorar o turismo aqui, a praia é muito bonita, mas estava abandonada. Agora acho que vai melhorar. A Reserva do Paiva trouxe marcas de ponta, hotel, restaurantes e eventos, está mudando a cara, a praia logo vai ser reconhecida internacionalmente. Conheci a praia há pouco tempo, vim poucas vezes aqui, mas agora tenho frequentado mais para ter acesso aos serviços da Reserva do Paiva (abril/2016).

Os argumentos deste ator refletem o sucesso das estratégias de *marketing* na promoção do MRP e quão persuasivas são suas retóricas, capazes de transformar a imagem de um ambiente eivado de contradições e problemas, em um “paraíso”, como deixa transparecer o entrevistado.

Em contraposição à fala acima, que transmite uma visão preponderantemente voltada à priorização da dinamização econômica do ambiente, traz-se algumas reflexões de teóricos, intelectuais ligados à ciência econômica, os quais no entanto, percebem o quão perversa tem sido a desconsideração dos custos de deterioração dos recursos naturais pela Economia, embora já aludida e bastante advertida por alguns. A estreiteza de um uso que prioriza, que tem como cerne, a geração de excedentes, sem considerar todos os processos que o envolvem é no mínimo irresponsável, e o pior, é uma irresponsabilidade que tem sido levada longe demais, pois atinge(irá) a todos, indiscriminadamente. Quanto a isto, Dowbor (2012, p. 77) traz o seguinte comentário,

O processo (*de ‘desenvolvimento’*) é particularmente perverso, pois extrair o capital que a natureza nos deixou leva as corporações a lucrar sobre bens que não tiveram que produzir, custeando apenas a extração. E ninguém exigirá delas a reposição do capital destruído. Pelo contrário, ainda as subsidiamos, gerando no conjunto um ambiente de lucros exorbitantes que lhes permite ocupar um espaço crescente do poder político, deformando assim os processos democráticos. A questão ambiental nos leva assim a repensar os paradigmas da economia (grifo nosso).

Deste modo, destaca o necessário despertar de alguns economistas – que não é espontâneo, nem ingênuo, pois corria-se o risco de uma ruptura que comprometesse a continuidade do capital – para considerar outros passivos, que não vinham sendo ponderados quanto ao “desenvolvimento”,

[...] o eixo principal do enriquecimento teórico nesta linha (*da preocupação com os limites do meio ambiente*) foi sem dúvida a preocupação com a deterioração – e em várias áreas destruição – do meio ambiente. É muito significativo lembrarmos como ainda há pouco tempo se reagia de forma negativa à problemática ambiental, como os grupos dirigentes apontavam para um futuro glorioso a cada avanço tecnológico, enquanto uns chatos teimavam em apontar para os lados negativos. Talvez uma das facetas mais trágicas da economia neoliberal, e mais infantil do ponto de vista científico, é o fato de se apontar para a produção (o crescimento do PIB), fazendo de conta que não vê os custos (descapitalização do planeta, polarização entre ricos e pobres, desperdício generalizado dos recursos, desarticulação social) (*Ibidem*, pp. 74-75, grifos nossos).

Assim, tem-se a indicação de relativa consideração, pela economia, dos complexos processos que operam na realidade concreta, imbricados, interligados, que têm sido desconsiderados no “desenvolvimento”, nas atividades produtivas, na reprodução do espaço,

enfim, nas intervenções no ambiente³⁰. Essa desconsideração dos custos apontados por Dowbor (descapitalização do planeta, polarização entre ricos e pobres, desperdício generalizado dos recursos, desarticulação social) vinham se dando, inferimos, seja pela crença na infinita capacidade de restauração da Natureza, seja pela confiança na evolução da tecnologia, da ciência, para reparar nossos excessos. Quanto às crenças, muito já havia sido e ainda vem sendo alertado, desde o Relatório Brundtland em 1988, do equívoco em que temos nos fundamentado para seguir exacerbando a degradação do ambiente.

Considerar os processos socioambientais e dar-lhes prioridade é peremptório para tentar vislumbrar certo equilíbrio. Por isso a urgência de fortalecer o movimento ambientalista, o qual tem buscado simetrizar necessidades e interesses comuns, tentando trazer valores outros que nos fazem refletir sobre o “para quê?” de nossas ações. Nesse sentido, Dowbor (*ibidem*, pp.75-76) aponta,

Ao abarcar o nosso pequeno planeta numa visão de conjunto e de longo prazo, os autores foram naturalmente levados a incluir nas análises a dimensão social dos processos econômicos: ‘A pobreza é uma das principais causas e um dos principais efeitos dos problemas ambientais no mundo. Portanto, é inútil tentar abordar esses problemas sem uma perspectiva mais ampla, que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional...A ecologia e a economia estão cada vez mais entrelaçadas – em âmbito local, regional, nacional e mundial – numa rede inteira de causas e efeitos’ (*Relatório Brundtland*, p. 08). É interessante, portanto, ver como a teoria ambientalista e a visão do desenvolvimento sustentável podem devolver à ciência econômica os seus rumos. Ao colocar a visão de conjunto, ultrapassando a visão econômica estreita, voltamos a entender como os processos de mudança social se relacionam. Ao olharmos o longo prazo, resgatamos tanto as implicações estruturais como a visão histórica. Ambas nos levam inevitavelmente para um resgate dos valores, dos objetivos de tudo isso. E a definição dos valores e dos objetivos sociais constituem nortes eminentemente políticos, sujeitos a processos democráticos de decisão.

Neste mote, a participação conjunta dos atores para solucionar os conflitos pelos usos contraditórios dos recursos é inevitável, por isso a contumácia em revelar a entropia das ações realizadas para dinamização do território da praia do Paiva, que mais caminha na direção do des-envolvimento do que o contrário. Por isso a necessidade de uma outra *práxis*. Desta maneira, deve-se buscar ajustes políticos/institucionais para dar novos rumos às ações, a fim de

³⁰ Embora tenhamos uma visão crítica também às razões deste movimento que trouxe a atenção aos limites de uso dos recursos naturais, pois, ainda que percebidas as fragilidades da continuidade do crescimento a qualquer custo, nada, ou pouco, foi feito para mudar esta realidade, certamente há razões para esta inércia. Como afirma Acsegrad et al. (2009, p. 13), “é preciso lembrar que esse esforço teórico de se compatibilizar a questão ambiental com o pensamento desenvolvimentista e economicista ocorre exatamente no período de consolidação do pensamento neoliberal em escala global”. O que nos leva a conjecturar que tal preocupação apenas forja uma consciência ambiental das classes dirigentes, para que todos assumam igualmente e indiferenciadamente as responsabilidades pelo processo de destruição das formas naturais, do ambiente, da vida (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009), absorvendo a ideia de que “cada um tem seu papel e pode contribuir com sua parcela”.

sensibilizar e conscientizar sobre a importância de uma construção sinérgica de ambientes saudáveis, sustentáveis. Um caso apontado por Dowbor retrata bem o que arrazoamos,

Num seminário internacional no Senac, sobre a gestão da água, a problemática apareceu de forma bastante nítida: a água é um bem gratuito, que se transforma em bem econômico quando começa a faltar, e que pelo seu caráter de bem essencial tanto para o consumo humano direto como para os processos produtivos, exige formas colaborativas de regulação do uso. Quem polui a água reduz o acesso de todos, mas torna mais lucrativa a apropriação, gerando um círculo vicioso. Os mecanismos econômicos simplesmente não resolvem, precisamos de uma política correspondente, soluções institucionais, regulação social (*Ibidem*, p. 77).

Abordagem semelhante pode ser vista pelo economista Clóvis Cavalcanti, quando pondera sobre a enorme discrepância entre as regras e normas estabelecidas pela legislação ambiental brasileira para lidar com os desafios de gestão do ambiente – que pode ser considerada progressista, muito bem formulada e ampla desde o nível federal, estadual e um pouco menos no municipal – e os conflitos práticos que são observados. As distorções são realizadas de modo a favorecer atividades degradantes que favorecem poucos, como a transformação do território da praia do Paiva, destarte, afirma que,

[...] de um prisma mais concreto, deve-se dizer que faltam ao Brasil certos elementos necessários para a governança ambiental bem sucedida. A tomada de decisões no país, em geral, tende a ser dirigida no sentido do rápido crescimento da economia, com sérias consequências, comumente menosprezadas, em termos da exploração e destruição do meio ambiente. A fé na ideia de crescimento econômico ilimitado exerce fascínio insuperável e parece particularmente enraizada na mente coletiva nacional, especialmente entre as elites econômicas. Nessa paisagem, as políticas públicas brasileiras tendem a contemplar a promoção do crescimento econômico - sob o disfarce de desenvolvimento - antes de qualquer outra coisa, a despeito dos compromissos do discurso oficial com a sustentabilidade ecológica [...] Uma crença assim leva a formas efetivas de comportamento que não são apenas negligentes quanto à legislação e ao arcabouço institucional, mas que também produzem efeitos contrários ao que se deseja em termos da sustentabilidade (CAVALCANTI, 2004, pp. 01-02).

Resta claro que se tem instrumentos para fazer com que caminhemos na direção de um verdadeiro desenvolvimento, mas as pressões (*lobbies*) e a vulnerabilidade na formulação de políticas públicas, para que haja flexibilização nas regulações se constituem como ameaças iminentes. Estes são os maiores entraves para que se consolide uma agenda programática de defesa pelos direitos ao ambiente. Para o que, a sociedade deve ser a maior defensora deste propósito, exigindo direitos, cumprindo deveres e realizando verdadeiro controle social das ações do Estado. Por isso, esforçamo-nos para aclarar as contradições e perversidades das ações que apenas consolidam problemas sociais, ambientais, fragmenta ainda mais o espaço, enfraquece o território e os laços culturais com o lugar, gerando o acirramento de disputas e

desigualdades. O conflito, então, é o resultado inequívoco de todo esse processo para o qual temos nos dirigido.

Em tudo isso, a questão é que a mesma perspectiva estreita, de curto prazo, que torna a economia mais importante do que qualquer outra coisa se infiltrou poderosamente em todos os níveis relevantes de governo no país, alcançando a própria sociedade como um todo. Um medo generalizado de contradizer as expectativas dos agentes econômicos conduz ao triunfo da ótica míope, produtivista, de mania de crescimento, em oposição aos sentimentos ambientalistas da comunidade que se reúne sob a égide dos compromissos com um desenvolvimento de conteúdo responsável ou possível em termos ecológicos. Têm razão, portanto, aqueles que percebem que a gênese dos problemas ambientais muito deve à diferença entre a maneira como a Natureza trabalha e a maneira como o homem pensa (CAVALCANTI, 2004, p. 09).

Percebe-se com isso que as gestões urbanas do município do Cabo de Santo Agostinho têm atuado em conformidade com os interesses economicistas dos atores privados, aprovisionando seus territórios para dinamizar a economia da cidade sem avaliar os impactos, sobretudo, sociais e ambientais no longo prazo. De tal modo, o des-envolvimento se configura como constatação da contraditória relação entre uma prática que se diz benéfica, que se utiliza de meios para corroborar suas posições (a publicidade através do *marketing* estratégico), e uma teoria que lhe dá respaldo, voltada a afirmação destas intervenções pelos benefícios econômicos imediatos. A *práxis* dissidente, portanto, é o que nos resta, as reflexões teóricas e experiências empíricas têm revelado o lado hermético de uma instrumentalização da natureza e da fetichização do ambiente em favor de mera geração de excedentes, seja para os atores privados, seja para os atores públicos, relegando, sobretudo, e no curto prazo, à sociedade os ônus de suas práticas.

5.4 Direito ao Ambiente X Empreendedorismo Urbano

A despeito do que vimos tentando construir, aqui tentaremos confluir acepções de Henri Lefebvre relacionadas ao direito à cidade, às contribuições de Henri Acselrad sobre a justiça ambiental, para aproximarmos-nos de um congênere “direito ao ambiente” (saudável, justo, que ofereça qualidade de vida, portanto, sustentável), como forma de considerar a complexidade dos processos sociais e a inter-relação com o ambiente. Construiremos tal ideia, porém, de maneira pouco aprofundada, apenas com o intuito de demonstrar que há possibilidades de dotarmos-nos de instrumentos para transformar as contradições da realidade em diversas escalas, mormente, na territorial. Porquanto, há construções teóricas suficientes para esboçarmos ações

mais contundentes no sentido de uma “contraconsciência”, como garante Mészáros (2006), fazendo valer essa outra *práxis* que temos tentado aclarar.

De tal modo, confeccionamos esta seção apresentando inicialmente reflexões teóricas que nos auxiliam a abalizar nossas práticas em direção a um pretensão “direito ao ambiente” (ou seja, associando de modo parcial e modesto construções teóricas no sentido do direito à cidade e à justiça ambiental). Para posteriormente, expor práticas embasadas pela lógica do empreendedorismo urbano, através de exemplos que apresentam similaridades com o caso da praia do Paiva, em escalas local, nacional e internacional. Com o objetivo de estabelecer um paralelo entre as *práxis* distintas, a fim de contribuir para as denúncias de contradições percebidas nas atuais intervenções no ambiente.

Enquanto Lefebvre (2001, p. 108) assevera que [...] é na direção de um novo humanismo que devemos tender e pelo qual devemos nos esforçar, isto na direção de uma nova *práxis* e de um outro homem, o homem da sociedade urbana.” Traz à nossa reflexão a necessidade de dar novas direções à cidade, ao urbano, reconsiderando a filosofia, a arte, a ciência e absorvendo exigências de totalidade e síntese (compreendendo, portanto, a complexidade que trama o ambiente), que permitam práticas conciliatórias para a diversidade de interesses e intenções que compõem o espaço assumido como protagonista na sociedade moderna (LEFEBVRE, 2001). Para isto, deve-se conceber estratégias do conhecimento (construções teóricas) e estratégias políticas (construções práticas que admitam efetivar o conhecimento teórico) que possibilitem os ajustes necessários a uma convivência humana, solidária e que culmine em um direito pleno à cidade.

Integramos a tais ideias a visão de Acselrad quanto à justiça ambiental, que trata de favorecer a participação dos atores para que se proporcionalizem os impactos das atividades sobre o ambiente, não deixando os riscos ambientais apenas aos grupos mais despossuídos. Segundo a definição do Movimento de Justiça Ambiental dos EUA, justiça ambiental:

[É a condição de existência social configurada] através do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes da operação de empreendimentos industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, ou municipais, bem como das

consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas. (BULLARD *apud* ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 16)³¹

A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o “meio ambiente” é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões sociais, ecológicas, políticas/institucionais, econômicas, físicas construídas e simbólicas.

Destarte, reconhece que a desigualdade na participação política da sociedade e na absorção dos efeitos negativos do crescimento econômico compromete, excessivamente, o equilíbrio social, refletindo no aumento dos conflitos territoriais no ambiente urbano. Tal ideia alinha-se à da necessidade de um acesso equânime às oportunidades trazidas pelo urbano como, serviços de educação, saúde, saneamento básico, mobilidade, lazer, arte e pelo direito a um ambiente sadio, por isso, entendemos imperativo conectar as reflexões voltadas à justiça ambiental com o direito à cidade, já que se inter-relacionam. Isto, com intuito de interpelar de forma ampla o modelo de desenvolvimento e governança ambiental, questionando seus pressupostos acerca do que se (re)produz; para que se (re)produz; como se (re)produz; e para quem se (re)produz (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Assumidas estas questões indagadoras, que devem ser tomadas principalmente em âmbito municipal onde se tem maior possibilidade de controle social, pode-se fazer frente, progressivamente, às mudanças que direcionem minimamente para um direito à cidade e a uma justiça ambiental.

Abordamos sumariamente o caso do movimento negro nos EUA (por volta do ano de 1996), para ilustrar as possibilidades de uma elaboração discursiva e prática de movimentos sociais, fazendo frente às injustiças ambientais e às descon siderações ao direito à cidade. Tal movimento chamou a atenção para que houvesse, a partir de então, uma maior responsabilidade nas intervenções no ambiente. O caso foi abordado por Ac selrad (2009, pp. 31-32), reproduzimos alguns trechos,

Tudo nasceu de um certo número de ações coletivas contra a localização dos depósitos de lixo tóxico nas áreas de moradia das comunidades negras. Essas lutas isoladas levaram a percepção de que seria necessário uni-las, já que combatiam a mesma lógica, a da localização de lixo tóxico que vinha coincidindo com o mapa das moradias da comunidade negra. Da mobilização destes movimentos resultou numa pesquisa que, após fazer o mapeamento de todo o território dos EUA, conformou a coincidência denunciada: onde havia depósito de lixo tóxico era onde se concentrava a população pobre e negra. [...] o movimento organizou-se nacionalmente e estabeleceu a ligação

³¹ BULLARD, R. D. *Dumping in Dixie: Race, Class and Environmental Quality*. San Francisco/Oxford: Westview Press, 1994.

entre as noções de justiça e de meio ambiente. Incorporou, assim, uma dimensão ambiental em suas lutas [...] e, mudou o paradigma que orienta a organização social engajada nas lutas ambientais. [...] (*Este movimento*) aponta para a formulação de modelos alternativos de organização do espaço urbano, que incorpora de forma não fetichizada a dimensão ambiental das lutas sociais (grifo nosso).

Quanto aos casos de empreendedorismo urbano que se contrapõem dialeticamente às ideias até então expostas, mas têm prevalecido nas ações de reprodução do espaço e uso do ambiente, exporemos alguns exemplos, sucintamente, de intervenções semelhantes ao do MRP. Citaremos os casos do *Le Parc Boa Viagem Residential Resort*, em Recife – PE; de Jurerê Internacional, em SC; da Riviera de São Lourenço, em SP; e o do *Colony Park*, em Buenos Aires na Argentina. Com isso, tem-se a intenção de evidenciar que da escala global à local, o fenômeno de assimilação da fábula do desenvolvimento, assim como da governança ambiental estão presentes nas estratégias de reprodução do espaço e de apropriação e degradação do meio natural. O qual, cada vez mais escasso nas cidades, é incorporado aos produtos imobiliários como diferencial competitivo, como uma raridade.

Destacamos que a reprodução destes modelos de empreendimentos se dá, dentre outras estratégias, através do *benchmarking*, que “[...] é simplesmente o método sistemático de procurar os melhores processos, as ideias inovadoras e os procedimentos de operação mais eficazes que conduzam a um desempenho superior” (BOGAN; ENGLISH, 1997). Entre os empreendimento utilizados para o *benchmarking* na construção do MRP, se destacam: “Jurerê Internacional, em Santa Catarina (Brasil); Riviera de São Lourenço, em São Paulo (Brasil); Cabo de São Lucas (México); Algarve (Portugal); *Punta Del Leste* (Uruguai); *Saint Tropez* (França)” (Odebrecht Realizações Imobiliárias, 2010).

O empreendimento *Le Parc Boa Viagem Residential Resort*³², situado no bairro Boa Viagem – Recife, se trata de um condomínio residencial de luxo, ofertado, inclusive, sob a mesma designação nas cidades de Salvador e Rio de Janeiro. Tal empreendimento apresenta peculiaridades pelas suas características locacional, estrutural e pelos serviços oferecidos (Figuras 36 e 37). Como já se pode presumir por meio da alcunha “*residential resort*” em seu nome, oferece serviços específicos através de sistema *pay-per-use* (pagamento por uso), como limpeza de apartamentos, manutenção das instalações prediais, lavanderia, *walkdog* e *pet care*, decoração de festas, entre outros, os quais podem ser requisitados através do *concièrge* –

³² Para mais informações sobre análises acerca deste tipo de empreendimento em Recife sugerimos consultar as pesquisas desenvolvidas pelo NUGEPP (Núcleo de Gestão Urbana e Políticas Públicas) da UFPE, em especial o Relatório de Pesquisa apresentado em 2012, intitulado: “Produtos e Inovações na Oferta Imobiliária nas Cidades Brasileiras: Os ‘Ecomegaempreendimentos’ na Metrópole do Recife.

espécie de portaria por meio da qual o morador pode requisitar tais serviços específicos – conta também com sistema de gestão a cargo de empresa especializada em condomínios de alto padrão, convertido em grife: a *Classic Home* (LEAL, 2012).

Figura 36 – Empreendimento *Le Parc Boa Viagem Residential Resort*



Fonte: Le Parc Boa Viagem (2015).

Figura 37 – Principais itens da estrutura do *Le Parc Boa Viagem Residential Resort*



SOBRE O LE PARC BOA VIAGEM




**ÁREA VERDE
PRESERVADA**
60 mil M2


ÍTEMS DE LAZER
mais de 100


PARQUE AQUÁTICO
4.000 m2


SALÕES DE FESTAS
9


**INTEGRADO AO
PARQUE**
dos manguezais

FICHA TÉCNICA

Características do projeto

– 9 torres
– 20/22 pavimentos por torre com 02 pavimentos de lazer
Características do apartamento
– 170,18m², 170,17m² e 169,72m² – 04 dormitórios, sendo 04 suítes (01 suíte com closet)
– 141,84m² e 139,91m² – 04 dormitórios, sendo 02 suítes (1 suíte com closet) e 02 suítes canadenses
– 119,28 m² e 119,46m² – 03 Dormitórios, sendo 03 suítes (01 suíte com closet)
– 107,15m², 108,25m² e 109,65m² – 03 Dormitórios, sendo 01 suíte com closet e 02 quartos sociais
– 2 ou 3 vagas de garagem para cada apartamento
Projetistas do empreendimento
Arquitetura: STA Arquitetura, Augusto Reynaldo, Jerônimo da Cunha Lima e José Goiana
Paisagismo: Benedito Abbud e Luiz Vieira
Decoração das áreas comuns: Débora Aguiar

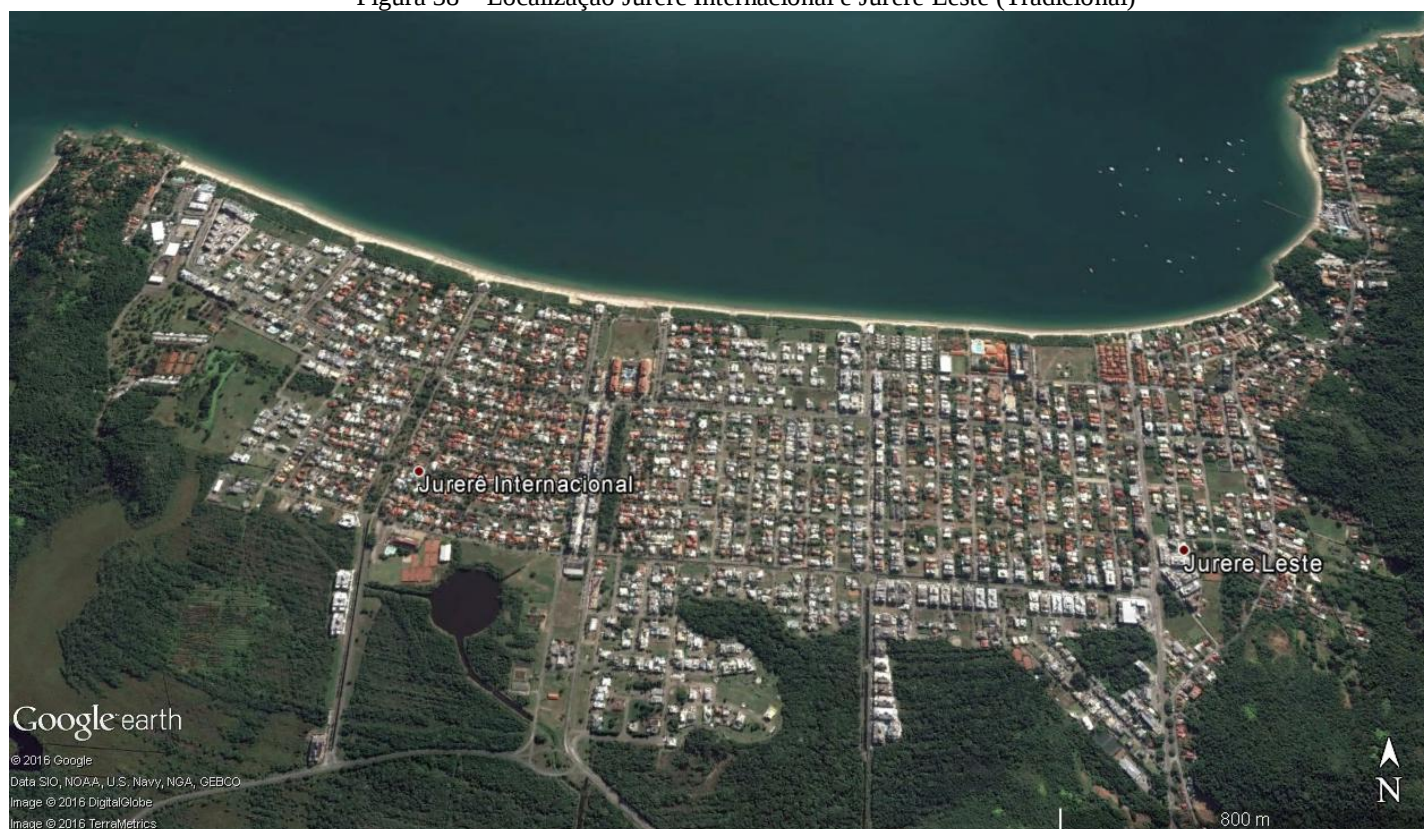
Fonte: Le Parc Boa Viagem (2015), com modificações.

Instalado ao lado do Parque dos Manguezais, o qual “constitui o maior remanescente de Manguezal no Recife, prestando serviços ambientais, tais como: o controle das marés (que evita enchentes), a reprodução e o desenvolvimento de várias espécies típicas desse ecossistema e a amenização climática local”, e ainda considerada a maior reserva de mangue urbano da América, conformando uma Zona Especial de Preservação Ambiental (ZEPA) de acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SMAS) da Prefeitura do Recife (2012). A oferta e divulgação do empreendimento se caracterizam pelo apelo à qualidade de vida pela proximidade da área verde (“reserva verde”, “natureza”) e das amenidades trazidas por esta ZEPA, assim como pelo discurso da “sustentabilidade” devido à ação de replantio de espécies nativas nas áreas limítrofes entre o empreendimento e a referida “zona”. De acordo com encartes publicitários do empreendimento, trata-se de um “marco imobiliário do Recife” (LEAL, 2012).

A seguir, faremos comentários acerca do empreendimento localizado em Santa Catarina, Florianópolis, no “bairro planejado” de Jurerê Internacional. O modelo de Jurerê Internacional é concernente ao do Megaempreendimento Reserva do Paiva, pois apresentam similitudes tanto pelos aspectos da paisagem onde se instalaram, quanto pelos aspectos urbanísticos, pela exploração do *marketing* da sustentabilidade, além de serem fruto, especialmente, da ação do setor imobiliário.

Jurerê Internacional é, segundo seus defensores, um bairro planejado e dá nome também à praia de que faz parte, localiza-se a noroeste da ilha de Florianópolis, numa área litorânea, e foi concebido pelo Grupo Habitasul. A denominação da praia Jurerê Internacional surgiu a partir do estabelecimento do empreendimento, que foi lançado em 1981, o qual ocasionou a divisão entre a praia de Jurerê Tradicional e Jurerê Internacional (a praia abrange estes dois balneários, que se limitam por dois costões, um do lado direito e outro do lado esquerdo) (Figura 38).

Figura 38 – Localização Jurerê Internacional e Jurerê Leste (Tradicional)



Fonte: Google Earth (2016).

[...] com a implementação do projeto de Jurerê Internacional, criou-se uma clara divisão de dois balneários situados na mesma praia, [...] o primeiro, formado por antigas comunidades que tiravam seu sustento do uso direto das terras para plantio e que foram privados deste uso [*Jurerê Tradicional*], e o segundo formado por uma classe emergente da sociedade e que já usufruem as terras no âmbito especulativo [*Jurerê Internacional*] (TOLEDO, 2005, p. 109, com modificações).

O local onde houve a instalação do empreendimento era, também, uma área de manguezal, assim como na praia do Paiva (Figuras 39 e 40). Examinando as características do local de instalação do empreendimento Jurerê Internacional, Toledo (2005, p. 104) afirma,

O empreendimento teve sua expansão em uma área típica de manguezal, tendo que adequar este espaço por intermédio de aterros com a finalidade de viabilizar o crescimento de sua malha urbana. Logo, podemos caracterizar, de modo geral, a vegetação como sendo típica das planícies quaternárias, ou seja, o balneário é circundado por um manguezal, sendo que a rodovia que dá acesso ao empreendimento cruza este mangue, que hoje abriga a reserva de Carijós, mantida com recursos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e possui uma vegetação típica de restinga, localizando-se mais próxima à linha do mar.

Figura 39 – Praia de Jurerê, em 1980



Fonte: TOLEDO (2005).

Figura 40 – Praia de Jurerê, em 2011



Fonte: Jurerê Internacional (2011).

Características estas que também podem ser associadas às da praia do Paiva, que possui área de mangue, reserva de Mata Atlântica (Mata de Camaçari) e área de restinga. As apropriações destes ambientes, como se vê, compõe a estratégia dos promotores imobiliários a fim de dar aos empreendimentos diferencial competitivo pela incorporação da “raridade”. Difundindo a ideia da vida em “contato com a natureza” e a valorização das paisagens naturais.

O *marketing* da sustentabilidade é observado em ambos os empreendimentos, em Jurerê Internacional é apresentado como “os 12 pontos de sustentabilidade de Jurerê Internacional”. São ações promovidas pelo grupo Habitasul e fazem parte da política de qualidade e meio ambiente do empreendimento. Os doze pontos de sustentabilidade do empreendimento Jurerê Internacional são: “Qualidade de vida diferenciada; Sistema de águas e esgotos (SAE); Empregabilidade e renda; Investimentos sociais; Biodiversidade; Programas de qualidade; Sistema de segurança; Conservação da vegetação marinha; Infraestrutura diferenciada; Monitoramento da água do mar; Sítios arqueológicos; Reserva natural Olandi-Jurerê” (JURERÊ INTERNACIONAL, 2011).

Na praia do Paiva, a dita sustentabilidade do MRP se dá por meio das ações propostas pelo Programa de Gestão Ambiental (PGA). Destacamos alguns dos programas criados para monitorar os impactos causados pelo empreendimento, a partir do PGA: “Programa de Controle do Meio Ambiente do Trabalho; Programa de Controle Ambiental associado a Processos Erosivos, à Fauna e à Vegetação na Execução das Obras; programa de Educação Ambiental; Monitoramento da Qualidade das Águas; Monitoramento da Biota Aquática; Programa de Comunicação Social, entre outros” (RESERVA DO PAIVA, 2011).

Os equipamentos urbanos dos dois empreendimentos também apresentam semelhanças. Em Jurerê Internacional há completa estrutura urbana de um “bairro” metropolitano, com sistema viário integrado que possibilita o fácil acesso ao local, sistema de segurança com alta tecnologia, além da oferta de serviços *pay per use* e essenciais que vão desde farmácias, supermercados, bares, restaurantes, boates, hotéis, pousadas, e condomínios residenciais, até escola.

A Riviera de São Lourenço, situada no município de Bertioga, em São Paulo, é o caso com maior tempo de execução quanto ao tipo de empreendimento em epígrafe, no Brasil. Em execução há 33 anos e com cerca de 60% de seu projeto já implantado, este tem sido a maior fonte de *benchmarking* para os empreendimentos deste tipo. Traz características idênticas aos anteriormente citados, como a oferta de serviços *pay per use*, porém numa escala muito maior, já que conta,

“[...] com 11 mil unidades habitacionais, distribuídas entre 2000 casas e 200 edifícios entre seis e dez pavimentos, Shopping Center com 50 lojas, centro comercial e de serviços, hipermercado, restaurantes, escolas, atendimento médico e odontológico, flats e hotéis, postos de abastecimento e serviços, clube hípico, complexo tenístico, clube de golfe, além de toda infraestrutura de saneamento básico, como sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgotos.” (RIVIERA DE SÃO LOURENÇO, 2016).

Também é constituída de uma Associação para a gestão e governança, a Associação dos Amigos da Riviera de São Lourenço, a qual conta com cerca de 500 funcionários. A Figura 41 retrata a dimensão do projeto e o seu grau de des-envolvimento.

Figura 41 – Riviera de São Lourenço, em Bertioga – SP (continua...)



Fonte: Riviera de São Lourenço (2016).

Figura 41 – Riviera de São Lourenço, em Bertioga – SP



Fonte: Riviera de São Lourenço (2016).

Figura 41 – Riviera de São Lourenço, em Bertioga – SP (conclusão)



Fonte: Riviera de São Lourenço (2016).

Abrangendo uma área total de 8.849.164,64 m², como bem salienta seu site, e localizada adjacente ao Parque Estadual Restinga de Bertioga, compreende a maior parte da área urbana do município de Bertioga. De modo tal que a Riviera de São Lourenço representa o auge da “privatização” do espaço público, da instrumentalização da natureza e da fragmentação do espaço.

É importante destacar que as estruturas montadas para esses empreendimentos distinguem-se pelos equipamentos de luxo e pela tecnologia de ponta instalada para a segurança. Isto, associado a um “selo ambiental” e à “valorização da sustentabilidade”, configurando o *mix* do setor imobiliário para explorar múltiplas atividades em um só empreendimento, possibilitando intensificar a geração dos excedentes financeiros. Os vultosos projetos associam a imagem dos empreendimentos à qualidade de vida, instalando-se em locais privilegiados pelos aspectos naturais. O que mostra o grau de fetichização da Natureza e a

relativa privação a estes ambientes. É assim que temos nos distanciado de uma priorização no que é fundamental para avançar na redução das desigualdades sociais, e no fortalecimento do direito à cidade e da justiça ambiental³³, como preceituam as diretrizes gerais das políticas urbana e ambiental no Brasil.

Já o caso do *Colony Park*, localizado no município de Tigres em Buenos Aires, na Argentina, este possui algumas peculiaridades que nos chamaram atenção e fizeram com que o utilizássemos como exemplo emblemático de resistência às intervenções no ambiente. Acerca deste caso, Astelarra (2016, p. 07) esclarece,

El ‘caso Colony Park’ denominado así por las organizaciones sociales y prensa local lleva impreso el nombre del megaemprendimiento de urbanización cerrada que iniciara la construcción de las obras en la Primera sección de Islas del Delta del Paraná, luego de desalojar a familias isleñas y destruir el ecosistema. El conflicto ‘Colony Park’ emerge en la escena pública en el año 2008, tras tres años de conflicto las organizaciones sociales y ambientales y las familias isleñas logran la paralización de las obras por los daños ambientales ocasionados y la alteración del modo de vida local. Este caso es emblemático dado que marca ‘un antes y un después’ en el debate en torno al impacto de los barrios cerrados en humedales y en el modo de vida deltáico; en el accionar gubernamental y la capacidad de los sujetos de defender el territorio.

O *Colony Park* é/seria um megaempreendimento localizado em um dos deltas do rio Paraná, numa área estuarina e pantaneira, com margens sazonalmente alagadas, portanto com grande diversidade natural e aspectos bem peculiares, os quais têm atraído a atenção dos empreendedores imobiliários.

Desde finales del siglo XX a la actualidad se produce una reinención y disputa por el delta. En las últimas décadas el Delta del Paraná viene siendo revalorizado y resinificado socialmente en tanto territorio para vivir; como valorización paisajística para el arraigo del capital inmobiliario-financiero y por su importancia ecosistémica al ser un humedal. (*Ibidem*, p. 09).

Desta maneira, o megaempreendimento se trata(ria) de uma ilha privada dotada de características dos empreendimentos citados anteriormente, como pode ser observado na Figura 42, voltada a um público de alto poder aquisitivo, formando mais um exclusivismo espacial. O que vem a corroborar nossas afirmações de que o movimento de apropriação da natureza para disseminação deste tipo de empreendimento se dá em escala global. Percebe-se que são utilizadas as mesmas estratégias argumentativas pelos atores privados, associados aos atores públicos, como os discursos voltados à sustentabilidade, à promoção de trabalho e renda, além

³³ À propósito destes temas, destacamos os trabalhos realizados pelo Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) da UFPE, denunciando as intervenções no ambiente que têm privatizado o acesso aos espaços e desconsiderado o direito ao ambiente, corroborando e intensificando as condições de vida degradantes da população menos abastada dos centros urbanos da RMR. Para acesso à publicações do grupo sugerimos acessar: <<http://www.revista.ufpe.br/revistamseu/index.php/revista>>.

de ressaltarem a oferta de uma alternativa às caóticas e estressantes cidades (Figura 43), através de projetos “*pensado primordialmente en el Sustento de la Diversidad Biológica y el Bienestar Humano. [Con] Un máster plan urbanístico que contemple en la planificación urbana al medio ambiente*” (COLONY PARK, 2016, grifo nosso). Isso, a fim de dinamizar economicamente os territórios, sem que haja considerações mais aprofundadas sobre as intervenções e seus reflexos no longo prazo quanto aos aspectos sociais e ambientais. Assim como o visto na praia do Paiva. A afirmação a seguir pode ratificar nossos comentários,

En el plano de los discursos, los actores públicos y los económicos privados promovieron la realización de UC [urbanización cerrada] sobre rellenos porque en tanto ‘desarrollos sustentables’ permitirían una ‘recuperación ambiental’ de esas áreas inundables. Instalaron la necesidad de realizar inversiones (públicas y privadas) como promoción del ‘bien común’, de la oferta de trabajo, del beneficio para el ‘conjunto’ de la población local. (Ríos y Pérez, 2008) Esto fue configurando un lenguaje de valoración que resignifica la sensibilidad ambiental a un maquillaje verde (Leff, 2010) que permitía otorgar un plus económico sin realizar acciones ambientalmente sustentables, sino más bien, rentables económicamente. El impacto ambiental es la destrucción de los ambientes costeros y ribereños y de su funcionalidad como zona de anegamiento y amortiguación en épocas de crecidas e inundaciones; produciendo una externalidad negativa sobre los barrios lindantes ya que sufren mayores inundaciones (Fernández y Herrero, 2008; Pintos y Narodowski, 2012) y, al igual que en las islas, aumenta la contaminación del agua porque las UC vierten los desechos cloacales y domiciliarios sin tratamiento al río Luján (ASTELARRA, 2016, p. 11-12, grifo nosso).

Figura 42 – Divulgação das características do Colony Park

Bienvenido a Colony Park, Isla Privada

Colony Park es el primer desarrollo de vivienda permanente en una verdadera isla del Delta Argentino. Un concepto inmobiliario único en la Argentina que le ofrece desurbanizar su vida en tan solo 5 minutos.

Nuestro Master Plan busca como principal objetivo mejorar la calidad de vida de sus habitantes combinando la vida urbana con la seguridad y tranquilidad de una isla privada, para ello le ofrecemos 900 lotes.



Ubicación

A sólo 1.000 m de los tradicionales barrios náuticos y por ende, de la Avenida del Libertador y toda la zona de influencia de San Isidro.

Frente al continente, a metros del Yacht Club Argentino, Marina del Norte, Bahía del Sol y Marina del Sol. Posee una costa de casi 3 km de extensión sobre el canal Vinculación.



Seguridad, siempre

Hoy la seguridad es un tema preocupante y Colony Park la considera de vital importancia.

Tendremos un sistema de seguridad donde interactuaran personal provisto por prefectura y agencias privadas con alta tecnología en equipamiento de prevención y control.

Al estar rodeados por ríos y canales de más de 30 metros de ancho el acceso será controlado por la Prefectura Naval Argentina, todos los lotes contarán con un sistema telefónico interno por medio del cual se podrá contactar en forma rápida con la guardia.

Un sistema completo de CCTV (circuito cerrado de televisión mediante domos) será monitoreado las 24hs en nuestra "central de seguridad".



Confort

Al estar garantizado no mas de dos vecinos por lote ofrecemos una privacidad única en barrios privados, Increíbles espejos de agua frente a todos los lotes combinado con el moderno proyecto de forestación ideado por el prestigioso estudio Thays garantizan las mejores vistas imaginables.

Contaremos con un hermoso Club House, un edificio moderno, de estética simple y funcional, con sectores para adultos, otro para adolescentes y el restante para niños.

Nuestros lagos serán de acceso libre para todos los propietarios que deseen realizar deportes náuticos (no motorizados) en forma tranquila y segura.

Colony Park contará con excelentes alternativas para el deporte y la recreación, tendremos canchas de tenis, de fútbol, de hockey, pileta de natación con solárium y escuela náutica.

También contaremos con un moderno Club House y una plaza de juegos diseñada según los estándares americanos.



Servicios

Una pequeña ciudad con grandes servicios.

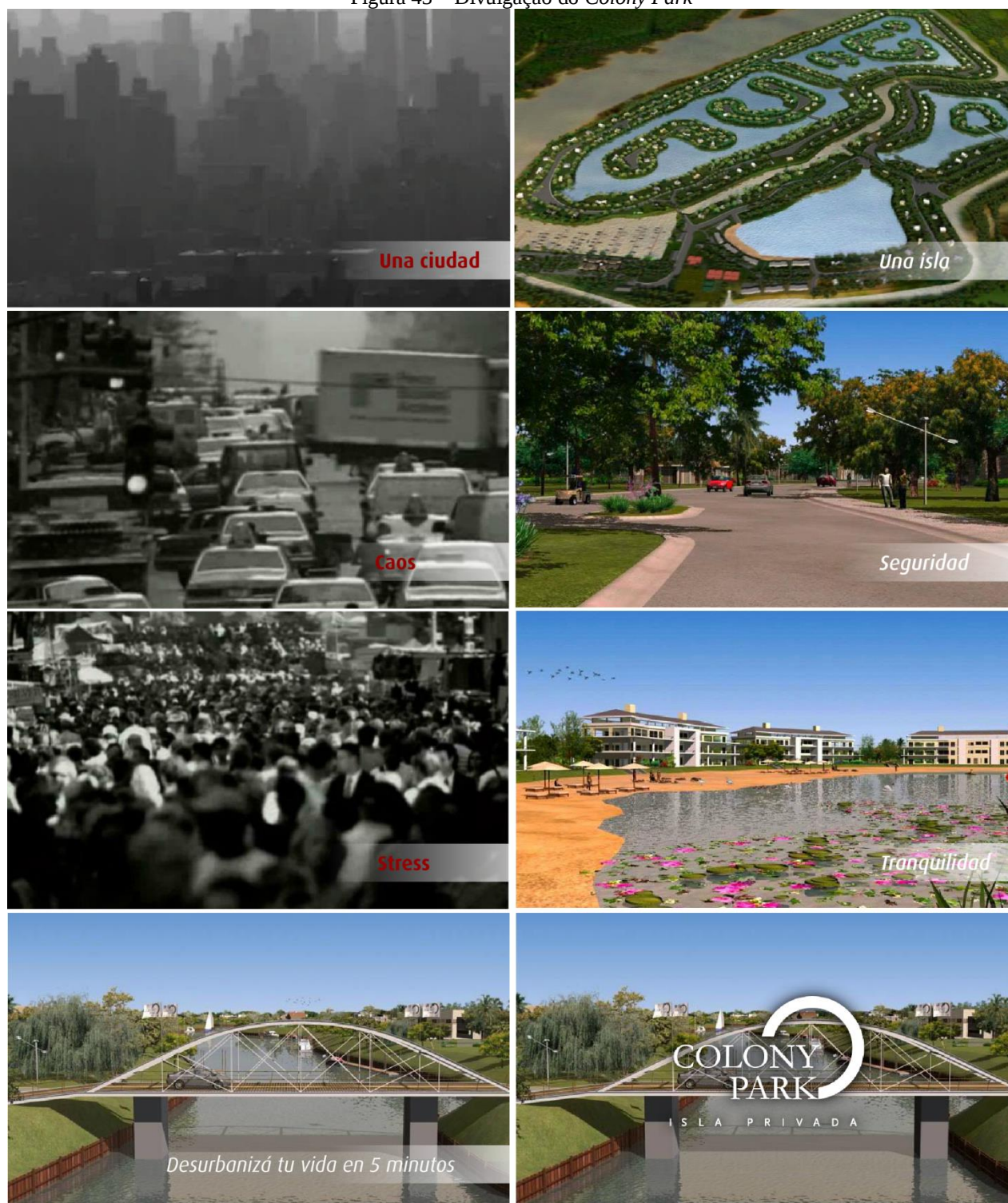
Colony Park está ubicada cerca de importantes centros educativos tales con San Isidro y Punta Chica, de todos modos con el avance de nuestro master plan está proyectado contar con establecimientos educativos de primer nivel dentro de nuestra Isla privada.

La zona de Marinas contará con una completa infraestructura para satisfacer todas sus necesidades diarias, tendremos un centro comercial con paseo de compras, locales, propuestas gastronómicas, supermercado, farmacia y todos los servicios que usted y su familia necesiten.

Colony Park contará con las mas modernas redes subterráneas de servicios tales como gas, agua, cloacas, telefonía e internet. Sin postes, sin cables, sin contaminación visual!!

Fonte: Colony Park (2016), com modificações.

Figura 43 – Divulgação do Colony Park



Fonte: Colony Park (2016), com modificações.

Salienta-se a contraditoriedade deste tipo de empreendimento pela negação que faz ao urbano, mencionando-o apenas através de seus fatores negativos, desconstruindo-o (como pode ser visto nas imagens à esquerda da figura acima, que culmina com o dizer “*desurbanizá tu vida en 5 minutos*”), como forma de oferecer algo “novo”, os condomínio privados, os bairros ditos

planejados, a ilha privada³⁴. Como afirma Lefebvre (2006), é uma urbanização que se expande e destrói para construir. Por isso a necessidade de conjugar o direito à cidade ao direito ao ambiente, como aqui proposto, como forma de arguir as táticas do empreendedorismo urbano, da apropriação privada da natureza, revelando seus contrassensos e promovendo o fortalecimento da construção de ambientes mais saudáveis.

Pode-se perceber mais claramente o quão perversa é a proposta deste megaempreendimento quando entendida a expulsão social e a gentrificação que promoveria, e, ainda mais, analisando a geografia física do local em que pretende(ria) se instalar (figura 44). Há enorme propensão de provocar um dano ambiental, já que se trata de uma zona de estuário (dos rios Paraná, Uruguai e Oceano Atlântico) que forma o Rio da Prata, utiliza-se o aluvião (acúmulo de sedimentos deixados pelo recuo do rio) que é depositado, o que dá à “ilha” aspecto de constante formação, pois sazonalmente o rio avança e retrocede formando faixas de areia em certos períodos e inundando algumas áreas em outros. Trata-se, portanto, de um ambiente de enorme diversidade ecossistêmica e grande sensibilidade aos impactos.

Figura 44 – Projeto Colony Park

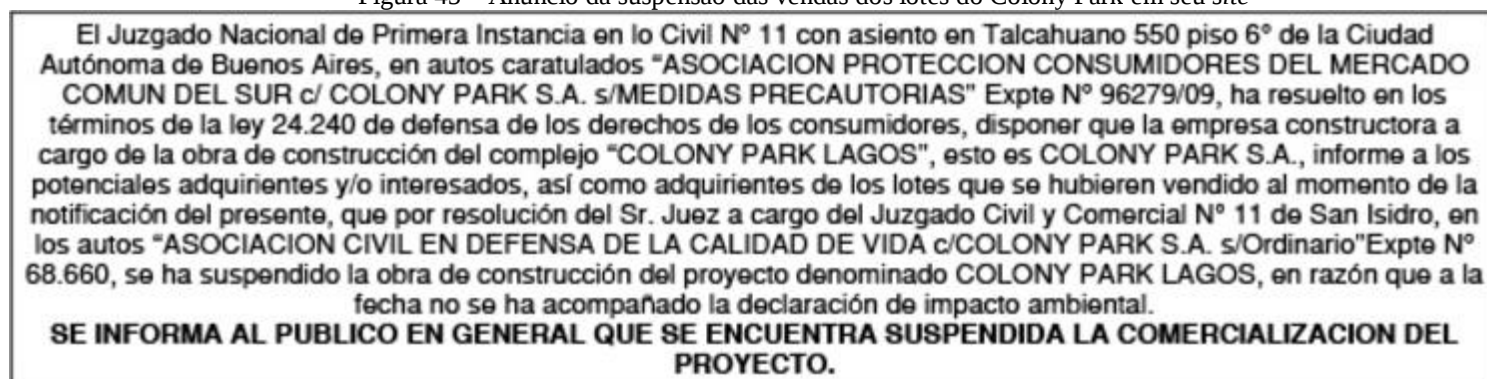


Fonte: Colony Park (2016).

³⁴ Sugere-se, para maior conhecimento da disseminação destes tipos de empreendimento na América Latina, consultar o livro de Luis Felipe Crabales Barajas (org.), de 2002, intitulado *Latinoamérica: países abiertos ciudades cerradas*, publicado pela Universidade de Guadalajara em parceria com a UNESCO. O livro foi o resultado de um Colóquio realizado no México que reuniu diversos pesquisadores de sete países latino-americanos, México, Brasil, Argentina, Chile, Equador, Peru e Venezuela.

No entanto, pela pressão e articulação dos movimentos sociais e organizações ambientais, dos moradores locais em defesa do seu território, o movimento de resistência ganhou força, também pela truculência dos construtores, que chegaram a destruir as casas de muitos moradores e promoveram a desapropriação de tantos outros junto ao município de Tigres. Destarte, formou-se um processo judicial denunciando tais irregularidades, apontando os impactos trazidos pelo megaempreendimento tanto aos moradores daquele território quanto ao ambiente deltaico, além de ter sido apresentado um insuficiente estudo de impacto ambiental. O que resultou na reprovação do estudo de impacto ambiental “*por impedir el desarrollo del modo de vida deltáico*” (ASTELARRA, 2016), com a ordem de embargo de sua construção (figura 45), a exigência de pagamento aos danos ambientais causados, além de um plano de recuperação.

Figura 45 – Anúncio da suspensão das vendas dos lotes do Colony Park em seu site



Fonte: Colony Park (2016), com modificações.

Ademais, “durante 2012, el biólogo Fabio Kalesnik presenta un ‘Informe de impacto ambiental’ generado por el megaemprendimiento, demuestra científicamente la destrucción del hábitat de distintas especies, alteración del funcionamiento ecosistémico y del modo de vida isleño.” Constitui-se, assim, um caso que demonstra a força dos movimentos sociais e ambientais juntamente com os moradores locais em favor de sua territorialidade. Este é um triunfo que nos traz tacitamente uma (re)apropriação social da natureza pela qual o território, o lugar, demonstra protagonismo para ser um espaço de luta. Lutar pela sensibilização social em defesa do ambiente é também resgatar uma relação mais ética e humana entre a natureza “natural” e o homem “natural”, um resgate de nossa humanidade perdida nos conflitos materiais que nos arraigamos.

5.5 Governança Ambiental: Realidade ou Falácia?

O emprego da palavra governança começou a ganhar força no fim do século XIX, para representar oposição às limitações do conceito de governo, que separa Estado, Sociedade e Mercado. Porém, é no século XX que o termo passa a ser amplamente utilizado, sob diferentes significações. O termo foi gestado na esfera da gestão das corporações e organizações marcando uma ideia de transição na condução das organizações, “No jargão empresarial, a passagem da ideia de gestão para a de governança significa passar do atendimento aos *shareholders* (acionistas) ao envolvimento dos *stakeholders* (conjunto de atores interessados)” (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 158).

O *World Bank* (Banco Mundial) (1992) foi responsável em universalizar o conceito geral de governança, trazendo nele aspectos de gerenciamento dos recursos não só econômicos, mas também sociais e ambientais, através de processos que implicam na capacidade dos governos de projetar, formular e implementar políticas. É nesse sentido que Diniz (1995, p. 400) comenta, “[...] inclui-se como objeto de análise questões como o formato institucional do processo decisório, a articulação público-privada na formulação das políticas ou ainda a abertura maior ou menor para a participação dos setores interessados ou de distintas esferas de poder” (PONTES, 2014). Assim, para que haja governança, conciliando os diversos interesses de uma sociedade ou grupo, deve existir condições políticas de participação nas instâncias de decisões, a fim de que não prevaleçam os interesses de uns em detrimento dos de outros de forma injusta e não pactuada (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

A governança, logo, incorpora alguns atributos além dos fundamentos para a boa governança³⁵, como o interesse público, a justiça ambiental e o direito das futuras gerações, associando-se a uma perspectiva de governança ambiental. Emerge com a crescente preocupação global com o meio ambiente, devido aos reflexos da exploração descomedida promovida pelas ondas desenvolvimentistas, comprometendo os recursos naturais e conjecturando a redução da qualidade de vida da sociedade no longo prazo. Nesse sentido, Bursztyn (2012, p. 153) comenta,

³⁵ No entanto, precavendo-nos de mera visão pueril adverte Merrien (1998), longe de ser um termo apenas técnico, a governança é um conceito ideológico originário da ciência administrativa anglo-saxônica, notadamente norte-americana, contemporânea ao desenvolvimento do neoliberalismo. Ela significa a capacidade do Estado – à extensão do mercado – de realizar uma “boa gestão”.

A proteção da natureza, a preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida da sociedade, de um modo geral, são traços marcantes ao final do século XX. No contexto ambiental, se destacam temas como a gestão dos recursos naturais (fontes de matéria-prima), o clima e a energia. Vale lembrar que é justamente a crise energética da década de 1970 – o primeiro choque do petróleo – que deflagra esse processo de reversão³⁶.

Desta forma, o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP) aborda a inevitabilidade de assumir nas mais diversas instâncias uma governança ambiental.

Governing our planet's rich and diverse natural resources is an increasingly complex challenge. In our globalised world of interconnected nations, economies and people, managing environmental threats, particularly those that cross political borders such as air pollution and biodiversity loss, will require new global, regional, national and local responses involving a wide range of stakeholders (UNEP, 2009, p. 02).

E ainda, estabelece que,

Environmental Governance comprises the rules, practices, policies and institutions that shape how humans Interact with the environment. Good environmental governance takes into account the role of all actors that impact the environment. From governments to NGOs, the private sector and civil society, cooperation is critical to achieving effective governance that can help us move towards a more sustainable future (*Idem*).

Assim sendo, a governança ambiental trazida para o ambiente urbano é aqui entendida na mesma perspectiva de Santos Júnior (2001), ou seja, como uma forma de interação entre o governo local e a sociedade, por meio de arranjos institucionais que regulam o governo, os atores sociais e os atores privados dentro do sistema político, respeitando os aspectos naturais do ambiente e enfatizando as necessárias responsabilidades de todos os atores envolvidos na conservação e preservação do ambiente. Para isso, deve-se utilizar mecanismos para garantir maior participação social e ter maior atenção às demandas do povo, dando-lhe poder de intervenção no jogo de interesses, respeitando assim, os anseios de uma sociedade plural. Desta forma, há possibilidade de uma participação concreta dos diversos grupos sociais e a consideração dos interesses da coletividade, formando uma rede de colaboração para a governabilidade, de maneira equitativa. Enfim, [...] o conceito de governança está centrado na relação de cooperação e conflito entre diversas categorias de atores, incorporando na análise, além do próprio mercado, as redes sociais e as associações (formais ou informais) (SANTOS Jr., 2001, p. 60).

³⁶ Trata-se da reversão da preocupação com os recursos necessários à produção (terra, trabalho e capital na visão dos economistas). Desde a revolução industrial o capital é protegido por mecanismos e regras bem estabelecidas, o trabalho veio a ter regulamentações para assegurar direitos aos trabalhadores no final do século XIX, entendidos até então como fundamentais para a produção. A terra passou a ser “protegida” como dito, no final do século XX.

Relacionar o desenvolvimento à governança passa, portanto, a ser tarefa imperativa para legitimar uma gestão efetivamente democrática. Práticas, portanto, que ratifiquem os preceitos da governança devem ser cada vez mais estimuladas, em conformidade, inclusive, com as diretrizes dadas pelo Estatuto das Cidades (lei 10.257/2001). A governança ambiental abarca, destarte, aspectos de organização do espaço com atenção aos Planos Diretores, às Leis de Uso e Ocupação do Solo e ao Estatuto da Cidade, respeitando os direitos à justiça social e à qualidade de vida, de forma a avaliar politicamente tais direitos.

No lugar de apenas desenvolvimento, no sentido estritamente econômico ou mesmo com atributos sociais, agora o mote é desenvolvimento sustentável. No lugar de apenas governos, como responsáveis pelas decisões políticas, agora a ordem é governança, em que o poder público partilha espaços de poder com instâncias da sociedade civil (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 41).

Deste modo, destacam-se algumas das diretrizes gerais da Política Urbana no Brasil, preceituadas pelo Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001), art. 2º incisos I, II, III e IV,

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente (BRASIL, 2001).

Como também, alguns dos objetivos (art. 2º, incisos I, II, III e IV, VIII, XI e XII) e diretrizes (art. 3º, incisos I, II e III) da Política Urbana a nível municipal, dadas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Cabo de Santo Agostinho,

Art. 2º São objetivos da política urbana e ambiental do Cabo de Santo Agostinho:

I – o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade do Cabo de Santo Agostinho, entendida na sua real dimensão metropolitana;

II – o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida da sua população total, integrada pela população residente, trabalhadores, usuários e visitantes;

III – o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do território do Município;

IV – a inclusão social e a redução da pobreza através de políticas públicas, municipais e metropolitanas, de desenvolvimento sustentável;

VIII – a definição da configuração urbanística da cidade, orientando a produção, ocupação e uso do espaço urbano, tendo como parâmetro a função social da cidade;

XI – a efetiva participação dos diversos agentes públicos e privados nos processos de planejamento e gestão do desenvolvimento urbano e ambiental e de implantação da política urbana e ambiental;

XII – ampliação e valorização de espaços públicos de uso coletivo.

Art.3º São diretrizes da política urbana e ambiental do Cabo de Santo Agostinho:

I – a ordenação do território para o conjunto da comunidade, sem exclusão ou discriminação de quaisquer segmentos ou classes sociais, e sua valorização como espaço coletivo do contexto metropolitano;

II – o pleno aproveitamento do potencial urbanístico-ambiental da cidade, assegurando o uso coletivo dos seus espaços, recursos e amenidades, como bens coletivos acessíveis a todos os cidadãos;

III – a promoção do desenvolvimento urbano e ambiental, como responsabilidade do Estado e da Sociedade, com o Governo Municipal exercendo o papel de articulador do processo de desenvolvimento e da redistribuição não regressiva dos seus custos e benefícios (CABO DE SANTO AGOSTINHO, 2006);

Todos estes indicativos servem para balizar e nortear a atuação do poder público no ambiente, seja direta ou indiretamente, de maneira a regular e intermediar os diversos interesses dos atores sociais. Tais instrumentos circunscrevem, assim, uma política urbana bem construída (bastante custosa aos movimento sociais organizados para que fosse aprovada com este teor, se constituindo como uma grande conquista), no entanto, mal executada e debilmente cumprida. Pois, há manifesto conflito entre a teoria (letras da lei) e a prática (ações para cumpri-las).

Em que se pese os aspectos positivos destas legislações, infelizmente ainda não refletem, a contento, nas dinâmicas urbanas que buscam disciplinar. Pois, ainda que construídas para que fossem postas como protagonistas na normalização das ações no ambiente, estas são utilizadas em favor de intervenções que terminam por instrumentalizá-las para um uso do ambiente como mercadoria. Como o que tem sido observado. Apesar de diversos instrumentos terem sido criados para facilitar e estimular o uso das Políticas Urbanas e Ambientais de modo adequado, como por exemplo a elaboração de manual para construção de Planos Diretores Participativos, pelo Ministério das Cidades, em que se estabelecem três fases para efetivar-se: a cidade que temos, a cidade que queremos e a cidade de todos.

Portanto, há um esforço para consolidar os instrumentos de ordenamento do ambiente, que se constituirão como fundamentais para uma governança ambiental. No entanto, suas utilizações, segundo o que preceituam, ainda podem ser consideradas utópicas devido à lógica que impera sobre o ambiente, que tem sido transformado num ativo para atração de investimentos e o governo – utilizando-se de uma retórica governança ambiental e transformado em uma espécie de gestor de uma empresa – é o aglutinador de forças para fomentar a inserção do capital que termina por se superpor e viciar os propósitos das legislações. O que tem transformado os territórios, as cidades, os ambientes, constituindo-os como meros produtos que responderão estritamente aos interesses dos investidores. Assim, resta claro que ainda que possuamos leis bem elaboradas e que condigam com muitas das reivindicações dos movimentos sociais, para que sejam postas em prática não se pode negligenciar as relações de poder que

subrepticiamente permeiam a dinâmica dos processos sociais, os quais têm resultado na prevalência de interesses diferentes daqueles preceituados nas referidas leis. Este imbróglio serve para demonstrar também o quão árdua é a materialização de uma governança ambiental.

Porquanto, as ações realizadas no sentido da reprodução do espaço urbano contradizem as aludidas normas. A praia do Paiva é um exemplo desta incongruência uma vez que inserida numa dinâmica neoliberal em que prevalecem os interesses do setor imobiliário, em grande medida. Portanto, estes atores são quem fazem as vezes do Estado na organização do território, resultando numa crescente “privação” do espaço, como é o caso aqui estudado, desconstruindo muitas das diretivas trazidas pelas leis.

Nesse sentido, trazemos uma das deturpações, destacando a revogação da LUOS do Cabo de Santo Agostinho, de 2004, pelo Plano Diretor, em 2006, o qual flexibilizou muitas das restrições estabelecidas por aquela e propiciou a inserção do MRP na praia aludida. Em uma área que, à época da LUOS ou seja dois anos antes, previa ocupação de baixa densidade construtiva de modo a conservar suas características ambientais, uma taxa mínima de solo natural de 80% da área e taxa de ocupação máxima de 10%. Deixando claro a intencionalidade de um outro uso àquele espaço.

Pode-se, inclusive, citar exemplos de flexibilização e instrumentalização das legislações locais para favorecer a inserção de investimentos que desconsideram o ambiente e descaracterizam qualquer tentativa de uma governança ambiental. Como foi o caso da articulação entre o governo local e atores privados para a venda do Engenho São João, propriedade estatal na Ilha de Itamaracá – PE³⁷, e mais recentemente o caso da Cidade da Copa, no município de São Lourenço da Mata – PE³⁸.

É neste contexto que o Estado tem agido para atrair investimentos e dinamizar a economia, o que compromete a atenção aos aspectos socioambientais consoantes à pretensa governança ambiental. E ainda, devido à competitividade entre as cidades, justamente para induzir os investimentos, é comum abrir mão ou reduzir impostos e tributos, oferecer benefícios fiscais para seduzir investidores. Para o que, destaca Acseirad (2009, p. 28), contraditoriamente essas

³⁷ A respeito deste caso, consultar Braga (2000).

³⁸ A respeito deste caso, consultar o trabalho de Mello (2014), disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13272>.

[...] disputas entre cidades pela via da guerra fiscal, esse urbanismo de resultados tem, ao contrário, contribuído para reduzir as receitas públicas e os recursos disponíveis às políticas sociais, aumentando, consequentemente, a desigualdade, a exclusão das populações pobres e a degradação dos recursos ambientais, favorecendo, enfim, a multiplicação desses mesmos conflitos que se pretende evitar.

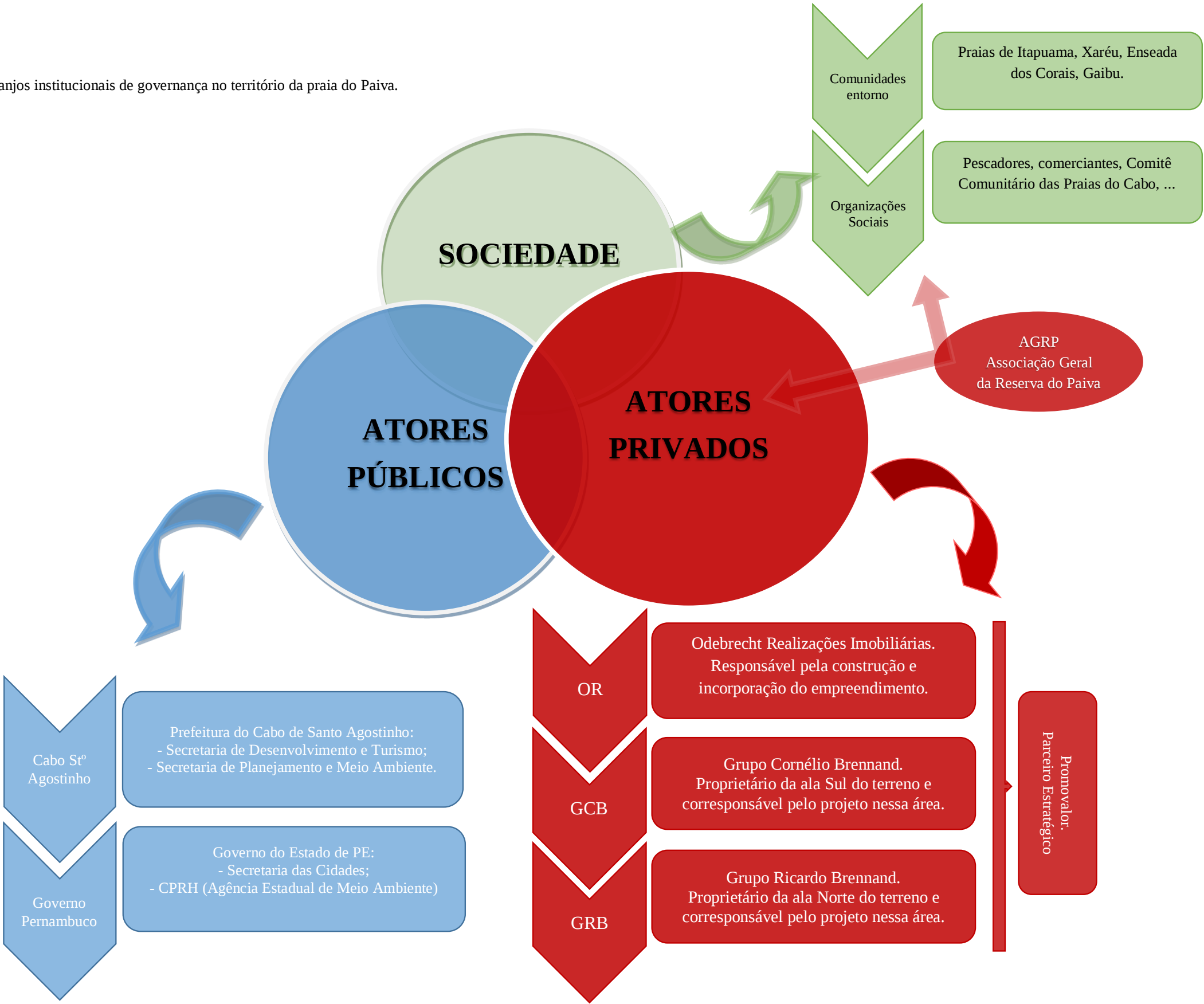
Vale ainda avultar as sucessivas alterações no Plano Diretor do Cabo de Santo Agostinho para atender estritamente aos interesses dos desenvolvedores do MRP (como explicitado nas pp. 46-50). Revela-se, portanto, as fragilidades dos instrumentos que se propõem em favor de todos, de uma pretensa governança ambiental para conformar espaços saudáveis, justos e sustentáveis, mas que não se concretizam por inserirem-se num ambiente em que a tônica é a sobreposição dos interesses econômicos aos demais.

Eis que as lutas por justiça ambiental nas cidades urbanas afiguram-se opostas às dinâmicas da competição interurbana, promovidas pelos atores da globalização neoliberal, inclusive pelo recurso à noção de meio ambiente favorável aos negócios [...] Essa competição interurbana, que se quer fazer sustentável pela maior mobilidade espacial atribuída aos capitais, torna mais fracos os atores sociais dotados de menor mobilidade, ou seja, os trabalhadores organizados e os governos locais. Daí a possibilidade de a multinacional decidir sobre a mudança, ou atribuir a si, por exemplo, o poder de pressionar pela mudança do traçado de uma área de proteção de manancial. Assim, em nome da obtenção de possíveis ganhos, em nome da competição, são justificadas medidas que concorrem para aumentar a segregação socioespacial, a desigualdade ambiental e o enfraquecimento político das populações residentes nas áreas empobrecidas (ACSELRAD, 2009, p. 33).

Percebe-se que no ambiente da praia do Paiva a proposta de uma pretensa “governança ambiental” se deu após a concretização da construção do MRP. Ou seja, não houve discussão com a sociedade sobre o projeto antes de ser aprovado, não houve consulta à população sobre tal intervenção, que por isto é divulgada como benéfica, destacando-se os aspectos positivos e omitindo os negativos. Deste modo, apontamos esquematicamente os arranjos institucionais de governança identificados na praia do Paiva, conforme a Figura 46. Destarte, seguiu-se o que é exigido para atender à legalidade, como pode ser observado no Quadro 4, fazendo deste processo um jogo³⁹ de quimeras quanto à participação, à democracia e à governança.

³⁹ Aludimos a palavra “jogo”, pois consideramos que a forma com que se constitui a “participação popular” nas instâncias de decisões, na verdade, se mostra como apenas uma eufemização, uma didática que tem servido para apaziguar os conflitos de interesses, já que se faz valer, na maior parte dos casos, os interesses dos atores hegemônicos. Quanto a isto, sugere-se a leitura de Leal, Suely. “Fetichismo” da Participação Popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife – Brasil. Recife: Ed. CEPE, 2004.

Figura 46 – Arranjos institucionais de governança no território da praia do Paiva.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: A cor forte e o tamanho dos Atores Privados e sua sobreposição aos demais demonstram o poder prevaiente que exerce, seguido pelos Atores Públicos e a menor preponderância da Sociedade no arranjo de governança presente na praia do Paiva.

Quadro 4 – Divulgação da disponibilização para consulta pública do Relatório de Impacto Ambiental do Megaempreendimento Reserva do Paiva, em 2006

EMPREENHIMENTO: Projeto Modificativo Loteamento Praia do Paiva PROCESSO Nº 0807/05.
Publicação: Diário Oficial do Estado (DOE) de Pernambuco e Jornal do Commercio Em 14.01.2006.
GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - CPRH CNPJ. Nº 06.052.204/0001-52 EDITAL DE DIVULGAÇÃO A AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - CPRH, torna público que se encontra disponível para consulta em sua Biblioteca, sito à Rua Santana, nº 367, Casa Forte, Recife, neste Estado, e na sede da Prefeitura do Município do Cabo de Santo Agostinho - PE, o Relatório de Impacto Ambiental-RIMA do empreendimento “PROJETO MODIFICATIVO DO LOTEAMENTO PRAIA DO PAIVA”, pretendido pela Construtora Norberto Odebrecht S.A, para implantação em terras do Município supracitado, ficando a partir desta data estabelecido o prazo de 45 dias para o recebimento de comentários relativos ao RIMA e das solicitações de Audiência Pública. Recife, 14 de janeiro de 2006. TITO LÍVIO DE BARROS E SOUZA Diretor Presidente

Fonte: Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) (2006).

Quanto aos arranjos institucionais na praia do Paiva, percebe-se que há a prevalência dos interesses dos atores privados, porque dotados da moeda de troca capital – se tentou retratar na figura por seu tamanho e opacidade, os atores privados se sobrepõe aos demais – enquanto os atores públicos mostram-se subservientes, respondem às demandas dos atores privados e permitem suas ações sem maiores resistências. À sociedade, resta a articulação para agir defendendo seus interesses, reivindicando aos atores públicos e privados a absorção de suas demandas e interesses – se tentou retratar pela sua maior transparência e por se localizar parcialmente encoberta pelos demais atores na figura. Em menor força, à sociedade relega-se a oferta de trabalho e renda (constituintes da retórica do desenvolvimento) e uma pretensa participação, apenas para dar aparências de uma relação equilibrada entre os interesses (o que constitui a retórica da governança ambiental).

As falas dos atores – ainda que alguns tergiversem em alguns momentos – podem auxiliar na compreensão das disparidades entre o poder que exercem neste arranjo e corroborar o que afirmamos. Quando indagados sobre os benefícios trazidos pelo MRP ao município e às comunidades, e, sobre a relação do empreendimento com o governo municipal e os moradores dos bairros do entorno, o representante da AGRP afirma,

A Reserva do Paiva tem atuado junto com o município do Cabo para trazer o que a sociedade mais anseia: oportunidade de trabalho, capacitação, renda. Nosso esforço tem se dado em oferecer condições para o crescimento das pessoas e garantir a preservação do meio ambiente, além de dar visibilidade e trazer investimentos para o Cabo. Precisamos garantir os negócios dos investidores, levar confiança para que invistam e compatibilizar com o que o município e a sociedade espera de nós, inovações para a sustentabilidade com responsabilidade social, ou seja, buscamos oportunidades para todos. Queremos construir um território criativo e sustentável, que se desenvolva através de suas potencialidades, autônomo. Atuamos conjuntamente, numa relação de auxílio mútuo (março/2016).

Também reforçando o discurso do des-envolvimento, o representante do município do Cabo de Santo Agostinho, ligado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, afirma que

Este empreendimento é um patrimônio da sociedade cabense, porque dá visibilidade ao município, melhora o turismo, e ainda garante que o meio ambiente será conservado e não degradado, é sustentável. Traz também muitas oportunidades de emprego, capacitação e melhoria das condições de vida para as comunidades. A sociedade tem participado nas atividades da Reserva do Paiva, eles vêm desenvolvendo parcerias junto à administração, oferecendo diversos serviços aos seus moradores e auxiliando na recepção deste novo público (abril/2016).

Da mesma maneira, um representante do município ligado à Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente garante,

Os principais beneficiados pela construção do empreendimento são os moradores das comunidades vizinhas, aliás toda a sociedade ganha com isso, porque além de trazer investimentos também temos um modelo sustentável, que deve ser copiado. A nossa preocupação com o meio ambiente e com as pessoas é uma das características mais fortes, e também dá pra perceber a sensibilidade deles com relação à sustentabilidade. O município tem intermediado a relação entre os bairros vizinhos e o novo bairro, garantimos segurança e toda a estrutura para que desse certo, estamos ajudando na integração. A Reserva do Paiva já é um sucesso (abril/2016).

Enquanto que a sociedade – representada pelas falas de um(a) pescador(a) e um(a) comerciante, residentes em Gaibu e Itapuama, respectivamente – percebe este tipo de empreendimento como uma oportunidade relativa, já que ao longo do tempo é que se poderá avaliar e ter ideia dos impactos positivos e negativos deixados,

[Pescador(a), 57 anos:] A gente vê sempre com esperança essas construções, porque dizem que vai ser melhor pra todos, que vai ter mais trabalho. Mas a gente vê essa destruição toda pra construir e fica um pouco triste, porque se não der certo não tem como voltar. Só dá pra saber se foi bom ou ruim depois de um tempo. Até agora tem coisas boas e ruins, a gente tá podendo fazer umas coisas novas, fazendo arte (*se referindo às atividades propostas pelo MRP*), mas também porque a gente não consegue viver mais só da pesca. As coisas mudaram, a rotina tá mais pesada porque estamos sempre preocupados. Não temos muita opção, ou fazemos isso e tentamos sobreviver, ou morremos de fome. A conversa que a gente tem com eles (*município do Cabo*) é nenhuma, inclusive a gente até queria que eles nos escutassem, temos muita coisa pra procurar saber, como sobre o esgoto e o lixo que disseram que iam

resolver e até agora estamos esperando, nem sabemos se vão fazer alguma coisa. Com o pessoal do empreendimento, eles fazem umas dinâmicas, dizem que vão ajudar no que precisamos, com eles é mais fácil falar e acho que é mais fácil eles nos ajudarem do que o governo (maio/2016, grifos nossos).

[Comerciante da praia de Itapuama, 63 anos:] Tá tudo muito novo pra gente, ainda estamos com mais expectativas do que com coisas boas mesmo. O movimento caiu um pouco, pra trazer mercadoria de Recife ou a gente paga (*o pedágio*) ou fazemos um arrodeio muito grande, mas a gente tá vendo como pode fazer pra melhorar, o Comitê (*Comunitário das praias do Cabo*) vai tentar negociar. A gente só quer é ter oportunidade de tocar nosso negócio e ter como colocar comida em casa, ninguém aqui quer ser rico, a riqueza da gente é ter essa praia, trabalhar aqui já é um presente, é a nossa riqueza. A participação que a gente tem é nas reuniões do Comitê com a AGRP, pra falar sobre as demandas e como estão as nossas atividades, eles (*a AGRP*) dizem que vão levar nossos pedidos à prefeitura, mas até agora não se sabe se a gente vai ser atendido, na verdade, não sabe nem se estamos sendo escutados de verdade (maio/2016, grifo nosso).

Por conseguinte, com a criação da Zona Especial de Turismo Lazer e Moradia Reserva do Paiva (ZETLM) – com 526,76ha, abrangendo toda extensão do Projeto Modificativo do Loteamento Praia do Paiva, constante do art. 1º da lei municipal 2.387/2007 – e a consequente instalação do MRP, a gestão e o uso das áreas institucionais, das áreas verdes, da orla da praia e as regras de trânsito e transporte, conforme versa a lei 2.602/2010, além do gerenciamento dos resíduos sólidos, segundo a lei 2.603/2010, passam a ser, sobretudo, de responsabilidade do empreendimento. Logo, o controle urbano e ambiental na praia do Paiva, a qual foi subsumida pelo empreendimento, têm sido conduzidos pela Associação Geral da Reserva do Paiva (AGRP), responsável pela gestão do empreendimento e articulação deste com o poder público e as comunidades do entorno.

Enquanto pouco se pode considerar sobre a governança ambiental antes da concepção e instalação do MRP na praia do Paiva, como mostrado, após a consolidação do empreendimento pode-se considerar que há um “esforço” de governança. No entanto, de uma governança que busca, sobremaneira, atenuar impactos que venham a comprometer a “sustentabilidade” do negócio, já que a Reserva do Paiva tem previsão aproximada para concluir todas as etapas de instalação dos empreendimentos pretendidos em 30 anos. Desta forma, percebe-se que as articulações realizadas entre a AGRP, as comunidades presentes nos bairros do entorno – Itapuama, Xaréu, Enseadas dos Corais e Gaibu – e a prefeitura do Cabo de Santo Agostinho, tem se dado para preservar a imagem do empreendimento e dos serviços oferecidos, a fim de gerar valorização e não comprometer o negócio, tendo em vista a escala temporal para a sua conclusão. Pode-se inferir isso pela própria descrição do que é a AGRP, em seu site⁴⁰,

⁴⁰ Disponível em: <<http://www.agrp.com.br/agrp/institucional>> Acesso em: 20 mai. 2016.

A Associação Geral da Reserva do Paiva representa moradores, comunidades locais e visitantes. *O interesse é um só: preservar a qualidade urbana do lugar com seus serviços essenciais.* E a associação faz isso atuando como interlocutor desses grupos com o poder público. Sem fins lucrativos e um modelo de gestão inovador, a associação desenvolve diversos programas e ações. Principais Ações e Programas: Gestão e manutenção da orla e áreas públicas - Gestão viária dos acessos públicos - Coleta seletiva - Monitoramento do uso e ocupação do solo - Segurança 24 horas - Interlocução com concessionárias de serviços e poder público - Gestão socioambiental (AGRP, 2008, grifo nosso).

Pode-se constatar, também, o que se vem afirmando quanto à parcialidade de atuação da Associação – não obstante arrogar-se representante inclusive das comunidades locais – observando o que é necessário para fazer parte dela, “Podem ser associados à AGRP todos os condomínios, residências, estabelecimentos comerciais e unidades empresariais localizadas na Reserva do Paiva, mediante pagamento de taxa mensal que varia conforme o tipo de empreendimento” (AGRP, 2008). Ou seja, não há possibilidade de participação efetiva, quanto às deliberações na praia do Paiva, pelos moradores das comunidades do entorno ou por aqueles que ainda residem na área da praia do Paiva mas não fazem parte da Reserva do Paiva. A estes resta buscar a interlocução junto à prefeitura do município para defesa de suas demandas.

De antemão, faz-se necessário ressaltar a forte presença do *marketing* na promoção das ações relacionadas à responsabilidade social e à governança ambiental do MRP. Perspicazmente, difunde-se de forma sutil e velada a força simbólica das atividades, dando ênfase aos impactos positivos da instalação do MRP, para que sejam suprimidas quaisquer críticas e não se visibilizem os diversos impactos negativos advindos do megaempreendimento ao ambiente, como o que temos tentado clarificar até aqui.

Ademais, destacamos as atividades desenvolvidas no que concerne à governança ambiental e responsabilidade social pela AGRP, a qual opera de forma conjunta com empresas de consultoria especializadas neste tipo de ações. A principal parceira, no que tange às questões técnicas, para atuação neste sentido tem sido o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano (IADH), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que construiu conjuntamente com a AGRP as diretrizes para ação no território, por meio da formulação de um Programa de Desenvolvimento Local da Reserva do Paiva e consequentemente um Plano de Ação para o Desenvolvimento Local da Reserva do Paiva (PADL).

Tal plano prevê diversas ações, as quais iniciaram em 2012 e têm duração de 5 anos, e arregimenta a participação de líderes comunitários, comerciantes, pescadores – que terminaram por formar o Comitê Comunitário das Praias do Cabo para facilitar a articulação com o poder público e a Reserva do Paiva – a fim de fortalecer as atividades junto às comunidades gerando um ambiente colaborativo, de estímulo ao desenvolvimento local, mas sobretudo, para reforçar a imagem do MRP, de sua “responsabilidade social” e “governança”. Tenta-se criar uma atmosfera de parceria entre os bairros do entorno e o MRP, tão só para evitar possíveis conflitos de interesses, minimizar as chances de incidência da violência, roubos, furtos, o que podem vir a afetar a imagem e a continuidade do empreendimento.

Dentre os projetos desenvolvidos vale destacar, o Costurando Vidas (desenvolvido pela Rede Sustentável Consultoria Ltda. em parceria com o Sebrae, capacita os moradores para o corte e a costura reaproveitando fardamentos); Papéis da Vida (também desenvolvido através de parceria com a Rede Sustentável Consultoria Ltda. e Sebrae, capacitam e estimulam os artesãos locais para utilizarem os resíduos gerados nas construções, para confecção de produtos artesanais, tal projeto inclusive obteve reconhecimento nacional e local ganhando prêmios de responsabilidade e desenvolvimento socioambiental); Mudanças da Sustentabilidade (criação de viveiro de mudas em parceria com a empresa Atmosphaera Ltda., para utilizar nos empreendimentos da Reserva do Paiva, assim como para vender aos moradores e visitantes); Quintais Produtivos (capacitação para manejo da terra através da técnica da permacultura); Amigo da Praia (promoção da educação ambiental para uso adequado e preservação da praia); construção de Centro de Capacitação Profissional do SENAC, em Itapuama, para oferta de cursos profissionalizantes; elaboração da Iconografia do Cabo de Santo Agostinho, através do Sebrae, prefeitura do município e a Odebrecht Realizações Imobiliárias, para promoção do turismo por meio da valorização da história e cultura local; além da construção da Agenda 21 Local da Reserva do Paiva (Figura 47), a qual sintetiza as ações que integram o Programa de Desenvolvimento Local da Reserva do Paiva e o PADL.

Figura 47 – Agenda 21 da Reserva do Paiva e comunidades vizinhas



Fonte: Material etnográfico do autor, cedido pela AGRP.

A força simbólica destas ações pode ser percebida pelas falas dos entrevistados, “Nós nunca teríamos a possibilidade de fazer isso sozinhos e muito menos com a prefeitura, essa tal Agenda (21) é muito boa pra gente, pra o Paiva” (comerciante, 42 anos, morador(a) de Enseada dos Corais) (grifo nosso), como também, “com esse documento a gente sabe o que precisa fazer, apesar da gente já ter ideia há muito tempo do que era preciso, eles têm é que olhar mais pra gente aqui, falta muita coisa, mas isso (*a Agenda 21*) eu acho que vai ajudar” (comerciante, 28 anos, morador(a) de Itapuama).

Mas também há aqueles que veem com certa desconfiança este tipo de iniciativa, “A gente vê tudo muito bonito no papel, dizendo que vai fazer isso e aquilo, mas no final das contas permanecem os problemas, porque tem que ter envolvimento de todo mundo se não, não funciona, o povo aqui não é consciente, é iludido, já estou ‘calejado’” (frequentador(a), 59 anos, morador(a) de Suape), e ainda,

Não sabia que tinham feito a Agenda 21 aqui (*demonstrando saber do que se tratava*), mas eu conheço um pouco essa localidade e sei que tem muita coisa a ser feita, esgoto a céu aberto, falta água, eu acho muito difícil esse empreendimento ajudar a resolver esses problemas e a prefeitura nem se fala, porque há muitos anos que sabem do problema e não resolvem, isso é só pra se promoverem porque passam a imagem de que estão fazendo algo para as comunidades, mas tiraram foi o meio de vida de muitos

e trouxeram um monte de problemas.” (frequentador(a), 35 anos, morador(a) de Candeias) (grifo nosso).

As atividades relativas à “governança ambiental”, promovidas pelo MRP na praia do Paiva, deste modo, assumem-se insuficientes, porque detêm uma parcialidade na interação entre os atores comprometendo o poder de participação e decisão, pois prevalecem os interesses do empreendimento. O MRP, então, através da AGRP e seus parceiros, simula um intermedeio entre interesses, sem assumir, no entanto, que tais ações buscam, sobremaneira, a consolidação e o crescimento do empreendimento. Assim, diante do que é apregoadado enquanto teoria para constituição de uma governança ambiental, as ações nesse sentido têm se dado à margem de seus preceitos, por negligenciar em grande medida a participação efetiva dos diversos atores e a representação de seus interesses nas instâncias de decisão. Por isso, constitui-se como uma retórica que quer persuadir para se legitimar enquanto tal, assim como afirma Barbosa (2014, p. 216),

[...] a governança urbana e ambiental da Reserva do Paiva, de um lado, implica na mercantilização da natureza e, de outro, também é acompanhada por processos de destruturação das condições de vida das populações locais que são diretamente afetadas por esse CIRS, resultando no aprofundamento ainda maior das contradições que o próprio discurso em torno da sua governança diz combater (BARBOSA, 2014, p. 216).

Advertimos que as críticas às ações se constituem intencionalidades omitidas, apesar de considerarmos que as iniciativas, no curto prazo, indiscutivelmente beneficiam a população local, na verdade “compensa-as”. Deste modo, tais inquirições se dão sobretudo pela percepção, através da análise com um pouco mais de acuidade por nossa base teórica e empírica, à precária fundamentação teórica para o desenvolvimento das ações relacionadas a esta temática. Elas não apresentam preocupações em qualificar com rigor as noções e conteúdos com que trabalham. Além dos projetos transmitirem o caráter impermanente, até mesmo no médio prazo, das ações de responsabilidade social e governança. Por isso relativizamos-las, percebendo tacitamente os propósitos precípuos⁴¹. Ainda que, reiteramos, vislumbremos ganhos para a população local no curto prazo, o que tem dado a essas ações confiabilidade por parte das comunidades locais, portanto, tem atingido o efeito desejado.

⁴¹ Recomenda-se a leitura de Barbosa (2016) para uma percepção mais esmiuçada e crítica dos propósitos das atividades relacionadas à governança ambiental e responsabilidade social na praia do Paiva, promovidas pelo MRP.

5.6 O caso da Festa da Lavadeira

A Festa da Lavadeira é uma tradicional expressão cultural pernambucana realizada no dia 1º de maio, feriado do dia do trabalhador, surgida na praia do Paiva por volta do ano de 1987 e lá realizada por mais de 20 anos. A festa, que se deu de maneira espontânea, foi sendo fortalecida pela identificação do povo para com ela, pois congrega a diversidade cultural do estado de Pernambuco e da região Nordeste, sendo um encontro de diversas outras manifestações culturais, religiosas e artísticas, com raízes em expressões populares, negras e indígenas. Sua importância e tradição foi assentida através da incorporação ao calendário turístico cultural do estado de Pernambuco e ao calendário turístico cultural da cidade do Cabo de Santo Agostinho (PE), além de ter recebido os prêmios, Rodrigo Melo Franco – IPHAN, em 1988; Culturas Populares do SID/Ministério da Cultura, em 2007; Rodrigo Melo Franco – IPHAN, em 2008; Patrimônio Imaterial e Cultural do estado de Pernambuco; e Patrimônio Imaterial e Cultural do Cabo de Santo Agostinho/PE (BLOG FESTA DA LAVADEIRA, 2014).

A Festa da Lavadeira cresce a cada ano, com maior adesão de grupos culturais e artísticos a cada edição, além do aumento no número de frequentadores por seu caráter popular (Figura 48). Isto, como reflexo da escassez de festas que reúnam tamanha diversidade cultural existente em nossa região. Da Festa participam grupos de maracatu, afoxé, ciranda, coco, rabeca, pife, samba de roda, pastoril, mazurca, pretinhas do congo, forró de oito baixos, frevo, troças e escolas de samba, vindos de outras cidades de Pernambuco, como Petrolina, Agrestina, Arcoverde e Olinda, bem como de outros estados como Alagoas e Bahia (BLOG FESTA DA LAVADEIRA, 2014).

Figura 48 – Festa da Lavadeira, na praia do Paiva (A e B), em 2008



Fotos: Marcelo Lyra (2008).

Tal festa, inclusive, possui regulamentação através de lei (nº 2.015/2002) que dá ao município obrigação em atender todas as necessidades atinentes ao seu bom funcionamento. Além da Festa da Lavadeira, tal lei dá atribuições ao município quanto às festividades de São Cosme e Damião, Paixão de Cristo e a Festa do Coco de Pontezinha, ratificando a importância destas manifestações para a cidade e para a população. Quanto à Festa da Lavadeira, destacamos o art. 2º, incisos I e II da referida lei que traz a seguinte redação,

I – Garantir espaço destinado à Festa da Lavadeira, localizado na área verde em frente a quadra 124 e a faixa de terreno denominada ‘institucional’, do loteamento da praia do Paiva, como de uso exclusivo no dia primeiro de maio;

II – O espaço referido acima não poderá sofrer qualquer alteração seja paisagística ou qualquer obra, construção ou utilização que venha prejudicar a realização da Festa da Lavadeira (CABO DE SANTO AGOSTINHO, 2002).

No entanto, originada e realizada na praia do Paiva por 24 anos, a Festa da Lavadeira teve como algoz o MRP, pois este foi o responsável por retirá-la do território onde tradicionalmente se realizava, a partir de 2012. A Festa da Lavadeira passou a sofrer forte resistência por parte dos empreendedores e do governo quando da aprovação do Projeto Modificativo do Loteamento Praia do Paiva, em 2007, resistindo até 2011.

A Festa, que, como dito, reúne múltiplas manifestações artísticas, é uma representação da resistência da cultura popular, negra e indígena, sofrendo forte pressão a partir da concretização da construção do MRP na tentativa de enfraquecê-la e retirá-la da praia do Paiva. Em virtude das imposições de dificuldade para sua realização na praia do Paiva, em 2009 foi realizada a produção de um documentário intitulado "sou do povo, sou a festa", por parte da organização, a fim de sensibilizar a população, fortalecer a imagem da festa e lhe dar mais visibilidade. Em 2009 ainda se conseguiu apoio para a realização da Festa (Figura 49).

Figura 49 – Tradicional banho de lama na Festa da Lavadeira, em 2009



Fonte: Blog Festa da Lavadeira (2011).

Nota: percebe-se a incômoda presença de cacos de vidro na área onde há o banho de lama, mostrando o ambiente pouco receptivo às manifestações populares que se tornou a praia do Paiva.

Por conseguinte, ainda devido ao aumento das pressões para que não houvesse a festa na praia do Paiva, em 2010 foi formalizado processo na Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial, vinculada à Presidência da República, a fim de solicitar providências da prefeitura do Cabo de Santo Agostinho para realização de sua 26ª edição no seu local de origem (Figura 50).

Figura 50 – Ofício enviado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial à Prefeitura do Cabo de Santo Agostinho para obter maiores esclarecimentos sobre a proibição de realização da XXVI Festa da Lavadeira na praia do Paiva, em 2010


Presidência da República
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Ofício nº 1632/2010/OUVIDORIA/GABINETE/SEPPIR/PR

Brasília-DF, 22 de junho de 2010.

Ao
Exmo. Sr.
Luiz Cabral de Oliveira Filho
Prefeito de Cabo de Santo Agostinho
Praça Ministro André Cavalcante, s/n – Centro, Cabo de Santo Agostinho - PE
CEP: 54505-904

Assunto: Procedimento Administrativo 00041.000262/2010-78 Ouvidoria/SEPPIR/PR

Senhor Prefeito,

1- Tenho a elevada honra de dirigir-me à V. Excelência, para, cumprimentando-o, encaminhar-lhe cópia do processo supramencionado, formalizado por esta Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial, no bojo do qual o Senhor Eduardo Melo denuncia desrespeito, preconceito e intolerância religiosa através de grupos empreendedores no município de Cabo de Santo Agostinho/ PE em tentativa de inviabilizar a realização da XXVI Festa da Lavadeira.

2- Destarte, tendo em vista tratar-se de questão envolvendo o interesse público, solicitamos, respeitosamente, que sejam procedidas as consultas de estilo, bem assim enviadas as providências adequadas por parte da Prefeitura de Cabo de Santo Agostinho.

3- Ao ensejo, renovo os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Humberto Adams Santos Junior
Ouvidor – SEPPIR/PR

QEGL

Esplanada dos Ministérios Bloco A - 9º Andar – CEP: 70.054-900
Tel.: (55-61) 34113695/ Fax: (55-61) 3226-5625
E-mail: seppir.ouvidoria@planalto.gov.br

Em 2010, a Festa da Lavadeira ainda foi realizada na praia do Paiva (Figura 51). No entanto, em resposta, aos 20 de dezembro de 2010, a prefeitura fez aprovar, através da Câmara Municipal, a lei nº 2.602/2010 que impunha restrições ao uso da orla da praia do Paiva. Principalmente pelo seu art.2º, inciso I, que versa sobre a proibição na orla marítima, áreas verdes e áreas institucionais da Zona Especial de Turismo, Lazer e Moradia Reserva do Paiva (ZETLM-RP) de "instalar circos, parques de diversões, palcos, tapumes, cercados, arquibancadas, brinquedos infláveis, balcões, bancas, ou similares" (CABO DE SANTO AGOSTINHO, 2010).

Figura 51 – Matéria na Revista do Brasil denuncia a ameaça à Festa da Lavadeira, em 2010

CULTURA

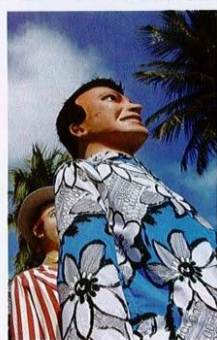


Tradição AMEAÇADA

A voracidade imobiliária pressiona a Festa da Lavadeira a deixar a Praia do Paiva, em Cabo do Santo Agostinho (PE)
Por Vania Alves. Fotos de Verena Glass

Passado o Carnaval, é no dia do trabalhador que reis e rainhas do maracatu pernambucano voltam a tirar a poeira de suas fantasias, os bonecos de Olin-da saem do armário e as passistas de frevo abrem seus guarda-chuvas. Na Praia do Paiva, Região Metropolitana de Recife, eles se juntam a grupos de coco, afôxé e cavalo-marinho, cirandeiros, bandas de pífano e escolas de samba, em um dos maiores festivais de cultura popular do país, a Festa da Lavadeira. No 1º de Maio deste ano, em sua 24ª edição, o

evento atraiu mais de 30 mil pessoas, ou melhor, "brincantes", no bom "pernambucês". Na praia, pertencente ao município de Cabo de Santo Agostinho, são montados quatro palcos com programações simultâneas. Pela rua de areia que liga um palco a outro, blocos de maracatu e frevo puxam longos cordões de brincantes. "O melhor daqui é que o povo faz a festa em cima e embaixo dos palcos. É muito divertido", disse Laurinda Maria Nogueira, de 59 anos, para quem a folia começou no dia anterior, com os preparativos. Junto com as filhas, irmãs,



cunhadas e vizinhas, ela preparou um verdadeiro banquete. De dentro de um isopor gigante levado pelo grupo saíram arroz, feijão, frango assado, bife à milanesa, pastel de carne e outros pratos, o bastante para servir as dez pessoas da família e os amigos. "Eu nem acredito que estou aqui, sempre tive vontade de vir, mas não tinha como", comemorou Severia Olimpia, 78 anos, vizinha de dona Laurinda no bairro de Beberibe, em Recife.

Para chegar à festa, muita gente faz como elas: junta os parentes e amigos e freta um ônibus. Quem vai de Recife para lá, ao desparar com esses comboios, e com romarias de caboclos de lança e outros personagens, já sabe que está no caminho certo. E em meio ao improviso os artistas se preparam para as apresentações.

"É uma festa linda, deveria ser estendida para todo o Brasil. Manifestações como essa são a memória viva da nossa história e deveriam ser tratadas como patrimônio", disse o compositor, violão e cantor mi-

com a assessoria de imprensa, o complexo terá empreendimentos-âncora e áreas para esporte e lazer, incluindo até "um campo de golfe com 18 buracos projetado por Greg Norman, uma linda vida do golfe".

Os empreendedores afirmam que não têm nada contra o evento, desde que ele não invada os limites de sua propriedade. No entanto, todo o espaço onde será construído o condomínio – embora ainda não haja nem vestígio de obras – e parte da área pública foram cercados com arame farpado. De acordo com documento enviado pelo departamento de marketing do empreendimento para o organizador da festa, Eduardo Melo, na tentativa de um acordo, a festa não deve ser realizada em áreas que "venham a interferir no bom desenvolvimento da Reserva do Paiva, independentemente de se tratar de área pública ou privada".

As respostas enviadas pela assessoria de imprensa da Reserva do Paiva à reportagem demonstram preocupação com a se-

estruturas necessárias para o evento.

Por trás da teimosia dos festeiros há uma questão religiosa. A festa começou com a instalação de uma estátua de uma lavadeira em tamanho natural na casa do artista plástico Eduardo Melo. "O povo daqui nunca tinha visto uma estátua como aquela e começou a fazer oferendas a ela", conta. Hoje, a estátua simboliza uma filha de Iemanjá. Antes da festa, é realizado um ritual de candómbé e no dia seguinte as oferendas depositadas a seus pés são jogadas no mar.

"Há uma incompreensão do significado dessa festa. O que eles (os idealizadores do condomínio) não entendem, ou não querem entender, é a religiosidade afro-brasileira. E isso é a alma do Brasil", disse o ator Sérgio Mamberti, presidente da Funarte, que representou o Ministério da Cultura.

Fernando Muniz, secretário de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude da Prefeitura de Cabo de Santo Agostinho, discordou: "É uma festa que trata a cultura popular com



No 1º de Maio deste ano, em sua 24ª edição, a festa atraiu mais de 30 mil "brincantes"

neiro Dércio Marques. Hoje morando em Salvador, Dércio foi a Recife só para participar da festa – e não era uma das atrações. "Todo artista sério deveria estar aqui para prestigiar e ajudar a proteger uma manifestação autenticamente popular", completa.

18 buracos

O músico se refere às pressões que os organizadores da festa estão sofrendo por parte da Odebrecht Empreendimentos Imobiliários e dos grupos Ricardo Brennand e Cornélio Brennand, que se uniram para construir um condomínio de luxo nas imediações, o Reserva do Paiva, e não querem uma vizinha tão popular. O bife à milanesa da dona Laurinda não combina com as unidades de 330 a 800 metros quadrados projetadas para o condomínio. De acordo

com a assessoria de imprensa, o complexo terá empreendimentos-âncora e áreas para esporte e lazer, incluindo até "um campo de golfe com 18 buracos projetado por Greg Norman, uma linda vida do golfe".

A festa deste ano só foi realizada graças à intervenção do Ministério Público Estadual, da Secretaria Especial de Direitos Humanos e do Ministério da Cultura. "Invadiram o espaço e queriam desrespeitar o direito de ir e vir dos cidadãos", diz Ivanir Augusto Alves dos Santos, assessor especial da secretaria, enviado ao local uma semana antes do evento para intermediar com a prefeitura a retirada das cercas e a montagem da infra-

estrutura necessária para o evento. Por trás da teimosia dos festeiros há uma questão religiosa. A festa começou com a instalação de uma estátua de uma lavadeira em tamanho natural na casa do artista plástico Eduardo Melo. "O povo daqui nunca tinha visto uma estátua como aquela e começou a fazer oferendas a ela", conta. Hoje, a estátua simboliza uma filha de Iemanjá. Antes da festa, é realizado um ritual de candómbé e no dia seguinte as oferendas depositadas a seus pés são jogadas no mar.

"Há uma incompreensão do significado dessa festa. O que eles (os idealizadores do condomínio) não entendem, ou não querem entender, é a religiosidade afro-brasileira. E isso é a alma do Brasil", disse o ator Sérgio Mamberti, presidente da Funarte, que representou o Ministério da Cultura. Fernando Muniz, secretário de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude da Prefeitura de Cabo de Santo Agostinho, discordou: "É uma festa que trata a cultura popular com

Fonte: Revista do Brasil (2010), com modificações.

Nota: destaque em amarelo para a fala de Fernando Muniz, então Secretário de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude do Cabo de Santo Agostinho (2010), "É uma festa que trata a cultura popular com muita dignidade, a forma como os grupos se apresentam, com bons equipamentos de som e luz, e a prefeitura dá todo o apoio, mas a realidade de hoje não é a mesma de 20 anos atrás e temos que nos adequar. Não podemos pensar única e exclusivamente nas pessoas de baixa renda, temos de dar oportunidade de melhor qualidade de vida para todos, independente de renda."

Porém, em 2011, devido à mobilização da população foi conseguido um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) através do Ministério Público de PE para que houvesse a festa em seu território, seu local de origem, a praia do Paiva. Os argumentos em contrário, vindo dos empreendedores e do governo municipal se deram no sentido de proferir que a área se tratava de Interesse Ambiental, por isso não comportaria eventos da proporção da Festa da Lavadeira, apesar de no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do MRP haver feito menção à área como local de realização da referida manifestação cultural.

Ainda em 2011, houve nova mobilização para garantir a realização da Festa da Lavadeira no ano seguinte em seu território, tendo em vista os grandes entraves que se deram no ano anterior. Foi formalizado novo processo, mas agora na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a fim de denunciar a violação de direitos culturais em Pernambuco, solicitando amparo à realização da Festa em seu território (Figuras 52 e 53).

Entretanto, em 2012, a Festa da Lavadeira não foi realizada na praia do Paiva, sua 26ª edição se deu no Bairro do Recife, no Marco Zero. Apesar de haver controversas razões para que a festa não voltasse a ser realizada em seu território de origem, já que o TAC conferido ao evento possui força de lei, mas a organização preferiu não realizá-la na praia do Paiva.

Não obstante, para a surpresa da população, em 2012, no dia 28 de abril, pouco antes da primeira edição da Festa da Lavadeira fora de seu local de origem, ocorreu uma festa de música eletrônica numa área próxima onde se dava a tradicional Festa da Lavadeira. O evento se deu para a gravação de um filme intitulado "Paraísos Artificiais", perdurando por mais de 12h. O sugestivo nome retrata fielmente o ambiente que se foi constituindo na praia do Paiva a partir da construção do MRP, um mega "paraíso artificial", que se revela o retrato da fragmentação, da segregação, do desigual acesso ao espaço, características que têm marcado o ambiente das cidades da Região Metropolitana do Recife.

Figura 52 – Despacho da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial por solicitação da Organização das Nações Unidas solicitando esclarecimentos quanto à proibição de realização da Festa da Lavadeira na praia do Paiva, em 2011 (continua...)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
OUVIDORIA
DESPACHO

Brasília-DF, 17 de maio de 2011.

Objeto: Ref. Processo: 00041.000502/2011-15 OUVIDORIA/SEPPIR/PR

Trata-se de solicitação de informações do Governo Brasileiro as alegações de violação de Direitos Humanos em Pernambuco – Festa da Lavadeira.

Abaixo, teor de comunicação recebida da Delegação Brasileira em Genebra, a qual transmite pedido de informações da EACDH sobre alegações de violação dos direitos culturais em Pernambuco:

"Trata-se da primeira comunicação assinada pela perita sobre Direitos Culturais, que deverá apresentar informe sobre o Brasil em junho. Em seus informes, Farida Shaheed destaca principalmente questões ligadas a discriminação contra religiões de matriz africana, cujo tema é tratado na comunicação por ocasião do impedimento por atividades comerciais da realização da 'Festa da Lavadeira'." Chefe de Divisão de Direitos Humanos, Carlos Eduardo da Cunha Oliveira.

"Segundo a comunicação, atividades comerciais – mais especificamente a construção de condomínio residencial pelos grupos Odebrecht, Cornélio Brennand e Ricardo Brennand – estariam impedindo a realização de festival cultural anual denominado 'Festa da Lavadeira'. Tal evento ocorreria há 25 anos no dia 1º de maio, na Praia Paiva, no Município de Cabo de Santo Agostinho, e reuniria mais de 30 mil pessoas, entre elas seguidores de religiões afro-brasileiras, que acreditam que escultura na referida praia representa a imagem de Iemanjá. Ainda segundo a missiva, o festival teria sido incorporado ao calendário cultural de Pernambuco e reconhecido como patrimônio cultural do estado pela lei estadual 13.042 de 15 junho de 2006.

O documento, que transmiti ao correio eletrônico da DDH, detalha as alegações e tramite as seguintes questões a serem respondidas pelo Governo Brasileiro:

I- São os fatos alegados no documento verdadeiros?

II- O espaço físico utilizado para a Festa da Lavadeira, localizado dentro da área privada do condomínio Praia do Paiva, é um local público? A colocação de cercas para impedir o acesso de visitantes foi feita em conformidade com a Legislação nacional?

III- Em que medida as Leis estaduais 12.899, de 07 outubro de 2005, e 13.042, de 15 de junho de 2006, e a Lei municipal de Cabo de Santo Agostinho, 2.015 de

Esplanada dos Ministérios Bloco A - 9º Andar – Brasília/DF – CEP: 70.054-906
 Tel.: (55-61) 2025 7001/ Fax: (55-61) 2025 7083
 E-mail: seppir.ouvidoria@plamalto.gov.br

Figura 52 – Despacho da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial por solicitação da Organização das Nações Unidas solicitando esclarecimentos quanto à proibição de realização da Festa da Lavadeira na praia do Paiva, em 2011 (conclusão)



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
OUVIDORIA

2002, foram levadas em consideração antes de se autorizar os grupos empresariais Ordebrecht Real Estate, Cornélio Brennand e Ricardo Brennand a construir condomínio na Praia de Paiva?

IV- Os organizadores da Festa da Lavadeira e a comunidade em questão foram consultados antes da autorização dada aos grupos empresariais para construir o condomínio na Praia de Paiva? Caso afirmativo, quais foram os resultados?

V- Que medidas pretendem adotar os Governos Federal, do Estado de Pernambuco e a Prefeitura de Cabo de Santo Agostinho para assegurar a continuidade da Festa da Lavadeira?" Embaixadora, Maria Nazareth Farani Azevêdo.

Encaminhe-se o presente procedimento, para ciência e providências pertinentes a (ao):

- 1- Prefeitura de Cabo de Santo Agostinho;
- 2- Chefe de Gabinete do Governador de Pernambuco;
- 3- Ministério Público do Estado de Pernambuco;
- 4- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/ PE; e
- 5- Fundação Cultural Palmares.



Carlos Alberto Júnior
Ouvidor – SEPP/PR

QEGL

Esplanada dos Ministérios Bloco A - 9º Andar - Brasília/DF - CEP: 70.054-906
 Tel.: (55-61) 2025 7001/ Fax: (55-61) 2025 7083
 E-mail: seppir.ouvidoria@planalto.gov.br

2

Deixa-se, por fim, o poema⁴² que retrata um pouco o dilema da inversão de valores⁴³, da construção de nossas percepções e sensibilidades historicamente seletivas e de nossa apreensão parcial da realidade, voltada para a visão do opressor. O que analogamente pode se estender à atual sobreposição dos interesses econômico-financeiros à valorização de nossas tradições, relegando a importância de nossas raízes culturais popular, negra e indígena, e a nossa ligação com o território, como visto no caso da Festa da Lavadeira.

Saldo Negativo

Dói muito mais arrancar um cabelo de um europeu
que amputar uma perna, a frio, de um africano.
Passa mais fome um francês com três refeições por dia
que um sudanês com um rato por semana.

É muito mais doente um alemão com gripe
que um indiano com lepra.
Sofre muito mais uma americana com caspa
que uma iraquiana sem leite para os filhos.

É mais perverso cancelar o cartão de crédito de um belga
que roubar o pão da boca de um tailandês.
É muito mais grave jogar um papel ao chão na Suíça
que queimar uma floresta inteira no Brasil.

É muito mais intolerável o xador de uma muçulmana
que o drama de mil desempregados na Espanha.
É mais obscena a falta de papel higiênico num lar sueco
que a de água potável em dez aldeias do Sudão.

É mais inconcebível a escassez de gasolina na Holanda
que a de insulina nas Honduras.
É mais revoltante um português sem celular
que um moçambicano sem livros para estudar.

É mais triste uma laranjeira seca num *kibutz* hebreu
que a demolição de um lar na Palestina.

Traumatiza mais a falta de uma *Barbie* de uma menina inglesa
que a visão do assassinio dos pais de um menino ugandês

E isto não são versos; isto são débitos
numa conta sem provisão do Ocidente.

Fernando Correia Pina, poeta português.

⁴² Disponível em: < <http://www.escritas.org/pt/l/fernando-correia-pina> > Acesso em: 08 jun. 2014.

⁴³ Aludimos a este respeito, fazendo um paralelo à situação da Festa da Lavadeira na praia do Paiva, a obra de Armand Frémont (1980), “A região, espaço vivido”, em que discute a construção do espaço alienado em contraposição ao espaço vivido.

5.7 Sustentabilidade Urbana: um corolário?

As cidades enquanto *lócus* de verticalidades – que alienam – e horizontalidades – que resistem – revelam o cruzamento e o conflito dos interesses e do poder emanado por cada um dos atores que operam nestas instâncias. A força sobrepujante do global (força vertical) sobre o local (força horizontal) tem-se constituído uma das razões para tantos embates e questionamentos sobre a forma como se atua no ambiente. As fórmulas prontas do “progresso” como modelos paradigmáticos para as cidades apresentadas pelo Banco Mundial (BID), ONU, influenciando os governos locais e a mídia, auxiliam na dominação junto com as técnicas de manipulação cultural. Tenta-se homogeneizar os ambientes, instituir as *city marketing* e promover cidades-vitrine, como afirma Sánchez (2009). Assim, claramente são percebidos os rumos das cidades, onde não tem tido lugar para afirmação de um pensamento crítico. Replicam-se acriticamente e pouco são consideradas as particularidades dos territórios a fim de favorecer tão-somente a inserção competitiva global que tem sido exigida das cidades para a atração de recursos, investimentos. Explora-se a instauração de um pensamento único. Essa é a lógica que tem preponderado.

Com isso, a criação de ambientes exclusivistas é fática, já que as intervenções estão sempre vinculadas à possibilidade do lucro. Paradoxalmente é extrapolada a importância, o fascínio, em capitalizar oportunidades de investimentos financeiros, no lugar da preocupação com as pessoas, com o ambiente. A disseminação de condomínios fechados, bairros e cidades planejadas, é deste modo um produto evidente. Utilizam-se da retórica e da imagem fictícia de um desenvolvimento sustentável, da sustentabilidade, da qualidade de vida, para firmar seus interesses sem que haja grandes resistências, apelando para o senso comum da “preocupação ambiental”. É de modo subliminar que a cidade-modelo e a cidade-sustentável são evocadas reciprocamente (SÁNCHEZ, 2009). E aí se inscreve a contraditoriedade.

Os discurso da ecoeficiência (ALIER, 1992) e da modernização ecológica (HARVEY, 1996) incorporam a dimensão ambiental à racionalidade economicista e às políticas governamentais com o objetivo de corrigir os custos sociais do ‘desenvolvimento’ e as más práticas de uso dos recursos naturais. O ecodesenvolvimento, o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social, são as propostas para ‘internalizar o externo (o ambiente) ao sistema (a economia) dentro dos paradigmas teóricos prevaletentes, dominados pela economia neoliberal’ (LEFF, 2010, p. 316) (ASTELARRA, 2016, p. 19).

Os exemplos dados quanto ao *benchmarking* realizado para construção dos megaempreendimentos mencionados inclusive pela Odebrecht Realizações Imobiliárias como

o Jurerê Internacional e a Riviera de São Lourenço para a intervenção na praia do Paiva, podem ratificar o que afirmamos.

Por isso a necessidade de fazer distinções entre as diferentes *práxis* que percebemos, porém, que não ficam evidentes pois utilizam-se do mesmo discurso da “sustentabilidade”. Porém com propósitos díspares. Esta é a razão da indagação desta seção, de qual sustentabilidade estamos falando? De qual *práxis*? Somos a favor de qual? Estas duas últimas questões tentaremos responder com maior detalhe na seção seguinte.

Aqui, temos nos esforçado para consolidar a visão de que “A sustentabilidade é uma condição material da reprodução social que busca discutir [...] os princípios éticos e políticos que regulam o acesso e a distribuição dos recursos ambientais – ou, num sentido mais amplo, os princípios que legitimam a reprodutibilidade das práticas espaciais” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 19).

Como forma de revelar essa antítese, expomos algumas ideias de Kotler et. al (2006), em seu livro *Marketing de Lugares*, o qual demonstra como devem ser feitas as articulações para construir imagens positivas das ações voltadas à sustentabilidade, “O desafio estratégico é, por um lado, destacar a imagem positiva e, por outro, tentar mudar as realidades que geram as negativas. Conseguir reverter uma imagem é difícil porque as primeiras impressões podem ser duradouras” (p. 74). E ainda, quanto ao imperativo ambiental afirma que “‘Pensar em termos ambientais’ não é apenas uma boa máxima, mas um imperativo operacional de muitos lugares” (p. 159). Ou seja, a retórica ambiental, da sustentabilidade, é vista como uma necessária ferramenta para garantir vantagens competitivas aos lugares, atua, portanto, em conformidade com a lógica capitalista instrumental.

Podemos, assim, perceber as diferenças no emprego da ideia de “sustentabilidade urbana”. O pior é que esta utilização tem prevalecido sobre aquela. Uma reflexão trazida por Enrique Leff auxilia-nos a entender um pouco os motivos para as perversões que temos feito da ideia da “sustentabilidade” e comenta a necessidade de buscar uma outra visão, voltada à consideração acima de Acsehrad, voltada à racionalidade ambiental,

La crisis ambiental, como cosificación del mundo, tiene sus raíces en la naturaleza simbólica del ser humano; pero empieza a germinar con el proyecto positivista moderno que busca establecer la identidad entre el concepto y lo real. Mas la crisis ambiental no es sólo la de una falta de significación de las palabras, la pérdida de referentes y la disolución de los sentidos que denuncia el pensamiento de la posmodernidad: es la crisis del *efecto del conocimiento sobre el mundo* [...] la crítica a la razón del Iluminismo y de la modernidad, iniciada por la crítica de la metafísica (Nietzsche, Heidegger), por el racionalismo crítico (Adorno, Horkheimer, Marcuse), por el pensamiento estructuralista (Althusser, Foucault, Lacan) y por la filosofía de la

posmodernidad (Levinas, Deleuze, Guattari, Derrida), no ha bastado para mostrar la radicalidad de la ley límite de la naturaleza frente a los desvaríos de la racionalidad económica. No es una crisis funcional u operativa de la racionalidad económica imperante, sino de sus fundamentos y de las formas de conocimiento del mundo. La racionalidad ambiental emerge así del cuestionamiento de la sobreeconomización del mundo, del desbordamiento de la racionalidad cosificadora de la modernidad, de los excesos del pensamiento objetivo y utilitarista (LEFF, 2004, pp. 09-10).

Acrescentamos também as contribuições de Castilho (2012, pp. 196-197) nesse sentido,

Para a promoção da sustentabilidade em ambientes urbanos, é preciso que os homens, firmas e instituições, quando alvo de políticas públicas visando à construção de seus ambientes de vida, sejam considerados como seres biológicos, que possuem histórias de vida (pessoais, familiares e sociais), culturas, representações, vivendo e usando seus territórios [...] ainda não se pensa e intervém na realidade considerando-a em sua complexidade e superando a *inteligência simplificadora*, sendo esta a condição fundamental à promoção de fato da justiça ambiental e, por sua vez, da construção de ambientes urbanos mais humanos.

E ainda destacamos a necessidade de “encontrar caminhos consequentes para [um]a [gradual] conquista da justiça ambiental, a qual garantirá a transformação concreta dos rumos atuais do processo de produção de ambientes humanos, evitando a permanência dos descaminhos em termos das inter-relações entre sociedade e natureza” (CASTILHO, 2016, p. 31). Para alcançarmos isso, devemos passar pelo esforço crítico-reflexivo dos caminhos que vimos trilhando (dessa “sustentabilidade”, dessa “governança ambiental”, desse “desenvolvimento”) e progressivamente ajustar os rumos, tomando agora o sentido certo, de uma humanidade renovada e responsável com a “sua Natureza”.

5.8 A Práxis como instrumento de transformação

Nesta seção abordaremos algumas considerações conceituais sobre a *práxis* e apontaremos as *práxis* que vimos comentando no decorrer do trabalho, a ideia de uma *práxis* posta e uma *práxis* proposta.

De maneira geral, esta expressão designa ação, atividade refletida a partir da teoria, portanto, seria uma ação crítica positiva, “e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo” (BOTTOMORE, 1997, p. 461).

A apreensão desta palavra se dá desde a Grécia antiga, através de Platão e sobretudo de Aristóteles, utilizada com distinções por diversos filósofos no decorrer da história. De acordo com Bottomore (idem),

[...] (*Aristóteles*) sugere que a *práxis* deve ser considerada apenas como uma das três atividades básicas do homem (as outras duas são a *theoria* e a *poiesis*). A sugestão é feita no contexto de uma divisão das ciências ou do conhecimento, de acordo com a qual há três tipos básicos de conhecimento, o teórico, o prático e da *poiesis* (o “produtivo”), que se distinguem pela sua finalidade ou objetivo: para o conhecimento teórico, o objetivo é a verdade; para conhecimento da *poiesis*, a produção de alguma coisa, e, para o conhecimento prático, a própria ação (grifo nosso).

Mas, as principais concepções de *práxis* – segundo nossa percepção – foram desenvolvidas por Kant e Marx. Este último foi o responsável por desenvolver uma teoria específica para dar conta da possibilidade de transformação da realidade a partir dessa *práxis*.

Em Kant encontramos uma formulação de grande densidade, o que trouxe enormes contribuições à construção do conceito. Nele, há a consideração de que existe intensa discrepância entre a teoria e a prática, e portanto, propõe a superação deste dissenso pela *práxis*. Isto, através de uma ação reflexiva, num movimento de integração entre teoria e prática,

[...] (1) a *práxis* como a aplicação de uma teoria, ‘a aplicação aos casos encontrados na experiência’, e (2) a *práxis* como o comportamento eticamente relevante do homem. O primeiro sentido é particularmente evidente em seu ensaio sobre a sentença: ‘Isto pode estar certo em teoria, mas não na prática.’ O segundo conceito, muito mais importante para Kant, é a base de sua distinção entre a razão pura e a razão prática e da correspondente divisão da filosofia em teórica e prática. Assim, na *Kritik der reinen Vernunft* (Crítica da razão pura), Kant distingue entre o ‘conhecimento teórico’, que é aquele que leva a conhecer ‘o que há’, e o ‘conhecimento prático’, pelo qual se imagina ‘o que deveria haver’. (BOTTOMORE, 1997, p. 462)

Enquanto isso, Marx foi o responsável por difundir a filosofia da *práxis* como forma de influir ativamente na realidade⁴⁴, em busca de superar suas contradições, propondo uma unidade do saber e do fazer.

Em Marx, [...] *práxis* torna-se o conceito central de uma nova filosofia, que não quer permanecer como filosofia, mas transcender-se tanto em um novo pensamento metafilosófico como na transformação revolucionária do mundo. [...] Assim, em sua tese de doutoramento Marx insistiu na necessidade de a filosofia tornar-se prática: É uma lei psicológica que o espírito teórico, tendo se tornado em si mesmo livre, volte-se para a energia prática [...] Marx desenvolveu sua concepção do homem como um criativo e livre ser da *práxis* de forma tanto ‘positiva’ como ‘negativa’, essa última por meio da crítica da autoalienação humana. No que diz respeito à primeira, isto é, à forma positiva, afirma que ‘a atividade consciente, livre, é o caráter da espécie do ser humano’ e que ‘a construção prática de um mundo objetivo, o trabalho, que se exerce sobre a natureza inorgânica, é a confirmação do homem como um ser de espécie consciente’ [...] Marx parece às vezes sugerir que a teoria deva ser vista como uma das formas da *práxis*. Reafirma, porém, a oposição entre a teoria e a *práxis* e insiste no primado da *práxis* nessa relação: ‘A resolução das contradições teóricas só são possíveis de maneira prática, só por meio da energia prática do homem’. (BOTTOMORE, 1997, pp. 463-464)

⁴⁴ Marx desenvolveu o conceito da *práxis* de maneira mais completa nos Manuscritos Econômico-Filosóficos e o expressou com mais vigor nas Teses sobre Feuerbach.

Aqui, não se tem a pretensão de aprofundamento na discussão filosófica da *práxis*, como tão brilhantemente fizeram Kant, Marx, Hegel, Habermas, Marcuse, entre tantos outros, mas de utilizar sua ideia primordial como possibilidade concreta de influir conscientemente, invocando uma razão verdadeira na realidade a fim de transformá-la para o bem coletivo.

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentânea dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, e não somente um simples orador (...); desde a técnica-como-trabalho passa-se à técnica-como-ciência e à concepção humanista da história, sem a qual se permanece “especialista” e não se passa à categoria de “dirigente” (especialista e político) (GRAMSCI, 1975, p. 1551).

Destarte, assumimos a *práxis* como uma forma de intervir na realidade, fazendo valer a teoria, que é o seu fundamento, e sendo responsável pelas possíveis aproximações de traduzir o real. Contudo, diferenciamos as *práxis* existentes da mesma forma com que propuseram os filósofos que imergiram na análise sugerida por Marx, através de uma distinção ontológica, sugerindo a ideia de uma *práxis* autêntica, ou apenas *práxis* (o ontológico, o ser, “a essência”), e uma *práxis* alienada, ou apenas alienação (o ôntico, o ente, “a aparência”).

Dito isto, podemos estabelecer o que chamamos de *práxis* posta, a que percebemos prevalecer para os ditos “desenvolvimento”, “governança ambiental”, “sustentabilidade” e fundamentaram as intervenções para dinamizar o território da praia do Paiva, através da construção do MRP além das outras intervenções mencionadas, voltadas à construção de megaempreendimentos, ligadas aos interesses do mercado que tem gerado os distúrbios apontados; e a *práxis* proposta, aquela que temos tentado estimular e fortalecer a sua compreensão, voltada a uma apreensão complexa da realidade que considera uma outra forma de pensar e agir ambientalmente, buscando o equilíbrio nos processos socioambientais, através de uma ressignificação ética da relação entre sociedade e natureza. Para o que, a partir disto, se poderá considerar verdadeiramente o desenvolvimento e a governança ambiental, em direção a uma sustentabilidade.

Em definitivo, urge, ao mesmo tempo, pensar e praticar formas que se aproximem da racionalidade ambiental a qual diverge da que se faz atualmente hegemônica, a racionalidade economicista. Ou seja, tem-se que construir uma racionalidade que seja capaz de mudar concretamente os modos de produção espacial garantindo novas ações no sentido de tecer ambientes efetivamente sustentáveis para o homem na Terra. O que, sem nenhuma forma de extremismo, pode ser conquistado através do diálogo democrático com as diversas territorialidades existentes – possuidoras de diversos saberes – na sociedade, para o qual, por sua vez, os diversos movimentos sociais [*apoiados pela práxis*] deverão assumir papel crucial (PONTES e CASTILHO, 2016, p. 735, grifo nosso).

Assim sendo, como ação criticamente refletida, a *práxis* possui caráter de uma possível aproximação do que se busca por uma racionalidade ambiental, proposta por Leff (2004). Favorecendo uma relação harmônica entre o real desenvolvimento (considerando as dimensões social, ambiental, econômica e política/institucional como totalidade complexa) e o meio ambiente. Deste modo, vimos a corroborar o pensamento de Porto-Gonçalves (2013, p. 55),

Marx [...] soube colocar a questão da relação do sujeito com o objeto, do conhecimento com a realidade que existe fora de quem conhece, através do conceito de '*práxis*'. Se até então, dizia ele, os filósofos se encarregaram de interpretar o mundo, cabe também transformá-lo. E aí se coloca a questão: não é essa a essência do conhecimento desde a Grécia clássica até a modernidade? A ciência e a filosofia não se propõem exatamente a tornar conhecido o desconhecido, mergulhando nos mistérios do mundo? Por que, então, essa separação entre a interpretação e a transformação do mundo? A *práxis*, enquanto formulação de Marx, supera a dicotomia clássica ocidental entre teoria e prática, entre sujeito e objeto, entre trabalho intelectual e braçal, pois pressupõe a reflexão e a ação como dois momentos necessários do agir humano. Essa concepção implica necessariamente o não dogmatismo.

No entanto – distanciando-nos de um olhar ingênuo e linear de nossa realidade dialética – é sabido que qualquer atividade pode ser instrumentalizada a favor deste ou daquele interesse, portanto, consideramos a possibilidade de haver utilizações desta ferramenta em propósitos distintos dos aqui apregoados. Porém, a possibilidade de que ocorra essa inversão se torna menor quanto maior for o nível de pessoas esclarecidas de nossa realidade contraditória.

Nesse contexto, longe de uma *práxis*, o uso discursivo e as práticas que têm estimulado, o desenvolvimento e a governança ambiental acham-se elusivos, na verdade contraditórios. Necessitamos, portanto, assumir reflexões a fim de dar-lhes novas possibilidades para concretização. Por isso, as diretrizes assumidas pelos atores públicos para o desenvolvimento precisam estar alinhadas, invariavelmente, às aspirações sociais, considerando as demandas daqueles que constituem o território. Para tanto, se faz necessário fortalecer as instâncias de participação social – uma governança ambiental – para melhor absorver tais aspirações, dando ao povo instrumentos (educação) e informações sobre a realidade para que possam influir sobre as decisões da melhor maneira possível. O Estado, tendo papel fundamental para isso, deve assumir a governança como parte imperativa para a construção de suas políticas públicas, intermediando interesses e planejando as ações para fazer valer a supremacia do interesse público, como rege a nossa Carta Magna. No desenvolvimento da dialética do esclarecimento, construída por Theodor Adorno e Max Horkheimer, há a seguinte consideração,

Pessoas que se enquadram cegamente no coletivo fazem de si mesmas meros objetos materiais, anulando-se como sujeitos dotados de motivação própria. [...] Inclui-se aí a postura de tratar os outros como massa amorfa. Uma democracia não deve apenas funcionar, mas sobretudo trabalhar o seu conceito, e para isso exige pessoas emancipadas. [...] Só é possível imaginar a verdadeira democracia com uma sociedade de emancipados. [...] A única concretização efetiva da emancipação consiste em que aquelas poucas pessoas interessadas nesta direção orientem toda a sua energia para que a educação seja uma educação para a contestação e para a resistência (ADORNO, 1995, p. 09).

Trazemos uma fala interessante de um(a) comerciante(a) (30 anos, morador(a) de Itapuama), que comenta,

Eles [o MRP e a prefeitura do Cabo de Santo Agostinho] têm dito que estão fazendo isso e aquilo, mas por que não constroem uma escola decente, que tenha professores, merenda e uma estrutura digna? Essa deveria ser pelo menos uma das contribuições deles. Só fizeram uma reforma na Escola que tem aqui, que atende várias comunidades, que é insuficiente. Se tem uma coisa que é permanente, que é duradoura, é a educação. Mas a preocupação deles é outra, não querem formar pessoas capazes de criticar alguma coisa. (grifo nosso) (abril/2016).

Por isso assume caráter essencial o fortalecimento de uma educação voltada à compreensão da realidade complexa baseada numa interação sociedade-natureza mais humana. Através de abordagens transversais e interdisciplinares é possível esclarecer as problemáticas atuais enquanto um fenômeno socioambiental amplo, o qual levanta questões que devemos considerar e ponderar, já que estão no âmago do ser: a Natureza e a política.

Em consonância com o que acreditamos, afirma Carvalho (2008, p. 61),

A compreensão da problemática do meio ambiente como um fenômeno socioambiental lança a questão ambiental na esfera política, entendida como esfera pública das decisões comuns. A partir de sua inserção concreta na defesa e/ou disputa pelos bens ambientais, muitas lutas adquirem uma dimensão pedagógica, na medida em que instituem espaços efetivos de questionamento, encontro, confronto, negociação entre projetos políticos, universos culturais e interesses sociais diferentes. Para além dos resultados imediatos, estas lutas, tanto quanto toda educação ambiental orientada para a cidadania, podem contribuir de uma forma muito concreta para o avanço de um dos grandes desafios contemporâneos: a busca de possíveis tessituras entre a natureza e a política.

A educação, assim, poderá trazer maiores possibilidades de efetivação da *práxis* como instrumento de transformação no sentido que defendemos. Levando-nos a assegurar direitos e deveres e fazendo com que assumamos nosso papel de fiscalizadores das ações, o que permitirá um paulatino fortalecimento da identificação dos indivíduos com o território e o respeito com o ambiente do qual somos parte. As possibilidades de concretização de nossas aspirações, voltadas a uma educação emancipadora e que possa aclarar as contradições do ambiente, assim, se dá através de expectativas de longo prazo, num processo difícil, de fortalecimento das

instituições e movimentos sociais, que pode vir a dar novas perspectivas aos territórios e, quem sabe, transformar a praia do Paiva num ambiente mais inclusivo, mais saudável.

Construir, executar e analisar políticas públicas requer um mergulho na realidade institucional governamental e não governamental, nas comunidades e nos movimentos sociais. É preciso articular a complexidade ambiental dada no cotidiano, nas relações de poder, nos conflitos de interesse e na diversidade de saberes da sociedade (SORRENTINO; RAYMUNDO, 2015, p. 149).

Então, para uma *práxis* coadunada com os desafios a serem superados diante de uma realidade cada vez mais complexa e interconectada e para clarificar as razões da problemática ambiental, faz-se necessário suscitar sensibilidades, saberes, e uma ética ligados, firmemente, à racionalidade ambiental.

6. TENTANDO INTERLIGAR A TEIA DE RELAÇÕES NA PRAIA DO PAIVA

6.1 O pensar Complexo para suturar a trama que des-envolve: uma perscrutação

As formulações propostas pelo paradigma da complexidade trazem à tona o desafio de conceber os fenômenos da realidade de uma forma multi e até transdisciplinar, relacionando-os numa tentativa dialógica que considere as complexidades das relações entre os fenômenos. Segundo Morin (2000, p. 122), “temos que caminhar para uma concepção mais enriquecida da ciência (que evolui como todas as coisas vivas e humanas), em que se estabeleça a comunicação entre objeto e sujeito, antropossociologia e ciências naturais.” Essa consciência é consequência da reforma das estruturas do próprio conhecimento. “*Complexus*” significa o que é tecido junto, nesse sentido, o pensamento complexo “se esforça para unir, não na confusão, mas operando diferenciações” (MORIN, 1999, p. 33).

Tenta-se dar concisão a um pensamento transversal quanto às temáticas abordadas na pesquisa, relacionando-as dialética e dialogicamente. Com efeito, o paradigma para um desenvolvimento concreto considera as dimensões social, ambiental, econômica e política/institucional através de uma governança ambiental que lhe dê suporte, assumindo atitudes críticas refletidas pela teoria, ou seja, por meio de uma *práxis* – em suas diferentes escalas. Entendemos que,

[...]o desafio da globalidade é também um desafio de complexidade. Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e interretroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade. (MORIN, 2003, p. 14)

De acordo, também, com a reflexão de Capra (1996, p. 15),

O novo paradigma pode ser chamado de uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica, se o termo ‘ecológica’ for empregado num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos).

Através da tentativa de confluir os saberes, buscando interconectá-los e entendê-los como parte de uma realidade cada vez mais complexa, para propor intervenções que venham a superar suas contradições, precisa-se investigar o que os liga, localizando-os na trama de relações. Desse modo, “conhecer um objeto ou um fenômeno é justamente não considerá-lo

como sendo isolado, não deixá-lo passivamente no *hic et nunc* [...] é investigar suas relações, suas causas” (LEFEBVRE, 1991, p. 184).

Efetivamente, a inteligência que só sabe separar fragmenta o complexo do mundo em pedaços separados, fraciona os problemas, unidimensionaliza o multidimensional. Atrofia as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando assim as oportunidades de um julgamento corretivo ou de uma visão a longo prazo. Sua insuficiência para tratar nossos problemas mais graves constitui um dos mais graves problemas que enfrentamos. De modo que, quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, maior a incapacidade de pensar sua multidimensionalidade; quanto mais a crise progride, mais progride a incapacidade de pensar a crise; quanto mais planetários tornam-se os problemas, mais impensáveis eles se tornam. Uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário fica cega, inconsciente e irresponsável. (LEFEBVRE, *Ibidem*)

Pode-se perceber como o pensamento fragmentado tem influenciado as intervenções no ambiente, como na praia do Paiva com a instalação do MRP, suprimindo e, contraditoriamente, comodificando a natureza, levando-nos à ampliação do acesso desigual ao ambiente, alimentando a lógica economicista e de um consumo do espaço que nega as pessoas, o território.

Assim, a ideia de utilizar o paradigma da complexidade para dar suporte a uma visão em espectro mais amplo, nesta seção conclusiva, não é o de chegar à compreensão complexa de uma realidade total nem de uma síntese totalizante, ou de trazer uma resposta para superar os problemas que apontamos, mas assinalar caminhos, possibilidade para superá-los. Até porque este também não é o propósito deste paradigma, mas o de observar esta realidade específica tentando considerar as múltiplas razões, fatores, que constituíram o problema estudado. Trazendo uma das possíveis leituras da tessitura deste ambiente, oportunizadas por nosso embasamento teórico e empírico.

A razão de irmos aos conceitos, para, a partir deles identificar as práticas e entender seus propósitos se trata de um esforço inicial no sentido de uma observação mais complexa. O que nos levou a uma compreensão das transformações da praia do Paiva, como demonstrado em sua análise histórica, na seção 2.

Explicitamos o que vem a representar estas transformações: a praia do Paiva se trata de um espaço, um ambiente, em que a natureza mostra a sua onipotência, sua “beleza”⁴⁵. São os seus aspectos, físicos, naturais, que a fazem um ambiente “peculiar”, objeto de contemplação e, no transcorrer dos anos, uma “raridade”. Salientamos, desde já, que apesar de expor esta

⁴⁵ Quanto a esta questão sugerimos a leitura do artigo de Castilho; Soeiro; Pontes (2016), “Entre a supressão e a conservação da natureza na cidade: o fortalecimento da racionalidade ambiental para o resgate da beleza da paisagem”, disponível em: < <http://www.revista.ufpe.br/rbgfe/index.php/revista/article/view/1617>>.

interpretação, nos opomos a ela, estamos aqui apenas tentando demonstrar como passamos a ver algo “natural” como excepcional. Para o que a ideia de valor de uso e valor de troca pode ajudar no entendimento. Essa interpretação está ligada à maneira como temos objetificado a Natureza ao longo de nossa história evolutiva – quanto a este tema temos uma reflexão introdutória construída⁴⁶. Deste modo, a realidade contraditória que vimos alimentando tem raízes profundas, o que explica nossos modos de produção, a maneira como intervimos no ambiente e reproduzimos o espaço, enfim, o nosso des-envolvimento.

A construção da ideia da sustentabilidade e da preocupação ambiental incorporam-se ao des-envolvimento a fim de dar-lhe legitimidade. O paradigma da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável é instrumentalizado discursivamente desde a escala global à local, como bem afirma Cyria Emeliannoff, geógrafa francesa, cujo tema de sua tese foi a sustentabilidade das cidades no debate europeu (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009). Reproduzimos a seguir, parcialmente, suas conclusões para respaldar nossas afirmações. A constatação foi a prevalência de três ações propostas pelas cidades estudadas, que “evocam a necessidade de integração das periferias pela descentralização, de integração da memória pela restauração e de integração dos atores pela interação” (*ibidem*, p. 26). As quais buscavam [...] ampliar a legitimidade das políticas, apoiando-as em todos os campos possíveis que lhes permitam adquirir maior credibilidade. Na verdade, trata-se de forjar uma espécie de consenso ampliado” (*idem*), conclui. Por isso, afirma,

Tal discurso estará frequentemente integrado a uma política de *marketing* das cidades, concomitantes a práticas de flexibilização das legislações urbanas e ambientais, para, por exemplo, acolher firmas multinacionais em áreas e em modalidades impróprias do ponto de vista do interesse público. Encontraremos aí uma contradição entre a dimensão simbólica de construção da imagem de uma política urbana que se pretende ‘ambiental’ [...] e a competição, que não é só imagética, mas também referente às condições de uso concreto dos recursos urbanos. [...] [*Tal contradição penetra*] (n)as estratégias de competição interterritorial [...] [*dos municípios que*] oferecem vantagens como o redesenho de áreas de proteção ambiental para que, sobre um manancial de metrópole, se instale um grande empreendimento (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 26-27, grifo nosso).

Situação que se assemelha com as transformações em nome da dinamização econômica dos territórios da praia do Paiva e dos casos exemplificados neste trabalho, através de um uso fetichizado da natureza, transformando o ambiente em uma arena de negócios. Pode ser

⁴⁶ Sugerimos consultar o artigo publicado por Pontes e Castilho (2016) intitulado, “O conceito e a instrumentalização da Natureza: olhares transversais na dinâmica territorial da praia do Paiva”, disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/rbgfe/index.php/revista/article/view/1619/954>>.

percebida assim a influência da lógica economicista neoliberal transpassando ideologicamente quaisquer outras formas de conceber a realidade. Essa dialética relação entre a instrumentalização e a sensibilização para a questão ambiental revela o limiar dos discursos que só podem ser alcançados quando identificadas as intencionalidades e percebidas as práticas que estimulam. O que tem nos feito constatar que ensejam justamente o contrário do que é propagado. O resultado desse paradoxo tem sido as distorções que tentamos aclarar no transcorrer de nossa pesquisa.

Igualmente, a construção da governança ambiental também tem dado suporte à ideologia dominante, transmutando suas intenções precípuas – já aludimos nossa visão de objeções e dúvidas quanto a estas “intenções” –, em favor dos interesses estabelecidos voltados quase estritamente à esfera econômica. Isto se dá devido às frágeis instâncias de participação social, que atuam como jogo de quimeras, numa didática para atenuar os conflitos de interesses. Para o que contribui o desconhecimento sobre tais instâncias de participação, gerando pouca adesão da sociedade, além do parco conhecimento sobre as matérias que serão aludidas nestas instâncias, resultado, talvez, de uma discussão que se quer negligente para com o conhecimento da população, em muitos casos, para evitar entraves aos interesses já determinados. Some-se a isso o também descrédito deste tipo de iniciativa por parte dos cidadãos, por já se ter subjetivamente a convicção – errônea, mas até certo ponto compreensível, porém, salientamos que não se pode cair num conformismo, vide o caso bem sucedido do *Colony Park* – de que nada mudará, ou seja, que nada adiantará travar embates, pois considera-se consumada a decisão política hegemônica. Percebe-se assim, que há um encadeamento entre estas situações, que quando juntados os fragmentos se pode perceber com mais clareza quais os fatores que nos levam à letárgicas (re)ações.

Quanto a este avanço que temos demonstrado, dos interesses hegemônicos voltados ao lucro, instrumentalizando cada vez mais a natureza, privatizando-a, negando seu acesso a todos, suprimindo territórios e territorialidades, uma situação muito nos chamou a atenção – e também preocupação. Mas também, nos dá a convicção de que estejamos no caminho correto em propor uma outra *práxis* para os territórios. Expomo-la: trata-se de uma proposta sobre a possibilidade de repasse da Gestão de Praias Marítimas Urbanas, sob responsabilidade da União (Governo Federal), para os municípios. Foi aberta, inclusive, uma consulta pública a partir do dia 1º de novembro de 2016, perdurando até o dia 08 de janeiro de 2017, através do site Participa BR (<http://www.participa.br/>), para “discutir” e ter a “contribuição” da população para tal proposta.

Ainda que possamos ressaltar a positiva existência de espaços institucionalizados para envolvimento da sociedade com a questão pública, social e política, a publicização destes meios, destes espaços, se torna tão fundamental quanto eles. Pois, como já mencionado, sem saber de suas existências ou atingindo poucos cidadãos, estes canais de comunicação fadaram-se à parcialidade e ao insucesso. Talvez, justamente esta parcialidade seja o necessário para o sucesso da finalidade daqueles que propuseram tal ação. Reproduzimos aqui as informações divulgadas no site sobre quais são os seus objetivos,

A Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, disponibiliza neste espaço consulta pública para definição do Termo de Adesão da Gestão de Praias. Os interessados devem contribuir com a minuta apresentada, apresentando suas sugestões. A devolutiva será apresentada em dezembro de 2016 [*prorrogada até 08 de janeiro de 2017, pela baixa contribuição da sociedade, talvez por falta de publicização da proposta*]. A legislação já prevê a responsabilidade dos municípios de zelar pela manutenção dos bens de uso comum do povo, como é o caso das praias. Essa atribuição está prevista no art. 11, §4º da Lei nº 9.636, de 1998. Contudo, mais recentemente, a Lei nº 13.240/2015 (art. 14) autorizou a União a transferir para os municípios, por meio de termo de adesão, a responsabilidade de autorizar e firmar contratos de permissão de uso e cessão de uso das praias, **inclusive para exploração econômica. São exemplos as autorizações para a realização de eventos esportivos ou culturais; e para instalações de quiosques, entre outras. Os municípios que firmarem com a União o termo de adesão para gestão de praias receberão integralmente as receitas provenientes das autorizações concedidas.** O objetivo da Consulta é obter contribuições da Sociedade Civil e de órgãos interessados para definição do Termo de Adesão da Gestão de praias, nos termos do art. 14 da Lei nº 13.240, de 2015 (BRASIL, 2016) (grifo nosso).

Será que é este o desenvolvimento que a sociedade brada e defende? É desta governança ambiental que virá a inclusão participativa da sociedade nas instâncias de decisão? Estamos convictos que não, por isso nos colocamos no papel de enveredarmos no difícil, mas inevitável, caminho de dissentir desta *práxis* posta, alienada, alienante, e defender uma outra *práxis*, tentando suturar esta trama viciada. A denúncia das contradições tem sido nosso propósito e a ciência o instrumento para publicizar os paradoxos. A teia tem sido tramada apontando para um destino – incontestável se continuarmos com o mesmo *modos operandi* – entrópico. Constatado isto, não resta outra afirmação, que não a de que estamos construindo um (des)envolvimento respaldados por uma (des)governança ambiental em direção à (in)sustentabilidade, dialeticamente. Porém, é nas oportunidades dialéticas que a nossa esperança reside.

Por conseguinte, tentamos esclarecer sucintamente nossa leitura: o desenvolvimento, a governança ambiental, a sustentabilidade, passam pelo crivo da história como num caleidoscópio, trazendo a ideia de novos rumos, mas sem sair do mesmo caminho. Ou seja,

podemos considerar que foram imagetivamente tramados para validar a lógica do capital, fazendo-a prevalecer. Entendemos que há também a parcela de culpa da parcialidade com que a realidade tem sido vista, uma visão míope de alguns, sobretudo dos atores hegemônico, tem ratificado nossa rota nesse sentido.

Por isso a urgência em se fortalecer outras formas de perceber a realidade, defendendo uma racionalidade ambiental. E para isso a educação deverá ter papel basilar, uma nova *práxis* há de emergir suturando a trama que des-envolve. E o caminho é este: questionar, criticar, através da educação no sentido de uma *práxis*, como afirma Aziz Nacib Ab'Saber⁴⁷, “O problema essencial é o fato de o poder estar quase totalmente desvinculado dos conhecimentos”. Para paulatinamente formarmos ambientes mais humanos, reduzindo desigualdades por meio de uma justiça social e ambiental, construindo espaços mais saudáveis, portanto, sustentáveis. Temos consciência de que este processo é lento, mas que há de avançar, respaldado pela necessária construção de uma cidadania, no sentido dado por Coutinho (1999, p. 42),

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado. (...) A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração (COUTINHO, 1999, p.42).

O caminho é longo e árduo, mas a crença de que podemos mudar e avançar para novos rumos, voltado para uma relação ética entre sociedade e natureza, nos faz seguir neste *front*. O que nos separa são modos distintos de perceber a realidade, mas por fim, acreditamos que chegaremos à conclusão que não podemos negar mais a nossa Natureza. Em áreas como na praia do Paiva, o processo é penoso, permeado de desafios, mas as oportunidades residem na dialética das ações, que hão de revelar inconsistências e contradições e despontar novos caminhos e possibilidades.

⁴⁷ Em entrevista concedida à Revista Caros Amigos, em 2001, publicada em 2015, disponível em: < <http://www.carosamigos.com.br/index.php/grandes-entrevistas/5354-grandes-entrevistas-aziz-nacib-ab-saber>> Acesso em: 05 mai. 2016.

Por fim, trazemos um trecho da Carta do sábio “Cacique Seattle” para o presidente dos EUA, Franklin Pierce, em 1854, entregue antes da assinatura do Tratado de *Point Elliot*, que veio a adquirir as terras dos índios *Duwamish* e *Suquamish* (onde hoje se encontra o estado de Washington),

This we know. The earth does not belong to man; man belongs to the earth. This we know. All things are connected like the blood which unites one family. All things are connected. Whatever befalls the earth befalls the sons of the earth. Man did not weave the web of life; he is merely a strand in it. Whatever he does to the web, he does to himself (PERRY, 1987, p. 527).

Em tradução livre,

De uma coisa sabemos. A terra não pertence, ao homem: é o homem que pertence à terra, disso temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si. Tudo quanto agride a terra, agride os filhos da terra. Não foi o homem quem teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio fará.

Mas é pena que o nosso fabuloso “progresso” ainda não considera essa ideia dos bens da natureza, limitando-se ao discurso único, levando-nos a um caminho que nos des-envolve.

7. À GUISA DE UMA CONCLUSÃO

O que se tem tentado evidenciar são as distorções dadas ao desenvolvimento e à governança ambiental em favor de uma “sustentabilidade” para dinamizar economicamente o território da praia do Paiva, demonstrando os propósitos para isto. A fábula se demuda na percepção de uma *práxis* alienada que tem desvirtuado e desconsiderado esforços teóricos no sentido de uma outra *práxis*. Esta, se dá para mitigar problemas socioambientais, as desigualdades e as injustiças, as quais submetem às externalidades as diferentes classes de atores que compõem a realidade social, mas em maior proporção justamente aqueles mais vulneráveis socialmente. Exatamente por isso, buscamos indicar essa outra(s) *práxis* – que em verdade nada mais é do que pôr em prática o conhecimento crítico aos baldrames da lógica capitalista – revelando as fragilidades do que se tem posto quanto a tais temas, a fim de contribuir com o esclarecimento dos discursos, práticas e interesses, além de indicar possibilidades para ajustar as dissidências.

Por conseguinte se faz necessário que o modelo de tomada de decisões, predominantemente vertical, tenha uma perspectiva horizontal, como sugere Santos (2006). Pode-se, para isso, utilizar as ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para, por exemplo, maior acompanhamento através de consulta da população nas atividades daqueles que assumem os cargos eletivos de decisão, como as casas legislativas. É possível uma gestão transparente do ambiente através de plataformas de dados abertos com acesso às informações, às movimentações de recursos públicos, para conhecimento de onde estão sendo alocados, tais medidas estimularão o acompanhamento e a participação da sociedade. Há necessidade também de reforçar a integração de conselhos e comitês ambientais, gestores públicos e instituições do terceiro setor, buscando atuações transversais com apoio da sociedade, a fim de dar a legitimidade necessária às ações.

Destarte, é através do exercício do Controle Social, sobretudo e a partir da escala local – nas câmaras municipais e assembleias legislativas dos estados – que poderá se erigir e fortalecer, efetivamente, atitudes no sentido de um reenvolvimento da sociedade para o desenvolvimento e uma governança ambiental. Pois, é sabido que o modelo atual de representação política da vontade da população, através do nosso sistema eleitoral, na verdade vem deturpando a vontade do povo para que se aja em benefício próprio ou de poucos, transformando-se num arquétipo de perpetuação das disparidades socioambientais da nossa sociedade. Por isso, deve-se incentivar maior participação da sociedade, gradualmente, de forma a respeitar singularidades locais e a diversidade cultural dos territórios, dando-lhes voz

nas instâncias de decisão, para robustecer a participação e credibilizar pouco a pouco os processos na esfera política que aparentam ser tão distantes da realidade das pessoas.

Por fim, destacamos o quão complexa tem sido a realidade, cada vez mais difícil de ser compreendida, assim como os problemas cada vez mais inter-relacionados e abstrusos. Mas, o recrudescimento das dificuldades enfrentadas pela sociedade, num avanço da fetichização e consumo da natureza, reduzindo o ambiente aos negócios, trazem também, dialética e dialogicamente, possibilidades para superação destas objeções. No entanto, a dificuldade de superá-las reside na nossa capacidade de compreender, verdadeiramente, os problemas, e para isto é que se faz necessário, cada vez mais, o aprofundamento na complexidade dos múltiplos saberes, da comunhão dos saberes para resoluções de nossos problemas urbanos e ambientais. Estes, abarcam diversos interesses, ocasionados por várias razões, geradores de externalidades diversas. Por isso, avaliar os reflexos de nossas ações, uma fiel análise das intervenções no ambiente, passa pela assunção de posturas éticas e morais novas voltadas à contribuir com a melhoria da qualidade de vida de todos, de forma a propiciar ambientes mais saudáveis.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão e tradução dos novos textos Ivone Casti Benedetti. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2004.

_____. (Org.). **A duração das Cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. do A.; BEZERRA, Gustavo das N. **O que é Justiça Ambiental?**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), 2006. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/Publicacoes/Editais/Outros/41789%3B41924%3B490402%3B0%3B0.asp>> Acesso em: 20 out. 2012.

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. **Pirapama**: um estudo geográfico e histórico. Recife: Massangana, 1984.

ARANTES, Otilia B. F. Uma Estratégia Fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Vozes: Rio de Janeiro, 2000.

ARENDT, Hanna. **A Condição Humana**. Tradução: Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. **Da Violência**. Tradução: Maria Cláudia Drummond. Rio de Janeiro: Sabotagem, 2004.

_____. **O que é Política**. 3ª ed. Trad.: Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Associação Geral da Reserva do Paiva (AGRP). **Estatuto Social da Associação Geral da Reserva do Paiva**. 2008. Disponível em: <<http://www.agrp.com.br/informacoes-uteis/downloads>> Acesso em: 20 nov. 2014.

ASTELARRA, S. ¿Ecodesarrollo? El bajo delta del Paraná otra territorialidad en conflicto. **Revista ALTER-NATIVA. Revista de estudios rurales**, Centro de Estudios Avanzados de la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. 2014, v. 1, n. 1, pp. 01-28.

_____. El Bajo Delta del Paraná en disputa por su reinvenición territorial y significación social de la naturaleza. **Revista de Geografia (Recife)**, Brasil. 2016, v.33 n.1, pp. 06-29.

BARBOSA, Adauto Gomes. **Exclusivismo socioespacial no Região Metropolitana do Recife**: produção do espaço e governança do Complexo Imobiliário, Residencial e de Serviços Reserva do Paiva. 2014. (Tese) Doutorado em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

_____. Ações de responsabilidade social como elemento da governança em complexos imobiliários: quais as intencionalidades na Reserva do Paiva? **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 05, n. 01, 2016. pp. 89-113.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Blog Festa da Lavadeira, 2011. Disponível em: <<http://festadalavadeira.blogspot.com.br>> Acesso em: 19 abr. 2011.

_____, 2014. Disponível em: < <http://festadalavadeira.blogspot.com.br>> Acesso em: 06 nov. 2014.

Blog da Praia do Paiva, 2011. Disponível em: <<http://www.praiadopaiva.blogspot.com.br>>. Acesso em: 26 set. 2011.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

BOGAN, Christopher E.; ENGLISH, Michael J. **Benchmarking, aplicações práticas e melhoria contínua**. Tradução de Miguel Cabrera. São Paulo: Makron Books, 1997.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Edição brasileira: Antônio Monteiro Guimarães (Org.). Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRAGA, Maria do Carmo de A.; **A Gestão do Patrimônio Imobiliário do Estado. Os casos de Porto de Galinhas e Itamaracá**. (Dissertação de Mestrado). Recife: Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

BRAGA, Maria do Carmo de A.; ARAÚJO, Marny P. S. de. Megaempreendimentos. Fixos e Fluxos em sintonia? **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife. 2015, v. 4, n. 2, pp. 81-95.

BRASIL. **Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001)**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

_____. **Consulta Pública para definição do Termo de Adesão da Gestão de Praias**. Participa BR, 2016. Disponível em: < <http://www.participa.br/consulta-publica-para-definicao-do-termo-de-adesao-da-gestao-de-praias/consulta-publica-termo-de-adesao-de-gestao-de-praias>> Acesso em: 22 dez. 2016.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso Futuro Comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

BURSZTYN, Marcel; BURSZTYN, Maria Augusta. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental**: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CABO DE SANTO AGOSTINHO. **Lei Municipal nº 2.015, de 10 de julho de 2002**. Dispõe sobre a regulamentação sobre as festas comemorativas da Lavadeira, São Cosme e Damião, Paixão de Cristo e do Coco de Pontezinha, e dá outras providências, 2002. Disponível em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/leis.asp>> Acesso em: 20. out. 2014.

_____. **Lei Municipal nº 2.179 de 12 de Abril de 2004**. Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS), 2004. Disponível em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/leis.asp>> Acesso em: 15. Set. 2011.

_____. **Lei Municipal nº 2.360 de 29 de dezembro de 2006**. Institui a Política Urbana e Ambiental e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Cabo de Santo Agostinho, tendo como horizonte temporal o ano de 2015, quando deverá ser revisado, 2006. Disponível em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/leis.asp>> Acesso em: 15. Set. 2011.

_____. **Lei Municipal nº 2.387, de 30 de maio de 2007**. Altera a Lei nº 2.360 de 29 de dezembro de 2006, para criar a Zona Especial de Turismo, Lazer e Moradia Reserva do Paiva – ZETLM, e dá outras providências, 2007. Disponível em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/leis.asp>> Acesso em: 15. Set. 2011.

_____. **Lei Municipal nº 2.513, de 30 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre a Política Ambiental de proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente, revoga a lei municipal nº 1.975 de 03 de dezembro de 2001, e dá outras providências, 2009. Disponível em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/leis.asp>> Acesso em: 22. Set. 2011.

_____. **Lei Municipal nº 2.602, de 20 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre o uso de gestão da orla, áreas verdes e áreas institucionais e sobre regras de trânsito e transporte na Zona Especial de Turismo, Lazer e Moradia Reserva do Paiva – ZETLM, e dá outras providências, 2010. Disponível em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/leis.asp>> Acesso em: 15. Set. 2011.

_____. **Lei Municipal nº 2.926, de 28 de dezembro de 2012.** Altera o artigo 56-A, da lei municipal nº 2.360 de 29 de dezembro de 2006, e dá outras providências, 2012. Disponível em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/leis.asp>> Acesso em: 02. mai. 2015.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da Vida:** uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução: Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. **As Conexões Ocultas:** ciência para uma vida saudável. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARLOS, Ana F. A. **O Espaço Urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “Direito à Cidade” como horizonte utópico. Em: **A cidade contemporânea:** segregação espacial. VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2013, pp. 95–110.

CARVALHO, Isabel C. de M. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: **Sociedade e Meio Ambiente:** a educação ambiental em debate. LOUREIRO, Carlos F. B.; LAYRARGUES, Philippe P.; CASTRO, Ronaldo S. de (Orgs.). 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. pp. 53–65.

CASTELLAN, Rira R.; DOURADO, Débora C. P.; MENDES, Diego C. Implicações dos Investimentos Público e Privados de cunho Turístico, Imobiliário e Industrial sobre uma Comunidade Nativa na Perspectiva de Território. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, volume 25, São Paulo, pp. 231-252, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Tradução: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **A Sociedade em Rede**. 8ª ed. Tradução: Roneide Venancio Majer com colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CASTELLS, M. & BORJA, J. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, CEBRAP, n.45, São Paulo. 1996.

CASTILHO, Cláudio J. M. de. A (In) Sustentabilidade da Vida Humana nas Cidades: Redirecionamentos Teórico-Metodológicos à Construção de Ambientes Urbanos Humanos. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 1, 2012. pp. 185-206.

_____. Justiça Ambiental: uma tarefa difícil em contexto territorial de ausência do espaço do cidadão. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 05, n. 01, 2016. pp. 07-34.

CASTILHO, Cláudio J. M. de; SOEIRO, Ítalo C. de M; PONTES, Bruno A. N. M. Entre a Supressão e a Conservação da Natureza na Cidade: o fortalecimento da Racionalidade Ambiental para o resgate da beleza da Paisagem. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 9, n. 3, 2016. pp. 852-867.

CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CAVALCANTI, Clóvis. Economia e Ecologia: Problemas da Governança Ambiental no Brasil. **Revista Iberoamericana de Economia Ecológica**, México, v. 01, 2004. p. 01-10. Disponível em: <<http://www.redibec.org/archivos/revista/articulo5.pdf>> Acesso em: 06 ago. 2016.

Colony Park, 2016. Disponível em: < <http://www.islacolonypark.com/>> Acesso em: 22 set. 2016.

COMPANS, Rose. Cidades sustentáveis, cidades globais: antagonismo ou complementaridade? In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. pp. 121-154.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

COUTINHO, Carlos N. **Cidadania e Modernidade**. Perspectivas, São Paulo, V.22, p.41-59, 1999.

CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente – PE). **Projeto Orla**: Perfil Socioeconômico e Ambiental do Cabo de Santo Agostinho – PE. Recife, 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. Trad.: Maria Beatriz M. Nizza da Silva. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

Diário de Pernambuco, 2005. Matéria de 12/10/2005. Disponível em:

<<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=563806>> Acesso em: 12 mar. 2012.

DINIZ, Eli. **Governabilidade, democracia e reforma do estado**: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1995. v. 38, n. 3.

DINIZ, Francisco. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico**: modelos e agentes do processo. Lisboa, PT: Editora Sílabo, 2006.

DOWBOR, Ladislau, 2012. **Democracia econômica**: alternativas de gestão local. Disponível em: <<https://dowbor.org/>> Acesso em: 15 set. 2016.

DULLEY, Richard Domingues. Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, pp. 15-26, 2004.

ECO, Umberto. **Número zero**. Trad.: Ivone Benedetti. Rio de Janeiro: Record, 2015.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, H. & RABINOW, P. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 231-249.

_____. **As Palavras e as Coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. Tradução: Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **A arqueologia do Saber**. 7ª ed. Trad.: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRÉMONT, Armand. **A região, espaço vivido**. Portugal: Almedina, 1980.

FREY, Klaus. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, ano IV, n. 9, pp. 01-34, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/n9/16878.pdf>> Acesso em: 22 Jan. 2016.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Introducción a la filosofía de la praxis**. Trad.: J. S. Tura. Barcelona: Península. 1970.

_____. **Quaderni del Carcere**, v. 1, 2, 3, 4. Org. Valentino Gerratana [Edição crítica do Instituto Gramsci]. Torino: Edição Einaudi, 1975. 3369 p.

_____. **Escritos Políticos**. Vol. II. Trad.: Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1977.

_____. **Escritos Políticos**. Vol. IV. Trad.: Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1978a.

_____. **Concepção Dialética da História**. 3ª ed. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978b.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como Ideologia**. Trad.: Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1968.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de territórios para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: Espaço & Debates - **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**. Cidades: Estratégias Gerenciais. Ano XVI, v. 39, 1ª ed. São Paulo: NERU/CNPq/FINEP, 1996.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005a.

_____. **O Novo Imperialismo**. 2ª ed. Tradução: A. Sobral e Mª S. Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2005b.

HAUG, Wolfgang. **Crítica da Estética da Mercadoria**. Trad.: Erlon J. Paschoal. São Paulo: EdUNESP, 1997.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

Jurerê Internacional. 2014. Disponível em: < <http://www.jurere.com.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

Iconografia do Cabo de Santo Agostinho, 2012. Disponível em: <<http://www.cabo.pe.gov.br/index.php/cabo-ganha-catalogo-iconografico-com-principais-simbolos-do-municipio/>>. Acesso em: 22 set. 2013.

Jurerê Internacional, 2011. Disponível em: <http://www.jurere.com.br/jur_entendendo.htm>. Acesso em: jun. 2014.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Ed. Especial. Trad.: Rodrigues de Meregé. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Saraiva de bolso), 2014.

KOTLER, Philip; *et al.* **Marketing de Lugares**. Como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe. Tradução: Ruth Bahr. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

LATOUR, Bruno. **Políticas da Natureza**: como fazer ciência na democracia. Tradução: Carlos A. M. de Souza. São Paulo: EDUSC, 2004.

LEAL, Suely Ribeiro. **“Fetichismo” da participação popular**. Novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife-Brasil. Recife: CEPE, 2004.

LEAL, Suely M. Ribeiro. (coord.). Relatório de Pesquisa: **Arranjos Institucionais de Governança e Produção imobiliária na Metrópole do Recife**. Recife: NUGEPP/MDU/CNPq, 2009.

_____. (coord.). Relatório de Pesquisa: **Produção Imobiliária no Processo de Organização do Espaço Metropolitano do Recife**. Recife: NUGEPP/MDU/CNPq, 2010.

_____. (coord.). Relatório de Pesquisa: **Produtos e Inovações na Oferta Imobiliária nas Cidades Brasileiras**: Os ‘ecomegaempreendimentos’ na metrópole do Recife. Recife: NUGEPP/MDU/CNPq, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. 5ª ed. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A Revolução Urbana**. 1ª reimpressão. Trad.: Sérgio Martins. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.

_____. **A Produção do Espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Do original: *La production de l'espace*. 4ªéd. Paris: Anthropos, 2000. 1ª versão: 2006.

LEFF, Enrique. **Racionalidad Ambiental**: la reapropiación social de la naturaleza. México: Siglo XXI, 2004.

_____. **Rumo à Racionalidade Ambiental**. Terramérica, Programa das Nações Unidas para Meio Ambiente (PNUMA) e para o Desenvolvimento (PNUD), 2009a. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/fau/pdf/pos_hab_03.pdf> Acesso em: 16 fev. 2014.

_____. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes**. Trad. Tiago Daniel de M. Cargnin. Rio Grande do Sul: Educação e Realidade, vol. 34, n. 03, 2009b. pp. 17-24.

Le Parc Boa Viagem, 2015. Disponível em: <http://leparcboaviagem.com.br/>. Acesso em: 28 out. 2016.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. Tradução: Estela dos S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Trad.: Carlos Nelson Coutinho; revisão: Antônio E. Ribeiro. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

_____. **Socialismo e Democratização**: escritos políticos 1956-1971. Trad.: Carlos N. Coutinho e José P. Netto. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política (Volume 1). Trad.: Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural Ltda. 1996.

_____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. Trad.: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MELLO, Eduardo. Notícias Festa da Lavadeira, 2014. Disponível em: <www.festadalavadeira.com.br>. Acesso em: 06 dez. 2015.

Memorial Descritivo da Reserva do Paiva, 2008. Disponível em: <<http://www.orealizacoes.com.br/Novos-Destinos-Urbanos-Conceito.aspx?id=21>> Acesso em: 15. Ago. 2011.

MERRIEN, François Xavier. De la gouvernance et des Etats providence contemporains. Tradução: Carolina M. de Paula. **Revue Internationale des Sciences Sociales**, UNESCO/Érès, Paris, nº 155, 1998.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. Trad.: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Educação para Além do Capital**. 2ª ed. Trad.: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

Metas Globais para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), 2015. Disponível em: <http://www.globalgoals.org/pt/#the-goals>. Acesso em: 17 mai. 2016.

MORIN, Edgar. Por uma reforma do pensamento. In Pena-Veja, Alfredo; Nascimento, Elimar P. (Org.). **O pensar complexo - Edgar Morin e a crise da modernidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Trad.: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica: Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

_____. **A Cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução: Eloá Jacobina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Tradução: Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

_____. **Ciência com Consciência**. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice S. Dória. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005b.

_____. **O método 1: A natureza da natureza**. 2ª ed. Trad.: Maria Gabriela de Bragança. Portugal: Europa América, 1997.

_____. **O método 3: O conhecimento do conhecimento**. 5ª ed. Trad.: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2015.

Odebrecht Realizações Imobiliárias, 2006. Disponível em:

<<http://www.orealizacoes.com.br/Empreendimentos-Galeria-De-Imagens.aspx?id=>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

_____, 2009. Disponível em: <<http://www.orealizacoes.com.br/Empreendimentos-Galeria-De-Imagens.aspx?id=26#>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

_____, 2010. Disponível em: <<http://www.orealizacoes.com.br/Empreendimentos-Galeria-De-Imagens.aspx?id=35#>>. Acesso em: 17 ago. 2011

_____, 2011. Disponível em: <<http://www.orealizacoes.com.br/Novos-Destinos-Urbanos-Conceito.aspx?id=21>>. Acesso em: 12 Set. 2011.

_____, 2011. Disponível em:

<<http://www.orealizacoes.com.br/Empreendimentos.aspx?UF=PE>> Acesso em: 12 Set. 2011.

_____, 2014. Disponível em: <<http://www.orealizacoes.com.br/Empreendimentos-Galeria-De-Imagens.aspx?id=39#>>. Acesso em: 17 ago. 2011.

_____, 2016. Disponível em: <<http://www.reservadopaiva.com.br/o-bairro/>> Acesso em: 20 jul. 2016.

ONU, Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Org. Brundtland, Gro Harlem. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ONU. **Declaração do Rio de Janeiro** – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Rio 92. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>> Acesso em: 18 mai. 2015.

OSMONT, Annik. Por uma Planificação Urbana Democrática. **Geosul**, Florianópolis, v. 17, n. 34, 2002, pp. 07-23.

PERRY, Ted. Chief Seattle's Speech. In: **Recovering the Word: Essays on Native American Literature**. Brian Swann and Arnold Krupat (Orgs.). Berkeley: University of California Press, 1987, pp. 525-530.

Pires Advogados e Consultores. **EIA/RIMA Projeto Modificado do Loteamento Reserva do Paiva**. Recife, 2005.

PONTES, Bruno A. N. M. **A (Re)Produção do Espaço Urbano no Litoral Sul da Região Metropolitana Do Recife**: os 'Ecomegaempreendimentos' na Praia do Paiva e no Complexo Porto de Galinhas. Monografia (bacharelado em Geografia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 2014.

PONTES, Bruno A. N. M; CASTILHO, Cláudio J. de M. O conceito e a instrumentalização da Natureza: olhares transversais na dinâmica territorial da praia do Paiva-PE. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 9, n. 3, 2016. p. 722-736.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, o Socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Prefeitura do Recife (Secretaria De Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAS). Unidades de Conservação Municipais. 2012. Disponível em:
<<https://meioambienterecife.files.wordpress.com/2012/03/unidades-de-conservac3a7c3a3o-municipais.pdf>> Acesso em: 29 out. 2016.

RABELO, Josinês B. Governança e impactos ambientais na instalação de empreendimentos urbanos. **XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste**, Piauí. 2012. Disponível em: < <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT09-10.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Trad.: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RECLUS, Élisée. **L'homme et la Terre**. Paris: Universelle, 1908.

_____. O homem é a natureza adquirindo consciência de si própria. In: **Élisée Reclus**: Geografia. Org.: Manuel Correia de Andrade. São Paulo: Ática, 1985.

Reserva do Paiva, 2015. Disponível em: <<http://www.reservadopaiva.com.br/>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

_____, 2016. Disponível em: <<http://www.reservadopaiva.com.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

_____. **Memorial Descritivo da Reserva do Paiva**. 2011. Disponível em: <<http://www.reservadopaiva.com.br/>> Acesso em: 03 ago. 2011.

Riviera de São Lourenço, 2016. Disponível em: < <http://www.rivieradesaolourenco.com/>> Acesso em: 10 nov. 2016.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Org. Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SÁNCHEZ, Fernanda. A (In)Sustentabilidade das Cidades-Vitrine. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das Cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. pp. 171-192.

SANTOS, Elinaldo Leal et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. Desenvolvimento Regional em Debate. **Revista Eletrônica do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**, Santa Catarina, ano 2, n. 1, pp. 44-61, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215/284>> Acesso em: 23 jan. 2016.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed. São Paulo: EdUSP, 2007.

_____. **O Espaço Dividido:** Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad.: Myrna T. R. Viana. 2ª ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. **Território, Territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS Jr., Orlando A. dos. **Descentralização e governança democrática.** In SANTOS Jr., Orlando. Democracia e Governo Local: Dilemas da reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: REVAN/FASE, 2001. Parte I, Capítulo 1, pp. 29-68.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** Trad.: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **A ideia de Justiça.** Trad.: Denise Bottmann e Ricardo D. Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Secretaria de Planejamento e Gestão do estado de Pernambuco (SEPLAG), 2007. Disponível em: <<http://www2.ppp.seplag.pe.gov.br/web/portal-ppp/projetos-ppp>> Acesso em: 11 ago. 2011.

SILVA, Armando Corrêa da. **De quem é o pedaço?** Espaço e Cultura. São Paulo: Hucitec, 1986.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual:** Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Trad.: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SORRENTINO, Marcos; RAYMUNDO, Mª Henriqueta A. Subsídios para a Formulação e Execução de Políticas Públicas de Educação Ambiental. In: **Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?** [livro eletrônico]. Organizadores: Maria Henriqueta Andrade Raymundo, Thaís Brianezi, Marcos Sorrentino. São Paulo: Diagrama Editorial, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A B C do Desenvolvimento Urbano.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **A Prisão e a Ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Mudar a Cidade:** uma introdução crítica ao Planejamento e Gestão Urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia:** conceitos e temas. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.

SOUZA, M. L. de. Semântica Urbana e Segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade “empresarialista”. Em: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A Cidade Contemporânea:** segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

SWINGUEDOWN, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização – ciborgue”. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das Cidades:** sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. pp. 99-120.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia.** Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Trad.: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

TOLEDO, Pedro E. R. de. **“Cidades para todos X Cidades para poucos”** – Turismo, Segregação Urbana e Empreendimento Imobiliário: um estudo de Jurerê Internacional em Florianópolis/SC. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. UFU. 2005. 249 p.

UNEP (United Nations Environment Programme). **Environmental Governance.** Copenhagen: Conference UNFCCC, 2009.

WORLD BANK. **World Development Report 1992:** development and the environment. 1992.

